GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Livro de Transição

Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão | **SPGG**

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

2023–2026

Sumário

Apresentação 7

Seção I – Contextualização 8

Sobre a SPGG 8

Organograma 9

Áreas de assessoramento e apoio à gestão 10

Direção Geral - DIRGE 20

Contextualização 20

Programas, resultados e agenda de continuidade 20

1. Fortalecimento do Sistema de Controle Interno da SPGG 20

2. Conformidade das contas da SPGG, com aprovação sem ressalvas pelos órgãos de controle e auditoria 25

3. Tudo Fácil 28

4. Coordenação e organização das demandas relacionadas ao PIX SOS 35

5. Iconicidades 37

6. Consolidação da análise de conformidade e aprimoramento do fluxo de processos da SPGG 44

7. Sistema Único de Fomento - SUF 47

8. Processos Operacionais Padrão - POP 49

Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC 53

Contextualização 53

Programas, resultados e agenda de continuidade 53

1. Licitômetro: Power BI de transparência das compras públicas 53

2. Conta Vinculada 54

3. Plano Anual de Contratações – PCA 55

4. Atas de Registro de Preços para manutenção e reparo de prédios públicos . 57

5. Compras públicas para a política habitacional 57

6. Contratações públicas para o enfrentamento de calamidades 58

7. Segunda linha de defesa nas compras públicas 59

Subsecretaria de Planejamento - SUPLAN 61
Contextualização 61
Programas, resultados e agenda de continuidade 62
1.MUP e SisMUP 62
2.Serviços de dados 64
3.Contas Regionais e Conjuntura Econômica 66
4.Indicadores socioeconômicos 69
5.Consulta Popular 72
6.PROGESTÃO RS 74
7.Monitoramento dos Projetos Estratégicos e FUNRIGS 77
8.Monitoramento dos Convênios com os Municípios 80
9. Captação e Monitoramento de Instrumentos de Repasse Federal e Elaboração do Caderno de Propostas ao OGU 82
10.Avaliação de Políticas Públicas 84
11.Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais – IEDE/RS 87
12.Elaboração do PPA 90
13. Planejamentos Estratégicos Institucionais 95
14. Elaboração da LOA 97
15. Gestão Integrada de Investimentos Públicos – GIIP 100
16. Coordenação Setorial nos Órgãos Finalísticos – UCS 102
Subsecretaria de Patrimônio do Estado – SPE 106
Contextualização 106
Programas, resultados e agenda de continuidade 106
1. Mapa de Imóveis 106
2. Vendas Imóveis 108
3. Fortalecimento do Programa Permanente de Utilização de Imóveis Públicos 110
4. Programa de Gestão de Imóveis Públicos para Habitação e Interesse Social - PGIPEHIS 111
5. Leilão de Imóveis Como Estratégia de Gestão 113
6. Elaboração de instrumentos de gestão documental para funções finalísticas do Poder Executivo estadual 115

7.Programa de Educação Patrimonial - PEP UFRGS-APERS 118
8.Programa de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais – ArqDigital RS 120
9. Fortalecimento do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul – SIARQ/RS 124
10. Fortalecimento das políticas públicas arquivísticas no Rio Grande do Sul 129
11.Normativas estaduais de gestão documental para o Poder Executivo 134
12.Recolhimento e Preservação de Documentos Permanentes no APERS.... 135
13.Painel de dados APERS 137
Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SUGEP 141
Contextualização 141
Programas, resultados e agenda de continuidade 142
1.Reestruturação das carreiras transversais 142
2.Formação de Lideranças 144
3.Recomposição da Força de Trabalho 148
4.Saúde, qualidade de vida e bem-estar do servidor 150
Subsecretaria de Administração – SUAD 153
Contextualização 153
Programas, resultados e agenda de continuidade 154
1. Revitalização das Fachadas do CAFF 157
2.Instalação do sistema de Linhas de Vida 157
3.Revitalização do 21º andar do CAFF 159
4.Adequação de Acessibilidade do CAFF 162
5.Reforma do Auditório do CAFF 164
6.Implementação da Sala Rio Grande 166
7.Heliponto 168
8. Adequação dos Sanitários do CAFF 170
9.Implantação do PPCI - CAFF 172
10.Infraestrutura de Resiliência Climática 177
11.Reforma do Prédio Anexo ao CAFF (SEDUC e OSPA) 178
12.PPCI do Prédio Anexo ao CAFF 180
13.Climatização do Prédio Anexo ao CAFF 183

14.Escritório de Engenharia Terceirizado 184
15.Serviços de Manutenção Integrada - Facilities 186
16.Sistema Integrado de Segurança 187
17.Serviço de Copeiragem 190
18.CSC – Centro de Serviços Compartilhados 191
19.Nova Modelagem do Tudo Fácil 196
Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital – STI 200
Contextualização 200
Programas, resultados e agenda de continuidade 200
1.Relacionamento com o cidadão - RS.GOV.BR e GurIA 200
2.Nova Estratégia de Governo Digital do RS 203
3.Estratégia RS Data Driven – Dados e Inteligência Artificial 207
4.RS+Digital 210
5.SEI RS 213
6.RS Cyber Shield. 216
7.Estratégia BIMGovRS - LaBIM 219
8.PROGESTÃO - Projeto STI 224
Seção II – PROCERGS 227
Contextualização 227
Organograma 228
Áreas de assessoramento e apoio à gestão 228
Programas, resultados e agenda de continuidade 230
1.Governo + Digital 230
Seção III – IPE Saúde 234
Contextualização 234
Organograma 236
Áreas de assessoramento e apoio à gestão 236
Programas, resultados e agenda de continuidade 243
1.Programa Mais Assistência 238
2.Acordo histórico com a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre 241
3.IPE Odonto 244

4.PAMERP 247
5.Reestruturação do Modelo de Custeio Assistencial 249
6.Fortalecimento da Auditoria em Saúde 251
7.Substituição do Sistema SMH - Solução de Mercado 253
8. Reestruturação dos Planos do IPE Saúde (Novo modelo de financiamento) 255
9.Aplicativo do IPE Saúde 257
10.Cartão Digital 258
11.Recomposição de honorários médicos 2023 e 2026 259
Seção IV - Escritório de Desenvolvimento de Projetos - EDP 262
Contextualização 262
Organograma 263
Áreas de assessoramento e apoio à gestão 263
Programas, resultados e agenda de continuidade 268
1.SOS Estiagem 268
2.Programa Supera Estiagem 270
3. Escritório de Projetos de Restabelecimento e Reconstrução - EP2R Programa 272
4.Estratégia Integrada de Habitação 272
5.Mapeamento de Processos 277
Projetos executados conjuntamente com outros órgãos 280
Encerramento 281

Apresentação

Elaborado com o propósito de reunir e sistematizar informações essenciais sobre a atuação dos órgãos e entidades do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no período de 2023 a 2026, o Livro de Transição organiza referências para a transparência, a continuidade administrativa e a qualificação do processo de transição governamental.

O documento apresenta à próxima gestão um panorama objetivo da estrutura e das competências institucionais, das principais frentes de atuação, dos programas, projetos e ações desenvolvidos, dos resultados alcançados e dos temas que demandam acompanhamento e continuidade.

Ao reunir informações estratégicas sobre iniciativas em execução, orçamento, contratos, licitações, obras, riscos, prazos e decisões prioritárias, subsidia a tomada de decisão no início do próximo ciclo de gestão, com especial atenção aos primeiros 100 dias.

Constitui, ainda, instrumento de memória institucional, contribuindo para preservar o conhecimento organizacional e assegurar a continuidade das políticas públicas e dos serviços prestados à sociedade.

Seção I – Contextualização

Sobre a SPGG

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG)
Site	https://planejamento.rs.gov.br/inicial
Endereço	Avenida Borges de Medeiros, 1501 - 21º andar - Porto Alegre - RS
Base legal	A estrutura da SPGG é regida pelo Decreto nº 56.382, de 14 de fevereiro de 2022, alterado pelo Decreto nº 57.144, de 18 de agosto de 2023, pelo Decreto nº 58.132, de 28 de abril de 2025 e pelo Decreto nº 58.380, de 30 de setembro de 2025.
Vinculadas	• Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP) • Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (Procergs) • Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (IPE Saúde)
Competências legais	A Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão atua de forma estratégica e transversal no Governo do Estado, sendo responsável por políticas e ações relacionadas ao planejamento governamental, orçamento, gestão e desenvolvimento de pessoas, governança e transformação digital, gestão de tecnologia da informação e comunicação, patrimônio do Estado, compras públicas, atendimento ao cidadão, gestão baseada em dados e modernização administrativa. Sua atuação visa fortalecer a eficiência, a integração e a capacidade de entrega das políticas públicas estaduais.
Número de servidores	• Efetivos: 550 • Temporários: 179 • Cedidos/adidos: 21 • Terceirizados: 977 • Comissionados: 111
Número de estações de trabalho (presencial)	1.031 estações de trabalho

Organograma

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



Áreas de assessoramento e apoio à gestão

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	
Principais atribuições	Responsável pela coordenação da comunicação institucional da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), atua de forma transversal junto ao Gabinete, à Direção-Geral, às subsecretarias, ao Departamento de Economia e Estatística (DEE), às entidades vinculadas — Procergs, IPE Saúde e EDP — e à Secretaria de Comunicação do Estado (Secom). A área coordena e integra a comunicação institucional da SPGG, assegurando a articulação da comunicação de políticas públicas, indicadores econômicos oficiais, serviços ao cidadão, projetos estratégicos, iniciativas de transformação digital e agendas institucionais conduzidas pela SPGG e suas entidades vinculadas, garantindo alinhamento institucional, comunicação pública qualificada e continuidade das ações. Compete à Ascom: ● Coordenar a comunicação das inaugurações das unidades do Tudo Fácil e a divulgação permanente dos serviços da rede; ● Articular, em parceria com a Secom, as ações de publicidade institucional, incluindo a elaboração de briefings, a definição de estratégias, a validação técnica das campanhas e o acompanhamento dos processos de produção e veiculação; ● Gerir os canais institucionais da SPGG, incluindo portal, redes sociais, comunicação interna e demais plataformas institucionais; ● Conduzir a interlocução de comunicação entre o Gabinete da SPGG, a Secom, o Cerimonial do Governador e as áreas responsáveis pela organização dos eventos nas agendas oficiais com participação do governador, articulando apresentações, materiais de apoio, atendimento à imprensa e o assessoramento de comunicação à secretária (o), observadas as atribuições específicas de cada área; ● Coordenar a comunicação dos eventos estratégicos promovidos pela SPGG, em articulação com as áreas responsáveis, contemplando identidade visual, materiais de comunicação, divulgação institucional e atendimento à imprensa; ● Apoiar a elaboração e a adequação de apresentações institucionais e materiais de comunicação utilizados pela alta gestão em agendas estratégicas; ● Coordenar o atendimento à imprensa, incluindo recebimento e encaminhamento de demandas, elaboração de respostas, produção de releases e notas, organização de entrevistas e articulação com áreas técnicas. Além de monitorar a repercussão de notícias sobre ações da SPGG nos meios de comunicação e ambientes digitais.
Atuação	**Comunicação estratégica:** assessoramento à alta gestão, planejamento da comunicação institucional e articulação permanente com as subsecretarias, a Secom, o DEE, as áreas técnicas e as entidades vinculadas, assegurando alinhamento entre as prioridades da gestão e a comunicação pública.

	Comunicação pública e institucional: produção e disseminação de conteúdos jornalísticos, institucionais, gráficos, audiovisuais e digitais; coordenação da comunicação de projetos estratégicos, indicadores econômicos, eventos institucionais, entregas governamentais, serviços do Tudo Fácil e iniciativas desenvolvidas pelas entidades vinculadas. **Comunicação de crise:** apoio à alta gestão em situações de crise ou emergência, com organização dos fluxos de informação, alinhamento de comunicados, atendimento à imprensa, monitoramento da repercussão nos meios de comunicação e nos ambientes digitais e articulação com a Secom e os órgãos envolvidos, assegurando comunicação coordenada e tempestiva.
Destaques da gestão	**LDO:** Ampliação e qualificação da divulgação das diretrizes e prioridades do governo para o orçamento anual. **PPA:** Ampliação do acesso às informações sobre os programas e objetivos estratégicos do planejamento governamental. **LOA**: Qualificação da comunicação sobre a previsão de receitas e a destinação dos recursos públicos. **Coletivas de imprensa do PIB RS** - A iniciativa ampliou a divulgação de informações econômicas e sua compreensão pela sociedade. **Lançamento da GurIA** - Solução de inteligência artificial voltada ao acesso a informações e serviços públicos. A iniciativa integra a agenda de transformação digital do Estado. **Lançamento do RS + Digital** - Iniciativa voltada à ampliação e qualificação dos serviços digitais do Estado, com foco na modernização de processos e na melhoria do acesso da população. **Evento SPGG/Red Bull** - Realização de evento em parceria com a Red Bull, com a instalação no CAFF da maior rampa de skate do mundo, integrando esporte, inovação e ocupação do espaço urbano, tornando o CAFF e a cidade de Porto Alegre conhecidas internacionalmente. **Corrida do Servidor** - Iniciativa de integração, convivência e promoção de qualidade de vida entre os servidores públicos estaduais. **Semana do Servidor** - Programação especial dedicada aos servidores estaduais, com atividades de integração, conhecimento, bem-estar e valorização dos profissionais que atuam no serviço público. **Revista Planejar RS** - Criação da Planejar RS, revista institucional que reúne conteúdos sobre planejamento, gestão pública, projetos estratégicos e políticas do Estado, contribuindo para o registro e a disseminação de informações. **Redes Sociais** - Qualificação dos conteúdos publicados nos canais digitais da SPGG, com aprimoramento da linguagem, dos formatos

	e da estratégia de divulgação. A iniciativa ampliou o alcance e a visibilidade das ações da Secretaria.
Pontos de atenção para a transição	A continuidade da comunicação institucional depende da preservação dos processos, ferramentas e articulações estratégicas consolidados pela área. • Manter a articulação permanente com a Secom para a comunicação institucional, as agendas compartilhadas e as ações de publicidade; • Acompanhar contratos, cronogramas e fluxos relacionados às campanhas publicitárias; • Preservar a integração com as assessorias de comunicação da Procergs, do IPE Saúde e do EDP; • Manter os fluxos de comunicação entre Gabinete, Direção-Geral, subsecretarias e áreas técnicas, assegurando atuação coordenada nas agendas estratégicas e em situações de crise; • Preservar os ativos de comunicação institucional, incluindo portal, redes sociais, banco de imagens, mailing institucional, repositórios de apresentações, acervos fotográficos e audiovisuais, garantindo a continuidade dos canais e da memória institucional da SPGG;

ASSESSORIA TÉCNICA	
Principais atribuições	Prestar assessoramento técnico ao titular da Pasta e às unidades da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), subsidiando a formulação de políticas, o acompanhamento de iniciativas estratégicas e a tomada de decisões relacionadas às competências da Secretaria. Compete à Assessoria elaborar análises, informações e subsídios técnicos, apoiar a articulação entre as unidades e acompanhar temas e projetos prioritários de interesse da Pasta. Também integra suas atribuições, conforme as competências regimentais e a organização interna vigente, apoiar o acompanhamento dos instrumentos de planejamento, governança e gestão de resultados, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como contribuir para a consolidação de informações estratégicas e o monitoramento das entregas institucionais.
Atuação	A atuação compreende o assessoramento técnico direto ao Gabinete, com elaboração de informações, análises, briefings, apresentações e subsídios para reuniões, agendas, eventos e processos decisórios. A Assessoria articula-se com a Direção-Geral, as subsecretarias e demais estruturas do Governo do Estado, consolidando informações sobre projetos, programas, entregas, metas e temas estratégicos para a Secretaria. Também apoia o acompanhamento de iniciativas prioritárias e instrumentos de planejamento e gestão, a organização de informações para o monitoramento institucional e a preparação da participação do titular da Pasta em agendas internas e externas. Sua atuação contribui para a integração de informações e para a qualificação das decisões e encaminhamentos da alta administração. Para um melhor desempenho e abrangência em

todos os assuntos de interesse do Estado, a ASTEC é dividida em 4 núcleos:

• INTERNO
• INFRAESTRUTURA
• SOCIAL
• ECONÔMICO

1 NÚCLEO INTERNO
O Núcleo Interno da ASTEC/SPGG acompanha projetos, atividades e demandas das áreas internas da Secretaria, assegurando alinhamento às diretrizes estratégicas e apoio à sua execução. Também presta assessoramento direto à alta administração, com preparação de briefings, apoio às reuniões, elaboração de atas e acompanhamento das deliberações. Produz ainda análises técnicas e de dados para subsidiar decisões e atua na articulação entre o Gabinete e as unidades internas. Em síntese, o Núcleo atua na coordenação, monitoramento e suporte estratégico dos assuntos internos da SPGG, contribuindo para o funcionamento integrado e eficiente da Secretaria.

2 NÚCLEO INFRAESTRUTURA
O Núcleo de Infraestrutura da Assessoria Técnica (ASTEC) atua no acompanhamento estratégico de programas, projetos e empreendimentos prioritários do Governo do Estado nas áreas de habitação, reconstrução, desenvolvimento urbano, infraestrutura hídrica e obras públicas. Sua atuação busca subsidiar a tomada de decisão da alta gestão da SPGG por meio da consolidação de informações, monitoramento de resultados e articulação entre os diversos órgãos envolvidos.

Entre as principais agendas acompanhadas destaca-se a Estratégia Integrada de Habitação, que reúne os principais programas e ações habitacionais voltados à reconstrução pós-enchentes e à ampliação do acesso à moradia. O Núcleo também acompanha iniciativas relacionadas à implementação das políticas de reconstrução, promovendo a consolidação de informações, o monitoramento da execução e a articulação institucional entre os diferentes atores envolvidos.

Além da agenda habitacional, o Núcleo acompanha projetos estruturantes relacionados à reconstrução e à resiliência do Estado, incluindo empreendimentos de infraestrutura hídrica, desenvolvimento urbano e obras estratégicas conduzidas por diferentes órgãos setoriais. Nesse contexto, atua no monitoramento da execução física e financeira dos projetos, no acompanhamento das deliberações do FUNRIGS, na identificação de riscos e gargalos e na elaboração de subsídios técnicos para a alta gestão, contribuindo para a coordenação institucional e para a efetividade das políticas públicas acompanhadas pela SPGG.

3 NÚCLEO SOCIAL
O Núcleo Social acompanha projetos e programas relacionados com os seguintes Órgãos de Estado: Educação, Desenvolvimento Social, Mulheres, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Saúde (inclusive o IPE Saúde, como autarquia), Desenvolvimento Rural,

Trabalho e Desenvolvimento Profissional, Segurança Pública e Sistemas Penal e Socioeducativo.

A equipe desempenha papéis de assessoramento e coordenação estratégica entre órgãos, a depender da maturidade e complexidade dos projetos e programas e da capacidade de entrega. No caso da estruturação da Secretaria da Mulher, da elaboração do Plano de Enfrentamento da Violência Doméstica, o Núcleo Social da ASTEC foi crucial no levantamento das informações e na coordenação da elaboração do plano, atuando fortemente no levantamento de dados e na articulação entre as diversas áreas envolvidas com esse tema transversal. Igualmente, na constituição do Programa Estadual e do Sistema de Proteção à Mulher, a atuação do núcleo foi determinante, tanto no auxílio de redação de normativas quanto no apoio a definições técnicas sobre governança, constituição de prontuário eletrônico, etc. Também fica a cargo do Núcleo Social da ASTEC a representação da Secretaria em Conselhos e Redes de Promoção de Direitos.

Teve forte atuação na coordenação do programa RS Atento, que envolve tanto o sistema de videomonitoramento e cercamento eletrônico da SSP quanto à Política Integrada de Gestão do Ambiente Escolar (PIGAE) da SEDUC, projeto amplo que objetiva ampliar a segurança nas ruas, a proteção nas escolas e a aprendizagem dos alunos por meio de tecnologia e integração de informações. O ambiente físico disponibilizado para a alta gestão monitorar imagens e painéis com dados gerenciais também teve acompanhamento da ASTEC, viabilizando o Centro de Gestão Integrada localizado no CAFF.

Em outros projetos estratégicos, como a viabilização do programa “Pé no Futuro” (SEDUC), que em tempo recorde viabilizou, pela primeira vez, a aquisição de tênis pelos alunos da rede estadual de ensino, e projetos do IPE Saúde, participa das reuniões, elabora briefings para preparar os atores estratégicos e apoia as diversas articulações necessárias entre os órgãos de Estado e os diversos setores da SPGG que tenham impacto sobre o desenvolvimento dos projetos e programas sob acompanhamento.

4 NÚCLEO ECONOMIA

O Núcleo Economia da ASTEC/SPGG acompanha projetos, programas e demandas relacionados às áreas econômica, fiscal e ambiental, abrangendo desde os diferentes setores da economia até questões financeiras e orçamentárias. Sua atuação envolve tanto agendas desenvolvidas no âmbito da própria SPGG quanto aquelas conduzidas em articulação com outros órgãos do Estado, especialmente as secretarias de Desenvolvimento Econômico, Fazenda, Inovação, Ciência e Tecnologia, Turismo, Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação, Meio Ambiente, Cultura, Trabalho e Desenvolvimento Profissional.

O Núcleo presta assessoramento técnico à alta gestão da SPGG, acompanhando projetos estratégicos, produzindo e analisando informações econômicas, fiscais e setoriais e elaborando subsídios para a tomada de decisão. Também apoia equipes da SPGG e de outros órgãos estaduais na obtenção, tratamento e interpretação de

	dados, na elaboração de estudos socioeconômicos e na análise de políticas públicas e projetos governamentais. Entre os trabalhos específicos conduzidos pelo Núcleo, destacam-se a análise de projetos e elaboração de subsídios técnicos para a participação da SPGG no Comitê Gestor do FUNRIGS; estudos de impacto econômico de programas e investimentos do Governo, como o Programa Porta de Entrada e o Plano de Concessões Rodoviárias; e análises dos efeitos econômicos das estiagens sobre a produção agropecuária e as cadeias produtivas. De forma transversal, o Núcleo Economia busca qualificar a tomada de decisão da SPGG por meio da combinação entre acompanhamento estratégico, análise técnica e produção de evidências, aproximando informações econômicas e setoriais das decisões de planejamento, priorização e avaliação das políticas públicas.

Destaques da gestão	**Secretaria da Mulher do RS**
	• Benchmarking e proposta de desenho da Secretaria da Mulher do RS;
	• Organização das ações estaduais referentes a esse público;
	• Redação do Plano Gaúcho de Metas para o Enfrentamento Integrado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (2025-2034);
	• Desenho de escopo de contratação e de metodologia para capacitação de servidores sobre masculinidades e violência contra a mulher;
	• Apoio na estruturação do Programa Estadual de Proteção e Promoção aos Direitos das Mulheres;
	• Apoio na elaboração de normativas e de suas respectivas justificativas, voltadas a ações destinadas a esse público:
	  ○ Alteração da Lei nº 15.934, de 2023, e Decreto nº 58.683, de 23 de março de 2026 – Instituição da Secretaria da Mulher e estrutura básica;
	  ○ Decreto nº 58.675, de 16 de março de 2026 – Programa Estadual;
	  ○ Decreto nº 58.674, de 16 de março de 2026 – Reserva de vagas nos contratos terceirizados;
	• Contribuições em dezenas de encontros para a construção do Sistema de Proteção à Mulher, tecnologia para registro das informações dos Centros de Referência, acompanhamento dos casos e apoio nas gestões locais e estadual;
	• Representação da Secretaria em Conselhos e Comitês, como:
	  ○ Conselho Estadual da Mulher;
	  ○ Comitê Gestor Intersetorial Estadual do Programa Estadual de Proteção e Promoção aos Direitos das Mulheres;
	  ○ Comitê Interinstitucional do Avança Mulher Empreendedora;
	  ○ Comitê Rede Lilás.
	
	MGI – Programa Nacional de Gestão e Inovação
	O Núcleo Interno da ASTEC acompanha a execução do Acordo de Adesão firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

	e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no âmbito do Programa Nacional de Gestão e Inovação (PNGI). O objetivo do acordo é promover a melhoria da gestão pública estadual e municipal, por meio da implementação de soluções de gestão, governo digital e inovação governamental, fortalecendo a cooperação federativa. O Plano de Trabalho pactuado entre os partícipes contempla ações estruturadas em eixos temáticos como: • Transformação digital; • Inovação e desenvolvimento de competências; • Logística e compras públicas; • Responsabilidade socioambiental. Entre as iniciativas previstas estão a adesão a ferramentas digitais como: Conecta GOV.BR, Balcão GOV.BR, RoDOU e Assinatura Avançada GOV.BR, além de programas de capacitação como o LaboraGOV e o ENAP Aqui. O Núcleo Interno atua no monitoramento da execução do plano, na articulação com as áreas internas da SPGG envolvidas nas ações pactuadas, na sistematização de informações e no assessoramento à alta gestão da Secretaria quanto ao andamento das atividades. Também acompanha o cumprimento dos prazos e metas estabelecidos, bem como a interlocução com os órgãos federais parceiros, contribuindo para a efetividade das entregas e a institucionalização das soluções no âmbito da administração estadual. **Projetos Estratégicos – Acordo de Resultados (AR)** O Sistema de Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul foi instituído pelo Decreto nº 54.581, de 25 de abril de 2019. O Núcleo Interno realiza o acompanhamento dos projetos estratégicos do Estado por meio dos indicadores do Acordo de Resultados (AR), mantendo contato com os diversos órgãos para estruturar os relatórios de status dos projetos apresentados nas reuniões de governança, bem como atuando junto à Rede de Planejamento, Governança e Gestão. O acompanhamento é realizado prioritariamente por meio do Sistema de Monitoramento Governamental (SMG) e de reuniões com as equipes dos projetos, ASTEC e da Assessoria de Governança do Departamento de Projetos Estratégicos e Captação. Projetos estratégicos monitorados em 2026 • RS.GOV – Estratégia Digital; • IPE Odonto; • Preservação Digital; • PROGESTÃO RS; • Sistema Integrado do Mapa Único do Plano Rio Grande (SisMUP); • Implantação das perícias médicas regionalizadas; • Conversas Transacionais – GurIA; • RS+ Digital; • Aumento de Capital da PROCERGS; • Novo Complexo Administrativo do Estado – CAE; • Canais Integrados de Atendimento ao Cidadão – Tudo Fácil; • CELIC Digital. **Estratégia Integrada de Habitação**

	Constitui a principal iniciativa habitacional do Governo do Estado voltada à reconstrução pós-enchentes, à redução do déficit habitacional e à ampliação do acesso à moradia. Coordenada pela SEHAB, com acompanhamento da SPGG e atuação integrada da SEDUR, a estratégia reúne diferentes programas e instrumentos destinados ao atendimento de demandas habitacionais emergenciais e permanentes, em consonância com a Política Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS). Entre as principais iniciativas destacam-se: • Programa A Casa é Sua; • Porta de Entrada; • Ações de desapropriação e urbanização de áreas; • Implantação de infraestrutura e saneamento; • Habitação rural; • Demais soluções voltadas ao reassentamento de famílias e à ampliação do acesso à moradia. No âmbito da Estratégia Integrada de Habitação, a ASTEC atua na consolidação de informações dos órgãos executores, no monitoramento da execução dos empreendimentos, no acompanhamento das deliberações do FUNRIGS e na identificação de riscos e entraves à implementação das ações. Também elabora subsídios técnicos para a alta gestão e mantém controles sobre a evolução dos projetos e das entregas habitacionais nos municípios contemplados. **Elaboração de votos para subsidiar a participação no Comitê Gestor do FUNRIGS** Análise técnica, realizada conjuntamente pela ASTEC e SUPLAN, dos projetos submetidos à apreciação do Comitê Gestor do FUNRIGS. A cada reunião, são examinados os projetos incluídos na pauta, com identificação de seus principais aspectos, pontos de atenção e elementos favoráveis, de modo a subsidiar o posicionamento e a participação da SPGG nas deliberações. O trabalho é consolidado em votos e notas de apoio à decisão, reunindo os principais elementos técnicos para a apreciação pelo Comitê Gestor, instância responsável por deliberar sobre a aprovação dos projetos. Estudos de impacto econômico de programas e investimentos do Governo Desenvolvimento de avaliações destinadas a estimar os efeitos econômicos de políticas, programas e projetos estratégicos do Estado. Os estudos mensuram impactos sobre variáveis como: • Produção; • Valor adicionado/PIB; • Emprego; • Arrecadação tributária. São considerados tanto os efeitos diretos quanto os encadeamentos gerados sobre a economia gaúcha. As análises fornecem subsídios para o planejamento, a avaliação e a tomada de decisão sobre iniciativas governamentais, bem como para a comunicação de seus impactos econômicos estimados. Entre as aplicações realizadas estão estudos relacionados ao Programa Porta de Entrada e ao Plano de Concessões Rodoviárias do Estado.

	RS Atento + Centro de Gestão Integrada (CGI) O Programa é composto pelo sistema de videomonitoramento e cercamento eletrônico da SSP e pela Política Integrada de Gestão do Ambiente Escolar (PIGAE). As principais atividades desenvolvidas incluem: • Coleta de dados e informações para construção do material de lançamento do programa, incluindo cálculos orçamentários, objetivos, logística e prazos; • Acompanhamento de todas as reuniões da PIGAE e do CGI, desde as estratégicas até aquelas das áreas técnicas sobre integração de sistemas; • Articulação para garantia do engajamento dos diversos atores, incluindo EDP, STI, PROCERGS, SUGEP e SUAD; • Apoio na superação das etapas técnicas, normativas e executivas. **Avaliação dos impactos econômicos das estiagens no Rio Grande do Sul** Desenvolvimento de estudos para mensurar os efeitos das estiagens sobre a economia gaúcha, desde as perdas na produção agrícola até sua propagação pelas cadeias produtivas e pelo conjunto da economia. A análise considera as principais culturas do Estado, como soja e milho, e integra dados econômicos, agropecuários e climáticos, incluindo informações de: • Precipitação; • Evapotranspiração; • Outros indicadores das condições hídricas. Essa agenda de trabalho busca estimar as perdas associadas aos eventos de estiagem e seus reflexos sobre produção, valor adicionado, emprego e demais variáveis econômicas, identificando como choques inicialmente concentrados na agropecuária impactam os demais setores da economia.

ASSESSORIA DA PROCURADORIA SETORIAL	
Principais atribuições	A Procuradoria Setorial junto à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG integra a estrutura da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul – PGE/RS e o Sistema de Advocacia de Estado, estando hierarquicamente subordinada à PGE/RS e vinculada à Coordenação-Geral das Assessorias Jurídicas da Administração Pública Direta e Indireta – CGAJAPDI. As Procuradorias Setoriais são órgãos de atuação junto às Secretarias de Estado, bem como às autarquias e fundações públicas, exercendo atividades de orientação, consultoria e assessoramento jurídico. Nesse contexto, a Procuradoria Setorial da SPGG desempenha papel estratégico na consolidação da legalidade, da segurança jurídica e da eficiência da atuação administrativa.
Atuação	Sua atuação compreende o assessoramento jurídico às unidades da Secretaria, especialmente na análise de editais, contratos, convênios e instrumentos congêneres, na apreciação de hipóteses de contratação direta e na elaboração, revisão e controle de juridicidade de atos normativos e administrativos. A atuação busca não apenas responder às demandas encaminhadas, mas também

	oferecer orientação preventiva, contribuindo para a adequada tomada de decisões pela Administração. Para o atendimento das demandas, a Procuradoria Setorial possui estrutura organizada por áreas de especialização. Além dos processos atendidos diretamente pelo Setor de Apoio, pela Coordenação da Assessoria e pela Procuradora do Estado Coordenadora Setorial, as demandas são distribuídas entre os núcleos de Pessoal, Patrimônio e Contratos, conforme a matéria.

Direção Geral - DIRGE

Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Direção-Geral (DIRGE)
Site	N/A
Endereço	Avenida Borges de Medeiros, 1501 - 21º andar - Porto Alegre - RS
Base legal	Decreto nº 56.155, de 25 de outubro de 2021; Decreto nº 56.382, de 14 de fevereiro de 2022; Decreto nº 57.144, de 18 de agosto de 2023; e Decreto nº 58.132, de 28 de abril de 2025.
Competências legais	À Direção-Geral - DIRGE - compete: I - coordenar, orientar, acompanhar e controlar todas as atividades administrativas da Secretaria, com vista à uniformidade de gestão; II - promover a articulação e a integração das políticas definidas pela Pasta; III - coordenar e orientar a elaboração de propostas e de projetos que levem à melhoria do desenvolvimento das atividades administrativas da Secretaria; IV - subsidiar tecnicamente o Secretário de Estado nas questões relacionadas à gestão das atividades administrativas da Pasta; e V - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado do Planejamento Governança e Gestão.
Número de servidores	Total: 13 □ Adido: 1 • Efetivos: 6 • Temporários: 2 • Comissionados: 4

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. Fortalecimento do Sistema de Controle Interno da SPGG

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Fortalecimento do Sistema de Controle Interno da SPGG
Base legal	Of. Circ. 18/2021/GABINETE/SPGG
Unidade responsável	Direção-Geral – Núcleo Assessoria de Controle Interno (ACI)
Órgãos e entidades parceiras	SPGG com apoio das Subsecretarias
Objetivo	O Fortalecimento do Sistema de Controle Interno da SPGG tem por objetivo aprimorar a capacidade institucional de identificação, acompanhamento e mitigação de riscos que possam

	comprometer a conformidade administrativa, a integridade institucional e a regularidade dos atos de gestão. A iniciativa busca consolidar o Controle Interno como instrumento de apoio técnico à gestão, com atuação preventiva e responsiva voltada à qualificação dos processos internos, ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, ao atendimento adequado das demandas de órgãos de controle e auditoria e à promoção de práticas alinhadas à legislação vigente, à transparência e à boa governança. Também constitui finalidade da ação contribuir para a continuidade administrativa, a tempestividade das respostas institucionais, a melhoria da qualidade das informações prestadas e o fortalecimento de rotinas capazes de reduzir fragilidades, prevenir inconformidades e subsidiar a tomada de decisão no âmbito da Secretaria. Ademais, insere-se nesse objetivo o fortalecimento da governança e dos mecanismos de gestão de riscos e controle interno no âmbito das subsecretarias, inclusive na Subsecretaria Central de Licitações, considerando que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 169, inciso II, previu a atuação estruturada do controle interno nas contratações públicas. Nesse contexto, a criação da segunda linha de defesa na estrutura da CELIC, através de sua Assessoria de Controle Interno, representa medida relevante para qualificar a governança, ampliar a atuação preventiva e reforçar a segurança dos processos licitatórios conduzidos pela Secretaria.
Justificativa	A continuidade do Fortalecimento do Sistema de Controle Interno da SPGG justifica-se pela sua contribuição direta para a integridade institucional, a qualificação da gestão e a redução de riscos administrativos, jurídicos e operacionais que possam impactar a atuação da Secretaria. Ao promover o monitoramento sistemático de processos, a orientação às áreas técnicas e a gestão preventiva de riscos, o Controle Interno contribui para a redução de apontamentos por órgãos de controle, para a diminuição de decisões liminares contrárias à gestão no âmbito do Tribunal de Contas e para a mitigação de fatores que possam ensejar o ajuizamento de demandas judiciais pelo Ministério Público. Além da atuação responsiva no atendimento às demandas de órgãos de controle, a ação fortalece a capacidade interna da SPGG de aperfeiçoar fluxos, procedimentos e rotinas de acompanhamento, favorecendo maior segurança ao gestor e melhor qualidade das informações produzidas pela Secretaria. Nesse sentido, a atuação do Controle Interno contribui para a constituição de fluxos organizacionais, para a preservação da memória institucional por meio da manutenção de dados e históricos dos processos, para a racionalização das demandas de maior risco e para o aprimoramento do relacionamento institucional com órgãos de controle, permitindo melhor compreensão das solicitações recebidas e construção de soluções mais favoráveis à gestão pública. A iniciativa também se mostra relevante pelos ganhos permanentes de governança, transparência e continuidade administrativa, especialmente por meio da produção de relatórios periódicos e da participação ativa em grupos de trabalho estratégicos. Tais entregas ampliam a capacidade de

	acompanhamento de metas, registram os resultados produzidos pelas áreas da SPGG e promovem uma cultura organizacional comum, orientada à conformidade, à prevenção de inconformidades e ao aperfeiçoamento contínuo da gestão.
Principais instrumentos	O Fortalecimento do Sistema de Controle Interno da SPGG é desenvolvido por meio de instrumentos voltados ao acompanhamento, à análise e à orientação de demandas sensíveis à gestão, com atuação preventiva e responsiva junto às áreas técnicas da Secretaria. Entre os principais mecanismos utilizados, destacam-se o controle de demandas, a participação no inventário de bens móveis, o acompanhamento e a orientação aos procedimentos apuratórios, especialmente sindicâncias, a elaboração de relatórios quadrimestrais, bem como o acompanhamento, a resposta e a análise de denúncias encaminhadas à Secretaria. A atuação também se materializa pela participação da Assessoria de Controle Interno em grupos de trabalho, acompanhamento de audiências, comissões e comitês institucionais. Além disso, há um envolvimento em demandas relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados, contribuindo para a conformidade dos procedimentos, a mitigação de riscos e o aprimoramento das rotinas administrativas. Esses instrumentos permitem ampliar a capacidade de monitoramento, qualificar a tomada de decisão e fortalecer a articulação entre as unidades da SPGG e os órgãos de controle. Do ponto de vista técnico, a ação é operacionalizada por meio da elaboração de ofícios, informações, análises de sindicância, análises de conformidade e manifestações de apoio à gestão, os quais subsidiam respostas institucionais, registram entendimentos técnicos e contribuem para a padronização de procedimentos, a preservação da memória organizacional e a continuidade das ações de controle interno no âmbito da Secretaria.
Público-alvo e abrangência	O público-alvo do Fortalecimento do Sistema de Controle Interno da SPGG compreende, prioritariamente, o âmbito interno da Secretaria, abrangendo a alta gestão, as subsecretarias, diretorias, departamentos, assessorias e demais unidades responsáveis pela condução de processos administrativos, pela prestação de informações institucionais e pela execução de rotinas sujeitas a riscos de conformidade, integridade e controle. A abrangência da ação está relacionada ao conjunto de atividades administrativas e técnicas desenvolvidas pela SPGG que demandam acompanhamento, análise, orientação ou resposta institucional sob a perspectiva do controle interno. Nesse contexto, a atuação alcança processos internos, fluxos de trabalho, procedimentos apuratórios, demandas de órgãos de controle, denúncias, iniciativas de gestão de riscos, ações de conformidade e demais matérias que exijam suporte técnico para a prevenção de inconformidades e o fortalecimento da governança.
Beneficiários diretos	Os beneficiários diretos do Fortalecimento do Sistema de Controle Interno da SPGG são a gestão interna da Secretaria, os órgãos externos que interagem com a Pasta e os cidadãos que apresentam manifestações à Administração Pública. No âmbito interno, a atuação beneficia a alta gestão, as

	subsecretarias, diretorias, departamentos, assessorias e equipes técnicas, ao oferecer apoio para a instrução de processos, a organização de fluxos, a análise de riscos e a qualificação das respostas institucionais. No âmbito externo, são beneficiados os órgãos de controle, fiscalização, auditoria e persecução institucional, bem como os cidadãos, pela melhoria na qualidade, na segurança e na tempestividade do tratamento das demandas encaminhadas à SPGG.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

No período, o Fortalecimento do Sistema de Controle Interno da SPGG resultou na ampliação da capacidade de organização, acompanhamento e resposta às demandas de controle, com consolidação de fluxos internos, registro sistemático das solicitações recebidas e monitoramento dos prazos estabelecidos. Entre 2023 e 2026, foram recebidas 1.160 demandas e executadas 2.253 atividades relacionadas ao seu atendimento, evidenciando crescimento da atuação técnica da Assessoria de Controle Interno e maior capacidade de tratamento das solicitações encaminhadas à Secretaria.

Na gestão patrimonial, destaca-se a participação da ACI no processo de aprimoramento do inventário de bens móveis, com cooperação nas comissões inventariantes e acompanhamento das medidas voltadas à redução de pendências históricas. A evolução dos levantamentos recentes demonstra melhoria relevante na localização e no controle dos bens, com redução do percentual de bens não localizados de 6,9%, em 2021, para 0,4%, em 2025.

Também foram fortalecidas as rotinas relativas aos procedimentos apuratórios, com atuação na análise prévia quanto ao cabimento de instauração, na delimitação do objeto de apuração e no apoio técnico às comissões de sindicância. Essa atuação contribuiu para qualificar a instrução dos procedimentos, uniformizar entendimentos e promover o tratamento de potenciais irregularidades ainda em fase inicial.

A elaboração de relatórios quadrimestrais consolidou-se como instrumento de acompanhamento da gestão, transparência interna e registro da atuação das áreas da SPGG. As informações prestadas pelas subsecretarias passaram a subsidiar a avaliação qualitativa da ACI, o acompanhamento de metas, a prestação de contas e a elaboração do Relatório de Contas do Gestor.

A participação da ACI em grupos de trabalho, comissões e comitês relevantes também representou entrega estratégica do período, especialmente em temas relacionados à transparência pública, integridade, custos, prestação de contas, patrimônio imobiliário estadual e proteção de dados pessoais. Destaca-se a contribuição para os ciclos do Programa Nacional de Transparência Pública, que resultaram na classificação do Estado do Rio Grande do Sul no nível Ouro, em 2023, e no nível Diamante, em 2025, com evolução do índice de transparência de 87,35% para 96,7%.

Nesse contexto, destaca-se, ainda, o desenvolvimento do sistema de Controle de Demandas (CODE) concebido para qualificar a gestão interna das solicitações acompanhadas pela Assessoria de Controle Interno. A ferramenta permite o controle de prazos, a organização das demandas, a priorização de tarefas críticas, o registro do histórico dos processos e das atividades realizadas, bem como o acompanhamento sistemático de dados gerenciais. Com isso, tende a ampliar a rastreabilidade das informações, fortalecer a memória institucional e favorecer o acesso da alta gestão a dados consolidados sobre demandas, pendências, prazos e providências adotadas.

Por fim, a atuação em denúncias, audiências e demandas relacionadas à LGPD ampliou a capacidade de resposta institucional da Secretaria, permitindo o acompanhamento de assuntos sensíveis, a identificação de riscos emergentes e o encaminhamento de medidas preventivas ou corretivas. Em conjunto, as entregas realizadas contribuíram para o fortalecimento da governança interna, da conformidade administrativa, da memória organizacional e da relação da SPGG com

órgãos de controle e demais interessados.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** A ação encontra-se em execução contínua, em caráter de assessoria, com atuação permanente da Assessoria de Controle Interno no acompanhamento, orientação e apoio técnico à gestão e às áreas da SPGG.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Manutenção da atuação contínua da Assessoria de Controle Interno, com preservação dos fluxos de acompanhamento, orientação e apoio técnico à gestão, bem como dos instrumentos de monitoramento, análise e resposta às demandas de controle.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Os principais riscos associados à ação decorrem do volume crescente de demandas submetidas à Assessoria de Controle Interno e da dependência de informações tempestivas e consistentes das áreas técnicas da SPGG. A demora no encaminhamento de subsídios, a incompletude das informações ou a ausência de alinhamento prévio podem comprometer a qualidade técnica das respostas, gerar perda de prazos e ampliar a exposição da Secretaria perante órgãos de controle, fiscalização, auditoria e demais instâncias externas. Também constituem pontos críticos a adequada delimitação de objetos em procedimentos apuratórios, o tratamento de denúncias e manifestações de cidadãos, a conformidade em matérias sensíveis e a preservação de registros que sustentem a memória institucional das análises realizadas. Eventuais fragilidades nesses aspectos podem resultar em retrabalho, inconsistência de entendimentos, respostas insuficientes, aumento de apontamentos externos e redução da capacidade preventiva do Controle Interno no apoio à gestão.
Recomendações	Recomenda-se assegurar a manutenção da atuação contínua da Assessoria de Controle Interno como instância de assessoramento técnico à gestão, preservando o acompanhamento das demandas de controle, a orientação às áreas da SPGG e o apoio à qualificação das respostas institucionais. Também se recomenda preservar a articulação institucional com os órgãos externos e a interlocução com as unidades internas da Secretaria, de modo a garantir continuidade ao tratamento tempestivo e qualificado das demandas, à prevenção de inconformidades e ao fortalecimento da cultura de controle interno no âmbito da SPGG.
Mais informações	Além das informações prestadas, o Controle Interno possui envolvimento direto na elaboração ou disponibilização dos seguintes materiais de apoio: • Manual de sindicância; • Manual do inventário; • SharePoint com documentação de apoio; • CODE – Sistema de controle de demandas;

	• Página da LGPD no site da SPGG; • Cartilha da LGPD; • Guia orientativo dos quadrimestrais.

2. Conformidade das contas da SPGG, com aprovação sem ressalvas pelos órgãos de controle e auditoria

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Conformidade das contas da SPGG, com aprovação sem ressalvas pelos órgãos de controle e auditoria
Base legal	Resolução TCE nº 1.028, de 04 de março de 2015; Resolução TCE nº 1.132, de 09 de dezembro de 2020; Instrução Normativa CAGE nº 01, de 15 de fevereiro de 2022.
Unidade responsável	Direção-Geral – Núcleo Assessoria de Controle Interno (ACI)
Órgãos e entidades parceiras	SPGG com apoio das Subsecretarias
Objetivo	O Relatório de Contas Ordinárias da Gestão tem por objetivo apresentar as principais práticas e ações de gestão adotadas pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão no exercício, bem como informar os resultados alcançados no período, em atendimento às normas que orientam a prestação de contas anual da gestão pública. A iniciativa busca proporcionar uma visão transparente e sistêmica da gestão dos recursos públicos disponíveis, abrangendo recursos humanos, orçamentários, financeiros, materiais e tecnológicos, de modo a demonstrar a conformidade da atuação administrativa e subsidiar a avaliação pelos órgãos de controle e auditoria. Também constitui objetivo de o relatório evidenciar o alinhamento das ações da SPGG aos objetivos institucionais, às políticas públicas estabelecidas para o exercício e às metas previstas nos instrumentos de planejamento e orçamento, especialmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, além das iniciativas definidas internamente para o cumprimento das competências da Secretaria.
Justificativa	A elaboração do Relatório de Contas Ordinárias da Gestão justifica-se pela obrigatoriedade regulamentar de prestação de contas anual pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, nos termos das normas aplicáveis ao controle externo e à auditoria governamental. A iniciativa decorre da necessidade de instruir, de forma organizada e tempestiva, as informações exigidas pelos órgãos de controle e auditoria, demonstrando a execução das ações de gestão, a aplicação dos recursos públicos e o atendimento às metas, diretrizes e obrigações previstas nos instrumentos de planejamento e orçamento. Além de atender às exigências normativas, o relatório contribui para conferir transparência à gestão, consolidar informações institucionais relevantes e subsidiar a análise da regularidade das contas da SPGG, favorecendo a manutenção da conformidade

	perante os órgãos competentes.
Principais instrumentos	Os principais instrumentos utilizados para a conformidade das contas da SPGG compreendem os documentos, relatórios e informações que subsidiam a elaboração do Relatório de Contas Ordinárias da Gestão e sua instrução perante os órgãos de controle e auditoria. Entre esses instrumentos, destacam-se os relatórios quadrimestrais encaminhados pelas Subsecretarias e Assessorias ao Controle Interno a cada quatro meses, bem como o Relatório Anual de Custos, o inventário de bens, as declarações de bens e rendas, as medidas saneadoras adotadas no exercício e a tabela com a composição do quadro de pessoal existente no período. Também integram a instrução da prestação de contas as tabelas relativas aos objetivos institucionais e às metas físicas e financeiras, as quais permitem demonstrar a execução das ações planejadas, o acompanhamento dos resultados e a aderência da gestão aos instrumentos de planejamento e orçamento.
Público-alvo e abrangência	A abrangência da ação compreende o trabalho coordenado de consolidação, conferência e organização das informações necessárias ao cumprimento das determinações legais relacionadas à prestação de contas da SPGG. O público-alvo abrange a própria gestão da Secretaria, os órgãos de controle e a sociedade, na medida em que o Relatório de Contas Ordinárias da Gestão reúne informações úteis para a avaliação da atuação administrativa, da execução dos recursos públicos e das entregas realizadas no exercício.
Beneficiários diretos	Os beneficiários diretos da ação são o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS, na condição de órgão responsável pela avaliação dos dados apresentados no Relatório de Contas Ordinárias da Gestão, e a gestão da SPGG, que utiliza as informações consolidadas para demonstrar a conformidade da atuação administrativa, qualificar a prestação de contas e subsidiar o acompanhamento das ações, resultados e compromissos institucionais.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

No período, a ação contribuiu para o aprimoramento dos mecanismos de organização, acompanhamento e conformidade das informações prestadas pela SPGG no âmbito dos processos de Contas Ordinárias de Gestão, fortalecendo a atuação preventiva do Controle Interno e a capacidade institucional de resposta às demandas dos órgãos de controle e auditoria. A consolidação de fluxos internos, o acompanhamento sistemático das unidades responsáveis e a qualificação dos registros encaminhados permitiram maior consistência na instrução da prestação de contas e no tratamento das informações exigidas.

Conforme levantamento histórico, os processos de contas de gestão registraram irregularidades até o exercício de 2022. Já no período de 2023 a 2025, não houve achados de auditoria no âmbito das análises realizadas tanto pela CAGE quanto pelo TCE, e todas as inconformidades exaradas foram objeto de esclarecimentos que, com base nos argumentos apresentados pela Secretaria, foram afastados, resultando no julgamento pela regularidade das contas.

Essa trajetória evidencia avanço na qualificação dos controles internos, na adoção de medidas preventivas e no aperfeiçoamento das rotinas administrativas, refletindo maior aderência às diretrizes dos órgãos de controle e redução de fragilidades anteriormente identificadas.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** A ação encontra-se em execução periódica, realizada anualmente no âmbito do processo de prestação de contas da gestão da SPGG. A cada exercício, são reunidas, consolidadas e qualificadas as informações necessárias à instrução do Relatório de Contas Ordinárias, com acompanhamento das áreas responsáveis, verificação dos registros disponíveis e organização das evidências encaminhadas aos órgãos de controle e auditoria.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Manutenção da atividade periódica e anual de instrução do processo de Contas Ordinárias da Gestão, com preservação dos fluxos de solicitação, consolidação, conferência e qualificação das informações prestadas pelas áreas da SPGG, bem como organização das evidências necessárias ao atendimento das diretrizes dos órgãos de controle e auditoria.
Pontos críticos e riscos	Os principais riscos associados à ação decorrem da natureza periódica e anual do processo de Contas Ordinárias da Gestão, que exige a consolidação tempestiva, completa e consistente de informações provenientes de diferentes áreas da SPGG. A demora no encaminhamento dos subsídios, a ausência de documentos comprobatórios, a inconsistência entre dados apresentados ou a insuficiência de evidências podem comprometer a adequada instrução do Relatório de Contas, dificultar a análise pelos órgãos de controle e auditoria e ampliar a possibilidade de apontamentos, ressalvas ou solicitações adicionais de esclarecimento. Também constituem pontos críticos a necessidade de manter alinhamento permanente com as unidades responsáveis, observar os prazos definidos pelo Tribunal de Contas do Estado e assegurar a compatibilidade das informações relativas à execução orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e de resultados institucionais. Eventuais falhas nesses aspectos podem gerar retrabalho, perda de oportunidade para saneamento prévio de inconsistências, fragilização da memória institucional e maior exposição da Secretaria a questionamentos no exame das contas da gestão.
Recomendações	Recomenda-se assegurar a manutenção da rotina anual de planejamento, solicitação, consolidação e conferência das informações necessárias à instrução do Relatório de Contas Ordinárias da Gestão, com definição prévia de prazos internos, responsáveis e documentos comprobatórios exigidos, de modo a garantir a tempestividade, a completude e a consistência das informações encaminhadas aos órgãos de controle e auditoria.
Mais informações	Além das informações prestadas, o Controle Interno possui envolvimento direto na elaboração ou disponibilização dos seguintes materiais de apoio: • Comunicações encaminhadas às Subsecretarias e Assessorias para solicitação dos relatórios quadrimestrais;

	• Pasta no SharePoint para acompanhamento e revisão conjunta dos relatórios quadrimestrais; • Pasta no SharePoint com modelo de documentação e arquivos de referência para instrução das Contas Ordinárias de Gestão; • Guia orientativo dos quadrimestrais.

3. Tudo Fácil

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Expansão da Rede Tudo Fácil e ampliação do acesso aos serviços públicos
Base legal	Decreto Estadual nº 44.141/2005; Decreto nº 55.945/2021
Unidade responsável	Direção Geral – Núcleo Canais Integrados de Atendimento ao Cidadão (CIAC)
Órgãos e entidades parceiras	Subsecretaria da Administração - SUAD
Objetivo	O Tudo Fácil constitui uma estratégia do Governo do Rio Grande do Sul para modernizar e qualificar a prestação de serviços públicos, promovendo maior integração entre as diferentes esferas de governo e aproximando o Estado da população. Por meio da concentração de serviços estaduais, federais e municipais em um modelo de atendimento integrado, híbrido e ágil, o projeto faz parte da estratégia de Ampliação e Modernização dos Canais Integrados de Atendimento ao Cidadão. O objetivo é simplificar os processos e a jornada do cidadão, ampliar o acesso aos serviços públicos, promover a inclusão e o letramento digital e fortalecer a transformação digital do Estado, com foco na melhoria contínua da experiência e da qualidade do atendimento à população.
Justificativa	O projeto de Ampliação e Modernização das Centrais de Atendimento Tudo Fácil faz parte das iniciativas dos Canais Integrados de Atendimento, que surgiu em 2019 e tem o propósito de aproximar o Estado e entregar valor a todo cidadão do RS, por meio de um atendimento integrado, híbrido, mais simples e ágil. Ao reunir, em uma mesma estrutura, serviços de diversos órgãos e entidades públicas, o Projeto Tudo Fácil promove maior comodidade aos usuários, reduz deslocamentos e custos indiretos para a população, além de ampliar a capacidade do Estado de atender às demandas de forma coordenada e eficiente. O Projeto atualmente está estruturado de forma que a estratégia de modernização e ampliação está alocada na Direção Geral da SPGG, enquanto a coordenação da operação e a gestão da prestação dos serviços aos cidadãos estão sob os cuidados da Subsecretaria da Administração da pasta. A continuidade do projeto é fundamental para assegurar a expansão desse modelo bem-sucedido para novas regiões, além de prosseguir contribuindo com a inclusão digital e a democratização do acesso aos serviços governamentais.

Principais instrumentos	A implantação das unidades Tudo Fácil considera como referência a metodologia REGIC – Regiões de Influência das Cidades, do IBGE, para identificação dos principais centros urbanos e de sua área de influência regional, orientando a definição dos municípios com potencial para ampliar o alcance e a eficiência da prestação de serviços públicos ao cidadão. Termos de Comodato: formalização da disponibilização de imóveis por parceiros privados para implantação e funcionamento das unidades Tudo Fácil, conforme as condições pactuadas entre as partes. Termos de Cooperação: formalização de parcerias com órgãos e entidades públicas interessados em disponibilizar serviços à população por meio das unidades Tudo Fácil. Termos de Cessão de Uso: formalização da disponibilização de imóveis ou espaços públicos ou privados para implantação e funcionamento das unidades Tudo Fácil, conforme as condições estabelecidas entre as partes.
Público-alvo e abrangência	Toda a população do Estado, com ênfase nos municípios-sede das unidades fixas e em sua área de influência, bem como na população atendida pelas unidades móveis.
Beneficiários diretos	População gaúcha. Atualmente, são realizados aproximadamente 125.000 atendimentos mensais em toda a Rede Tudo Fácil.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Programa Tudo Fácil consolidou-se, nos últimos anos, como uma das principais iniciativas de modernização e qualificação do atendimento ao cidadão no Rio Grande do Sul, ampliando significativamente o acesso aos serviços públicos estaduais e fortalecendo a presença do Estado em diferentes regiões.
Atualmente, existem 14 unidades do Tudo Fácil distribuídas pelo Estado, nos municípios de Porto Alegre (Centro, Zona Sul e Zona Norte), Gravataí, Lajeado, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Santa Maria, Canoas, Tramandaí, Novo Hamburgo e Uruguaiana, além de duas unidades móveis. Ainda, está prevista a reinauguração, após *retrofit*, da unidade da Zona Sul de Porto Alegre.

A expansão da rede foi acompanhada pelo fortalecimento da capacidade de atendimento. Em 2025, o Tudo Fácil realizou 1.060.857 atendimentos, sendo 990.306 presenciais e 70.551 por meio de canais digitais de teleatendimento e chat. Em 2026, até o mês de agosto, já haviam sido registrados 1.026.969 atendimentos, volume que evidencia a elevada demanda pelos serviços oferecidos e a relevância da rede para a população gaúcha.

A estratégia de atendimento multicanal foi complementada pela implantação das Unidades Móveis do Tudo Fácil, ampliando o alcance dos serviços públicos a municípios sem estrutura fixa de atendimento. Desde o início de sua operação até agosto de 2026, as unidades móveis realizaram 22.600 atendimentos em 17 municípios, promovendo maior inclusão, acessibilidade e presença do Estado em localidades mais distantes dos grandes centros.

A operação do programa gera atualmente 667 empregos diretos e demanda investimento aproximado de R$ 3,2 milhões mensais para sua manutenção. Em 2025, o aporte estadual destinado à operação foi da ordem de R$ 23 milhões, alcançando cerca de R$ 25 milhões quando considerados os investimentos realizados em expansão e implantação de novas unidades. No período de 2019 a 2026, o Governo do Estado investiu aproximadamente R$ 125 milhões na estruturação e modernização da rede, consolidando um modelo de atendimento integrado, regionalizado e orientado à melhoria da experiência do cidadão.

A implantação das unidades Tudo Fácil segue critérios técnicos de regionalização, com base na metodologia REGIC do IBGE, e é viabilizada por meio de parcerias institucionais, padronização da infraestrutura e coordenação da SPGG, garantindo a uniformidade e a qualidade dos serviços ofertados em todo o Estado.

O legado do período é a transformação do Tudo Fácil em uma política pública de alcance estadual, com maior capilaridade, infraestrutura modernizada, canais presenciais e digitais integrados e capacidade ampliada de atendimento, contribuindo para aproximar o Estado da população e qualificar a prestação dos serviços públicos.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O projeto de Ampliação e Modernização das Centrais de Atendimento Tudo Fácil encontra-se em operação e expansão contínuas da rede de atendimento. As Unidades permanecem com a prestação regular de serviços à população, e a Direção Geral da SPGG mantém articulações e tratativas com possíveis interessados na implantação de novas unidades, visando ampliar a cobertura territorial e o acesso dos cidadãos aos serviços públicos estaduais. A operação e a expansão deverão se manter ao longo do tempo, com a manutenção dos atendimentos já ofertados e a continuidade das negociações e estudos de viabilidade para a implantação de novas unidades.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Considerando a natureza permanente da política pública e a necessidade contínua de ampliar e qualificar a rede de atendimento, estima-se que o projeto permaneça em execução pelos próximos anos, acompanhando o planejamento de expansão e as demandas identificadas em diferentes regiões do Estado.
Orçamento	**Orçamento empenhado até agosto/26:** R$ 49.010.000,00 **Orçamento liquidado até agosto/26:** R$ 17.672.756,35 **Orçamento LOA 2027:** R$ 61.240.458,00 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre
Pontos críticos e riscos	**Limitações orçamentárias e financeiras:** A redução ou contingenciamento de recursos pode comprometer a manutenção das unidades existentes, a modernização da infraestrutura e a expansão da rede de atendimento, impactando diretamente a qualidade dos serviços prestados à população. **Mudanças nas prioridades:** Mudanças nas diretrizes governamentais podem reduzir o apoio institucional ao projeto, dificultando a implementação de novas unidades e a continuidade das ações de modernização e integração dos serviços. **Dependência da articulação com parceiros:** O modelo Tudo Fácil depende da participação ativa de diversos órgãos e entidades. Eventuais dificuldades de alinhamento institucional, revisão de parcerias ou redução da oferta de serviços pelos

	parceiros podem afetar a atratividade e a efetividade das unidades.
Recomendações	**Ampliar a cobertura territorial da rede -** Prosseguir com a implantação de novas unidades em municípios estratégicos, priorizando regiões com menor oferta de serviços públicos presenciais e maior demanda da população, ampliando a capilaridade e o alcance do projeto. **Expandir o portfólio de serviços ofertados** - Buscar a adesão de novos órgãos estaduais, federais e municipais, ampliando a quantidade de serviços disponíveis e consolidando o Tudo Fácil como principal porta de entrada para o atendimento ao cidadão.
Mais informações	https://www.rs.gov.br/tudofacil

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Processo	Contrato FPE	Objeto	Contratado	Valor mensal	Vigência	Status
24/1300-0007272-8	2025/021781	COMODATO CANOAS	CONDOMINIO CANOAS SHOPPING CENTER	R$ 12.515,30	24/07/30	Em execução
21/1300-0005606-8	2021/021826	COMODATO CAXIAS DO SUL	CONDOMINIO BOURBON SHOPPING SAN PELLEGRINO	R$ 30.791,46	29/05/27	Em execução
25/1300-0000294-6	2025/020113	ADMINISTRATIVO/LIMPEZA CAXIAS DO SUL	WJ SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	R$ 183.648,73	23/03/27	Em execução
25/1300-0000114-1	2025/020178	VIGILÂNCIA CAXIAS DO SUL	MAXHELP EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA	R$ 12.077,96	12/03/27	Em execução
24/1300-0005366-9	2024/022659	COMODATO GRAVATAÍ	CONDOMINIO SHOPPING BOULEVARD DOS ANJOS	R$ 17.275,13	22/10/29	Em execução
21/1300.0010530-1	2022/020125	ÁGUA LAJEADO	CIA RIOGR DE SANEAMENTO - CORSAN	R$ 177,56	26/01/32	Em execução

21/2800.0000218-1	2023/020535	COMODATO LAJEADO	MONTALAR EMPREEND IMOBILS LTDA	R$ 15.407,56	14/07/31	Em execução
26-1300-0000649-1	2026/020496	VIGILÂNCIA LAJEADO	MD SERVICOS DE SEGURANCA LTDA	R$ 14.292,75	12/03/27	Em execução
26/1300-0001623-3	21294	CESSÃO DE USO NOVO HAMBURGO	MUNICÍPIO DE NOVO HAMBURGO	R$ 5.000,00	18/06/2027	Em execução
21/1300.0005235-6	2021/021516	COMODATO PASSO FUNDO	PASSO FUNDO SHOPPING EMPREEND S A	R$ 22.527,14	28/09/27	Em execução
25/1300-0001594-0	2025/020834	VIGILÂNCIA PASSO FUNDO	MAXHELP EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA	R$ 11.802,74	06/06/27	Em execução
25/1300-0003374-4	2025/021267	ADMINISTRATIVO/LIMPEZA PASSO FUNDO	STARKS SERVS DE MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA	R$ 187.942,11	01/12/26	Em execução
22/1300.0008824-0	2022/022945	COMODATO PELOTAS	SPE CONCESSIONARIA SHOPPING POP PELOTAS S/A	R$ 11.799,99	28/02/28	Em execução
24/1300.0000498-6	2024/020160	VIGILÂNCIA PELOTAS	JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	R$ 18.892,20	25/03/27	Em execução
25/1300-0003234-9	2025/021276	ADMINISTRATIVO/LIMPEZA PELOTAS	PHENIX SOLUÇÕES LTDA	R$ 206.374,75	16/10/26	Em execução

21/1300.0005228-3	2021/021488	COMODATO RIO GRANDE	CONSORCIO PARTAGE RIO GRANDE SHOPPING	R$ 23.112,63	04/11/26	Em execução
25/1300.0000273-3	2025/020116	ADMINISTRATIVO/LIMPEZA RIO GRANDE	PHENIX SOLUÇÕES LTDA	R$ 198.825,62	23/02/27	Em execução
23/1300.0007609-4	2024/020336	COMODATO SANTA MARIA	VITTA MALL PARTICIPACOES SOCIETARIAS S A	R$ 15.201,37	04/06/29	Em execução
25/1300-0001202-0	2025/021082	VIGILÂNCIA SANTA MARIA	MAXHELP - EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA	R$ 12.153,64	30/01/27	Em execução
25/1300-0001693-9	2025/022507	COMODATO TRAMANDAÍ	JOSE TIAGO RAMOS LOPES E VANESSA LINO TEDESCO LOPES	R$ -	16/12/2030	Em execução
26/1300-0001908-9		ENERGIA ELÉTRICA TRAMANDAI	CIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRI	R$ 3.000,00	INDETERMINADO	Em execução
26/1300-0001376-5	2026/20974	COMODATO URUGUAIANA	RGS ESTAÇÕES RODOVIÁRIAS LTDA	R$ 11.318,40	14/05/2031	Em execução
23/1300.0000079-9	2023/020619	COMODATO POA CENTRO	CPC CENTRO POPULAR DE COMPRAS SPE LTDA	R$ 86.846,07	12/12/28	Em execução
24/1300.0002502-9	2024/021018	VIGILÂNCIA POA CENTRO	JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	R$ 47.580,78	29/07/27	Em execução

21/1300.0005 236-4	2021/021 791	COMODATO POA ZONA NORTE	CONDOMINIO DO BOURBON SHOPPING WALLIG	R$ 20.827,77	29/06/27	Em execução
24/1300.0002 193-7	2024/020 930	VIGILÂNCIA POA ZONA NORTE	JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	R$ 12.355,32	23/07/27	Em execução
21/1300.0004 704-2	2021/021 918	ALUGUEL POA ZONA SUL	CONDOMINIO E EDIFICIO CENTRO COML ZONA SU	R$ 1.219,35	28/05/28	Em execução
25/1300.0000 033-1		CONDOMÍNIO POA ZONA SUL	CONDOMINIO E EDIFICIO CENTRO COML ZONA SU	R$ 6.488,15	28/05/28	Em execução
24/1300.0000 387-4		ENERGIA ELÉTRICA POA ZONA SUL	CIA ESTADUAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRI	R$ 3.393,05	Indeterminado	Em execução
24/1300.0001 362-4	2024/020 751	VIGILÂNCIA POA ZONA SUL	JUMPER SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA	R$ 16.918,80	22/04/27	Em execução
24/1300-0000386-6		ÁGUA POA ZONA SUL	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOS	R$ 996,03	Indeterminado	Em execução
25/1300-0005842-9	2025/022 103	ADMINISTRATIVO UNIDADE MÓVEL 1	ORBIS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA	R$ 156.513,10	03/08/29	Em execução
25/1300-0006977-3	2025/022 649	ADMINISTRATIVO/LIMPEZA CAPITAL E REGIÃO METROPOLITANA	ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	R$ 1.382.863,01	14/09/29	Em execução

26/1300-0001820-1	2026/021361	ADMINISTRATIVO/LIMPEZA LOTE 1 INTERIOR (CAXIAS DO SUL, LAJEADO, PASSO FUNDO, SANTA MARIA, TRAMANDAÍ, URUGUAIANA)	LOTE 1 - PHENIX SOLUÇÕES LTDA	R$ 1.258.638,25	17/06/27	Em execução
26/1300-0001853-8		ADMINISTRATIVO/LIMPEZA LOTE 2 INTERIOR (PELOTAS, RIO GRANDE)	LOTE 2 INTERIOR	R$ 444.398,51		Em fase de contratação

4. Coordenação e organização das demandas relacionadas ao PIX SOS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Coordenação e organização das demandas relacionadas ao PIX SOS
Base legal	Não se aplica
Unidade responsável	Direção-Geral: Assessoria Estratégica e Canais Integrados (DIRGE) – Núcleo Análise de Processos e Projetos
Órgãos e entidades parceiras	Departamento de Economia e Estatística – DEE Procuradoria-Geral do Estado do RS – PGE Defensoria Pública do Estado do RS – DPE Caixa Econômica Federal – CEF
Objetivo	Realizar a análise e o atendimento das demandas relacionadas ao auxílio financeiro PIX SOS Rio Grande do Sul, benefício emergencial custeado com recursos oriundos das doações destinadas às vítimas das enchentes de 2024 e direcionado às famílias atingidas que atendiam aos critérios definidos pelo Comitê Gestor. As atividades compreendem a instrução e resposta aos expedientes encaminhados pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) referentes a ações judiciais ajuizadas por cidadãos não contemplados pelo benefício, mediante a prestação de informações e elaboração de Notas Técnicas destinadas a subsidiar a defesa do Estado. Incluem, ainda, o atendimento das solicitações encaminhadas pela Defensoria Pública do Estado (DPE), por meio do endereço eletrônico exclusivo sosrs@spgg.rs.gov.br, e pela Ouvidoria-Geral do Estado, com análise individualizada dos casos e esclarecimento dos motivos de eventual não enquadramento nos critérios do programa.
Justificativa	A ação se justifica pela necessidade de assegurar a adequada execução e transparência do auxílio PIX SOS Rio Grande do Sul, uma das principais medidas emergenciais adotadas para apoiar as famílias atingidas pelas enchentes de 2024. O programa beneficiou mais de 36 mil famílias em situação de

	vulnerabilidade, observando os critérios definidos pelo Comitê Gestor dos recursos, dentre os quais se destacava a exigência de que os beneficiários estivessem previamente cadastrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Em razão da abrangência do programa e da aplicação de critérios objetivos para a seleção dos beneficiários, foi necessária a estruturação de um fluxo permanente de atendimento para orientação dos cidadãos que não receberam o auxílio. Nesse contexto, 1.832 demandas foram analisadas e respondidas desde 2024, envolvendo solicitações encaminhadas pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), pela Defensoria Pública do Estado (DPE), e pelos próprios cidadãos via Ouvidoria. A ação permitiu fornecer subsídios técnicos para a defesa do Estado em ações judiciais relacionadas ao PIX SOS, bem como promover transparência e prestar esclarecimentos individualizados sobre os motivos de não enquadramento nos critérios do benefício. Para viabilizar esse atendimento, foram elaboradas Notas Técnicas, estabelecida parceria com a Caixa Econômica Federal para acesso às informações do CadÚnico, padronizadas as respostas e análises dos casos, desenvolvido Power BI cruzando dados de pagamentos do auxílio e criado o endereço eletrônico exclusivo sosrs@spgg.rs.gov.br, destinado ao recebimento e tratamento das demandas relacionadas ao programa. Além de contribuir para a defesa judicial do Estado, a iniciativa assegurou maior transparência, uniformidade e segurança na prestação de informações à população, fortalecendo a confiança dos cidadãos nos critérios adotados para a concessão do auxílio e na atuação da Administração Pública Estadual.
Principais instrumentos	Utilização de Power BI desenvolvido pelo DEE, que possibilita pesquisar beneficiados pelo CPF; Pesquisa de endereços na Área Diretamente Atingida (ADA), disponível no site do Mapa Único do Plano Rio Grande; Pesquisa direta no cadastro do CadÚnico da Caixa Econômica Federal; Desenvolvimento de Power BI com dados dos pagamentos aos beneficiários do auxílio.
Público-alvo e abrangência	População em situação de vulnerabilidade atingida pela enchente de maio de 2024 em todo o território do Estado.
Beneficiários diretos	1.832 demandas respondidas desde 2024.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

No momento, 100% das demandas relacionadas ao auxílio PIX SOS Rio Grande do Sul, que aportaram nesta SPGG, encontram-se respondidas. Desde 2024, foram atendidas 1.832 demandas, mediante realização de análises individualizadas, elaboração de informações técnicas e prestação de esclarecimentos quanto aos critérios de elegibilidade do programa. A ação também

resultou na padronização dos fluxos de atendimento, na elaboração de Notas Técnicas para subsidiar a defesa judicial do Estado, na criação do canal exclusivo sosrs@spgg.rs.gov.br e na consolidação de procedimentos de consulta às bases necessárias para análise dos casos. Atualmente, observa-se redução significativa da procura por informações, encontrando-se a ação em fase de encerramento.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerramento **Descrição da etapa:** Ação se encontra em etapa de encerramento, devido à diminuição de demandas relacionadas ao auxílio PIX SOS.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Continuidade no atendimento das demandas cabíveis, enquanto for necessário.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	• Acesso ao CadÚnico restrito a um único servidor; • Dependência de conhecimento específico sobre os critérios e bases de dados utilizadas na operacionalização do PIX SOS; • Necessidade de preservação do histórico e dos procedimentos de análise para atendimento de demandas residuais
Recomendações	Manter a documentação dos procedimentos e análises realizadas e preservar o acesso às bases de consulta utilizadas, de modo a mitigar riscos de descontinuidade no atendimento de eventuais demandas remanescentes.
Mais informações	• Site oficial do auxílio: https://sosenchentes.rs.gov.br/sobre-o-pix • PIX SOS Consulta de CPF: https://fpae01.pro.rs.gov.br/auxilio.php?grupo=20 • Mapa Único Plano Rio Grande: https://mup.rs.gov.br/

5. Iconicidades

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Qualificação urbana e valorização regional por meio do Projeto Iconicidades
Base legal	Edital de Chamamento Público n.º 01/21/SPGG - Seleção de Projetos para adesão ao projeto Iconicidades (DOE 23/06/21); CONCURSO 0001/2022 Objeto: Proposição de edificação anexa à antiga sede do Banco do Brasil e de plano de ocupação da antiga sede do Banco do Brasil a fim de que o conjunto contemple um Centro Gastronômico. PROCESSO 21/1300-0010289-2 (DOE 25/04/22)

	CONCURSO 0002/2022 Objeto: Qualificação e preservação paisagística da Zona de Proteção Ambiental localizada em Rio Grande, RS, através da criação do Ecoparque Turístico Molhes da Barra, dotando o espaço de infraestrutura voltada ao Turismo, com opções gastronômicas, mirantes de observação, locais de desenvolvimento de atividades esportivas, educativas e de preservação do ambiente. PROCESSO: 21/1300-0010290-6 (DOE 27/04/22) CONCURSO 0003/2022 Objeto: Requalificação do antigo Clube dos Ferroviários através da recomposição da volumetria da edificação tombada e do restauro de elementos tombados, e da proposição de novas edificações que consolidem um conjunto edificado que permita a implantação do Espaço Economia Criativa, da Escola Municipal de Artes Eduardo Trevisan (EMAET) e de um Espaço de Memória referente ao antigo Clube dos Ferroviários, complementados por um Espaço Aberto de uso público dentro dos limites do lote. PROCESSO: 21/1300-0010291-4 (DOE 29/04/22) CONCURSO 0004/2022 Objeto: Requalificação da Casa de Cultura Demósthenes Gonzalez através da melhoria dos espaços da edificação histórica, complementada pela proposição de nova(s) edificação(ões) dentro dos limites do lote, e requalificação da Avenida Beira Rio e Avenida Gen. Flores da Cunha no trecho junto à Casa, que, em conjunto, formarão o Complexo Casa de Cultura. PROCESSO: 21/1300-0010288-4 (DOE 09/05/22) CONCURSO 0005/2022 Objeto: O objeto do presente Concurso é a constituição de um complexo cultural englobando: a reconstrução do setor que ruiu e o restauro do espaço da Casa da Feitoria/Museu do Imigrante, além da proposição de uma nova edificação contemporânea anexa, a fim de abrigar áreas de apoio e a estrutura administrativa do museu; o tratamento paisagístico da área adjacente à Casa da Feitoria, para abrigar atividades de lazer, cultura e economia criativa; e a proposição de diretrizes de uso e ocupação para a área que abrigará um futuro parque no qual estará inserida a Casa da Feitoria/Museu do Imigrante. PROCESSO: 21/1300-0010293-0 (DOE 11/05/22) Portarias fiscais e gestores: - **Portaria 260/2025** - Designa Gestores e Fiscais do Convênio com Município de Rio Grande; - **Portaria 261/2025** - Designa Gestores e Fiscais do Convênio com Município de São Leopoldo; - **Portaria 267/2025** - Designa Gestores e Fiscais do Convênio com Município de Santa Maria; - **Portaria 080/2026** - Designa Gestores e Fiscais do Convênio com Município de Cachoeirinha; - **Portaria 188/2026** - Designa Gestores e Fiscais do Convênio com Município de Pelotas.
Unidade responsável	Direção-Geral: Assessoria Estratégica e Canais Integrados (DIRGE/SPGG) e Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP)

Órgãos e entidades parceiras	Consultoria e assessoramento técnico para o concurso de arquitetura: Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio Grande do Sul (IAB-RS); Órgãos Estaduais: Secretaria de Obras Públicas (SOP); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE/Secretaria da Cultura (SEDAC); Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (SICT); Conselho Profissional: Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU; Órgão Federal: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN; Apoio financeiro para linha de crédito pré-aprovada para os Municípios: BRDE; Municípios contemplados: Rio Grande, Santa Maria, São Leopoldo, Pelotas e Cachoeirinha.
Objetivo	Dividido em três etapas, o projeto Iconicidades tem como objetivo promover a revitalização e a ressignificação de espaços arquitetônicos simbólicos nas cidades gaúchas, transformando esses lugares em ambientes voltados à inovação, à criatividade e ao empreendedorismo. A iniciativa busca aproveitar edificações que fazem parte da identidade local para estimular a formação de ecossistemas criativos, fomentar novos negócios e fortalecer a economia baseada no conhecimento e no capital intelectual. De forma complementar, o projeto visa estimular a inovação e a economia criativa, criar espaços urbanos de referência e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das regiões, por meio da valorização de patrimônios arquitetônicos com relevância histórica, cultural ou simbólica. O projeto é dividido em três etapas, e compreende: Etapa I: chamamento público dos municípios; Etapa II: realização de concursos públicos de arquitetura; Etapa III (atual): elaboração dos projetos executivos de arquitetura vencedores, contratados pelo Estado, com a posterior transferência desses projetos aos municípios mediante convênios para a execução das obras.
Justificativa	O projeto Iconicidades se justifica pela necessidade de estimular a inovação, a economia criativa e o empreendedorismo nas cidades gaúchas por meio da revitalização e ressignificação de espaços arquitetônicos simbólicos. A iniciativa busca transformar patrimônios identitários em ambientes capazes de impulsionar novos negócios, fortalecer ecossistemas de inovação, promover o engajamento social e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. A ação também se justifica pela necessidade de promover a articulação entre Estado, municípios, sociedade civil e iniciativa privada, incentivando o engajamento social e empreendedor na construção de espaços de referência capazes de melhorar

	a atratividade das cidades gaúchas para viver, trabalhar e investir.
Principais instrumentos	O projeto Iconicidades foi desenvolvido em três etapas. Na primeira etapa, foi realizada uma chamada pública de projetos relevantes, do ponto de vista do estímulo à criatividade empreendedora, em todas as regiões do Estado. As propostas enviadas pelos municípios foram avaliadas e hierarquizadas por uma comissão técnica, com representantes de diferentes Secretarias de Estado e da sociedade civil organizada, de acordo com os critérios previstos em edital. Ao final desse processo, foram selecionados cinco projetos localizados nos municípios de Pelotas (Centro de Gastronomia), Rio Grande (Ecoparque Turístico Molhes da Barra), Santa Maria (Clube dos Ferroviários: Centro de Inovação e Economia Criativa), Cachoeirinha (Complexo Casa de Cultura Demósthenes Gonzalez) e São Leopoldo (Complexo Casa da Feitoria/Museu do Imigrante). Na segunda etapa, foram realizados concursos públicos de arquitetura para definição das melhores propostas de intervenção para os espaços selecionados. Os projetos vencedores receberam premiação e os primeiros colocados foram contratados para elaborar os projetos executivos das respectivas iniciativas. Durante o desenvolvimento dos projetos, houve um grupo de trabalho técnico, com representantes da SOP, dos municípios, e nos casos de patrimônio histórico, dos órgãos de controle, que acompanhou e, ao final, aprovou todos os projetos envolvidos. A terceira etapa, atualmente em andamento, contempla a articulação entre Estado e municípios para viabilizar a execução das obras. Nessa fase, são celebrados convênios pelos quais o Estado disponibiliza os projetos arquitetônicos e os municípios assumem a responsabilidade pela execução dos empreendimentos.
Público-alvo e abrangência	O projeto possui abrangência estadual e beneficia diretamente gestores públicos, empreendedores, instituições locais e a população dos cinco municípios contemplados.
Beneficiários diretos	Os cinco municípios contemplados na primeira edição do projeto Iconicidades — Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Cachoeirinha e São Leopoldo — reúnem aproximadamente 1,14 milhão de habitantes, segundo o Censo/2022, o que representa parcela expressiva da população urbana do Estado e amplia o potencial de impacto das intervenções propostas sobre os ecossistemas locais de inovação, criatividade e desenvolvimento socioeconômico. Como beneficiários indiretos, soma-se a população de mais de 4,8 milhões de habitantes dos quatro Coredes aos quais esses municípios pertencem: Sul, Central, Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Projeto Iconicidades concluiu com êxito as etapas de seleção dos espaços arquitetônicos e de realização dos concursos públicos de arquitetura, resultando na definição dos projetos de

intervenção para os cinco municípios contemplados: Pelotas, Rio Grande, Santa Maria, Cachoeirinha e São Leopoldo. Também foram desenvolvidos os projetos conceituais, executivos e complementares necessários à implementação das iniciativas.

Na etapa atual, foram formalizados convênios entre o Estado e todos os municípios participantes, estabelecendo as responsabilidades para execução das obras. Como resultado concreto, as obras dos projetos localizados em Santa Maria e São Leopoldo já se encontram em andamento, enquanto os demais municípios avançam nas etapas preparatórias para execução dos empreendimentos.

Indicadores de resultado:

- Mais de R$ 3,7 milhões investidos;
- 5 municípios contemplados;
- 5 concursos públicos de arquitetura realizados;
- 15 projetos reconhecidos e premiados;
- 5 projetos executivos contratados e concluídos;
- 5 convênios celebrados com os municípios;

Atualmente, há duas obras em andamento:

- São Leopoldo, com conclusão prevista para março de 2027;
- Santa Maria, com conclusão prevista para setembro de 2028.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O Projeto Iconicidades encontra-se na fase de execução das intervenções, com todos os convênios firmados entre o Estado e os municípios participantes. Atualmente, as obras dos projetos de Santa Maria e São Leopoldo estão em andamento, enquanto os demais municípios avançam nas etapas necessárias para a execução dos empreendimentos. No momento da mudança de gestão, o projeto deverá permanecer na fase de execução e acompanhamento das obras, com foco na fiscalização dos convênios, no apoio técnico aos municípios e na conclusão das intervenções previstas. Como a duração dessa etapa depende do cronograma de execução de cada município, recomenda-se a manutenção do acompanhamento contínuo até a entrega dos empreendimentos.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Dar continuidade ao acompanhamento da execução dos convênios e das obras dos projetos contemplados pelo Iconicidades, prestando apoio aos municípios na superação de eventuais entraves técnicos e administrativos ou licitatórios.

	Nos primeiros 100 dias da nova gestão, recomenda-se manter rotina de acompanhamento dos cronogramas físico-financeiros, fiscalizar o cumprimento das obrigações pactuadas nos convênios e apoiar a evolução dos projetos até a conclusão das obras, além de observar os prazos de vigências e as necessidades de eventuais aditivos. Além disso, há possibilidade de realização de evento no Convênio com São Leopoldo com a inauguração da obra prevista para conclusão em março 2027.
Orçamento	3091 - ICONICIDADES **Orçamento dotação com alteração 2026:** R$1.000.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 0,00 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 0,00 **Orçamento LOA 2027:** R$ 10.000,00 (janela orçamentária) **Fonte do recurso:** 001 - Tesouro
Pontos críticos e riscos	• Necessidade de acompanhamento contínuo da execução dos convênios e dos cronogramas das obras para evitar atrasos na implementação dos projetos; • Eventuais entraves administrativos ou financeiros nos municípios podem impactar os prazos de execução; • Necessidade de manter articulação permanente entre Estado e municípios para assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas e a continuidade das intervenções. • Convênio com Cachoeirinha foi celebrado com cláusula suspensiva em razão da obra do dique; é necessário acompanhar o andamento dessa obra para posterior adequação do convênio. • Convênio com Rio Grande, com vigência até 23/12/2026, apresenta risco de não execução do objeto pactuado em razão de sucessivos entraves apontados pelo município. A ausência de avanços concretos e de colaboração suficiente para superação das pendências pode inviabilizar a formalização de termo aditivo para prorrogação da vigência, comprometendo a continuidade da execução do projeto.
Recomendações	Manter o acompanhamento dos convênios e da execução das obras, com monitoramento dos cronogramas e apoio técnico aos municípios para garantir a conclusão das intervenções previstas. Há uma proposta para a realização de uma nova edição do Iconicidades, por meio de novo chamamento público aos municípios. Diferentemente da 1ª edição — restrita a 5 vagas para municípios com mais de 100 mil habitantes —, a proposta amplia significativamente o alcance, tornando aptos a concorrer até 163 municípios com mais de 10 mil habitantes e contemplando até 14 projetos, distribuídos em três faixas populacionais (10–

	25 mil, 25–50 mil e +50 mil habitantes), com limites de recursos escalonados por faixa. O modelo mantém a estrutura de concursos públicos nacionais de arquitetura conduzidos pelo Estado e execução das obras pelos municípios, prevendo até R$ 6,4 milhões em projetos e até R$ 77,5 milhões em obras (orçamento total de até R$ 85,9 milhões). Destaca-se que um dos diferenciais deste novo edital será incorporar como diretriz a resiliência climática: espaços urbanos situados em áreas diretamente atingidas passariam a ter a obrigatoriedade de apresentar inovações tecnológicas de mitigação (drenagem, reservatórios de detenção, recuperação de matas ciliares, monitoramento e alertas, entre outros). Caso haja interesse na continuidade do projeto em 2027, será necessária a suplementação orçamentária para viabilizar a publicação de novo edital.
Mais informações	• Site do Projeto Iconicidades - rs.gov.br/iconicidades

CONVÊNIOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 5291/2024	Convênio	Rio Grande	Sem transferência de recursos	24 meses (até 23/12/2026 - Necessita Aditivo de prazo)	Obra não iniciada
FPE 2526/2024	Convênio	São Leopoldo	Sem transferência de recursos	37 meses (até 18/01/2028)	Obra em andamento
FPE 2781/2026	Convênio	Pelotas	Sem transferência de recursos	30 meses (até 03/01/2029)	Obra não iniciada
FPE 605/2026	Convênio	Cachoeirinha	Sem transferência de recursos	60 meses (até 30/03/2031)	Obra não iniciada
FPE 3289/2025	Convênio	Santa Maria	Sem transferência de recursos	30 meses (até 12/06/2028)	Obra em andamento

OBRAS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO				
Objeto	**Localização**	**Valor**	**% executado**	**Status**
Clube dos Ferroviários	Santa Maria	Sem transferência de recursos	2%	Em andamento
Casa da Feitoria/Museu do Imigrante	São Leopoldo	Sem transferência de recursos	29%	Em andamento

6. Consolidação da análise de conformidade e aprimoramento do fluxo de processos da SPGG

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Núcleo de Análise de Processos
Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Direção-Geral: Assessoria Estratégica e Canais Integrados (DIRGE) – Núcleo Análise de Processos e Projetos
Órgãos e entidades parceiras	Não se aplica.
Objetivo	Realizar a análise de conformidade dos processos administrativos encaminhados pelas subsecretarias da SPGG e por outros órgãos da Administração Estadual para assinatura da Secretária de Estado, assegurando a observância dos requisitos legais, normativos e procedimentais, com foco na segurança jurídica, na qualidade das decisões administrativas e no fortalecimento da governança institucional. O Núcleo também atua na qualificação e aprimoramento contínuo dos fluxos processuais, promovendo alinhamento permanente com as áreas técnicas da Secretaria e acompanhando a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e a migração dos processos do PROA para a nova plataforma.
Justificativa	A continuidade das atividades do Núcleo de Análise de Processos é fundamental para garantir a regularidade dos atos submetidos à apreciação do Gestor do Órgão, contribuindo para a prevenção de falhas processuais, a mitigação de riscos administrativos e o fortalecimento dos mecanismos de governança da SPGG. A atuação estruturada do Núcleo, em articulação permanente com as subsecretarias e demais áreas envolvidas, tem proporcionado maior padronização dos procedimentos, celeridade na tramitação dos processos e aprimoramento da tomada de decisão. Considerando que a SPGG possui uma estrutura ampla e diversificada, composta por subsecretarias e áreas especializadas que atuam com elevado grau de autonomia, a Direção-Geral, por meio do Núcleo de Análise de Processos, exerce papel estratégico de integração institucional, promovendo a interlocução entre as diferentes áreas, harmonizando entendimentos e assegurando a observância de diretrizes comuns nos processos submetidos à decisão superior. Além disso, o atual contexto de expansão da utilização do SEI e de transição gradativa dos processos do PROA para essa plataforma exige capacitação contínua da equipe e acompanhamento permanente dos novos fluxos e funcionalidades, de modo a assegurar a adaptação institucional e a manutenção da qualidade da análise processual.
Principais instrumentos	Não se aplica.
Público-alvo e abrangência	Servidores públicos estaduais cujos processos administrativos demandem análise de conformidade e tramitação para apreciação e assinatura do(a) Secretário(a) de Estado, com especial foco nos servidores e unidades administrativas vinculados à SPGG.

Beneficiários diretos	Gestores e servidores da SPGG, especialmente a alta administração e os responsáveis pela instrução e decisão de processos administrativos, que se beneficiam da análise de conformidade, da redução de riscos e do fortalecimento da governança institucional.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

No primeiro semestre de 2026, o Núcleo de Análise de Processos e Projetos analisou 699 processos administrativos (PROA e SEI), com média mensal aproximada de 117 processos, assegurando a conformidade dos expedientes submetidos à apreciação da Secretária de Estado. Verificou-se, ainda, avanço da transição para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), cuja participação no total de processos analisados passou a crescer de forma consistente ao longo do semestre, alcançando 42,4% dos processos em junho. Paralelamente, foi promovida a estruturação e qualificação dos fluxos de trabalho em articulação permanente com as subsecretarias da SPGG, contribuindo para a padronização de procedimentos, o fortalecimento da governança institucional e a maior segurança na tramitação processual.

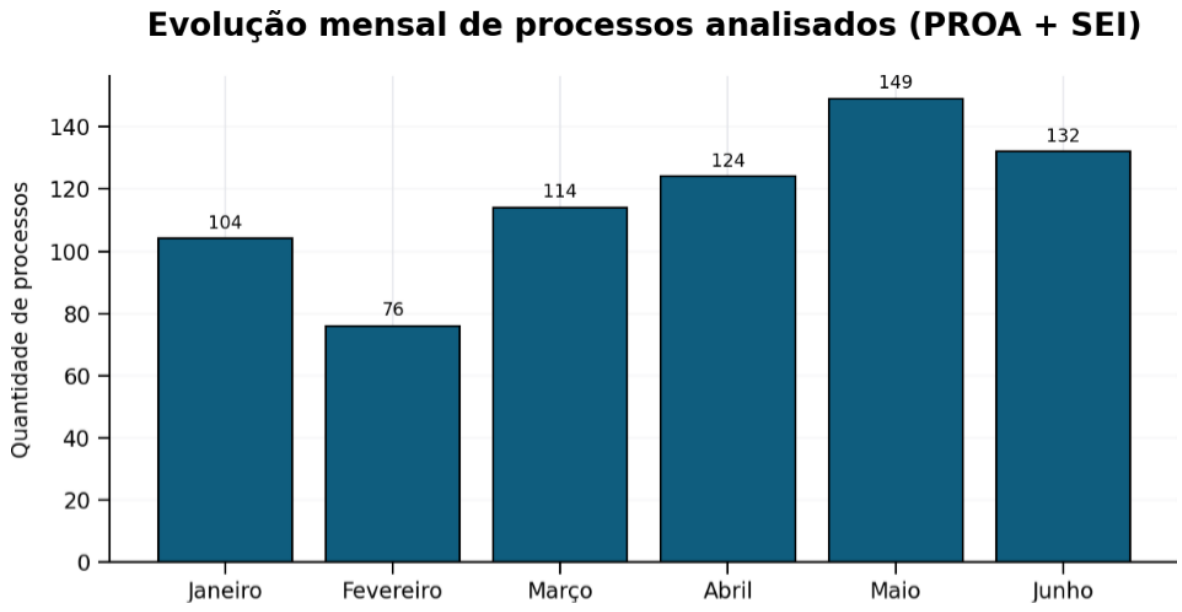


Gráfico 1 – Evolução mensal de processos PROA + SEI analisados em 2026.

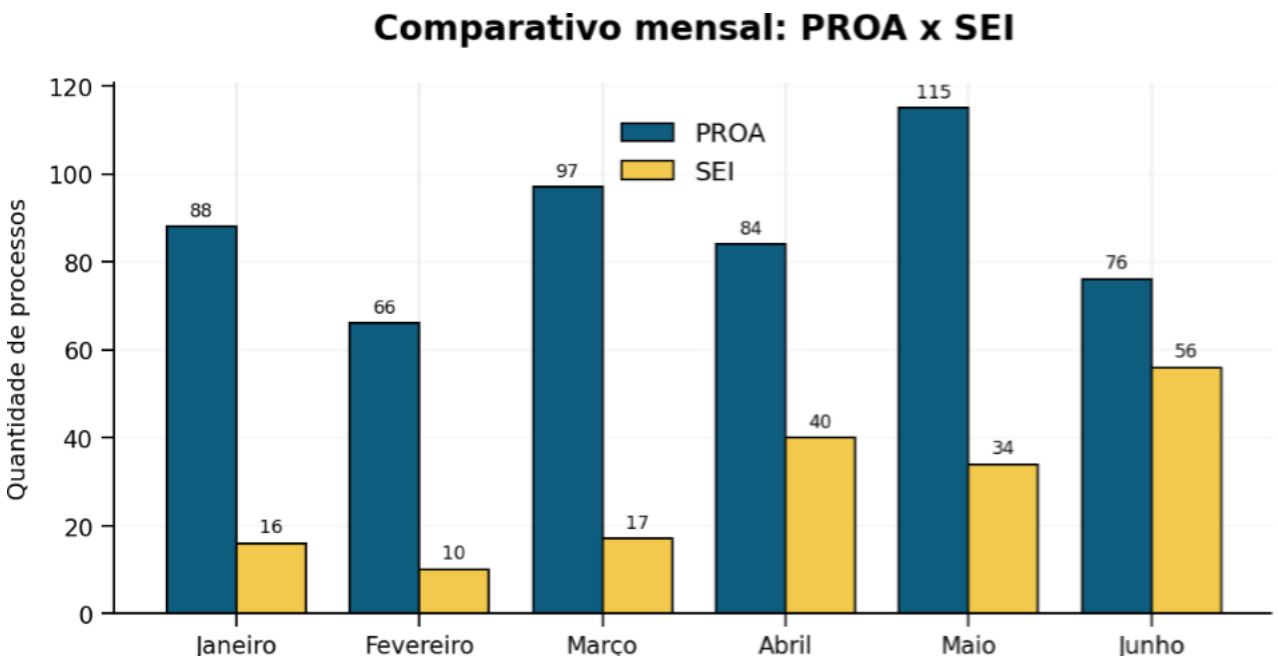


Gráfico 2 – Comparativo mensal entre processos PROA e SEI em 2026.

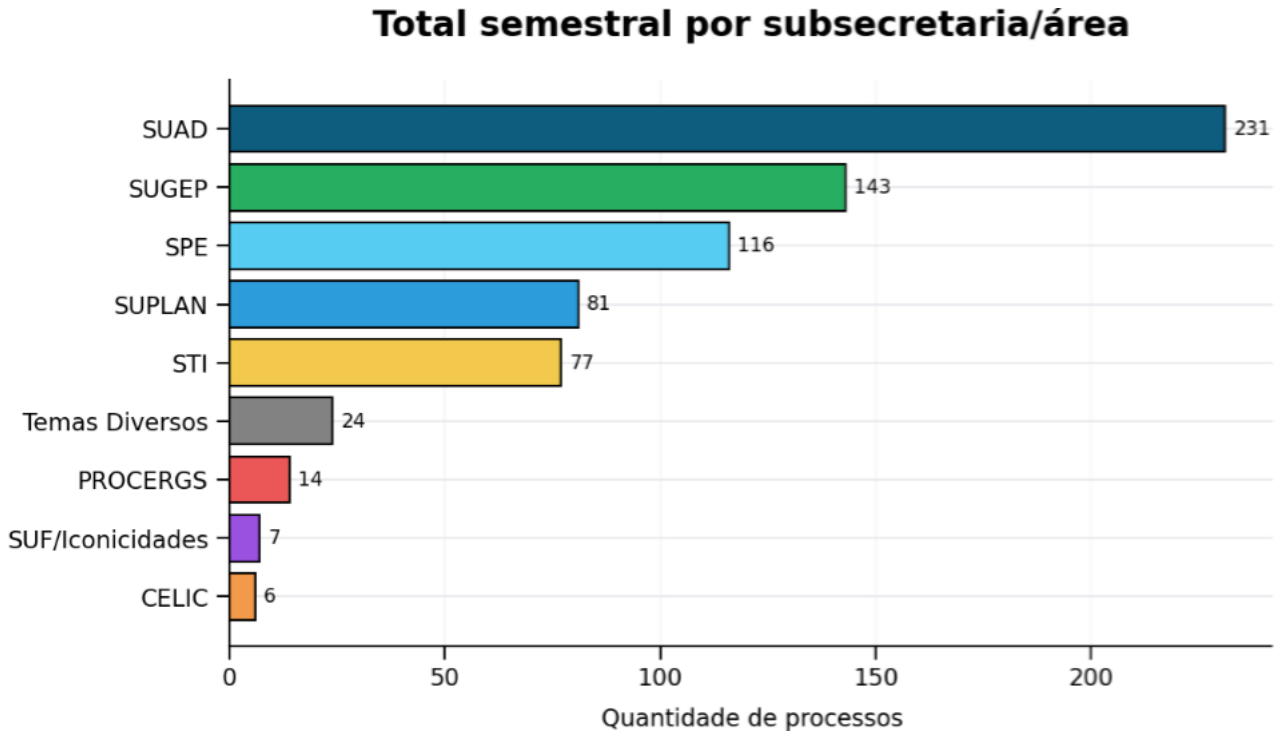


Gráfico 3 – Total semestral por subsecretaria/área.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Trata-se de uma atividade permanente e contínua da Direção-Geral da SPGG, sem prazo de encerramento previsto, voltada à análise de conformidade dos processos administrativos. No momento da mudança de gestão, o Núcleo permanecerá em operação, realizando a análise processual, a articulação com as subsecretarias e o acompanhamento da migração dos processos do PROA para o SEI, com atualização contínua dos fluxos, procedimentos e funcionalidades dos sistemas. A atividade seguirá de forma contínua nos próximos exercícios, por constituir função essencial de apoio à decisão, governança e integração institucional da Secretaria.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Manutenção das atividades permanentes de análise de conformidade processual e articulação com as subsecretarias da SPGG, com continuidade das ações de aperfeiçoamento de fluxos, padronização de procedimentos e atualização da equipe quanto às funcionalidades dos sistemas de processo eletrônico.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	• Necessidade de manutenção do alinhamento permanente entre a Direção-Geral e as subsecretarias da SPGG, durante as trocas de chefias e lideranças; • Persistência de resistência por parte de alguns servidores e unidades administrativas à plena utilização do SEI, o que pode dificultar a uniformização dos procedimentos e retardar a consolidação dos novos fluxos processuais; • Necessidade de preservação da memória institucional e dos conhecimentos acumulados pela equipe do Núcleo quanto aos procedimentos de análise de conformidade, às rotinas de tramitação processual e às funcionalidades dos sistemas eletrônicos de processo.
Recomendações	Manter o Núcleo de Análise de Processos como instância de integração entre as áreas da SPGG, promovendo a contínua qualificação dos fluxos processuais, a capacitação dos servidores e a padronização dos procedimentos de análise e tramitação administrativa.
Mais informações	• Relatório do Núcleo 1º Semestre de 2026 – link de acesso

7. Sistema Único de Fomento - SUF

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Sistema Único de Fomento – SUF (Fomento RS – Sistema Único).
Base legal	Não se aplica
Unidade responsável	Direção-Geral: Assessoria Estratégica e Canais Integrados

Órgãos e entidades parceiras	PROCERGS e as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Transporte, Esporte, Ciência, Inovação e Tecnologia, Cultura, Segurança, Saúde.
Objetivo	Centralizar, modernizar e padronizar a gestão dos programas de fomento da Administração Pública Estadual em uma plataforma única, reunindo as diferentes etapas do processo e, portanto, esta ferramenta inovadora descomplica a burocracia e conecta diretamente cidadãos, proponentes e patrocinadores ao que eles precisam, garantindo mais eficiência, segurança, transparência, controle e rastreabilidade das informações.
Justificativa	O SUF busca substituir sistemas, planilhas, e-mails e controles paralelos atualmente utilizados na gestão dos programas de fomento, reduzindo a fragmentação das informações e o retrabalho. A centralização dos dados e históricos também contribui para preservar a memória dos processos e assegurar a eficiência administrativa.
Principais instrumentos	Plataforma digital integrada para gestão do ciclo de fomento, abrangendo Portal do SUF, parametrização dos programas, cadastro de proponentes, emissão de certificados, normativas e editais, cadastro e avaliação de projetos, captação de recursos, execução e acompanhamento, prestação de contas, dashboards e relatórios. O sistema conta com integrações com PROA, SEI, SEFAZ e DOE e permite a parametrização dos fluxos conforme as características de cada programa.
Público-alvo e abrangência	Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual responsáveis pela gestão de programas de fomento e respectivos públicos participantes, incluindo pessoas físicas, pessoas jurídicas, municípios, proponentes, avaliadores e contribuintes. Abrangência estadual.
Beneficiários diretos	O Sistema Único de Fomento - SUF chegou para revolucionar o acesso a incentivos e programas de Fomento estaduais, unindo inovação e tecnologia em uma única plataforma. Criada pela **SPGG** e secretarias parceiras, esta ferramenta inovadora descomplica a burocracia e conecta diretamente cidadãos, proponentes e patrocinadores ao que eles precisam, garantindo mais eficiência, segurança, transparência, controle e rastreabilidade das informações.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O SUF encontra-se em estágio avançado de desenvolvimento e já está apto para operação. Foram desenvolvidos o Portal do SUF e os módulos de Parametrizações, Cadastro de Proponentes, Certificados, Normativa e Edital, Cadastro de Projetos e Avaliação de Projetos. O módulo de Captação de Recursos encontra-se em fase de testes, enquanto Execução e Acompanhamento, Prestação de Contas e Dashboards e Relatórios constituem as funcionalidades ainda a serem desenvolvidas. Também foram concluídas as integrações com PROA, SEI, DOE e SEFAZ.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O SUF encontra-se na fase de implantação e entrada em operação. A estratégia atual prevê a

	realização de projeto-piloto com a SEDES durante três meses, com acompanhamento da utilização do sistema e realização dos ajustes necessários. Paralelamente, prossegue o desenvolvimento das funcionalidades remanescentes.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Concluir o projeto-piloto com a SEDES, realizar os ajustes identificados durante a operação e promover a expansão gradual do SUF para os demais órgãos e programas de fomento.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026**: R$ 1.727.198,00 **Orçamento empenhado até outubro/2026**: R$ 1.500.710,79 **Orçamento LOA 2027**: R$ 1.819.761,92 **Fonte do recurso**: 001 Tesouro Direto
Pontos críticos e riscos	A continuidade do projeto requer a conclusão do projeto-piloto e dos ajustes identificados durante a operação, a expansão gradual para os demais órgãos, a conclusão dos módulos ainda não disponíveis e a manutenção do suporte necessário à operação do sistema. Além disso, é fundamental assegurar a disponibilidade dos recursos necessários para a continuidade do desenvolvimento e a conclusão das funcionalidades previstas, bem como para a posterior manutenção e operação do SUF.
Recomendações	Dar continuidade à implantação gradual do SUF, priorizando o acompanhamento do projeto-piloto, a realização dos ajustes identificados durante a operação, a conclusão dos módulos remanescentes e a capacitação dos órgãos que ingressarão na plataforma. Recomenda-se preservar a estratégia de centralização dos programas de fomento no SUF, evitando a criação ou manutenção de soluções paralelas para novos processos.
Mais informações	Portal ainda não foi lançado, mas reunirá todos os acessos aos sistemas de fomento do Estado quando do lançamento do SUF: fomento.rs.gov.br

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
PROA **23/1300-0007182-3**	Desenvolvimento, Manutenção, Operação e Armazenamento de dados do Sistema Único de Fomento – SUF.	PROCERGS	R$1.727.198,00	2026	Em prorrogação (1º TA)

8. Processos Operacionais Padrão - POP

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Processos Operacionais Padrão – Emergência Climática
Base legal	Não se aplica
Unidade responsável	Direção-Geral - DIRGE

Órgãos e entidades parceiras	SPGG, PROCERGS, IPE, EDP, TUDO FÁCIL
Objetivo	Consolidar, em um único instrumento diretrizes e procedimentos para a preparação, resposta, continuidade operacional e retomada das atividades diante de emergências climáticas. O Protocolo do Painel de Operações Padrão organiza responsabilidades, fluxos de comunicação e mecanismos de contingência, promovendo a atuação integrada entre as áreas envolvidas, com destaque para a coordenação entre SPGG e PROCERGS. A iniciativa sistematiza os aprendizados decorrentes das enchentes e transforma medidas de prevenção e resposta em processos estruturados, integrados e orientados à continuidade dos serviços públicos**,** fortalecendo a capacidade institucional de enfrentamento e recuperação diante de eventos climáticos extremos
Justificativa	Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi impactado por um evento climático extremo, que evidenciou a vulnerabilidade da infraestrutura pública e os desafios para a continuidade dos serviços essenciais. O volume excepcional de chuvas, o isolamento de municípios e o comprometimento de estruturas estratégicas, incluindo o Centro Administrativo Fernando Ferrari e a PROCERGS, reforçaram a necessidade de aprimorar os mecanismos de preparação e resposta. Nesse contexto, a Matriz foi concebida como uma ferramenta estratégica de apoio à decisão, capaz de orientar os gestores na identificação de ameaças e na definição das ações imediatas necessárias para proteger os objetivos de cada órgão. Sua lógica considera que um mesmo evento pode representar diferentes níveis de criticidade, conforme as características, vulnerabilidades e condições operacionais de cada estrutura. Mais do que prever a ocorrência de um desastre, a Matriz busca estabelecer referências claras para a tomada de decisão e a ativação de respostas, fortalecendo a capacidade de preparação, continuidade e resiliência da administração pública diante de eventos climáticos extremos.
Principais instrumentos	Ordem de Serviço, que torna público e aprova o Protocolo do Painel de Operações Padrão – Emergência Climática Matriz de escalonamento, composta pelos níveis Prevenção, Baixa, Média, Alta, Calamidade e Pós-Calamidade, vinculando cada nível a gatilhos objetivos e a ações operacionais correspondentes.
Público-alvo e abrangência	Toda a população do Estado, beneficiada pela continuidade da prestação dos serviços públicos estaduais.
Beneficiários diretos	Servidores públicos estaduais

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Com a implementação do Protocolo do Painel de Operações Padrão – Emergência Climática**,** espera-se consolidar um instrumento único para orientar a preparação, a resposta, a continuidade operacional e a retomada das atividades diante de eventos climáticos extremos.

Até o momento, foi possível definir seis níveis de criticidade — Prevenção, Baixa, Média, Alta, Calamidade e Pós-Calamidade —, organizar as competências e responsabilidades das áreas envolvidas e padronizar os fluxos de acionamento, comunicação e resposta.

O Protocolo deverá também fortalecer a capacidade de continuidade dos serviços administrativos, tecnológicos e digitais essenciais, estabelecendo referências para a utilização de estruturas de contingência, mobilização de recursos, proteção de ativos, suporte tecnológico, recuperação de desastres e adoção de regimes de trabalho presenciais, remotos ou híbridos, conforme o nível de criticidade.

Como resultado estratégico, espera-se estabelecer uma governança integrada entre SPGG e PROCERGS, com responsabilidades claramente definidas e mecanismos de registro, avaliação pós-evento e revisão periódica. A implementação do instrumento deverá contribuir para transformar os aprendizados decorrentes das enchentes de 2024 em processos permanentes de prevenção, preparação e resposta, ampliando a capacidade institucional de continuidade e resiliência dos serviços públicos.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [X] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [ ] encerramento
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** aprovação e publicação da ordem de serviço
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	• Governança integrada: garantir a articulação efetiva entre SPGG, PROCERGS e as demais áreas envolvidas, com responsabilidades claramente definidas e capacidade de acionamento coordenado; • Critérios de acionamento: assegurar que os níveis de criticidade sejam objetivos e suficientemente claros para orientar decisões rápidas, especialmente em cenários de evolução ou agravamento da emergência; • Continuidade dos serviços essenciais: garantir condições para manutenção dos serviços administrativos, tecnológicos e digitais críticos, inclusive diante da indisponibilidade de instalações físicas; • Estruturas de contingência: assegurar previamente a disponibilidade, capacidade e condições de operação dos locais alternativos, equipamentos, conectividade, energia, logística e demais recursos necessários; • Infraestrutura tecnológica: manter capacidade de contingência para conectividade, sistemas, dados, datacenter, backup, recuperação de desastres e suporte técnico em situações de comprometimento da infraestrutura principal; • Comunicação institucional: estabelecer fluxos claros, tempestivos e coordenados de comunicação entre as áreas técnicas, gestores, servidores, usuários e demais públicos impactados; • Informações e recursos atualizados: manter inventários, contatos, responsáveis, contratos, equipamentos, veículos e demais recursos de contingência permanentemente atualizados; • Capacidade de resposta: garantir que os procedimentos previstos no Protocolo sejam conhecidos pelas equipes e possam ser efetivamente executados quando acionados;

	• Avaliação e melhoria contínua: prever revisão periódica do Protocolo e atualização após eventos relevantes, testes ou identificação de novas vulnerabilidades.
Recomendações	Comunicação institucional: estabelecer fluxos claros, tempestivos e coordenados de comunicação entre as áreas técnicas, gestores, servidores, usuários e demais públicos impactados. Informações e recursos atualizados: manter inventários, contatos, responsáveis, contratos, equipamentos, veículos e demais recursos de contingência permanentemente atualizados. Capacidade de resposta: garantir que os procedimentos previstos no Protocolo sejam conhecidos pelas equipes e possam ser efetivamente executados quando acionados. Avaliação e melhoria contínua: prever revisão periódica do Protocolo e atualização após eventos relevantes, testes ou identificação de novas vulnerabilidades

Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC

Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC
Site	https://www.celic.rs.gov.br
Endereço	Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF Avenida Borges de Medeiros, nº 1.501 2º andar
Base legal	Lei Estadual nº 15.934/2023, Decreto Estadual nº 56382/2022 e Decreto Estadual nº 49.291/2012
Competências legais	Dispor sobre a política de compras e realizar procedimentos licitatórios.
Número de servidores	Total: 107 • Efetivos: 80 • Temporários: 26 • Comissionados: 1
Departamentos	Departamento de Planejamento – DEPLAN Departamento de Gestão de Fornecedores – DGFOR Departamento de Licitações Centralizadas – DELIC Assessoria Especializada em Licitações - ASSES Assessoria Jurídica – ASJUR/CELIC Assessoria de Tecnologia de Compras - ASTIC

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. Licitômetro: Power BI de transparência das compras públicas

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Licitômetro: Power BI de transparência das compras públicas
Base legal	Lei nº 14.133/2021, art. 5º.
Unidade responsável	Assessoria de Controle Interno e Governança – ASCIG
Objetivo	Dar transparência sobre o volume, valores, objetos licitados, bem como sobre os fornecedores do Estado.
Justificativa	Princípio da transparência – Lei 14.133/2021
Principais instrumentos	Dashboards, painéis de indicadores estratégicos, gráficos, geolocalização de fornecedores.
Público–alvo e abrangência	Gestores de compras públicas e sociedade em geral.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Apresenta os grandes números das contratações públicas, incluindo valor total licitado, valor adjudicado, economia obtida e quantidade de lotes licitados. Permite medir resultados e acompanhar a evolução das compras do Estado.



AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	Status: [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento Descrição da etapa: os dados são atualizados semanalmente e têm como fonte de informações o Sistema de Compras Eletrônicas do Estado – COE.
Próxima etapa	Descrição da próxima etapa: A continuidade se dará mantendo o envio de dados e desenvolvendo novos painéis.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Manter profissional capacitado para função.
Recomendações	Automatização das consultas.
Mais informações	Licitômetro – Central de Licitações – CELIC–RS

2. Conta Vinculada

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Conta Vinculada em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.
Base legal	Lei Estadual nº 16.110/2024; Decreto Estadual nº 58.399/2025; Instrução Normativa SPGG nº 02/2026; Termo de Cooperação nº 4337/2025

Unidade responsável	Assessoria de Tecnologia e Inovação em Compras – ASTIC
Órgãos e entidades parceiras	Contadoria e Auditoria–Geral do Estado (CAGE) da Secretaria da Fazenda (SEFAZ); Procuradoria–Geral do Estado (PGE); Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul); Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (PROCERGS)
Objetivo	Fortalecer a proteção dos trabalhadores terceirizados ao assegurar recursos para o pagamento de verbas trabalhistas e rescisórias, mesmo em situações de inadimplência da contratada. Reduzir riscos de responsabilização subsidiária do Estado e os potenciais passivos judiciais trabalhistas decorrentes desses contratos.
Justificativa	Casos de inadimplência trabalhista por empresas terceirizadas contratadas pelo Estado, com atrasos ou ausência de pagamento de salários e demais verbas devidas aos empregados. Os trabalhadores ficavam desamparados e buscavam a responsabilização subsidiária da Administração Pública. Esse cenário gerava passivos judiciais relevantes para o Estado e insegurança para os trabalhadores terceirizados.
Principais instrumentos	Após a homologação da licitação, o contratado deve abrir conta vinculada no Banrisul na qual ficam retidos os valores correspondentes às obrigações trabalhistas dos seus empregados. Os trâmites para abertura de conta, retenção e levantamento de valores foram sistematizados no Módulo de Gestão de Contratos Públicos – GCP do Sistema Gestão de Compras do Estado e Sistema de Finanças Públicas – FPE.
Público–alvo e abrangência	Fiscais e gestores públicos, empregados das empresas fornecedoras de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. Abrange todas as contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra feitas pela Administração Direta, Autarquias e Fundações.
Beneficiários diretos	Empregados das empresas contratadas pelo Estado.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Foram registrados 32 contratos com conta vinculada no Módulo de Gestão de Contratos Públicos do Sistema de Gestão de Compras do Estado. A conta vinculada protege atualmente 801 postos de trabalho. Desde sua implantação, foram realizados 12 procedimentos de levantamento de valores e quatro restituições às empresas.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Recomendações	Mensurar resultados da política pública implementada junto aos beneficiários.
Mais informações	Conta Vinculada – Central de Licitações – CELIC–RS

3. Plano Anual de Contratações – PCA

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Plano Anual de Contratações – PCA

Base legal	Lei nº 14.133/2023, art.12, VII; Instruções Normativa CELIC/SPGG 005/2026 e 008/2026
Unidade responsável	Departamento de Planejamento de Licitações – DPLAN
Órgãos e entidades parceiras	Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN/SPGG
Objetivo	Racionalizar as contratações públicas, assegurar o alinhamento das demandas de aquisição ao planejamento estratégico dos órgãos e entidades, subsidiar a elaboração das leis orçamentárias, prevenir o fracionamento de despesas e sinalizar ao mercado fornecedor as intenções de contratação do setor público.
Justificativa	Pelo princípio do planejamento as compras públicas devem ser previamente planejadas e alinhadas às necessidades institucionais, aos objetivos estratégicos e à disponibilidade orçamentária, de modo a assegurar contratações eficientes, econômicas e voltadas ao interesse público.
Principais instrumentos	Painéis em Power BI contendo o planejamento de contratações dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional para o ano seguinte.
Público–alvo e abrangência	Administração Direta, Autárquica e Fundacional e fornecedores.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Estimativa de aproximadamente dez bilhões em contratações públicas para 2027 envolvendo aquisições, prestação de serviços e realização de obras.

Possibilidade de identificar as projeções de gastos por órgãos e por tipo de contratação.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** é artefato utilizado como insumo para elaboração das leis orçamentárias
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** após a aprovação da Lei Orçamentária Anual pela Assembleia Legislativa abre–se uma janela para atualização do Plano de Contratação Anual face ao orçamento ratificado.
Pontos críticos e riscos	Atualização do PCA após aprovação da LOA – janeiro de 2027. Início do PCA 2028 em abril de 2027.
Recomendações	Ater–se aos prazos para elaboração do PCA 2028 – de 1º a 30 abril. Revisar as efetivas contratações anteriores de modo a manter a previsão de quantitativos atualizada, buscar estimativas de preços a partir de consultas ao Porta Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
Mais informações	PCA 2027 – Microsoft Power BI

4. Atas de Registro de Preços para manutenção e reparo de prédios públicos

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Atas de registro de preços para manutenção e reparos de prédios públicos.
Base legal	Lei 14.133/2023, art. 82, §5º; Decreto Estadual 57.036/2023
Unidade responsável	Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria de Obras Públicas – SOP
Objetivo	Dispor de fornecedores previamente selecionados para execução de reparos frequentes em edificações públicas, reduzindo tempo de contratação, aumentando a padronização dos serviços e garantindo maior capacidade de resposta às necessidades operacionais dos órgãos.
Justificativa	Necessidade de reparos e manutenções em escolas, hospitais, delegacias, por exemplo, de forma ágil, considerando eventos climáticos e o desgaste natural pelo uso.
Principais instrumentos	Atas de registro de preços.
Público–alvo e abrangência	Administração Direta, Autárquica e Fundacional em todo o território gaúcho.
Beneficiários diretos	Usuários dos prédios públicos. Exemplo: alunos, policiais, servidores, dentre outros.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Desde a implantação, em 2024, já foram disponibilizadas 109 atas de registro de preços para manutenção em prédios públicos, permitindo acionamento ágil dos fornecedores contratados. Já foram objeto de prorrogação 67 atas. Atualmente são 24 atas vigentes. Em 2027 estarão vigentes 20 atas de registro de preços.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** atas estão vigentes a aptas ao consumo imediato de quantitativos.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** acompanhar os prazos de vigência e providenciar novas licitações em tempo hábil.
Pontos críticos e riscos	Vencimento das atas ou consumo total de quantitativos.
Recomendações	Solicitar à CELIC a relação de atas vigentes e iniciar a fase preparatória de novas licitações.

5. Compras públicas para a política habitacional

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Compras públicas para a política habitacional
Base legal	Lei 14.133/2023, art. 82, §5º; Decreto Estadual 57.036/2023.
Unidade responsável	Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC

Órgãos e entidades parceiras	Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária – SEHAB
Objetivo	Utilizar as compras públicas como instrumento para a estratégia habitacional do Estado, de modo a disponibilizar atas de registro de preços de unidade e módulos habitacionais de diferentes metodologias construtiva, em especial para as pessoas que perderam suas casas na calamidade das enchentes de 2024.
Justificativa	Dispor de atas de registro de preços para contratações imediatas, evitando licitações de obras convencionais.
Principais instrumentos	Atas de registro de preços de moradia com métodos construtivos ágeis como painéis de concreto e *steel frame.*
Público–alvo e abrangência	Cidadãos afetados pelos eventos climáticos de 2023 e 2024 em todo Estado.
Beneficiários diretos	População afetada pelos eventos climáticos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Foram licitadas 500 casas temporárias, 10.525 módulos habitacionais, 4.000 casas de painel de concreto e 1.000 casas *steel frame*.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** atas vigentes e nova licitação em andamento para casas em painel de concreto.
Mais informações	www.celic.rs.gov.br

6. Contratações públicas para o enfrentamento de calamidades

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Contratações públicas para o enfrentamento de calamidades.
Base legal	Lei 14.981/2024; Decreto Estadual nº 57.596/2024.
Unidade responsável	Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria da Reconstrução Gaúcha; Procuradoria–Geral do Estado (PGE); Casa Militar/Defesa Civil.
Objetivo	Viabilizar, com celeridade, segurança jurídica e eficiência, a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços necessários ao enfrentamento dos impactos decorrentes do estado de calamidade pública, abrangendo ações emergenciais de socorro e assistência humanitária, restabelecimento de serviços públicos, reconstrução de infraestruturas e habitações, prevenção de novos desastres e fortalecimento da resiliência climática do Estado do Rio Grande do Sul.
Justificativa	Os eventos climáticos e enchentes de 2023 e 2024 afetaram 478 municípios gaúchos e aproximadamente 2,4 milhões de pessoas, gerando danos humanos, habitacionais, econômicos e de infraestrutura sem precedentes. A magnitude da catástrofe exigiu a adoção de medidas excepcionais de contratação para garantir rapidez no atendimento à população atingida, na recuperação dos serviços públicos e na reconstrução das áreas impactadas.

Principais instrumentos	• Contratação emergencial de serviços logísticos para recebimento, triagem, transporte e distribuição de doações; • Credenciamento de 389 escritórios de engenharia e arquitetura para realização de vistorias e emissão de laudos técnicos; • Registros de preços para aquisição de soluções habitacionais temporárias e permanentes; • Contratações integradas para reconstrução de pontes, loteamentos e infraestrutura pública; • Contratações voltadas à implantação de centros de gestão de riscos, logística humanitária, sistemas de monitoramento meteorológico e hidrológico e obras de proteção contra cheias.
Público–alvo e abrangência	A iniciativa possui abrangência estadual, voltada aos municípios atingidos pelos eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul, contudo a Lei 14.981/2024 têm abrangência nacional.
Beneficiários diretos	População atingida pelas enchentes, famílias atendidas por programas habitacionais, usuários dos serviços públicos restabelecidos, municípios beneficiados pelas obras de reconstrução e comunidades abrangidas pelas ações de proteção e monitoramento de riscos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A calamidade alcançou aproximadamente 2,4 milhões de pessoas em 478 municípios gaúchos. Entre os resultados diretamente associados às ações viabilizadas pelas contratações públicas destacam–se o acolhimento de mais de 80 mil pessoas em abrigos temporários, a emissão de mais de 10 mil laudos técnicos para avaliação de danos e a implementação de soluções habitacionais destinadas às famílias atingidas.

7. Segunda linha de defesa nas compras públicas

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Segunda linha de defesa nas compras públicas – Segunda Linha de Defesa
Base legal	Arts. 11, parágrafo único, e 169 da Lei nº 14.133/2021
Unidade responsável	Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC
Órgãos e entidades parceiras	Contadoria e Auditoria–Geral do Estado – CAGE/SEFAZ
Objetivo	Atender as determinações impostas pela Lei nº 14.133/2021 incorporando controles preventivos ao processo de contratação, definição de responsabilidades e fortalecimento das linhas de defesa.
Justificativa	Cultura de governança e gestão de riscos orientada à integridade, à conformidade e à melhoria contínua das contratações públicas.
Principais instrumentos	Análises de conformidade
Público–alvo e abrangência	Agentes de contratações e servidores que atuam nos processos licitatórios da Administração Direta, Autárquica e Fundacional.
Beneficiários diretos	Todos os destinatários das políticas públicas submetidas ao processo licitatório.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Implantada no final de 2023, a segunda linha de defesa da CELIC atuou na gestão de riscos e controle preventivo, emitindo mais de 1700 análises. Nas análises, verifica-se a existência de inconsistências nos documentos apresentados ou nos procedimentos da licitação, orientando o gestor para que proceda na regularização.

A assessoria também atuou na atualização das Instruções Normativas da CELIC/SPGG, revogando 22 normas com conteúdo defasado. Além disso, efetuou a análise conformidade de 18 novas Instruções Normativas do Órgão.

Subsecretaria de Planejamento - SUPLAN

Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN
Site	https://planejamento.rs.gov.br/
Endereço	Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF Avenida Borges de Medeiros, nº 1.501 20º andar
Base legal	Decreto nº 56.382, de 14 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG, com alterações promovidas pelo Decreto nº 57.144 de 2023 e pelos Decretos nº 58.132 e nº 58.380 de 2025.
Competências legais	No âmbito da Subsecretaria de Planejamento, destacam–se as competências relacionadas ao planejamento governamental, territorial e regional; elaboração, monitoramento e avaliação do PPA e da LOA; acompanhamento estratégico de programas, projetos e ações de governo; produção e análise de dados, indicadores e estudos socioeconômicos; avaliação de políticas públicas; captação de recursos; monitoramento de convênios; coordenação da Consulta Popular e articulação com os COREDES.
Número de servidores	Total: 158 • Efetivos: 119 • Temporários: 25 • Comissionados: 14
Departamentos	Departamento de Planejamento Governamental – DEPLAN Departamento de Orçamento e Finanças – DOF Departamento de Projetos Estratégicos e Captação – DEPEC Departamento de Economia e Estatística – DEE Departamento de Articulação Regional e Participação – DARP Unidade de Coordenação Setorial – UCS Assessoria de Planejamento – ASSEPLAN

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. MUP e SisMUP

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Sistema Integrado do Mapa Único do Plano Rio Grande
Base legal	Art. 168 e 169 da Constituição do Estado do RS; Lei Estadual nº 16.134/2024; Decreto nº 57.647/2024; Resolução nº 04/2026; Resolução nº 09/2026; Contrato FPE nº 021174/2026 e; Portaria SPGG nº 195/2026.
Unidade responsável	Departamento de Economia e Estatística – DEE
Órgãos e entidades parceiras	Departamento de Planejamento Governamental – DEPLAN; Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital – STI; Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS.
Objetivo	Implantação de um sistema estruturante e permanente de monitoramento territorial dos impactos socioeconômicos de eventos climáticos extremos de naturezas diversas, por meio da consolidação, integração, tratamento e disponibilização de dados geoespaciais e estatísticos oficiais.
Justificativa	A experiência recente com o desenvolvimento e a operação do MUPRS, durante os eventos de 2024 e 2025, demonstrou a relevância estratégica do uso integrado de dados geoespaciais, estatísticos e administrativos, ao mesmo tempo que revelou gargalos de governança e disponibilização do serviço de dados em contextos de menor comoção social. No total, o MUP viabilizou a transferência direta de aproximadamente R$ 400 milhões às famílias e aos microempreendedores atingidos, além de ter servido de base territorial para as ações e políticas de reconstrução no âmbito do Plano Rio Grande, constituindo–se em referência no subsídio a políticas baseadas em evidências.
Principais instrumentos	O SisMUP é desenvolvido por meio da integração, consolidação, tratamento, análise e disponibilização de dados geoespaciais e estatísticos oficiais, operando como uma plataforma estruturante e permanente de monitoramento territorial dos impactos socioeconômicos de eventos climáticos extremos. O sistema utiliza bases provenientes de registros administrativos, estatísticas oficiais, sensoriamento remoto, informações hidrológicas, modelos digitais de terreno, cadastros governamentais e dados de concessionárias, promovendo seu cruzamento e validação em ambiente interoperável com a Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais (IEDE), o DataRS e outros sistemas estaduais. Entre seus principais instrumentos e ferramentas está uma plataforma geoespacial integrada para gestão e análise territorial; um módulo administrativo para governança, validação e publicação de informações; ambiente de consulta e geração de relatórios para gestores públicos; um ambiente público para visualização de mapas, indicadores e dados agregados; a integração de bases estatísticas e geoespaciais; entre outras. As ações desenvolvidas incluem a identificação e delimitação de áreas diretamente atingidas (ADAs) por eventos extremos, o processamento de estatísticas georreferenciadas, a produção de diagnósticos territoriais, o suporte à formulação e execução de

	políticas públicas, a geração de evidências para priorização de investimentos e a disponibilização de informações estratégicas para gestores e sociedade. O sistema busca fortalecer a governança de dados, reduzir inconsistências entre bases oficiais, ampliar a transparência das informações públicas e apoiar a tomada de decisão baseada em evidências.
Público–alvo e abrangência	Trata–se de serviço de dados com abrangência em todo o território do Rio Grande do Sul, especialmente nas áreas afetadas por eventos climáticos extremos, tendo como público–alvo toda a sociedade civil, gestores públicos e privados que desejem entender as dimensões socioeconômicas de impactos dos eventos extremos em sua cidade.
Beneficiários diretos	Famílias em vulnerabilidade socioambiental, potenciais alvos de programas de habitação e suporte em situações de emergência, e para as quais as políticas de melhoria da infraestrutura e resiliência representa maior segurança.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Sistema Integrado do Mapa Único do Plano Rio Grande – SisMUP – é um ecossistema de dados geoespaciais e estatísticas socioeconômicas, no âmbito da SUPLAN, com governança permanente sobre as fontes de informação, infraestrutura dedicada e uma solução tecnológica customizada para difusão e uso das informações por gestores públicos e pela sociedade. O desenvolvimento do SisMUP teve início em julho de 2026 e busca a criação de uma plataforma integrada para consolidação, análise e disponibilização de dados geoespaciais e estatísticos, interoperável, instituindo um serviço permanente de dados sobre os impactos socioeconômicos de eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul.

A experiência que deu origem ao SisMUP já subsidiou programas de assistência e reconstrução que viabilizaram aproximadamente R$ 400 milhões em auxílios a famílias e microempreendedores atingidos por eventos climáticos extremos, público identificado e localizado por meio das informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Com a conclusão do desenvolvimento do sistema, espera–se que os órgãos públicos tenham um canal permanente de monitoramento de impactos socioeconômicos de eventos climáticos extremos, não apenas de excesso de precipitação, mas de secas e estiagens, abrangendo impactos econômicos e sociais. A análise e o armazenamento de séries históricas também viabilizarão o zoneamento e o planejamento para o suporte a famílias em vulnerabilidade socioambiental.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** projeto contratado e em desenvolvimento, com conclusão prevista para julho de 2027.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** São três módulos que devem estar operacionais, em teste, até dezembro de 2026, para aprimoramento no restante do contrato: • Administradores • Gestores

	• Público
Orçamento	Orçamento dotação com alteração 2026: R$ 2.998.485,10 Orçamento empenhado até ago/2026: R$ 2.998.485,10 Orçamento liquidado até ago/2026: R$ 112.331,04 Orçamento LOA 2027: R$ 865.746,00 Fonte do recurso: FUNRIGS
Pontos críticos e riscos	Limitações de infraestrutura e de capacidade de resposta dos órgãos envolvidos serão decisivos no cumprimento do cronograma. Há risco, portanto, apenas de atraso nas entregas, demandando readequação do cronograma no contrato, caso ocorra.
Recomendações	É fundamental que demandas prioritárias supervenientes não afetem o cronograma do SisMUP, evitando a sobrecarga de agentes estratégicos do projeto, como a STI e a PROCERGS.
Mais informações	https://mup.rs.gov.br/

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
021174/2026	Desenvolvimento de sistema	CODEX REMOTE	3.744.231,12	09/10/2027	Em execução

2. Serviços de dados

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Serviços de Dados – DEE
Base legal	Art. 168 da Constituição do Estado do RS
Unidade responsável	Departamento de Economia e Estatística – DEE
Órgãos e entidades parceiras	Gabinete de Projetos Especiais do Vice–Governador (GPE–GVG), Secretaria Estadual da Saúde (SES) e PROCERGS na concepção do Dashboard da Primeira Infância para monitoramento do PEPI.
Objetivo	Oferecer serviços de dados socioeconômicos sobre o Rio Grande do Sul, de diversas fontes, abertos e interativos com curadoria dedicada para: promover o conhecimento da realidade social e econômica do Rio Grande do Sul; subsidiar gestores públicos e privados na tomada de decisão e fomentar pesquisas acadêmicas.
Justificativa	Manter séries históricas consolidadas e provenientes de fontes confiáveis é essencial para compreender a realidade socioeconômica do estado. Dessa forma, a curadoria por um órgão coordenador do sistema estatístico oficial do estado, como realizada pelo DEE, garante o padrão e a neutralidade da coleta, organização e produção de estatísticas oficiais. Nesse sentido, o uso de plataformas interativas com tabelas, mapas e gráficos simplifica a análise de grandes volumes de dados e fortalece o processo de formulação de políticas públicas e a tomada de decisão baseada em evidências para todas as áreas da sociedade.
Principais instrumentos	Plataformas desenvolvidas internamente no Departamento, na sua grande maioria utilizando software livre, com exceção do

	portal de BIs Setoriais onde é utilizada a ferramenta PowerBI da Microsoft.
Público–alvo e abrangência	Gestores privados e públicos de diferentes esferas governamentais, universidades, instituições de pesquisa e sociedade em geral.
Beneficiários diretos	Gestores, técnicos e pesquisadores que utilizam os indicadores e estudos produzidos pelo DEE no desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, na elaboração de diagnósticos socioeconômicos e na realização de pesquisas.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Os serviços de dados do DEE podem ser considerados um ecossistema composto pelo DataRS, Portal de BIs Setoriais (PowerBI), Plataforma VisualizaDEE (R/Shiny), Perfil Municipal e Primeira Infância RS. Embora parte dessas soluções já existisse em 2018, várias delas passaram por grandes reformulações. É o caso da modernização do DEEDados, que culminou com a criação do **DataRS como o pilar integrador desse ecossistema**, desenvolvido internamente e com software livre.

Desde 2023, o **DataRS**, plataforma lançada em dezembro de 2025, incorporou centenas de novas variáveis e disponibiliza, atualmente, 3.500 variáveis que abrangem diversas temáticas: agricultura e pecuária, comércio, comunicações, contabilidade social, educação, emprego, finanças públicas, saneamento, saúde, segurança, transporte, turismo, entre outras. O portal disponibiliza uma API de acesso público para interoperabilidade entre sistemas internos e externos e oferece um pacote do software estatístico R para acesso a todo o conjunto de dados.

Na plataforma de BIs Setoriais, além dos BIs tradicionais do agronegócio e exportações, foram criados os BIs do Turismo, Economia Criativa e Censo Demográfico de 2022. Estão em pré–lançamento o novo Indicador de Produtividade e a Migração Internacional no RS. O painel de indicadores Primeira Infância RS teve 38 novos indicadores criados em 2023 para subsidiar o plano estadual (PEPI). Já o portal de Indicadores Municipais foi totalmente atualizado para interoperar com o DataRS e passou a se chamar “Perfil Municipal”. Os painéis de visualização (R/Shiny) do Monitor da Economia Gaúcha e IMERS também foram atualizados, não apenas com dados, mas com novo layout e ferramentas de consulta.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** desenvolvimento das telas do sistema e definição da infraestrutura necessária para o serviço.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** alocação da infraestrutura e início dos testes do primeiro módulo.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Há baixa disponibilidade de profissionais efetivos com experiência em estatística, programação e ciência de dados, o que gera elevada dependência de profissionais contratados temporariamente.
Recomendações	Recomenda–se assegurar a atualização permanente dos recursos computacionais de alto desempenho.
Mais informações	https://data.rs.gov.br https://bi.dee.rs.gov.br https://visualiza.dee.rs.gov.br https://primeirainfancia.rs.gov.br/

	https://indicadoresmunicipais.planejamento.rs.gov.br

3. Contas Regionais e Conjuntura Econômica

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Contas Regionais e Conjuntura Econômica
Base legal	Art. 168 da Constituição do Estado do RS.
Unidade responsável	Departamento de Economia e Estatística – DEE
Órgãos e entidades parceiras	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Objetivo	Manter e aprimorar os indicadores das Contas Regionais do Rio Grande do Sul, por meio da revisão sistemática de dados e metodologias, em consonância com as orientações da ONU e do IBGE, bem como os indicadores e as análises sobre a conjuntura econômica, o mercado de trabalho, o agronegócio, as exportações e a produtividade do estado. O objetivo é retratar, de forma cada vez mais precisa, o desempenho agregado e setorial da economia gaúcha e de seus 497 municípios, viabilizando o planejamento público e privado para o crescimento econômico, a melhoria do emprego e da renda da população do Rio Grande do Sul.
Justificativa	Compreender o desempenho da economia do Rio Grande do Sul em suas dimensões agregada, setorial e regional, tendo o PIB como principal referência oficial, é fundamental para que empresas, famílias, instituições e governos avaliem a evolução da atividade econômica, identifiquem tendências e subsidiem suas decisões. A desagregação das informações permite, ainda, identificar diferenças entre setores e municípios, contribuindo para uma compreensão mais precisa das características e dos problemas econômicos do estado. O acompanhamento dos principais indicadores da conjuntura econômica do estado, bem como de análises aprofundadas, permite a obtenção de um quadro preciso e abrangente sobre a evolução da economia gaúcha. Nesse sentido, as Contas Regionais e os demais indicadores e análises constituem importantes instrumentos para o diagnóstico da realidade econômica e para a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas.

Principais instrumentos	As Contas Regionais do Rio Grande do Sul são elaboradas pelo DEE em convênio com o IBGE, por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT). Na elaboração do PIB anual do estado e do PIB dos municípios, cabe ao IBGE fornecer dados estruturados, públicos e restritos, provenientes de suas pesquisas estruturais e conjunturais. Ao DEE cabe, conforme estabelecido no ACT, fornecer dados, especialmente informações fiscais obtidas junto à Secretaria da Fazenda do Estado, e realizar análises críticas dos resultados preliminares e finais. O PIB trimestral do RS, o Valor Adicionado das Atividades Turísticas e o indicador de produtividade são elaborados pelo DEE com base em metodologias próprias, desenvolvidas em consonância com as orientações do IBGE e da ONU. Para esses cálculos, o DEE também utiliza informações restritas disponibilizadas pelo IBGE no âmbito do ACT. A elaboração do PIB anual estadual e do PIB dos municípios ocorre ao longo do ano, de acordo com cronograma definido pelo IBGE em conjunto com as instituições estaduais participantes do Sistema de Contas Regionais. Nesse processo, são realizadas trocas de dados e análises críticas entre o IBGE e os órgãos estaduais, além de reuniões periódicas destinadas ao aprimoramento das metodologias, à discussão dos resultados e à avaliação dos procedimentos adotados. Os indicadores das Contas Regionais são divulgados com periodicidade trimestral ou anual, de acordo com as características de cada indicador. O PIB anual do estado é divulgado em novembro, com defasagem de dois anos, e apresenta informações para o PIB, o Valor Adicionado Bruto (VAB), os impostos e 18 atividades econômicas. O PIB dos municípios é divulgado em dezembro, também com defasagem de dois anos, contemplando informações sobre PIB, VAB, impostos e quatro atividades econômicas. O PIB trimestral do RS possui quatro divulgações anuais e apresenta informações sobre PIB, VAB, impostos e 12 atividades econômicas. O Valor Adicionado das Atividades Turísticas é divulgado com defasagem de dois anos, com desagregação em cinco atividades econômicas para o estado, enquanto, para os municípios, é divulgado apenas o valor total. Já o indicador de produtividade possui quatro divulgações anuais e acompanha o cronograma e o nível de desagregação setorial do PIB trimestral do RS. Os boletins de Conjuntura e de Trabalho, bem como os indicadores do agronegócio e das exportações, são elaborados e divulgados trimestralmente, permitindo o acompanhamento tempestivo da evolução dos principais aspectos da economia do estado.

Público–alvo e abrangência///	Os indicadores e análises das Contas Regionais e da conjuntura econômica do Rio Grande do Sul destinam–se a um público amplo e diversificado, que inclui famílias, empresas, instituições, associações, sindicatos, federações, pesquisadores, universidades e governos. Sua abrangência territorial compreende o estado do Rio Grande do Sul e seus 497 municípios, enquanto, no âmbito setorial, contempla o conjunto das atividades econômicas desenvolvidas no estado.
Beneficiários diretos	A manutenção de um sistema de contas e indicadores econômicos regionais é um serviço meio, que, ao viabilizar o planejamento público e privado, beneficia indiretamente o emprego e a renda da população.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Departamento de Economia e Estatística (DEE) é responsável pela elaboração das Contas Regionais oficiais do Rio Grande do Sul. Em convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), calcula e divulga anualmente o PIB do estado e dos 497 municípios gaúchos, além de elaborar e divulgar o PIB trimestral do estado. Desde 2025, o DEE também elabora e divulga o Valor Adicionado das Atividades Turísticas do estado e dos municípios. Além desses indicadores, o DEE desenvolveu um novo indicador de produtividade do trabalho, com desagregação agregada e setorial e cuja divulgação trimestral está prevista para o Rio Grande do Sul e o Brasil. Além disso, o DEE elabora e divulga o Boletim de Conjuntura do Rio Grande do Sul, o Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul, os Indicadores do Agronegócio do RS e as Estatísticas das Exportações do Rio Grande do Sul, todos com periodicidade trimestral.

O PIB estadual anual, o PIB dos municípios e o PIB trimestral do Rio Grande do Sul possuem séries históricas iniciadas em 2002, disponibilizadas no site do DEE. O Valor Adicionado das Atividades Turísticas possui série histórica iniciada em 2010. O Boletim de Conjuntura do RS teve sua primeira edição publicada em outubro de 2019 e conta atualmente com 26 edições. O Boletim de Trabalho do RS teve início em abril de 2020 e possui 19 edições publicadas. As Estatísticas das Exportações tiveram sua primeira edição divulgada no 1º bimestre de 2023 e contam atualmente com 16 publicações. Já os Indicadores do Agronegócio tiveram sua primeira divulgação no 4º trimestre de 2020 e somam atualmente 26 edições publicadas no site do DEE.

Todos esses indicadores e boletins vêm sendo atualizados e divulgados periodicamente, de acordo com seus respectivos cronogramas.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** serviço contínuo com atualização trimestral.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** serviço contínuo com atualização trimestral.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) da SPGG com o IBGE está em tratativas de renovação, conforme PROA 24/1300–0000499–4.

Recomendações	Renovar o ACT com o IBGE.
Mais informações	https://dee.rs.gov.br/pib–anual https://dee.rs.gov.br/pib–municipal https://dee.rs.gov.br/pib–trimestral https://dee.rs.gov.br/turismo https://dee.rs.gov.br/boletim–conjuntura https://dee.rs.gov.br/boletim–trabalho https://dee.rs.gov.br/exportacoes https://dee.rs.gov.br/agronegocio

4. Indicadores socioeconômicos

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Indicadores socioeconômicos
Base legal	Arts. 168 e 169 da Constituição do Estado do RS; Planos Plurianuais; Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE): Lei 11.920/2003; Decreto 57.799/2024; No âmbito do planejamento orçamentário e da participação social, o indicador é empregado na consulta direta à população para definição da destinação de parcela do Orçamento Estadual (Decreto 57.799/2024), bem como nas diretrizes para a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais (LOAs); No campo das políticas sociais, o Idese subsidia a distribuição de recursos às escolas públicas (Decreto 57.641/2024), à atenção primária à saúde (Portaria SES 212/2025) e à assistência social (Resolução CEAS/RS 26/2024); Também orienta políticas de desenvolvimento socioeconômico e territorial, como as ações de regularização fundiária urbana (Decreto 57.172/2023), de desenvolvimento industrial (Decreto 56.055/2021; Decreto 57.774/2024) e iniciativas de infraestrutura urbana e rural (Decreto 55.951/2021; Decreto 50.272/2013). Índice Municipal da Educação do RS (IMERS): Lei 15.766/2021; Decreto 56.679/2022; Decreto 56.273/2022; Estimativas Populacionais: Lei 15.766/2021; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): Lei Estadual 16.005/2023 (PPA 2024–2027); Decreto Federal 11.704/2023.
Unidade responsável	Departamento de Economia e Estatística – DEE
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria da Educação; Secretaria da Saúde; Secretaria da Fazenda; Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Secretaria do Desenvolvimento Social; Secretaria do Desenvolvimento Rural e; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Profissional
Objetivo	Sintetizar e monitorar o desenvolvimento socioeconômico do Estado, promovendo a equidade regional, subsidiando o aprimoramento da gestão pública, fornecendo insumos para a distribuição de recursos públicos e priorizando a população mais necessitada, conforme previsto no Art. 169 na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Justificativa	O planejamento e a execução de políticas públicas dependem de diagnósticos atualizados sobre as condições demográficas, educacionais, econômicas e sociais do Estado, especialmente diante das diferenças existentes entre seus municípios e regiões.
Principais instrumentos	Elaboração e atualização do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), do Índice Municipal da Educação do RS (IMERS), das estimativas populacionais municipais, dos Cadernos ODS e dos Cadernos RS no Censo.
Público–alvo e abrangência	Gestores públicos estaduais e municipais, órgãos de governo, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e sociedade em geral.
Beneficiários diretos	Gestores, técnicos e pesquisadores que utilizam os indicadores e estudos produzidos pelo DEE no desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, na elaboração de diagnósticos socioeconômicos e na realização de pesquisas.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Departamento de Economia e Estatística é fonte primária de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (Idese), o Índice Municipal da Educação do RS (IMERS) e as estimativas populacionais municipais, além de fazer o acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por meio da coletânea de publicações "Cadernos ODS" e o acompanhamento dos Resultados do Censo Demográfico 2022 através dos "Cadernos RS no Censo".

O Idese foi criado em 2003 para medir o desenvolvimento socioeconômico dos municípios gaúchos, tendo como referência inicial o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), lançado em 1990. Desde sua criação, o indicador passou por revisões metodológicas em 2013, 2020 e, mais recentemente, em 2026, com o objetivo de aprimorar a mensuração das condições sociais e econômicas do Rio Grande do Sul e fortalecer seu uso como instrumento de apoio ao planejamento e à avaliação de políticas públicas.

O IMERS foi criado em 2021, com o intuito de diagnosticar o aprendizado educacional da rede municipal e também de gerar um incentivo financeiro para os municípios que melhorassem seus níveis educacionais. Após a aplicação da prova do SAERS em 2022, o Índice foi publicado pela primeira vez em 2023, sendo atualizado nos anos seguintes, com a última publicação realizada em setembro de 2026.

Desde 2020, são publicados os Cadernos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reunindo 17 objetivos e 169 metas a serem alcançados até 2030, com foco na erradicação da pobreza e da fome, na sustentabilidade ambiental e na inclusão social. Nesse contexto, a publicação Cadernos ODS acompanha a evolução dessas metas no Rio Grande do Sul, comparando seus resultados com os do Brasil e das demais unidades da Federação, a fim de apoiar políticas públicas e contribuir para a redução das desigualdades regionais e territoriais por meio da internalização da Agenda 2030 no planejamento do Rio Grande do Sul, conforme preconizado pelas Nações Unidas e no contexto nacional.

As diferentes temáticas do Censo Demográfico, por sua vez, podem ser consultadas na série Cadernos RS no Censo 2022, que reúne e divulga os principais resultados do Censo Demográfico 2022 para o Rio Grande do Sul por meio de gráficos, tabelas e textos analíticos. Além do panorama geral do Estado, as publicações apresentam os principais destaques municipais, contribuindo para uma leitura intuitiva da principal fonte de informações sociodemográficas do país.

O DEE divulga anualmente estimativas populacionais por sexo e faixa etária para os municípios do Rio Grande do Sul. Excepcionalmente, em razão dos impactos das enchentes de maio de 2024, ocorridas após o último Censo Demográfico, a metodologia de estimação está sendo revisada, com a avaliação do uso de dados de conexão entre aparelhos celulares e antenas de telefonia para identificar movimentos migratórios. Enquanto esse processo não é concluído, utiliza–se temporariamente a série histórica disponibilizada pelo Ministério da Saúde, referente ao período de 2000 a 2024.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Os indicadores e estudos são calculados e divulgados continuamente.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** IDESE: Lançamento de nova série histórica (revisão metodológica) ainda em 2026, com dados até 2025. Atualizações anuais previstas para dezembro. IMERS: Em setembro de 2026 foi lançado o IMERS 2025. Atualizações anuais previstas para o período entre agosto e outubro. Estimativas Populacionais: Nova metodologia para as estimativas populacionais está em análise, podendo haver a inclusão de informações provenientes das conexões entre os aparelhos celulares e as antenas telefônicas. Cadernos ODS e Cadernos RS no Censo: Os estudos são atualizados continuamente, com diferentes publicações ao longo do ano.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	O cálculo do IMERS e do IDESE está diretamente condicionado à aplicação anual do SAERS, gerido pela Secretaria Estadual da Educação por meio de prestadora de serviços terceirizada. Torna–se imperativo, portanto, manter o mais alto nível de credibilidade e rigor técnico em cada ciclo avaliativo.
Recomendações	O Departamento de Economia e Estatística revisa periodicamente a metodologia dos Indicadores Socioeconômicos, propondo atualizações com base em critérios técnicos.
Mais informações	IdeseVis: https://idesevis.dee.rs.gov.br/ IMERSVis: https://imersvis.dee.rs.gov.br/ Estimativas Populacionais: https://popvis.dee.rs.gov.br/ Cadernos ODS: https://dee.rs.gov.br/cadernos–ods Cadernos RS no Censo: https://dee.rs.gov.br/rs–no–censo–2022

5. Consulta Popular

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Consulta Popular
Base legal	Lei Complementar Estadual nº 10.336, de 28 de dezembro de 1994, e Decreto nº 57.799, de 18 de setembro de 2024.
Unidade responsável	Departamento de Articulação Regional e Participação – DARP
Órgãos e entidades parceiras	Secretarias Estaduais, Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais, Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), Fórum dos COREDES e Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDEs).
Objetivo	Promover a participação direta da população gaúcha na definição das prioridades regionais que receberão recursos do Orçamento do Estado, por meio da apresentação, discussão e votação de propostas de interesse regional. A entrega pretendida é a seleção democrática de projetos alinhados às necessidades das diferentes regiões do Estado, para encaminhamento aos órgãos estaduais responsáveis e, quando aceitos, inclusão na proposta orçamentária anual.
Justificativa	A Consulta Popular é uma política pública longeva, realizada no Rio Grande do Sul desde 1998, que atravessou diferentes gestões estaduais e se consolidou como instrumento permanente de participação social e de articulação entre o Estado e as regiões. Sua continuidade preserva uma experiência institucional singular no Brasil acumulada ao longo de quase três décadas, por meio da qual a população contribui diretamente para a definição de prioridades de interesse municipal e regional a serem consideradas na alocação de recursos do orçamento estadual. A política está alinhada aos princípios de soberania popular, cidadania e democracia participativa previstos nas Constituições Federal e do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, a Consulta Popular fortalece o diálogo entre governo e sociedade, amplia a legitimidade das decisões públicas, incorpora as diferentes realidades territoriais ao planejamento estadual e contribui para a descentralização dos investimentos e para a redução das desigualdades regionais.
Principais instrumentos	A Consulta Popular é desenvolvida por meio da apresentação de propostas pela população, realização de assembleias regionais, votação popular e homologação dos resultados. As demandas eleitas são encaminhadas aos órgãos estaduais na forma de planos de trabalho para análise técnica, inclusão no processo orçamentário e execução. Para viabilizar as entregas, a Consulta Popular se realiza, geralmente, mediante convênios com municípios, instrumentos de parceria e demais mecanismos de transferência previstos em lei. Excepcionalmente, os projetos podem ser também executados diretamente pelo Estado. O processo é complementado por ações de mobilização social, divulgação institucional, monitoramento e controle da execução das demandas eleitas.
Público–alvo e abrangência	A abrangência compreende todo o território do Rio Grande do Sul, contemplando os cidadãos gaúchos dos 497 municípios, organizados nas 28 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.
Beneficiários diretos	A população das comunidades e regiões contempladas pelos projetos eleitos e posteriormente executados, incluindo usuários

	de serviços públicos, municípios, entidades e organizações locais vinculadas às demandas selecionadas.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A Consulta Popular constitui um dos mais importantes instrumentos de participação cidadã do Brasil, sendo realizada anualmente para permitir que a população defina diretamente as prioridades de investimento em suas regiões. No ciclo 2026/2027, o processo mobilizou a sociedade gaúcha com a apresentação de 2.406 propostas, a participação de 7.655 cidadãos nas assembleias regionais e o registro de 92.356 votos válidos, culminando na definição das demandas prioritárias que receberão recursos do Orçamento Estadual.

Além disso, para viabilizar essas iniciativas e garantir a entrega de resultados à população, o programa contou, em 2026, com uma dotação orçamentária recorde de R$ 133,4 milhões, composta por recursos destinados ao ciclo 2025/2026 e por passivos de exercícios anteriores. Desse montante, R$ 49,4 milhões foram empenhados e R$ 34,8 milhões liquidados até agosto de 2026.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** A Consulta Popular 2026/2027 encontra–se em sua fase final. Após a realização das assembleias regionais, da votação popular e da homologação dos resultados, inicia–se a etapa de operacionalização das demandas eleitas. Neste momento, os municípios contemplados deverão apresentar os respectivos planos de trabalho aos órgãos estaduais responsáveis, para análise técnica e adoção das providências necessárias à celebração de convênios ou instrumentos congêneres, visando à execução dos projetos aprovados pela população.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Para o primeiro trimestre de 2027, estão previstos os atos preparatórios para a Consulta Popular 2027/2028, incluindo a definição e o alinhamento da Comissão da Consulta Popular, o alinhamento estratégico com o Fórum dos COREDEs, os alinhamentos operacionais com a PROCERGS, a elaboração do plano de mídia com a ASCOM, a definição do rateio dos recursos entre os 28 COREDEs, a obtenção de dados sobre o eleitorado junto ao TRE/RS, além da atualização e publicação do Regimento Interno e demais providências necessárias para o início do novo ciclo da política.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 133.433.289,60 (60.000.000,00 CP 25/26 e 73.433.289,60 passivos) **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 49.415.143,69 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 34.765.603,99 **Orçamento LOA 2027:** R$ 60.000.000,00* (CP 26/27) **Fonte do recurso:** TESOURO CONSULTA POPULAR *Valor poderá aumentar por suplementação em 2027 para o atendimento dos passivos.
Pontos críticos e riscos	Observou–se redução da participação popular nas votações de 2026, possivelmente relacionada à adoção da autenticação por meio do Gov.br, que ampliou a segurança e a confiabilidade do processo, mas criou uma barreira adicional para parte dos eleitores. Outro desafio relevante é o baixo nível de execução

	de parte das demandas eleitas, impactando a efetiva entrega dos projetos financiados pela Consulta Popular.
Recomendações	Para enfrentar os riscos mencionados, recomenda–se fortalecer as estratégias de mobilização popular e comunicação junto aos COREDEs, buscando ampliar o engajamento e a participação nas votações. Sugere–se, ainda, o aperfeiçoamento dos processos de formalização, acompanhamento e gestão dos convênios, parcerias e demais instrumentos de execução, de modo a ampliar a taxa de execução dos projetos e garantir maior efetividade na entrega das demandas eleitas pela população.
Mais informações	https://www.consultapopular.rs.gov.br/ https://transparencia.rs.gov.br/convenios–e–parcerias/repasses–para–consulta–popular/dados/

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 021304/2023	Contratação para operação, manutenção, desenvolvimento e armazenamento de dados dos sistemas VPR e SMEGOV.	PROCERGS	R$725.727,24	07/11/2026	Em aditamento contratual

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300–0002447–3	Novo contrato com a PROCERGS, via contratação direta, para serviço de manutenção básica, adaptativa e evolutiva, e armazenamento de dados do Sistema de Votação da Consulta Popular.	Finalização	Assinatura

6. PROGESTÃO RS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público – PROGESTÃO RS
Base legal	Lei Autorizativa 16.193, de 22 de novembro de 2024; Decreto 58.647, de 3 de março de 2026.
Unidade responsável	Departamento de Projetos Estratégicos e Captação – DEPEC Unidade de Gestão do Programa – UGP PROGESTÃO RS
Órgãos e entidades parceiras	Banco Mundial e órgãos executores estaduais: Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Educação, Secretaria da Reconstrução Gaúcha, Secretaria da Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Social e Secretaria de Obras Públicas.

Objetivo	Promover a melhoria contínua da gestão fiscal, orçamentária e patrimonial, por intermédio de ações que visem à racionalização do gasto público com resultados perenes, aumentando a eficiência da gestão fiscal e da administração pública.
Justificativa	Nos últimos anos, o RS implementou uma série de reformas e aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal. Contudo, há necessidade de realizar ações complementares para garantir a sustentabilidade fiscal e avançar na implementação de projetos voltados ao aumento da eficiência do gasto público e à modernização da gestão estadual, atuando em setores transversais e estratégicos da administração pública. O Estado se comprometeu junto ao Banco Mundial e ao governo federal a atingir os resultados planejados e, em contrapartida, há garantia de apoio do parceiro externo para a implementação das ações.
Principais instrumentos	O PROGESTÃO RS é executado por meio do Acordo de Empréstimo nº 9787–BR. Entre as iniciativas previstas para modernização da gestão e racionalização do gasto público, estão a implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC), voltado à centralização e padronização de processos administrativos; a estruturação da Gestão Integrada de Investimentos Públicos (GIIP), que prevê novas ferramentas de tecnologia e metodologias para avaliação e monitoramento de investimentos; e projetos relacionados à modernização da gestão de pessoas e de compras públicas. Também estão sendo executadas ações voltadas à incorporação de ciência de dados e inteligência analítica em áreas como saúde e previdência, modernização dos sistemas de gestão da educação e da assistência social e do patrimônio público, bem como iniciativas de uso de inteligência artificial e de automação de processos.
Público–alvo e abrangência	O Programa envolve cinco áreas transversais do governo: pessoal ativo, pessoal inativo, compras públicas, patrimônio e investimentos públicos. Além disso, inclui três setores finalísticos: saúde, educação e assistência social. Os resultados devem beneficiar todo o estado.
Beneficiários diretos	Os beneficiários diretos constituem–se nas secretarias e nos órgãos responsáveis pela execução da operação. Espera–se que esses órgãos, juntamente com seus servidores, sejam contemplados com o acesso a inovações em matéria de gestão de serviços, dados, recursos financeiros e humanos. Isso permitirá que os executores otimizem a alocação de recursos de forma mais eficiente e eficaz. Sob uma perspectiva mais ampla, espera–se que a melhoria nos processos de gestão desses órgãos incorra em uma verdadeira mudança na cultura corporativa nos órgãos diretamente envolvidos e, posteriormente, no conjunto da administração pública estadual, para uma melhor prestação de serviços à sociedade.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A partir da celebração do Acordo de Empréstimo em 30/12/2025, no valor de US$ 50 milhões e contrapartida estadual de US$ 5 milhões, o Estado cumpriu as condições de efetividade do contrato e obteve declaração de efetividade em 23/04/2026. A UGP e as áreas executoras estão trabalhando intensamente no planejamento das aquisições. Os primeiros sete termos

de referência (TDR) com não–objeção do Banco Mundial estão no início da fase externa das licitações; outros 17 TDR estão em elaboração.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** o Programa está iniciando sua execução. Alguns projetos estão realizando o planejamento de suas aquisições (elaboração de TDR) e outros já estão iniciando as primeiras contratações. As primeiras entregas são planejadas para o final de 2026.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** as equipes devem dar continuidade à execução dos projetos e dos respectivos processos licitatórios.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 44,4 milhões **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 736 mil **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 736 mil **Orçamento LOA 2027:** R$ 46,9 milhões **Fonte do recurso:** PROGESTÃO BIRD e contrapartida
Pontos críticos e riscos	É importante assegurar que não haja descontinuidade na execução dos projetos e dos processos licitatórios, para garantir as entregas dentro do prazo da operação (28/06/2030).
Recomendações	Recomenda–se realizar reunião entre a nova gestão, a UGP e o Banco Mundial, para apresentação das ações previstas e alinhamento de expectativas e agenda com o comitê diretivo (formado pelos secretários das áreas executoras).
Mais informações	https://planejamento.rs.gov.br/progestao

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300–9002739–6	Consultor Individual, Especialista em Aquisições para apoiar a UGP na implementação do Projeto.	Publicada solicitação de manifestação de interesse	Análise de currículos; formação de lista curta; seleção; negociação e contratação.
26/1300–9002576–8	Consultor individual especializado em análise de sistemas para apoiar as áreas na contratação de sistemas e na identificação de ferramentas de inteligência artificial que possam subsidiar a implementação dos projetos	Publicada solicitação de manifestação de interesse	Análise de currículos; formação de lista curta; seleção; negociação e contratação.
26/1300–9002456–7	Consultoria individual independente especializada em centros de serviços compartilhados para atuar como profissional de garantia da qualidade *quality assurance*	Publicada solicitação de manifestação de interesse	Análise de currículos; formação de lista curta; seleção; negociação e contratação.

	realizando avaliações de produtos desenvolvidos no projeto		
26/1300–9002416–8	Consultor individual para ministrar capacitação em análise de custo–benefício de projetos de investimentos públicos.	Publicada solicitação de manifestação de interesse	Análise de currículos; formação de lista curta; seleção; negociação e contratação.
26/1300–9002432–0	Consultoria para diagnóstico, definição de escopo, requisitos e tecnologias, elaboração de planos e projetos, gestão da mudança, comunicação, apoio na implantação e estabilização do CSC, incluindo mapeamento, melhoria de processos e governança contratual.	Em preparação da solicitação da manifestação de interesse	Publicação da solicitação de manifestação de interesse; preparação da lista curta; solicitação de propostas; abertura de propostas; avaliação; negociação e contratação.
26/1300–9002396–0	Consultoria para diagnostico e elaboração de proposta de Governança de Gestão de Pessoas, contemplando minuta de normativa e proposta e redesenho de macroprocessos.	Em preparação da solicitação da manifestação de interesse	Publicação da solicitação de manifestação de interesse; preparação da lista curta; solicitação de propostas; abertura de propostas; avaliação; negociação e contratação.
26/1300–9002484–2	Contratação consultoria especializada para a realização de estudos, proposição normativa, modelagem operacional e de governança, concepção funcional, desenvolvimento e apoio à implementação de solução de e-marketplace integrado ao ecossistema de compras.	Em preparação da solicitação da manifestação de interesse	Publicação da solicitação de manifestação de interesse; preparação da lista curta; solicitação de propostas; abertura de propostas; avaliação; negociação e contratação.

7. Monitoramento dos Projetos Estratégicos e FUNRIGS

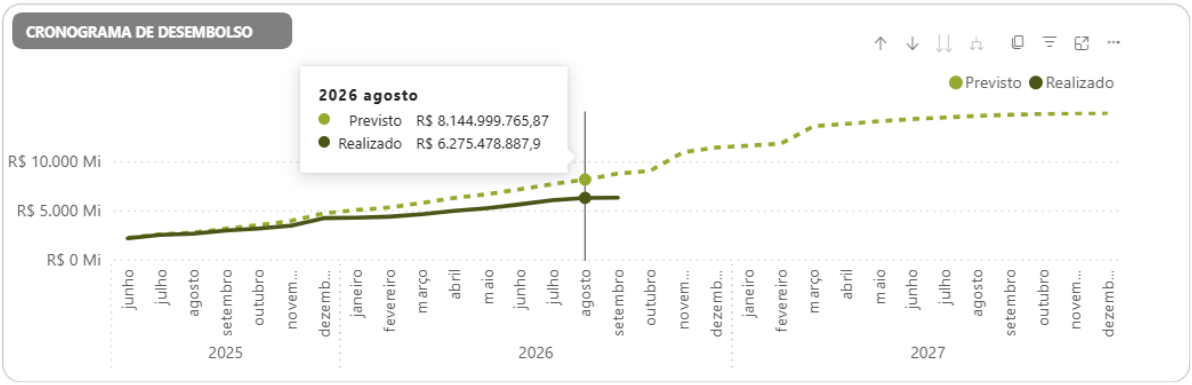
IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Monitoramento de Projetos Estratégicos
Base legal	Decreto nº 56.179/2021 e; Decreto nº 56.382/2022 e alterações.
Unidade responsável	Departamento de Projetos Estratégicos e Captação – DEPEC
Órgãos e entidades parceiras	Secretarias finalísticas executoras de projetos estratégicos, bem como suas vinculadas.
Objetivo	A estruturação de uma carteira de projetos estratégicos e seu respectivo monitoramento intensivo constitui instrumento de governança destinado a acompanhar a execução das iniciativas

	prioritárias do Governo, verificando o cumprimento de metas, cronogramas e resultados esperados. Seu objetivo é fornecer informações tempestivas para a tomada de decisão, identificar riscos e entraves à execução, promover a articulação entre os órgãos envolvidos e apoiar a adoção de medidas corretivas, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do Estado e para a geração de valor público à sociedade.
Justificativa	A manutenção do monitoramento de projetos estratégicos é um instrumento de governança e suporte à tomada de decisão. Sua continuidade é particularmente relevante em razão da carteira de projetos do FUNRIGS, que envolve elevado volume de recursos ainda em execução, exigindo acompanhamento sistemático para mitigar riscos, superar entraves e assegurar a entrega dos resultados previstos dentro do cronograma de execução do programa.
Principais instrumentos	• Sistema de Monitoramento Estratégico (SMG); • Estruturação da Carteira de Projetos Estratégicos, com destaque para o Acordo de Resultados (anual); • Ciclos de monitoramento, compostos por rotinas periódicas de atualização, análise e validação das informações, permitindo a avaliação contínua do andamento dos projetos e indicadores; • Reuniões de governança e monitoramento; • Painéis gerenciais e *dashboards* de *Business Intelligence* (BI), com destaque para o Painel FUNRIGS e painéis temáticos específicos de obras rodoviárias (DAER) e habitação (SEHAB); • Indicadores de desempenho e metas pactuadas; • Gestão de riscos e pontos críticos; • Relatórios e análises gerenciais.
Público–alvo e abrangência	O público–alvo principal do monitoramento de projetos estratégicos é a alta gestão do Governo do Estado e sua abrangência é transversal, contemplando todas as secretarias, órgãos e entidades que possuam projetos considerados estratégicos.
Beneficiários diretos	Governador e Secretários de Estado; órgãos e entidades executoras dos projetos estratégicos; e instâncias estaduais de governança e planejamento do Estado.

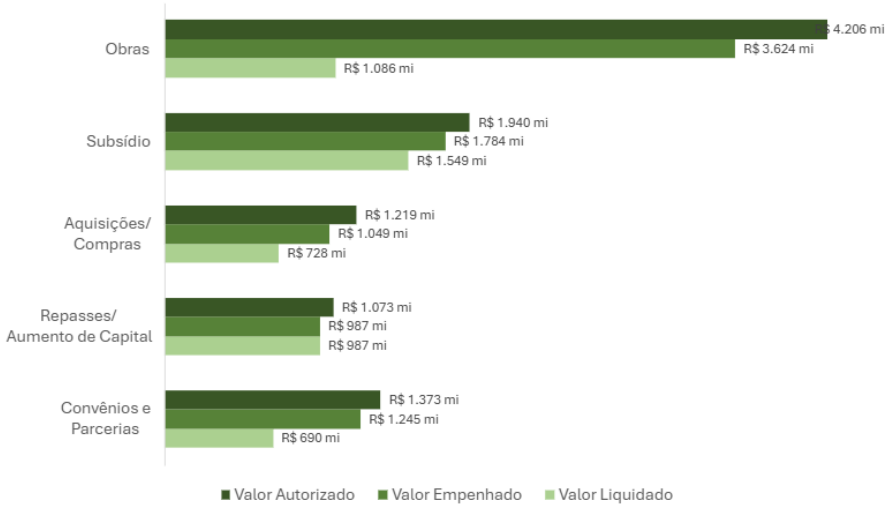
RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

No ano de 2026 estão sendo monitorados 349 projetos considerados estratégicos, dos quais 259 estão em execução com recursos do FUNRIGS e os demais com recursos do Tesouro. Além disso, os 349 projetos se desdobram em 417 indicadores.

Até o final de agosto de 2026, a execução financeira dos recursos do Fundo do Plano Rio Grande alcançou 77% do montante acumulado previsto, percentual que demonstra a efetiva capacidade de implementação dos projetos e o significativo avanço na aplicação dos recursos disponibilizados, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



Os projetos do FUNRIGS podem ser categorizados conforme sua natureza, como demonstra o gráfico a seguir



Da análise dos dados, evidencia–se que a categoria Repasses/Aumento de Capital possui a execução mais eficiente, com 92% do previsto liquidado. A categoria Subsídio (subvenções, linhas de crédito, bolsas) possui execução satisfatória, com 80% do previsto liquidado.

Já as Aquisições/Compras apresentam liquidação de 59% do previsto, sendo que dos R$ 1,2 bilhão previstos, R$ 930 milhões são da SSP.

Por sua vez, as Obras possuem execução abaixo da média, com apenas 25% do previsto liquidado. Dessa categoria, R$ 3 bilhões dos R$ 4,2 bilhões previstos pertencem ao DAER.

Os Convênios e Parcerias representam 8,7% da carteira FUNRIGS, com 91% dos recursos empenhados, porém, apenas 50% liquidado em relação ao valor total autorizado.

Cabe mencionar, ainda, que antes do FUNRIGS, a experiência do Programa Avançar demonstrou que o monitoramento estratégico constitui fator crítico para o sucesso de grandes carteiras de investimentos públicos. O acompanhamento contínuo dos projetos permitiu maior controle sobre prazos, custos, riscos e resultados, viabilizando intervenções tempestivas e contribuindo para a efetiva entrega dos investimentos à sociedade. O legado do programa reforça, portanto, a importância da manutenção e do aprimoramento dos mecanismos de monitoramento estratégico

como instrumento de governança, transparência e apoio à tomada de decisão em futuras iniciativas de desenvolvimento do Estado.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** o monitoramento dos projetos estratégicos consiste em um processo contínuo.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** estruturação da carteira de projetos estratégicos de 2027 e continuidade da estratégia de monitoramento.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Os principais riscos estão associados à mudança de gestores e à eventual substituição dos gerentes de projeto e das equipes técnicas responsáveis pela execução, o que pode provocar perda de conhecimento técnico e do histórico dos processos.
Recomendações	Sugere–se a manutenção da estratégia de monitoramento, com acompanhamento intensivo da carteira de projetos do FUNRIGS, considerando–se os prazos–limite impostos pela legislação para a aplicação dos recursos.
Mais informações	https://planoriogrande.rs.gov.br/inicial https://www.transparencia.rs.gov.br/calamidade–publica–2024/1–1–tematico–fundo–do–plano–rio–grande–funrigs/recursos–recebidos/

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 021304/2023	Contratação para operação, manutenção, desenvolvimento e armazenamento de dados dos sistemas VPR e SMEGOV.	PROCERGS	R$725.727,24	07/11/2027	Em aditamento contratual

8. Monitoramento dos Convênios com os Municípios

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Monitoramento de Convênios com os Municípios
Base legal	Decreto Estadual nº 56.155/2021; Decreto Estadual nº 56.939/2023; Instrução Normativa CAGE nº 04/2024.
Unidade responsável	Departamento de Projetos Estratégicos e Captação – DEPEC
Órgãos e entidades parceiras	Municípios convenentes, Secretarias/órgãos concedentes e CAGE/SEFAZ.
Objetivo	Acompanhar, de forma contínua e concomitante, a execução dos instrumentos firmados entre o Estado e os municípios, produzindo informações gerenciais a partir dos dados disponibilizados, que permitam antecipar problemas, apoiar a tomada de decisão, aumentar a transparência na aplicação dos recursos públicos e ampliar a efetividade das políticas públicas financiadas por meio das transferências estaduais.

Justificativa	Além de constituir importante instrumento de controle e gestão, o monitoramento fortalece a cooperação entre Estado e municípios, contribuindo para a melhoria dos resultados alcançados e para a maximização do retorno social dos investimentos públicos realizados. Além disso, o monitoramento contribui para reduzir situações de inadimplência e omissão na prestação de contas por parte dos convenentes, evitando a posterior negativação dos municípios nos sistemas de controle e as consequentes restrições à celebração de novos convênios e ao recebimento de recursos estaduais.
Principais instrumentos	Sistema de Monitoramento de Convênios (SMC), disponível no sistema Finanças Públicas do Estado (FPE), no qual são registrados os dados relativos aos repasses realizados pelo Estado do Rio Grande do Sul.
Público–alvo e abrangência	Municípios convenentes, Secretarias/órgãos concedentes e órgãos de controle. O monitoramento compreende todos os convênios celebrados entre o Estado e os municípios que estejam sujeitos ao acompanhamento da execução física e financeira, abrangendo diferentes áreas de governo, como infraestrutura, saúde, habitação, assistência social, turismo, esporte, agricultura e defesa civil.
Beneficiários diretos	Órgãos e entidades estaduais concedentes; municípios convenentes; e gestores públicos envolvidos na execução dos convênios.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Em setembro de 2026, estavam sendo monitorados 8.248 convênios, com valor de investimento previsto de R$ 4,68 bilhões, dos quais já foram pagos R$ 3,33 bilhões. Desses, 4.305 convênios encontram–se na situação *concluídos*; 2.464 com execução *em dia*; 622 em *atenção*; 291 *atrasados*; 451 com *pagamentos pendentes* e 115 *cancelados*.

Vinculados ao FUNRIGS, são 1.158 convênios, abrangendo 452 municípios, com valor total previsto de R$ 1,23 bilhão, dos quais já foram pagos R$ 526 milhões.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** o monitoramento de convênios com os municípios consiste em um processo contínuo.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** continuidade da estratégia de monitoramento dos convênios com os municípios em 2027.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Os maiores riscos encontram–se associados à mudança de gestores, com possível reflexo nas equipes que acompanham os convênios, o que pode gerar perda de conhecimento técnico e do histórico dos processos.

Recomendações	Sugere–se a manutenção da estratégia de monitoramento, com acompanhamento intensivo principalmente dos convênios financiados com recursos do FUNRIGS.
Mais informações	https://www.convenioseparcerias.rs.gov.br/convenios–monitoramento

9. Captação e Monitoramento de Instrumentos de Repasse Federal e Elaboração do Caderno de Propostas ao OGU

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Captação e Monitoramento de Instrumentos de Repasse Federal e Elaboração do Caderno de Propostas ao OGU
Base legal	Decreto nº 56.155, de 25 de outubro de 2021 e; Decreto nº 58.394, de 03 de outubro de 2025.
Unidade responsável	Departamento de Projetos Estratégicos e Captação – DEPEC
Órgãos e entidades parceiras	Secretarias finalísticas, Secretaria da Casa Civil e Ministérios do Governo Federal.
Objetivo	Assegurar fontes complementares de financiamento para a continuidade e expansão de investimentos no Estado, por meio da captação de recursos federais e do monitoramento dos instrumentos celebrados.
Justificativa	A captação de recursos federais possui papel estratégico na ampliação da capacidade de investimento do Estado e na viabilização de políticas públicas prioritárias. Trata–se de recursos não onerosos, sendo uma fonte de recursos importante, especialmente diante do comprometimento dos recursos extraordinários do FUNRIGS e das restrições fiscais que limitam a ampliação do endividamento estadual, sendo fundamental para assegurar fontes complementares de financiamento e garantir a execução de projetos de interesse da população gaúcha. A captação, o monitoramento e a prestação de contas dos recursos necessitam de um trabalho importante de coordenação e articulação para a eficiência dos processos.
Principais instrumentos	Elaboração do Caderno de Propostas OGU a partir dos projetos cadastrados pelos órgãos no Sistema de Monitoramento Governamental – SMG; Busca ativa diária por oportunidades de captação; Monitoramento da execução dos Instrumentos de Repasse Federal através de ciclos periódicos e atualização das informações dos IRFEs no SMG.
Público–alvo e abrangência	Secretarias finalísticas e órgãos vinculados
Beneficiários diretos	Sociedade gaúcha beneficiada pelas iniciativas.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Na área de Captação de Recursos, a estratégia está voltada à ampliação da capacidade de investimento do Estado por meio da captação de recursos externos e do fortalecimento da gestão e monitoramento dos projetos captados. No âmbito do Orçamento Geral da União (OGU), o

trabalho envolve a identificação e divulgação de oportunidades de financiamento, a coordenação do processo de captação, com a qualificação de propostas e o apoio técnico aos órgãos estaduais para celebração de instrumentos de repasse, buscando maximizar o acesso a recursos federais para a implementação de políticas públicas prioritárias. Um dos principais produtos elaborados anualmente é o Caderno de Propostas ao OGU, com sugestões de propostas para emendas parlamentares, em conjunto com a Secretaria da Casa Civil.

Complementarmente, há o monitoramento dos Instrumentos de Repasse Federal celebrados pelo Estado, acompanhando sua execução física e financeira, apoiando a solução de entraves, a interlocução com órgãos concedentes e o cumprimento das exigências de prestação de contas. Essa atuação contribui para ampliar a efetividade dos recursos captados, reduzir riscos de perda de financiamentos e fortalecer a governança das transferências federais na administração estadual.

A carteira atual de instrumentos de repasse federal em monitoramento é de aproximadamente R$ 2 bilhões, correspondendo a 424 instrumentos, nas etapas de execução e de prestação de contas.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** o Caderno de Propostas OGU 2027 encontra–se finalizado. Entretanto, considerando que se tratar de processo recorrente, no início do ano de 2027 deverá ser iniciada a elaboração do Caderno de Propostas OGU 2028. Já a captação em si e o monitoramento dos Instrumentos de Repasse Federal consistem em processos contínuos.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** elaboração do Caderno de Propostas OGU 2028, cuja mobilização dos órgãos deverá iniciar até março/2027. A sistemática dos ciclos de monitoramento para 2027 deverá ser avaliada, com previsão inicial de dois ciclos de reuniões com os órgãos executores
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Os maiores riscos encontram–se associados à mudança dos responsáveis pela gerência e equipes técnicas atreladas à execução dos Instrumentos de Repasse Federal, com perda de conhecimento técnico e do histórico dos processos. Além disso, cada Instrumento possui seus prazos próprios, sendo necessário garantir o prosseguimento célere dos processos para atendimento dos prazos previstos (condições suspensivas, publicação de editais de licitação, vigência, prestação de contas, dentre outros).
Recomendações	Manter a cooperação entre SPGG e Secretaria da Casa Civil na elaboração e articulação do Caderno de Propostas ao OGU, preservando o modelo de atuação que integra planejamento governamental, qualificação de projetos e interlocução junto ao Parlamento Federal para viabilização de recursos ao Estado; Manter o processo de busca ativa por oportunidades de captação de recursos não onerosos; Manter a metodologia de monitoramento de IRFEs.
Mais informações	https://planejamento.rs.gov.br/caderno–propostas https://planejamento.rs.gov.br/captacao–recursos

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 021304/2023	Contratação para operação, manutenção, desenvolvimento e armazenamento de dados dos sistemas VPR e SMEGOV.	PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado RS S/A	R$725.727,24	07/11/2027	Em aditamento contratual

10. Avaliação de Políticas Públicas

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Avaliação de Políticas Públicas
Base legal	Decreto nº 56.155, de 25 de outubro de 2021, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – Artigo 37.
Unidade responsável	Departamento de Planejamento Governamental – DEPLAN
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação, Secretaria da Educação, Superintendência da Educação Profissional, Secretaria de Desenvolvimento Social, Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional.
Objetivo	Realizar estudos e avaliações de políticas públicas e prestar apoio técnico aos órgãos e entidades da administração pública estadual para o aprimoramento de seus programas e políticas, promovendo a cultura da avaliação e o uso de evidências na gestão pública.
Justificativa	A avaliação de políticas públicas assegura a produção e o uso sistemático de evidências sobre a implementação, os resultados e os efeitos das políticas públicas estaduais, contribuindo para seu aprimoramento. Ao identificar avanços, limitações e oportunidades de melhoria, qualifica o planejamento, a gestão e a tomada de decisão, promove o uso eficiente dos recursos públicos e fortalece a transparência e a prestação de contas à sociedade.
Principais instrumentos	A atividade de avaliação de políticas públicas utiliza metodologias e instrumentos de avaliação, análises estatísticas, tratamento de bases de dados e elaboração de relatórios. As análises estatísticas são realizadas no *software* R, utilizando diversos pacotes para o processamento e a análise dos dados. São integradas diferentes fontes de informação, incluindo bases administrativas do Estado e bases externas, como RAIS, CadÚnico e ISE/SEDUC, entre outras, para produzir evidências sobre a implementação, os resultados e os efeitos das políticas públicas.
Público–alvo e abrangência	Órgãos e entidades da administração pública estadual, especialmente gestores e equipes envolvidos na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas

	públicas. Indiretamente, a população do Rio Grande do Sul. Abrangência territorial: todo o Estado do Rio Grande do Sul.
Beneficiários diretos	Órgãos e entidades da administração pública estadual. Atualmente, o Departamento possui trabalhos em andamento com cinco órgãos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Foram realizadas as seguintes avaliações no período:

- **Avaliação de Resultados do Programa Todo Jovem na Escola 2022–2023:** Os resultados mostraram que os participantes do Programa apresentam menores taxas de abandono e de não conclusão do ano letivo em comparação aos não participantes. Em 2022, os não participantes apresentaram 14% mais chances de abandonar os estudos do que os participantes do Programa, diferença que aumentou para 62% em 2023.
- **Avaliação de Impacto do Programa Todo Jovem na Escola 2023:** Os resultados indicam que os participantes do TJE apresentaram 58% menos chances de abandonar os estudos em comparação aos não participantes, em 2023, indicando que o Programa contribui para a permanência dos estudantes na escola e para a redução do abandono escolar.
- **Avaliação dos Egressos da Educação Profissional Gaúcha 2013–2017:** O estudo analisou mais de 39 mil egressos da Educação Profissional da rede estadual, concluintes de cursos técnicos entre 2013 e 2017. Os resultados indicam melhora na inserção no mercado de trabalho formal: o percentual de egressos com vínculo formal passou de 42% antes da formação para 67% cinco anos após a conclusão. A remuneração média também aumentou, de 1,7 para 2,1 salários mínimos, crescimento superior a 20%. Além disso, 29% elevaram seu nível de escolaridade após a formação e aproximadamente um em cada quatro egressos atuava em ocupações relacionadas à área de qualificação. Apesar dos avanços, persistem desigualdades salariais entre homens e mulheres e entre grupos raciais. Os resultados reforçam a relevância da educação profissional para a inserção produtiva e oferecem subsídios para o aperfeiçoamento da política e para o alinhamento da oferta de cursos às demandas do mercado de trabalho.

Avaliação de Resultados dos Projetos Estratégicos:

- **MEI RS:** A partir dos indicadores analisados, observou–se que, dois anos após os desastres, a maioria dos MEIs atingidos permaneceu com seus empreendimentos ativos, indicando continuidade das atividades econômicas entre os beneficiários do Programa. Em conjunto, os indicadores apontaram para a continuidade das atividades econômicas da maior parte dos beneficiários, ao passo que uma pequena parcela apresentou alterações no ramo de atividade ou no enquadramento empresarial.
- **Alfabetiza Tchê:** Os resultados indicaram avanços no desenvolvimento da fluência leitora. A principal desigualdade observada está relacionada à raça/cor: embora todos os grupos apresentem evolução, estudantes brancos mantêm os maiores percentuais de leitores, enquanto pretos, pardos e indígenas apresentam percentuais mais baixos. Em conjunto, os resultados apontaram para melhorias na aprendizagem, mas também para a necessidade de fortalecer estratégias voltadas aos níveis iniciais, à consolidação da fluência e à redução das desigualdades raciais, promovendo trajetórias de alfabetização mais equitativas.

- **Porta de Entrada:** A avaliação das três fases do Programa indica que a iniciativa tem contribuído para ampliar o acesso à moradia por meio de subsídios habitacionais, alcançando, até o momento, 58,6% das famílias cadastradas. O fluxo para emissão dos Certificados de Concessão de Subsídio mostrou–se ágil, com tempo médio de 2,4 dias entre a solicitação e a certificação. Foram observadas diferenças de cobertura segundo sexo, raça/cor e escolaridade, reforçando a importância do monitoramento desses recortes. Foram identificados desequilíbrios territoriais entre a localização dos imóveis e a demanda dos beneficiários: alguns municípios apresentaram excesso de demanda, enquanto outros registraram unidades pouco demandadas. Os resultados reforçam a necessidade de aprimorar o monitoramento e o planejamento territorial para ampliar a efetividade do Programa.
- **Irriga Mais Subvenção:** Os resultados analisados indicaram que o Irriga+RS: Subvenção vem contribuindo para a expansão da infraestrutura de irrigação no Estado, com aumento do número de projetos apoiados e da área irrigada nas duas fases avaliadas. Também sugerem potencial de contribuição do Programa para o fortalecimento da resiliência da agropecuária gaúcha frente à recorrência das secas e estiagens. Contudo, a mensuração de seus efeitos sobre a produtividade das lavouras, a renda e a resiliência climática e financeira dos produtores ainda depende da maturação do Programa e do aprimoramento dos mecanismos de monitoramento e acompanhamento dos beneficiários.
- **Volta por Cima:** O Relatório de Avaliação Executiva do Programa Volta por Cima formalizou a participação do Estado na 3ª edição da Janela de Avaliação de Políticas Públicas da Enap e consolidou o processo de assessoria metodológica realizado ao longo de 12 semanas. Durante esse período, servidores da SPGG e da SEDES participaram de encontros técnicos organizados pela Enap, com foco na estruturação da análise da política pública. A avaliação envolveu a definição dos objetivos da política, a elaboração das árvores de problemas e soluções, a identificação dos efeitos esperados e a formulação de perguntas avaliativas. Como resultado, foram elaborados 62 indicadores de processo e 58 de resultado, dos quais 24 foram priorizados para compor a matriz de monitoramento: 17 de processo e 7 de resultado. Entre os indicadores selecionados estão aqueles voltados à identificação e caracterização dos beneficiários afetados pelas enchentes, incluindo o georreferenciamento das áreas atingidas e o acompanhamento da população inscrita no Cadastro Único localizada nessas regiões.
- **EJATEC:** Também integrou a 3ª edição da Janela de Avaliação de Políticas Públicas da Enap, com participação de servidores da SEDUC e da SPGG. Com assessoria metodológica da Enap, foi realizada uma análise ex–ante do Programa Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (Ejatec), contemplando a identificação e análise dos problemas; a caracterização do público beneficiário, prioritário e dos grupos vulnerabilizados ou que demandam atenção, além da elaboração do modelo lógico e da definição de aspectos relacionados ao monitoramento e à avaliação. O processo contribuiu para qualificar o desenho da política e estabelecer bases para seu acompanhamento e avaliação.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Atividade contínua, com avaliações de políticas públicas em andamento e novas avaliações previstas.

Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** No momento da mudança de gestão, haverá avaliações em diferentes etapas de execução, conforme o cronograma de cada trabalho.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	O principal risco é a descontinuidade ou alteração de prioridades que comprometa os trabalhos em curso e o aproveitamento das evidências produzidas.
Recomendações	Dar continuidade às avaliações em andamento e fortalecer a articulação com os órgãos responsáveis, promovendo o uso dos resultados para o aprimoramento das políticas públicas e a tomada de decisão baseada em evidências.
Mais informações	https://planejamento.rs.gov.br/relatorios–das–avaliacoes–de–politicas–publicas

11. Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais – IEDE/RS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais – IEDE/RS
Base legal	Decreto nº 56.285, de 29 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a operação, o gerenciamento e a manutenção da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais – IEDE/RS. A IEDE/RS foi instituída em 2010 pelo Decreto nº 47.549, com a primeira versão da plataforma lançada em 2019 com recursos do Banco Mundial. Em 2025 foi reestruturada com lançamento da nova versão do Geoportal RS.
Unidade responsável	Departamento de Planejamento Governamental – DEPLAN
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria da Educação, Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, Secretaria da Saúde, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional, Centro Estadual de Vigilância em Saúde, Secretaria do Esporte e Lazer, Corpo de Bombeiros Militar, Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo, Casa Militar/ Defesa Civil, Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano, Departamento Estadual de Trânsito, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria da Cultura, Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e Secretaria da Reconstrução Gaúcha.
Objetivo	A IEDE/RS tem por objetivos facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geoespaciais relacionados ao território do Rio Grande do Sul, visando à qualificação do planejamento regionalizado.
Justificativa	A IEDE/RS é uma iniciativa que assegura a manutenção de uma arquitetura institucional de governança de dados geoespaciais capaz de promover a integração, a interoperabilidade, a padronização e a disseminação de informações territoriais produzidas pelos diversos órgãos e entidades da administração pública. Ao viabilizar o acesso a dados georreferenciados consistentes e atualizados sobre o território do Rio Grande do Sul, a IEDE/RS contribui para

	qualificar os processos de planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, bem como a tomada de decisão baseada em evidências.
Principais instrumentos	A estrutura da IEDE/RS é composta por um catálogo de dados geoespaciais (vinculados a um sistema de gerenciamento de metadados), serviços e aplicativos e um geoportal interativo, o Geoportal RS. A plataforma tecnológica que hospeda a infraestrutura é baseada no software ArcGIS Enterprise, cuja licença é contratada pelo Estado.
Público–alvo e abrangência	Administração pública estadual direta e indireta, demais níveis de governo, academia e público em geral.
Beneficiários diretos	Secretarias e órgãos estaduais, municipais, academia e sociedade civil. O Geoportal RS recebe uma média de cerca de 30.000 solicitações de serviços por dia.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A IEDE/RS conta atualmente com a adesão de 18 parceiros entre secretarias e órgãos do governo, cerca de 1.700 serviços de mapas publicados e mais de 20 painéis temáticos.

Citamos a seguir alguns dos painéis que se destacaram e que têm aplicação tanto no setor público quanto na sociedade civil em geral:

- **Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul, com o histórico da divisão municipal desde 1809 até 2024:** https://iede.rs.gov.br/portal/apps/storymaps/stories/52417161aae84bbfa1e748735c2b9534
- **Atlas Socioeconômico do RS (atualmente em atualização):** https://iede.rs.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?id=bdece032faf0473181963d15627ca86d
- **Atlas Hidroenergético do RS:** https://iede.rs.gov.br/portal/apps/storymaps/stories/b50a71e3d1004fa2be613def208058e9
- **Cartografia digital do RS com dados de todo o estado na escala 1:50.000 e cartas topográficas e ortoimagens atualizados em 2021 na escala 1:25.000 da Região Funcional de Planejamento RF1:** https://iede.rs.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?id=784e47e096cc46dbb0b4354cec47e2a1
- **Monitoramento de Arboviroses no RS:** https://iede.rs.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?id=86f4b656d1bf441c80f2772592347eda
- **Painel da Rede de Proteção da Mulher no Rio Grande do Sul:** https://iede.rs.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?id=9ef82228cb03447e8d8314faa1b29acb
- **Painel da série histórica 2002 a 2023 do PIB no RS por município**: https://iede.rs.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?id=8232eb52a8e04e4c81e1e01582c5d434
- **Mapa escolar da rede pública e privada no RS:**

https://iede.rs.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?id=2a29f13afd09480fb644f136e3e0b5c3

- **Painel com notificações sobre violência contra crianças e adolescentes no RS mapeados por CRS, Regiões de Saúde e Municípios (série desde 2018):** https://iede.rs.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?id=bd6b2fbb5e504c7286fc436f64513114

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** A IEDE/RS e a sua plataforma, o Geoportal RS, estão em execução e funcionamento. A manutenção dos painéis e serviços publicados é uma atividade constante. O incremento da plataforma com novos serviços ou com o desenvolvimento de novos painéis é feito conforme demandas internas ou dos órgãos parceiros.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** As atividades de manutenção dos serviços e painéis publicados no Geoportal RS são constantes. A renovação das licenças do software que hospeda a plataforma será realizada entre o final de 2026 e o início de 2027. Mais detalhes na seção Pontos críticos e riscos.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$187.500,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** – **Orçamento liquidado até ago/2026:** – **Orçamento LOA 2027:** R$10.000.000,00 **Fonte do recurso:** Tesouro
Pontos críticos e riscos	A renovação das licenças do software que hospeda o Geoportal RS (ArcGIS Enterprise) é uma etapa importante para que a plataforma permaneça ativa com segurança e suporte. O contrato atual, com vigência de 24 meses, finda em 21/01/2027 e está em tratativas para renovação ou nova contratação.
Recomendações	Como muitos órgãos estaduais não dispõem de bancos de dados próprios para armazenamento e compartilhamento de suas informações, essas bases precisam ser hospedadas nos servidores da IEDE/RS, sob responsabilidade da PROCERGS. Dessa forma, a ampliação da capacidade e dos recursos contratados com essa companhia aumentaria a possibilidade de compartilhamento de informações no Geoportal.
Mais informações	https://iede.rs.gov.br/

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 023782/2024	i) Licenciamento de usos de softwares; ii) Atualização/manutençã	IMAGEM GEOSISTEMAS &	R$ 2.360.363,92	21/01/2027	Em andamento

	o de softwares da família ArcGIS já licenciados; iii) Serviços de instalação e configuração do ArcGIS Enterprise, Image Server, Geoanalytics e Developer.	COMÉRCIO LTDA			
FPE 22560/2023	Contratação de serviços especializados para fornecimento de acesso, via plataforma web integrada à IEDE/RS a serviços de monitoramento contínuo do território com imagens orbitais da Constelação Planet (PlanetScope) e de mosaicos mensais a partir das licenças do Programa Brasil MAIS; geração de alertas de detecção de mudanças; imagens PlanetScope Download com licença de uso multiusuário perpétua; serviço de envio de e–mail de alertas de mudanças; serviços de capacitação e suporte.	SCCON GEOSPATIAL LTDA	R$ 3.403.807,62	26/12/2026	Em andamento

12. Elaboração do PPA

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Elaboração do Plano Plurianual 2028–2031
Base legal	Constituição Federal de 1988 (Art. 165); Constituição Estadual de 1989 (Arts. 149, 151, 152, 155); Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Lei Complementar Estadual nº 10.336, de 28 de dezembro de 1994 (Lei Vilella); Lei Complementar Estadual nº 14.836, de 14 de janeiro de 2016 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Unidade responsável	Departamento de Planejamento Governamental – DEPLAN
Órgãos e entidades parceiras	Todos os órgãos e entidades do Poder Executivo; Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul; Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul; Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
Objetivo	A elaboração do Plano Plurianual (PPA) define e pactua os principais resultados almejados pela administração pública para o período e organiza os recursos necessários para sua execução. O PPA estabelece, de forma regionalizada, as

	diretrizes, objetivos e metas, organizados em programas, da administração pública estadual, direta e indireta, para um período de quatro anos, que se inicia no segundo ano de mandato e se encerra no primeiro ano do mandato seguinte.
Justificativa	O Plano Plurianual é o principal instrumento de organização das atividades da administração pública, servindo de referência para a organização das ações de todos os órgãos e entidades. Seu processo de elaboração envolve a participação de múltiplos atores, desde lideranças do Poder Executivo, técnicos, membros de instâncias participativas, cidadãos e organizações da sociedade civil, até os deputados estaduais responsáveis pela sua aprovação, promovendo convergências em relação a identificação dos principais problemas públicos que devem ser objeto da atuação estatal, dos principais objetivos e resultados esperados com relação a essa atuação e organização das ações que serão desenvolvidas para alcançar esses objetivos e resultados. Dessa forma, o Plano Plurianual confere, ao mesmo tempo, legitimidade e racionalidade à atuação estatal, orientando os diversos planejamentos setoriais e servindo como instrumento de controle, transparência, prestação de contas e responsabilização.
Principais instrumentos	A elaboração do Plano Plurianual se divide nas etapas de preparação, em que são preparados os principais insumos para a elaboração, contendo informações de diagnóstico sobre problemas públicos no estado, indicadores de referência, legislação que organiza as ações do estado, além de contar com a realização de processo de participação popular, de forma a indicar prioridades percebidas pela sociedade na elaboração do Plano Plurianual. Esta etapa já foi iniciada no ano de 2026. A segunda etapa compreende a elaboração de diretrizes, objetivos e metas prioritárias de governo, por parte do núcleo de governo, do secretariado e de demais lideranças estratégicas, de forma a orientar a elaboração dos programas e demais objetivos e metas, além dos projetos prioritários. Essa etapa se materializa na publicação do Mapa Estratégico de Governo (esse documento também é utilizado para a elaboração da Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa, a ser entregue em 1º de fevereiro de 2027). Na terceira etapa, são identificados os problemas públicos que serão objeto da atuação estatal, estruturada em Programas Finalísticos, em que constarão objetivos, metas de resultado, ações e entregas (bens e serviços) que atuarão na transformação ou mitigação desses problemas. Essa etapa conta, principalmente, com a participação da Rede de Planejamento, Governança e Gestão (instituída pelo Decreto nº 56.179, de 3 de novembro de 2021), presente em todos os órgãos da administração pública, que consiste em um conjunto de servidores responsáveis por organizar os processos de planejamento, governança e gestão nas suas secretarias. Como resultado, é gerado um documento que consolida todos os programas, objetivos, metas e ações para

	o período, destinado à apreciação da Assembleia Legislativa e da sociedade em geral. Acompanha este documento um projeto de lei, elaborado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, que define a estrutura do Plano Plurianual, sua governança, seu processo de acompanhamento e seu processo de revisão. Por fim, a última etapa do processo de elaboração do Plano Plurianual consiste na sua apreciação legislativa, momento em que ele pode ser emendado, e deve ser aprovado, passando a servir de referência para os demais instrumentos de planejamento (Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual) e para a operacionalização das ações de estado.
Público–alvo e abrangência	O processo de elaboração do Plano Plurianual tem como público–alvo a sociedade gaúcha em geral, destinatária e beneficiária das políticas públicas estaduais, compreendendo todo o território gaúcho.
Beneficiários diretos	Os principais usuários diretos do PPA são os órgãos da administração pública, que consideram seus objetivos e metas na estruturação das suas ações, na estruturação de projetos, na elaboração do orçamento anual, dentre outros processos de planejamento. Toda ação desenvolvida, nova ou em andamento, deve estar alinhada aos objetivos e metas do Plano. Além disso, o PPA também funciona como instrumento de controle, de transparência e de prestação de contas. Internamente, em diversos momentos o núcleo de governo demanda informações do planejamento e execução dos programas do PPA para subsidiar outros trabalhos. Com relação ao controle e prestação de contas externo, a Assembleia Legislativa atua na aprovação e fiscalização da execução do PPA, com apoio do TCE, sendo destinatária de Relatórios Anuais de Avaliação do PPA. Por fim, cidadãos e organizações da sociedade civil também são destinatárias dos relatórios de avaliação, podendo demandar informações específicas sobre as políticas planejadas no PPA, bem como sobre a sua execução. Nesse sentido, além dos Relatórios Anuais de Avaliação, o PPA e as informações sobre sua execução servem de base para diversos pedidos de informações, internas e externas ao Poder Executivo estadual, sobre as políticas planejadas e sua execução.

RESULTADOS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Foi realizada, pelo DEPLAN, ampla avaliação sobre o PPA 2024–2027, identificando pontos fortes, fracos e oportunidades de melhoria sob os seguintes aspectos: estrutura, conformidade com a legislação, processo de elaboração, processo de acompanhamento, processo de revisão, vinculação com demais instrumentos de planejamento, dentre outros. Além disso, foi realizada ampla pesquisa de boas práticas (benchmarking) de outros estados e da União de forma a subsidiar propostas de melhorias nos processos relacionados ao PPA.

Foi elaborada proposta de estrutura para o PPA 2028–2031, com alterações significativas com relação à estrutura do PPA 2024–2027, buscando maior efetividade para o instrumento. Adicionalmente, foram elaboradas duas propostas de instruções normativas para regulamentar a elaboração e a governança do PPA 2028–2031.

Estão sendo elaboradas propostas de Programas de Duração Continuada, baseadas na legislação de referência de cada setor de políticas públicas, como insumo para o debate setorial na elaboração do PPA 2028–2031. Na data de elaboração deste texto (setembro de 2026), haviam sido elaboradas cerca de 24 propostas, para os setores Cultura, Esporte e Lazer, Trabalho, Assistência Social, Educação, Segurança, Direitos da Cidadania, Ciência, Tecnologia e Inovação, Indústria, Comércio e Serviços, Transportes, Turismo, Agricultura, Urbanismo, Meio Ambiente e Saneamento, Governança e Gestão.

Foram solicitadas e estão em andamento adaptações no Sistema de Planejamento e Orçamento para contemplar mudanças previstas pela estrutura do PPA 2028–2031.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [X] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** No momento, a elaboração do PPA se encontra em etapa de preparação, em que estão sendo definidos a estrutura do PPA, seus processos de governança, acompanhamento e revisão, suas etapas de elaboração pormenorizadas, e os insumos para sua elaboração. Essa etapa prevê a avaliação e validação, pela nova gestão, dessas propostas, bem como a mobilização dos recursos necessários para sua execução, como espaços físicos, agendas, atividades de comunicação do processo e de mobilização de pessoal.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Janeiro/2027: 1. Aprovação da proposta metodológica, participativa, política e do cronograma pelo governo eleito; 2. Elaboração de diretrizes, objetivos e metas prioritárias de governo, com participação do núcleo de governo, secretariado e demais lideranças estratégicas. Fevereiro/2027: 1. Definição dos membros da Rede de Planejamento, Governança e Gestão e dos grupos de trabalho de cada órgão que participarão da elaboração do PPA. 2. Execução do processo de participação da sociedade na elaboração do PPA.

	Março/2027: 1. Início da etapa de elaboração, em que todos os órgãos do estado serão mobilizados para elaborarem seus programas, alinhados aos objetivos e metas prioritários de governo, e utilizando os resultados do processo de participação social, bem como demais insumos preparados pela SPGG. Esta etapa se estende até julho/2027. Durante todo o período, também está prevista a atualização do Sistema de Planejamento e Orçamento por parte da PROCERGS para contemplar as adaptações na estrutura do PPA.
Orçamento	O processo de elaboração não conta com orçamento demarcado, utilizando dotações dos IPs de pessoal e apoio administrativo da SPGG. Para o cumprimento do contrato com a PROCERGS, para o Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO), é utilizada a dotação do IP 3610, subtítulo 0005, que tem dotação de R$2 milhões para 2027.
Pontos críticos e riscos	Decisões e Prazos relevantes: • Validação da proposta metodológica, das etapas e do cronograma de elaboração do PPA por parte do/a Secretário/a de Planejamento em janeiro de 2027; • Mobilização do núcleo de governo, secretariado e demais lideranças estratégicas para definição das diretrizes, objetivos e metas prioritárias em janeiro de 2027; • Lançamento do processo de participação social na elaboração do PPA em fevereiro de 2027; • Definição dos membros da Rede de Planejamento, Governança e Gestão em fevereiro de 2027; • Lançamento da etapa de elaboração de programas do PPA em março de 2027. Riscos relevantes: • Atraso por parte da PROCERGS para entrega do Sistema de Planejamento e Orçamento atualizado; • Dificuldade de mobilização efetiva dos atores relevantes do processo; • Atraso no cronograma que reduza o tempo hábil de trabalho e comprometa a qualidade dos resultados, considerando a necessidade de envio do projeto de PPA à ALERGS até 1º de agosto de 2027.
Recomendações	Respeitar os prazos sugeridos de forma a fazer um bom planejamento e utilizar o PPA como uma das ferramentas de gestão do governo.
Mais informações	Os documentos relativos ao processo carecem de validação pelo novo governo, momento em que serão tornados públicos.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 21133/2022	Serviços de operação, manutenção,	PROCERGS	R$ 2 milhões	maio/2027	Em andamento

	armazenamento de dados e desenvolvimento do Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO)				

13. Planejamentos Estratégicos Institucionais

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Planejamentos Estratégicos Institucionais
Base legal	Decreto nº 56.155, de 25/10/2021; Inciso III do art. 37 do Regimento Interno da SPGG.
Unidade responsável	Departamento de Planejamento Governamental – DEPLAN
Órgãos e entidades parceiras	Serviço oferecido sob demanda.
Objetivo	Apoiar e orientar técnica e metodologicamente os órgãos da administração pública estadual na estruturação e condução de seus processos de planejamento estratégico, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura organizacional orientada por resultados, em alinhamento às especificidades, competências e necessidades institucionais de cada órgão.
Justificativa	No contexto das organizações públicas, o planejamento estratégico é fundamental para garantir a transparência e a prestação de contas à sociedade. A definição da estratégia é a base para orientar o planejamento operacional, facilitando a integração entre diferentes políticas públicas e assegurando a execução das ações planejadas.
Principais instrumentos	Assinatura de termo de cooperação com os órgãos da administração pública estadual que receberão o apoio e orientação metodológica.
Público–alvo e abrangência	Órgãos da Administração Pública
Beneficiários diretos	Órgãos da administração pública estadual que recebem o apoio e orientação metodológica para elaboração do planejamento estratégico institucional.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A seguir são apresentadas as iniciativas de planejamento estratégico desenvolvidas com o apoio metodológico do DEPLAN, incluindo aquelas sistematizadas em artigo publicado nos anais do I Congresso CONSEPLAN, em 2025, a partir de experiências realizadas em órgãos da administração pública estadual do Rio Grande do Sul.

- **Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (CBMRS):** Elaboração do Planejamento Estratégico 2023–2026, realizada em conjunto pela SPGG, por meio do DEPLAN, e pela Secretaria da Segurança Pública (SSP), por intermédio do CBMRS.

- **Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS):** Desdobramento do Planejamento Estratégico 2022–2029, realizado em parceria com a SPGG, por meio do DEPLAN, e coordenado pelo Escritório de Gestão Estratégica e Projetos (EGEP), entre setembro e dezembro de 2023. O trabalho contemplou três oficinas, seguidas de etapas de

refinamento e consolidação, para definição de resultados–chave, ações, indicadores e metas vinculados aos objetivos estratégicos.

- **Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI):** Elaboração do Planejamento Estratégico 2023–2026, em março de 2023, contemplando quatro oficinas e a construção do Mapa Estratégico.

- **Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (FEPAM):** Elaboração do Planejamento Estratégico 2023–2026, realizada em conjunto pela SPGG, por meio do DEPLAN, e pela SEMA, por intermédio da FEPAM, entre setembro de 2022 e março de 2023. O trabalho contemplou três oficinas, com etapas intermediárias, para elaboração do Diagnóstico Estratégico, do Referencial Estratégico Institucional e dos Objetivos Estratégicos, consolidados no Mapa Estratégico.

- **Secretaria da Cultura (SEDAC):** Elaboração do Planejamento Estratégico 2025–2026, realizada em conjunto pela SEDAC e pela SPGG, por meio do DEPLAN e da UCS, entre março de 2024 e janeiro de 2025. Reformulação do referencial estratégico institucional com foco em políticas culturais inclusivas e sustentáveis.

- **Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS–RS):** Elaboração do Planejamento Estratégico 2025–2027. O plano foi elaborado de forma conjunta pela SPGG, por meio do DEPLAN, e pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional (STDP), por intermédio da FGTAS–RS.

- **Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul:** Elaboração do Planejamento Estratégico do IPE Saúde para 2025–2030, conduzido conjuntamente pela ASSPLAN/IPE Saúde e pelo DEPLAN entre dezembro de 2024 e junho de 2025. No período foram elaborados o Referencial Estratégico, o Diagnóstico, os Objetivos Estratégicos, os Indicadores e Metas e o Plano de Ações 2025–2026.

- **Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (DETRAN–RS):** Elaboração do Planejamento Estratégico 2026–2030, com apoio metodológico da SPGG, por meio do DEPLAN, a partir de demanda formal da assessoria técnica do órgão. As atividades contemplaram a construção do Referencial Estratégico Institucional, o Diagnóstico Organizacional, com uso de ferramentas como a análise SWOT, a definição dos Objetivos Estratégicos e a estruturação de Indicadores, Metas e Plano de Ações, alinhados às diretrizes institucionais e às demandas da sociedade.

- **Emater/RS–Ascar:** Elaboração de proposta metodológica para o Planejamento Estratégico 2025–2035 da Emater/RS–Ascar, realizada em conjunto pela SPGG, por meio do DEPLAN, e pela Emater, com coordenação da Gerência de Planejamento (GPL), entre novembro de 2024 e maio de 2025. O trabalho contemplou três oficinas de capacitação metodológica do DEPLAN à GPL, que subsidiaram a construção posterior do planejamento estratégico pela GPL junto ao Grupo Gestor de Planejamento Estratégico da instituição.

- **Curso de Planejamento Estratégico para Municípios:** Além dos planejamentos estratégicos apresentados anteriormente, o DEPLAN elaborou o conteúdo dos cinco primeiros módulos do curso Planejamento Estratégico Institucional – T1/2026, disponibilizado aos municípios na modalidade autoinstrucional pela plataforma da Escola de Governo do RS. Saliente–se que o último módulo foi elaborado pela Assessoria Técnica da SUPLAN. A iniciativa busca apoiar gestores e equipes públicas no desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento estratégico no setor público. A matriz curricular do curso contempla seis módulos: Módulo I – Contexto do planejamento estratégico no setor público; Módulo II – Referencial Estratégico; Módulo III

– Diagnóstico Institucional; Módulo IV – Objetivos Estratégicos; Módulo V – Plano de Ação; e Módulo VI – Monitoramento.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [X] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** No momento, não há planejamento estratégico institucional em elaboração. As atividades estão concentradas na construção da proposta metodológica para o novo Plano Plurianual que deverá contemplar o alinhamento entre a estratégia do próximo governo e a etapa de planejamento tático representada pelo Plano Plurianual.
Próxima etapa	As próximas etapas serão definidas com o titular da Secretaria, conforme as demandas apresentadas e a disponibilidade da equipe, considerando a prioridade atribuída à elaboração do PPA 2028–2031.
Orçamento	Recursos humanos com o orçamento de pessoal e apoio administrativo.
Pontos críticos e riscos	A capacidade de atendimento a todos os órgãos estaduais é limitada pelo dimensionamento da equipe e por sua participação na elaboração do PPA 2028–2031.
Recomendações	Seria adequado que a nova gestão selecionasse órgãos prioritários para a elaboração de seus planejamentos estratégicos. Além disso, a alocação de mais servidores nas áreas de planejamento setorial do DEPLAN (mais quatro analistas de Planejamento e Orçamento) permitiria maior velocidade nas entregas.
Mais informações	Acesso ao artigo na íntegra pelo link: https://doi.org/10.5281/zenodo.17081216 CONGRESSO CONSEPLAN, 2025. Anais. p. 654–665. Regimento Interno da SPGG (acesso pelo link: 09155327–decreto–regimento–interno–spgg.pdf)

14. Elaboração da LOA

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual
Base legal	Constituição Estadual e Lei de Diretrizes Orçamentárias
Unidade responsável	Departamento de Orçamento e Finanças – DOF
Órgãos e entidades parceiras	Demais órgãos do Estado.
Objetivo	Elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual.
Justificativa	Exigência legal.
Principais instrumentos	A elaboração utiliza o sistema informatizado denominado Sistema de Planejamento e Orçamento – SPO.

Público–alvo e abrangência	Assembleia Legislativa.
Beneficiários diretos	Administração Pública.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A PLOA 2027 é resultado de um processo de planejamento que conciliou responsabilidade fiscal, reconstrução e desenvolvimento. A proposta preserva integralmente a meta fiscal da LDO, amplia os investimentos em reconstrução e infraestrutura e assegura os compromissos do Governo nas áreas sociais prioritárias.

A elaboração do orçamento permitiu ampliar as entregas à população e fortalecer investimentos voltados à reconstrução das áreas atingidas pelos eventos climáticos, fortalecer a infraestrutura estratégica e incorporar os compromissos assumidos pelo Governo nas áreas sociais prioritárias.

Como resultado do trabalho técnico de construção do orçamento, foi possível ampliar investimentos e fortalecer políticas públicas sem comprometer o equilíbrio fiscal. Esse resultado foi alcançado por meio da racionalização de despesas, da revisão de gastos e da geração de ganhos de eficiência administrativa, sem qualquer ampliação do déficit primário projetado para 2027.

Sob a ótica qualitativa da política pública, inovou–se também com a possibilidade de etiquetagem de agendas transversais no Orçamento, dentro do Sistema de Planejamento e Orçamento.

Além das entregas já mencionadas, destaca–se a inclusão de novos demonstrativos, preconizadas em normativas recentes, que são: o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida e o Demonstrativo de Despesas Financeiras e Primárias.

A proposta orçamentária elaborada reflete um processo de planejamento pautado pela sustentabilidade das contas públicas, pela priorização de investimentos e pela qualificação do gasto público, assegurando recursos para as políticas públicas essenciais e para os projetos estruturantes do Estado. Dessa forma, a PLOA 2027 consolida um orçamento orientado à reconstrução, à melhoria da infraestrutura, à ampliação das entregas à sociedade e à manutenção da trajetória de responsabilidade fiscal do Rio Grande do Sul.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Em tramitação na Assembleia Legislativa.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Consolidação das emendas parlamentares e sanção da Lei.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Insuficiência de servidores.
Recomendações	Melhorias no Sistema de Planejamento e Orçamento; reforço da equipe de servidores.
Mais informações	Manual Técnico do Orçamento: https://admin.planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202607/29122329–a–mto–adm–direta–2027–versao–1–ano–eleitoral–1.pdf PLOA e Lei Orçamentária Anual: https://planejamento.rs.gov.br/orcamento–estado

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 21133/2022	Serviços de operação, manutenção, armazenamento de dados e desenvolvimento do Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO)	PROCERGS	R$ 2 milhões	maio/2027	Em andamento

15. Gestão Integrada de Investimentos Públicos – GIIP

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Gestão Integrada de Investimentos Públicos – GIIP
Base legal	Instituição da GIIP pela Lei Complementar nº 16.135/2024 e regulamentação pelo Decreto nº 57.870/2024.
Unidade responsável	Assessoria de Planejamento – ASSEPLAN
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria da Fazenda, Casa Civil e Procuradoria Geral do Estado.
Objetivo	Para a implementação da GIIP, o Estado prevê, em 2026: (i) a contratação de apoio técnico especializado para elaboração de manuais de referência voltados à estruturação e análise de viabilidade de projetos de investimento, além da realização de diagnóstico e do desenvolvimento de solução tecnológica para operacionalização do Banco de Projetos; (ii) iniciativas de desenvolvimento de capacidades dos servidores, com foco no fortalecimento institucional; e (iii) o aprimoramento da infraestrutura tecnológica de suporte às equipes envolvidas. Essas ações contam com financiamento do PROGESTÃO RS, em parceria com o Banco Mundial. Como resultados esperados, destacam–se a melhoria da eficiência do gasto em investimentos públicos, a consolidação dos instrumentos metodológicos, a integração de sistemas, a implantação de um programa contínuo de desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento da infraestrutura tecnológica.
Justificativa	O Estado do RS enfrenta o desafio de ampliar investimentos em um cenário de pressão fiscal, ao mesmo tempo em que busca aumentar a efetividade do gasto público. A falta de metodologias padronizadas para elaboração e avaliação de projetos, bem como limitações na articulação entre planejamento, orçamento e execução, comprometem a qualidade dos investimentos. Para enfrentar essas lacunas, foi instituída a Gestão Integrada de Investimentos Públicos (GIIP), estruturada em quatro componentes: Política de Investimentos Públicos (PIP), Banco de Projetos, Processos com arquitetura já mapeada e Metodologia GIIP.
Principais instrumentos	Contratações, aquisições e capacitações no âmbito da operação de crédito PROGESTÃO RS.
Público–alvo e abrangência	Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual envolvidos no planejamento e na gestão dos investimentos públicos, com abrangência estadual.
Beneficiários diretos	Servidores e equipes técnicas dos órgãos e entidades estaduais envolvidos na gestão dos investimentos públicos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A Gestão Integrada de Investimentos Públicos (GIIP) avançou na institucionalização de um modelo integrado para qualificação do planejamento, seleção, execução, monitoramento e avaliação dos investimentos públicos estaduais. Entre os principais resultados e entregas, destacam–se:

- **Instituição da GIIP**, por meio da Lei Complementar nº 16.135/2024, e sua regulamentação pelo Decreto nº 57.870/2024;
- **Definição do arranjo institucional e das responsabilidades** dos órgãos e instâncias envolvidos na gestão dos investimentos públicos;
- **Estruturação e consolidação da Arquitetura de Processos da GIIP (AP–GIIP)**, organizando os principais fluxos e macroprocessos relacionados à política de investimentos, gestão de carteiras, gestão de projetos e desenvolvimento das capacidades institucionais;
- **Desenvolvimento da Metodologia GIIP**, com definição de procedimentos, instrumentos e critérios para as diferentes etapas do ciclo de vida dos investimentos;
- **Estruturação dos componentes necessários à operacionalização da GIIP**, incluindo a Política de Investimentos Públicos, o Banco de Projetos GIIP e os processos e instrumentos metodológicos;
- **Inserção da GIIP no PROGESTÃO RS**, com apoio do Banco Mundial, ampliando as condições para o desenvolvimento metodológico, tecnológico e institucional da iniciativa;
- **Início da estruturação das capacidades institucionais**, incluindo ações de capacitação em análise de projetos de investimento público e análise custo–benefício.

Esses avanços constituem a base institucional e metodológica para a implementação progressiva da GIIP e para a consolidação de um modelo permanente de gestão dos investimentos públicos orientado por critérios técnicos, sustentabilidade fiscal e geração de resultados para a sociedade.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** etapas preparatórias de elaboração dos termos de referência para as contratações da GIIP.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** início das licitações previstas na operação.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 2.705.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** – **Orçamento liquidado até ago/2026:** – **Orçamento LOA 2027:** R$ 697.497,00 **Fonte do recurso:** PROGESTÃO RS
Pontos críticos e riscos	Continuidade e consolidação da GIIP, ainda em fase de implementação; risco de descontinuidade dos avanços institucionais já alcançados. Prosseguimento nas contratações para implementação da Metodologia GIIP e dos instrumentos necessários à operacionalização dos processos. Necessidade de fortalecer capacidades técnicas e integração entre processos e sistemas.

Recomendações	Preservar a GIIP como agenda estratégica e assegurar a continuidade de sua implementação e institucionalização. Avançar na regulamentação, implementação da metodologia e estruturação do Banco de Projetos GIIP. Manter as ações de capacitação dos órgãos envolvidos e avançar na integração dos sistemas e na adoção dos instrumentos da GIIP.
Mais informações	LC nº 16.135/2024: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.asp?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=75331&hTexto=&Hid_IDNorma=75331 Decreto nº 57.870/2024: https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=75664&Texto=&Origem=1 GIIP integra a agenda do PROGESTÃO RS, com apoio do Banco Mundial: https://planejamento.rs.gov.br/progestao

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300–9002416–8	Contratação de consultoria individual para a concepção, desenvolvimento e execução de solução educacional intitulada “Curso de Análise Custo–Benefício de Projetos de Investimentos Públicos”	Manifestação de Interesse	Recebimento e avaliação de currículos

16. Coordenação Setorial nos Órgãos Finalísticos – UCS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Coordenação Setorial nos órgãos Finalísticos – UCS
Base legal	Lei Estadual nº 16.165, de 31 de julho de 2024, especialmente art. 11, inciso III, que prevê o exercício dos Analistas de Planejamento e Orçamento nas Unidades de Coordenação Setorial e nas Unidades Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão; Decreto Estadual nº 56.677/2022, editado com fundamento na Lei nº 13.421/2010, então vigente.
Unidade responsável	Unidade de Coordenação Setorial – UCS
Órgãos e entidades parceiras	Órgãos do Poder Executivo Estadual do Rio Grande do Sul.
Objetivo	Fortalecer a capacidade de planejamento e gestão dos órgãos do Poder Executivo Estadual, por meio da atuação de Analistas de Planejamento e Orçamento junto aos órgãos, promovendo a articulação entre a SPGG e as unidades setoriais, a integração

	das informações e o apoio à condução dos processos e agendas de planejamento, orçamento e gestão de competência da SUPLAN.
Justificativa	A continuidade da UCS é importante para preservar e fortalecer a capacidade de coordenação entre o órgão central de planejamento e demais órgãos do Poder Executivo Estadual, assegurando maior integração entre planejamento, orçamento, monitoramento e execução. Sua atuação contribui para reduzir a fragmentação das informações, preservar a memória institucional, antecipar riscos e gargalos e dar maior continuidade aos processos de gestão, especialmente diante da rotatividade das equipes e das diferentes capacidades institucionais existentes entre os órgãos.
Principais instrumentos	Atuação de Analistas de Planejamento e Orçamento (APOs) como referências técnicas junto aos órgãos do Poder Executivo Estadual, promovendo a articulação entre a SPGG e as unidades setoriais no âmbito dos processos e agendas de competência da SUPLAN. A atuação envolve o acompanhamento contínuo das demandas dos órgãos, a articulação entre áreas, a integração e o compartilhamento de informações, reuniões semanais de coordenação da equipe e o encaminhamento de questões que demandam articulação transversal ou decisão de instâncias superiores. Os APOs atuam nos diferentes campos de competência da SUPLAN, abrangendo, entre outros, planejamento, orçamento, captação de recursos e gestão de projetos.
Público–alvo e abrangência	Órgãos e servidores do Poder Executivo Estadual do Rio Grande do Sul, com abrangência em todo o território estadual.
Beneficiários diretos	Órgãos do Poder Executivo Estadual atendidos pela atuação dos Analistas de Planejamento e Orçamento da UCS. Atualmente, 13 APOs atuam junto a 16 órgãos (SDM, SDR, SEAPI, SEDAC, SEDEC, SEDES, SEDUC, SEHAB, SEL, SEMA, SETUR, SICT, SJCDH, SOP, SSPS e STDP).

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Consolidação da UCS como arranjo institucional que aproxima a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) dos órgãos do Poder Executivo Estadual, fortalecendo a articulação institucional e a presença da Secretaria junto aos órgãos. A atuação dos APOs da UCS está voltada aos processos e agendas de competência da Subsecretaria de Planejamento (SUPLAN), contribuindo para qualificar os fluxos de informação e a articulação necessários à sua condução. Atualmente, 13 Analistas de Planejamento e Orçamento atuam como referências técnicas junto a 16 órgãos estaduais.

A atuação da UCS tem contribuído para qualificar o fluxo de informações, fortalecer a articulação entre áreas e órgãos, antecipar e encaminhar gargalos de execução, preservar a memória institucional e produzir subsídios para a tomada de decisão. Os APOs atuam junto aos órgãos nos diferentes processos e agendas conduzidos pela SUPLAN, abrangendo, entre outros, o planejamento, como a elaboração, o acompanhamento e a revisão do PPA e o planejamento estratégico dos órgãos; o orçamento, como a elaboração da LOA e a condução da Consulta Popular; a captação de recursos, envolvendo emendas parlamentares estaduais e federais, cooperação técnica internacional e financiamentos; e a gestão de projetos, incluindo o monitoramento dos projetos estratégicos do Governo.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** As atividades da UCS encontram–se em plena execução, com 13 Analistas de Planejamento e Orçamento atuando como referências técnicas junto a 16 órgãos do Poder Executivo Estadual. A atuação ocorre de forma continuada, acompanhando os processos e agendas de competência da SUPLAN e promovendo a articulação entre a SPGG e os órgãos. Por seu caráter continuado, não há previsão de encerramento dessa etapa.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Nos primeiros 100 dias, além de assegurar a continuidade da atuação dos APOs junto aos órgãos atualmente atendidos, propõe–se avaliar a possibilidade de ampliação da UCS, com vistas a estender sua atuação aos demais órgãos do Poder Executivo Estadual, priorizando os órgãos finalísticos ainda não atendidos: SELT, SEDUR, SSP e SES. SELT e SEDUR já contaram anteriormente com atendimento da UCS, descontinuado em razão da saída dos respectivos APOs para outros cargos públicos. A avaliação deverá considerar também a situação dos APOs que atualmente atendem mais de um órgão, buscando, sempre que possível, assegurar a atuação de uma referência técnica dedicada a cada órgão, de modo a possibilitar o acompanhamento contínuo e qualificado de seus processos e demandas.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Atualmente, a UCS não dispõe de equipe suficiente para atender todos os órgãos finalísticos do Poder Executivo Estadual, permanecendo sem atendimento a SELT, SEDUR, SSP e SES. Nos órgãos que já contaram com a atuação de APOs da UCS e deixaram de ser atendidos, há risco de perda dos avanços alcançados na condução dos processos e agendas de competência da SUPLAN, especialmente em razão da descontinuidade do acompanhamento e da articulação proporcionados pela presença da referência técnica junto ao órgão.
Recomendações	Recomenda–se fortalecer e ampliar a atuação da UCS, buscando assegurar o atendimento aos órgãos finalísticos do Poder Executivo Estadual e, sempre que possível, a atuação de um APO como referência técnica dedicada a cada órgão. Nesse sentido, recomenda–se priorizar a retomada do atendimento aos órgãos que anteriormente contavam com referência técnica da UCS, de forma a preservar os avanços alcançados nos processos e agendas de competência da SUPLAN, bem como avaliar a expansão para os demais órgãos ainda não atendidos.
Mais informações	A experiência da UCS vem sendo sistematizada e disseminada como prática inovadora de gestão pública, com produção técnico–científica, participação em premiações e reconhecimento em espaços nacionais de planejamento governamental. O diferencial da atuação está na aproximação entre o órgão central e os órgãos executores por meio de referências técnicas setoriais, combinando o conhecimento dos processos de planejamento e gestão com o conhecimento das especificidades e condições de execução de cada órgão.

	Unidade de Coordenação Setorial: gestão do conhecimento e coordenação informacional no planejamento governamental – Prêmio Infosfera de Boas Práticas – prática inscrita na plataforma Infosfera, apresentando a UCS sob a perspectiva da gestão do conhecimento, gestão da informação, memória institucional e coordenação intragovernamental. A inscrição identifica a prática como "Em Expansão" e registra seu diferencial e potencial de replicação: https://boaspraticas.infosfera.inf.br/praticas/unidade–de–coordenacao–setorial–gestao–do–conhecimento–e–coordenacao–informacional–no–planejamento–governamental/ **Estratégias de Governança em Ambientes de Assimetria: o Modelo de Unidade de Coordenação Setorial e o Fortalecimento da Maturidade Institucional** – artigo apresentado no II Congresso CONSEPLAN 2026 e **premiado como melhor trabalho da Área 8 – Governança e Institucionalidade**. O trabalho sistematiza a experiência da UCS e discute sua contribuição para o fortalecimento das capacidades institucionais e da coordenação no planejamento governamental. https://congressoconseplan2026.com.br/artigos **Artigo publicado na Revista Estudos de Planejamento – Edição Especial nº 27** – relato sobre a criação e a atuação da UCS, seu funcionamento, aprendizados e contribuição das carreiras de planejamento para a integração e o apoio técnico às unidades setoriais. https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/estudos–planejamento/article/view/4692 **Página institucional da Unidade de Coordenação Setorial – SPGG/RS** – informações institucionais sobre a UCS e sua atuação. http://planejamento.rs.gov.br/unidade–coordenacao–setorial

Subsecretaria de Patrimônio do Estado – SPE

Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Subsecretaria de Patrimônio do Estado (SPE)
Site	https://planejamento.rs.gov.br/patrimonio
Endereço	Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF Avenida Borges de Medeiros, nº 1.501 2º andar
Base legal	Decreto n. º 56.155/2021
Competências legais	Conforme o Regimento Interno, estabelecido pelo Decreto n.º 56.155/2021, compete à SPE gerenciar o patrimônio imobiliário, assegurar a execução da gestão documental e a preservação do patrimônio arquivístico do Estado.
Número de servidores	**Total: 107** **• Efetivos: 5 (SPE-ASPAT) - 46 (DEAPE) - 18 (APERS)** **• Temporários: 25 (DEAPE) - 4 (APERS)** **• Comissionados: 6 (DEAPE) - 3 (APERS)**
Departamentos	Departamento de Administração do Patrimônio Imobiliário Departamento de Arquivo Público do Rio Grande do Sul Assessoria de Patrimônio

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. Mapa de Imóveis

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Mapa de Imóveis do Estado do Rio Grande do Sul
Base legal	Lei Estadual nº 15.764, de 15 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Política e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado, suas autarquias e fundações, institui o Programa Permanente de Aproveitamento e Gestão Eficiente de Imóveis Públicos e dá outras providências.
Unidade responsável	Subsecretaria de Patrimônio do Estado (SPE) / Departamento de Administração do Patrimônio (DEAPE)
Órgãos e entidades parceiras	PROCERGS
Objetivo	Disponibilizar base dos imóveis do Estado para consulta pública, ampliando a transparência, qualificando o cadastro patrimonial, apoiando a regularização imobiliária, a fiscalização e destinação de imóveis públicos, bem como a tomada de decisões.

Justificativa	Aperfeiçoar a gestão dos bens imóveis estaduais, ampliar a confiabilidade das informações patrimoniais, reduzir inconsistências cadastrais, aumentar a transparência e subsidiar ações de alienação, regularização, cessão, ocupação e aproveitamento dos ativos imobiliários do Estado.
Principais instrumentos	Georreferenciamento dos imóveis estaduais; integração da plataforma ao Sistema GPE Web; cadastramento de Áreas de Interesse Público (AIPs); saneamento cadastral; cruzamento de informações patrimoniais, registrais e territoriais; disponibilização de consultas e painéis gerenciais.
Público-alvo e abrangência	Órgãos e entidades do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestores patrimoniais, áreas técnicas relacionadas à gestão imobiliária, bem como qualquer pessoa que queira acessar as informações constantes na plataforma.
Beneficiários diretos	Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual responsáveis pela gestão e utilização dos imóveis estaduais; equipes técnicas da SPE/DEAPE e demais gestores que utilizam a plataforma para consulta e tomada de decisão; bem como a sociedade em geral.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Mapa de Imóveis consolidou-se como ferramenta de consulta pública do patrimônio imobiliário estadual, ampliando a transparência e a disponibilidade de informações sobre os ativos estaduais. Além da transparência, a iniciativa apoia as atividades de regularização patrimonial, destinação de imóveis, avaliação de ativos, planejamento territorial e tomada de decisão pelos órgãos da Administração Pública Estadual.

Entre os principais resultados relacionados à iniciativa, destacam-se os avanços na qualificação da base de dados patrimonial, no mapeamento dos imóveis estaduais e na integração das informações ao Sistema de Gestão Patrimonial (GPE Web), proporcionando maior confiabilidade do cadastro e suporte às ações de aproveitamento e gestão eficiente dos imóveis públicos.

Ademais, o Mapa de Imóveis ampliou a transparência da gestão imobiliária do Estado ao disponibilizar, em plataforma pública e de livre acesso, informações referentes à localização e destinação dos imóveis estaduais, fortalecendo o princípio da publicidade administrativa e ampliando o acesso da sociedade às informações sobre o patrimônio público.

Além de promover maior transparência e controle social, o Mapa de Imóveis qualifica a gestão patrimonial ao fortalecer a identificação, o planejamento, a regularização e a destinação dos imóveis estaduais, contribuindo também para a organização e integração das informações patrimoniais em ambiente digital, favorecendo uma gestão mais eficiente, moderna e orientada por dados.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O Programa RS Imóveis encontra-se em operação permanente, disponibilizando painel público georreferenciado contendo mais de 12 mil imóveis estaduais cadastrados, com informações de localização, ocupação,

	destinação e situação patrimonial. O sistema permanece em constante atualização pela Subsecretaria de Patrimônio do Estado, servindo como ferramenta de transparência e apoio à gestão patrimonial do Estado.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Manter a atualização contínua da base cadastral, aprimorar a qualidade dos dados patrimoniais, ampliar a integração com processos de destinação e alienação de imóveis e consolidar o uso do painel como ferramenta de apoio à tomada de decisão e à gestão do patrimônio imobiliário estadual.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Necessidade de atualização permanente dos cadastros imobiliários; dependência de informações corretas provenientes dos órgãos ocupantes dos imóveis (detentores de afetação e cessão de uso); risco de desatualização cadastral comprometer análises patrimoniais e processos de destinação ou alienação; necessidade de continuidade do suporte tecnológico e da governança dos dados.
Recomendações	Manter equipe técnica dedicada à gestão do cadastro patrimonial; ampliar mecanismos de validação e atualização dos dados pelos órgãos usuários; priorizar a regularização e destinação de imóveis ociosos; e desenvolver indicadores gerenciais para monitoramento da ocupação e utilização dos imóveis estaduais.
Mais informações	RS Imóveis - Mapa de Imóveis do Estado: https://rsimoveis.rs.gov.br/

2. Vendas Imóveis

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Vendas Imóveis RS
Base legal	Lei Estadual nº 15.764, de 15 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Política e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado, suas autarquias e fundações, institui o Programa Permanente de Aproveitamento e Gestão Eficiente de Imóveis Públicos e dá outras providências.
Unidade responsável	Departamento de Administração do Patrimônio (DEAPE) / Subsecretaria de Patrimônio do Estado (SPE)
Órgãos e entidades parceiras	Subsecretaria de Licitações do Estado (CELIC), PROCERGS
Objetivo	Modernizar e ampliar os processos de alienação de imóveis dominiais, promovendo maior transparência, publicidade e eficiência na gestão do patrimônio público, por meio da disponibilização de dados dos ativos imobiliários e da ampliação do acesso de investidores e cidadãos às oportunidades de aquisição.
Justificativa	Os imóveis públicos que não possuem as características necessárias para o atendimento de uma finalidade pública passam a ostentar o status de bens dominicais e, consequentemente, tornam-se passivos, em razão dos custos de manutenção e gestão. Nesse contexto, a alienação desses bens permite racionalizar a carteira imobiliária estadual, reduzir despesas, estimular investimentos privados e gerar receitas ao

	Fundo Estadual de Gestão Patrimonial (FEGEP), para reinvestimento em políticas públicas prioritárias.
Principais instrumentos	Plataforma digital de divulgação dos imóveis; saneamento documental e registral dos ativos; avaliação patrimonial; procedimentos de alienação e leilão eletrônico; publicidade ativa dos editais; atendimento aos interessados e integração com o Mapa de Imóveis.
Público-alvo e abrangência	Pessoas físicas e jurídicas interessadas na aquisição de imóveis públicos estaduais.
Beneficiários diretos	Governo do Estado, pela geração de receitas e redução de custos de manutenção; investidores, empreendedores e sociedade em geral, pelo acesso a oportunidades imobiliárias.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A iniciativa fortaleceu o processo de venda dos ativos imobiliários do Estado, ampliando o alcance das oportunidades, qualificando a divulgação dos imóveis disponíveis e criando condições para geração de receitas patrimoniais e redução dos custos associados à manutenção de imóveis ociosos. O projeto integra a estratégia de modernização da gestão patrimonial conduzida pela SPGG, em articulação com o Mapa de Imóveis e demais programas de racionalização e aproveitamento dos ativos públicos.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Manutenção e operação da plataforma de divulgação de imóveis estaduais destinados à alienação, incluindo atualização das informações dos ativos, saneamento documental e apoio aos processos de comercialização e venda.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Ampliar a carteira de imóveis disponibilizados para alienação, aperfeiçoar as ferramentas de divulgação e fortalecer a integração com as demais iniciativas de gestão patrimonial do Estado, especialmente o Mapa de Imóveis.
Orçamento	Não se aplica
Pontos críticos e riscos	Regularização documental e registral dos imóveis; Atualização permanente das informações disponibilizadas ao público; Oscilações do mercado imobiliário que possam afetar a demanda; Necessidade de avaliações patrimoniais atualizadas; Complexidade jurídica de determinados ativos imobiliários.
Recomendações	Manter a atualização contínua da plataforma; Integrar as informações de venda aos demais sistemas de gestão patrimonial; Priorizar o saneamento documental dos imóveis com potencial de alienação; Ampliar a transparência e a divulgação pública dos ativos disponíveis; Monitorar indicadores de venda e utilização da plataforma.
Mais informações	https://vendasimoveis.rs.gov.br/inicial

3. Fortalecimento do Programa Permanente de Utilização de Imóveis Públicos

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Programa Permanente de Utilização de Imóveis Públicos
Base legal	Lei Estadual nº 15.764, de 15 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Política e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado, suas autarquias e fundações, institui o Programa Permanente de Aproveitamento e Gestão Eficiente de Imóveis Públicos e dá outras providências.
Unidade responsável	Subsecretaria de Patrimônio do Estado (SPE) / Departamento de Administração do Patrimônio Imobiliário (DEAPE) - SPGG
Órgãos e entidades parceiras	Os órgãos da administração direta e entidades da indireta, bem como municípios, empresas, organizações da entidade civil, etc.
Objetivo	Promover a utilização estratégica dos imóveis estaduais, por meio de instrumentos como permuta e dação em pagamento, buscando transformar ativos ociosos ou subutilizados em soluções para implantação de serviços públicos e atendimento de demandas governamentais.
Justificativa	O Estado possui imóveis com diferentes níveis de utilização e potencial econômico. A adoção de mecanismos inovadores de gestão patrimonial permite otimizar o uso desses ativos, reduzir custos, evitar a ociosidade, viabilizar investimentos públicos e ampliar a eficiência na prestação de serviços à população sem depender exclusivamente de recursos orçamentários.
Principais instrumentos	Estudos de viabilidade patrimonial; permutas imobiliárias; avaliações de mercado; regularização documental e registral; cessões de uso; articulação institucional com órgãos estaduais e municípios; modelagem de soluções patrimoniais para implantação de equipamentos públicos.
Público-alvo e abrangência	Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual; municípios; instituições parceiras; população beneficiada pelos equipamentos e serviços públicos viabilizados por meio da destinação dos imóveis. Abrangência em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul.
Beneficiários diretos	Secretarias e órgãos estaduais que necessitam de infraestrutura para prestação de serviços; municípios; população usuária dos equipamentos públicos implantados ou ampliados por meio das soluções patrimoniais adotadas.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Programa Permanente de Utilização de Imóveis Públicos consolidou a utilização estratégica do patrimônio imobiliário estadual como instrumento de viabilização de políticas públicas. Por meio de operações de permuta e outras formas de destinação patrimonial, foram estruturadas soluções que permitiram transformar imóveis ociosos em investimentos e equipamentos públicos, reduzindo custos e ampliando a eficiência da gestão patrimonial. Destacam-se as iniciativas relacionadas à viabilização de infraestrutura para a segurança pública, demonstrando a capacidade do programa de gerar valor público a partir dos ativos do Estado.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento

	Descrição da etapa: Programa em operação contínua, com utilização de instrumentos de gestão patrimonial para identificação, avaliação e destinação estratégica de imóveis públicos estaduais. O programa vem sendo aplicado na viabilização de projetos e equipamentos públicos por meio de permutas, cessões e autorizações de uso.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Prosseguir com a identificação e estruturação de novas oportunidades de utilização de imóveis públicos, ampliando a aplicação de instrumentos de gestão patrimonial para atendimento de demandas governamentais e implantação de equipamentos públicos.
Orçamento	Não se aplica
Pontos críticos e riscos	Necessidade de regularização registral e documental dos imóveis envolvidos nas operações; complexidade jurídica e técnica dos processos de permuta e destinação patrimonial; dependência de articulação entre múltiplos órgãos e entidades para viabilização das operações e necessidade de avaliações imobiliárias atualizadas para assegurar a adequada instrução dos processos.
Recomendações	Manter a política de gestão ativa do patrimônio imobiliário estadual; priorizar a destinação de imóveis subutilizados para projetos de interesse público; fortalecer os processos de saneamento documental e regularização dos ativos imobiliários.

4. Programa de Gestão de Imóveis Públicos para Habitação e Interesse Social - PGIPEHIS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Programa de Gestão de Imóveis Públicos para Habitação e Interesse Social (PGIPEHIS)
Base legal	Decreto Estadual nº 57.778/2024
Unidade responsável	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), por meio da Subsecretaria de Patrimônio do Estado (SPE), em coordenação conjunta com a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB)
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária - SEHAB
Objetivo	Promover o aproveitamento de imóveis públicos estaduais para fins de habitação e interesse social, por meio da identificação, destinação e disponibilização de áreas aptas à implantação de empreendimentos habitacionais.
Justificativa	Integrar a gestão patrimonial às políticas públicas de habitação, promovendo o aproveitamento de imóveis ociosos ou subutilizados para atendimento da população em situação de vulnerabilidade habitacional e das demandas decorrentes de eventos climáticos extremos.
Principais instrumentos	Identificação e mapeamento de imóveis públicos; avaliação de viabilidade para uso habitacional; articulação com municípios e órgãos estaduais; destinação de áreas para programas habitacionais e projetos de interesse social; apoio à implementação de soluções habitacionais permanentes.

Público-alvo e abrangência	Municípios gaúchos, órgãos responsáveis pela política habitacional e população com demanda por moradia de interesse social. Abrangência estadual.
Beneficiários diretos	Famílias atendidas pelos programas habitacionais viabilizados por imóveis públicos estaduais. O programa já beneficiou mais de 1.500 famílias em municípios do Rio Grande do Sul.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Programa de Gestão de Imóveis Públicos para Habitação e Interesse Social (PGIPEHIS) instituiu um modelo inovador de governança intersetorial entre a SPGG e a SEHAB, integrando a gestão patrimonial à política habitacional do Estado. A iniciativa possibilitou a identificação, avaliação e destinação de imóveis públicos para implantação de projetos habitacionais em áreas seguras, ampliando a capacidade de resposta estatal às demandas decorrentes das enchentes de 2024 e do déficit habitacional. Entre os principais resultados alcançados destacam-se a consolidação do PGIPEHIS como política permanente de Estado, o fortalecimento da governança e da segurança jurídica na destinação de imóveis públicos, a ampliação do portfólio de áreas aptas para Habitação de Interesse Social e o benefício direto a mais de 1.500 famílias em diversos municípios gaúchos.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Programa instituído pelo Decreto Estadual nº 57.778/2024, com atuação conjunta da SPGG e da SEHAB para identificação, avaliação e destinação de imóveis públicos estaduais para fins de habitação de interesse social. O programa vem apoiando a disponibilização de áreas para projetos habitacionais e ações relacionadas ao reassentamento de famílias afetadas por eventos climáticos.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Dar continuidade ao mapeamento e à seleção de imóveis públicos aptos para habitação de interesse social, ampliar a articulação com municípios e demais órgãos envolvidos na política habitacional e avançar na destinação de áreas para novos empreendimentos habitacionais e projetos de reassentamento.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Necessidade de articulação permanente entre SPGG, SEHAB, municípios e demais órgãos envolvidos. Regularização documental e registral dos imóveis selecionados; compatibilização das características dos imóveis públicos com as demandas habitacionais locais; necessidade de infraestrutura urbana e licenciamento para viabilização dos empreendimentos habitacionais; manutenção da capacidade institucional para execução das ações do programa.
Recomendações	Manter a coordenação conjunta entre SPGG e SEHAB; priorizar a identificação de imóveis aptos para habitação de interesse social em áreas seguras e com infraestrutura adequada; fortalecer a integração entre a política patrimonial e a política habitacional estadual; dar continuidade ao acompanhamento dos resultados e à ampliação da carteira de imóveis disponíveis para o programa e

	consolidar o PGIPEHIS como política permanente de utilização social do patrimônio imobiliário estadual.
Mais informações	Estratégia Integrada de Habitação https://planoriogrande.rs.gov.br/upload/arquivos/202409/06185138-2024-09-03-govrs-sehab-habitacao-cruzeiro-sul-v4.pdf

5. Leilão de Imóveis Como Estratégia de Gestão

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Leilão de Imóveis como Estratégia de Gestão
Base legal	Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos e Lei Estadual nº 15.764/2021, que dispõe sobre a Política e o Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado, suas autarquias e fundações, institui o Programa Permanente de Aproveitamento e Gestão Eficiente de Imóveis Públicos e dá outras providências.
Unidade responsável	Subsecretaria de Patrimônio do Estado (SPE) / Departamento de Administração do Patrimônio Imobiliário (DEAPE) - SPGG
Órgãos e entidades parceiras	Subsecretaria de Licitações do Estado - CELIC
Objetivo	Utilizar processos competitivos de alienação para racionalizar a carteira imobiliária estadual, reduzir a ociosidade de ativos e gerar receitas para o Estado.
Justificativa	Os imóveis públicos que não possuem as características necessárias para o atendimento de uma finalidade pública passam a ostentar o status de bens dominicais e, consequentemente, tornam-se passivos, em razão dos custos de manutenção e gestão. Nesse contexto, a alienação desses bens permite racionalizar a carteira imobiliária estadual, reduzir despesas, estimular investimentos privados e gerar receitas ao Fundo Estadual de Gestão Patrimonial (FEGEP), para reinvestimento em políticas públicas prioritárias.
Principais instrumentos	Avaliação patrimonial; saneamento documental e registral; estudos de viabilidade; divulgação dos imóveis; realização de leilões públicos; processos de alienação eletrônica; acompanhamento da arrecadação decorrente das vendas.
Público-alvo e abrangência	Pessoas físicas e jurídicas interessadas na aquisição de imóveis públicos; investidores e setor imobiliário.
Beneficiários diretos	Administração Pública Estadual, pela redução de custos e geração de receitas; adquirentes dos imóveis; sociedade, por meio da melhor utilização do patrimônio público e da aplicação dos recursos arrecadados em políticas públicas.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A consolidação do leilão de imóveis como instrumento de gestão ativa do patrimônio imobiliário estadual, ampliando as alternativas para alienação de ativos sem utilização estratégica. A iniciativa contribuiu para a modernização dos processos de comercialização de imóveis públicos, aumento da transparência, ampliação da publicidade dos ativos disponíveis e fortalecimento das ações de racionalização da carteira imobiliária do Estado. O projeto também reforçou a estratégia de geração de receitas patrimoniais e redução dos custos associados à manutenção de imóveis ociosos.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Projeto de realização contínua, mediante elaboração de estudos, avaliações e procedimentos necessários à alienação de imóveis estaduais sem destinação pública estratégica, incluindo saneamento documental, avaliações mercadológicas e preparação dos ativos para leilão.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Prosseguir com a identificação de imóveis passíveis de alienação, ampliar a carteira de ativos aptos para leilão, aperfeiçoar os mecanismos de divulgação das oportunidades de venda e dar continuidade aos processos de alienação previstos no planejamento patrimonial do Estado.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Necessidade de regularização registral e documental dos imóveis; oscilações do mercado imobiliário que podem afetar o interesse dos investidores; necessidade de avaliações patrimoniais atualizadas; complexidade jurídica de determinados ativos imobiliários; possibilidade de insucesso em certames com baixa atratividade econômica.
Recomendações	Manter a política de gestão ativa dos ativos imobiliários estaduais; Priorizar o saneamento documental dos imóveis destinados à alienação; Integrar os processos de leilão ao Mapa de Imóveis e demais ferramentas de transparência patrimonial; Ampliar a divulgação dos imóveis disponíveis para aumentar a competitividade dos certames; Monitorar os resultados financeiros e patrimoniais obtidos com as alienações.
Mais informações	• Plataforma Mapa de Imóveis. • Plataforma Vendas Imóveis.

6. Elaboração de instrumentos de gestão documental para funções finalísticas do Poder Executivo estadual

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Elaboração de instrumentos de gestão documental para as funções finalísticas do Poder Executivo Estadual
Base legal	Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados; Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação); Decreto Estadual nº 52.808, de 18 de dezembro de 2015, que regulamenta o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS); Normas técnicas e diretrizes do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); Competências institucionais do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) como órgão gestor do SIARQ/RS; Decreto nº 56.155/2021- Regimento Interno da SPGG.
Unidade responsável	SPGG/ SPE/APERS
Órgãos e entidades parceiras	Órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual
Objetivo	Elaboração de instrumentos técnicos de gestão de documentos. Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade e Destinação

	para os documentos das funções finalísticas do Poder Executivo Estadual.
Justificativa	Os instrumentos de gestão documental garantem uma administração pública eficiente, transparente e segura, pois constituem mecanismos essenciais para orientar a organização dos documentos institucionais, possibilitando maior racionalização dos procedimentos administrativos, agilidade na localização e recuperação das informações, redução da produção e do acúmulo indiscriminado de documentos e adequada destinação dos acervos, observados os prazos de guarda e os valores administrativo, legal, fiscal, probatório e histórico dos documentos. Justifica-se a continuidade da elaboração dos instrumentos de forma gradual e sistemática, visando a consolidação de uma política de gestão documental eficiente, padronizada e alinhada com as necessidades institucionais, assegurando a adequada organização, preservação, acesso e destinação dos documentos públicos.
Principais instrumentos	• Plano de Classificação de Documentos (PCD): é elaborado a partir do estudo das estruturas, funções e análise dos documentos produzidos pelos órgãos e entidades do Poder Público Estadual; • Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD): Instrumento de destinação, que determina prazos e condições de guarda baseados em legislação pertinente tendo em vista a transferência, recolhimento ou eliminação de documentos. Após a elaboração dos instrumentos estes são submetidos ao Comitê Gestor do SIARQ/RS para validação e aprovação. É elaborada a Instrução normativa e conjuntamente com os instrumentos são enviados para publicação no Diário Oficial do Estado. A utilização dos instrumentos nos acervos permite a racionalização do acervo documental, a otimização do espaço físico e digital, a agilidade na recuperação da informação e a padronização dos procedimentos, garantindo segurança e transparência na gestão documental, a preservação da memória institucional, a segurança jurídica e conformidade legal bem como a melhoria da gestão e da governança.
Público-alvo e abrangência	Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado do RS Comitê Gestor do SIARQ/RS
Beneficiários diretos	Órgãos e Entidades já atendidas: • Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem DAER • Secretaria de Segurança Pública SSP • Instituto Geral de Perícias IGP • Polícia Civil PC • Corpo de Bombeiros Militar do RS CBM • Casa Militar • Defesa Civil

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Em 2025 foram publicados o PCD e a TTD referente às Atividades-Meio. Em 2026, inicia-se as publicações dos instrumentos para as atividades fim dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado com a função Segurança Pública que abrange SSP, IGP, PC, CBM, Casa Militar e Defesa Civil, bem como instrumentos para o DAER. Em fase final de validação do Comitê Gestor do SIARQ/RS estão os instrumentos das funções Esporte e Lazer, Ciência e Tecnologia,

Desenvolvimento Econômico e Saúde. Para 2026/2027 continuam os trabalhos de elaboração/validação e publicação de instrumentos para as seguintes funções: IPE Saúde, Sistema Penal e Socioeducativo, Educação, Logística e Transporte, Meio Ambiente, Turismo, Cultura, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Habitação, Obras, Justiça e Cidadania, Esporte e Lazer, Badesul e UERGS.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Instrumentos aguardando ajustes e autorização para publicação no DOE das seguintes funções: Sistema Penal e Socioeducativo, Logística e Transporte, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Desenvolvimento Econômico, Saúde, Ciência e Tecnologia. Instrumentos em elaboração das seguintes funções: Educação, Meio Ambiente, Obras e Turismo, assim como das entidades Badesul e UERGS.
Próxima etapa	Instrumentos em estudos e elaboração das seguintes funções: Agricultura e Desenvolvimento Rural, Cultura, Habitação e Regularização Fundiária e Obras.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	A continuidade do projeto de elaboração dos instrumentos de gestão documental das atividades-fim é estratégica para a implantação da gestão documental no Poder Executivo Estadual. A interrupção dos trabalhos poderá comprometer a classificação, avaliação e destinação dos documentos produzidos pelos órgãos e entidades estaduais, mantendo passivos documentais sem tratamento técnico e dificultando a eliminação regular de documentos destituídos de valor permanente, bem como a identificação daqueles que devem ser preservados em caráter definitivo. A conclusão dos instrumentos é especialmente relevante para os órgãos cujos acervos foram atingidos pelas enchentes de 2024, uma vez que grande parte das decisões relativas à recuperação, avaliação, eliminação e recolhimento dos documentos depende da existência de critérios técnicos formalmente estabelecidos. A ausência desses instrumentos poderá prolongar a permanência de acervos sinistrados sem destinação definida, elevar custos de armazenamento e dificultar a retomada das atividades administrativas e o acesso à informação. As atividades de assessoramento do APERS já identificaram as demandas relacionadas aos acervos atingidos pelos eventos climáticos como uma das principais frentes de atuação e desafio institucional. A descontinuidade do projeto também poderá gerar impactos na transparência, no atendimento à legislação arquivística, na preservação da memória institucional do Estado e na segurança jurídica dos procedimentos de eliminação documental, além de comprometer iniciativas estruturantes em andamento, como o Programa ArqDigital e a ampliação da gestão documental nos órgãos integrantes do SIARQ/RS. No próximo ano, recomenda-se garantir a continuidade dos grupos de trabalho e das equipes envolvidas, priorizando a

	conclusão e aprovação dos instrumentos em elaboração e o atendimento aos órgãos impactados pelas enchentes, de modo a assegurar condições técnicas para a gestão, preservação e destinação adequada dos documentos públicos.
Recomendações	Manter como prioridade a conclusão dos instrumentos de gestão documental das atividades-fim, em especial para os órgãos atingidos pelas enchentes de 2024. Esses instrumentos são condição para que os órgãos possam avaliar seus acervos, eliminar documentos, identificar aqueles que devem ser preservados e dar encaminhamento aos passivos documentais acumulados. Sua implementação contribuirá para a redução de custos de armazenamento, maior segurança jurídica, qualificação da gestão pública e preservação da memória do Estado.
Mais informações	Site do APERS Instrumentos de Gestão - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

7. Programa de Educação Patrimonial - PEP UFRGS-APERS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Programa de Educação Patrimonial UFRGS–APERS (PEP UFRGS–APERS)
Base legal	Art. 72, inciso VI, Decreto nº 56.155, de 25 de outubro de 2021 que aprova o Regimento Interno da SPGG; Art. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados.
Unidade responsável	SPGG/SPE/APERS
Órgãos e entidades parceiras	UFRGS
Objetivo	Promover ações de educação patrimonial com base no patrimônio documental e arquitetônico do APERS, aproximando estudantes e educadores dos acervos da instituição e contribuindo para a compreensão da história, da memória e do exercício da cidadania. Realização de 25 oficinas de educação patrimonial, visitas mediadas e ações formativas, com produção e aplicação de materiais pedagógicos elaborados a partir dos acervos do APERS.
Justificativa	O Programa aproxima estudantes, professores e a comunidade do acervo e da história do Rio Grande do Sul. Sua continuidade permite manter as oficinas, visitas mediadas e ações de formação já desenvolvidas com a UFRGS, além de ampliar o uso educativo do patrimônio documental e arquitetônico do APERS.
Principais instrumentos	O Programa é realizado por meio de convênio entre o APERS e a UFRGS. Nas oficinas são usados documentos originais salvaguardados pelo APERS para trabalhar temas da história e do desenvolvimento da sociedade gaúcha. A maior parte das turmas atendidas é de escolas públicas estaduais. Atualmente, são oferecidas as oficinas “Resistência em Arquivo”, sobre o período da ditadura, e “Construindo Liberdades”, sobre a temática do pós-abolição no Rio Grande do Sul. A análise dos documentos

	ajuda estudantes e professores a relacionarem esses temas com os conteúdos escolares e com questões atuais.
Público-alvo e abrangência	O público-alvo é formado por estudantes e professores da educação básica, principalmente de escolas públicas estaduais, além de estudantes universitários que atuam como mediadores. O Programa abrange escolas de Porto Alegre e da Região Metropolitana, e as atividades são realizadas presencialmente no APERS.
Beneficiários diretos	Os beneficiários diretos são estudantes e professores da educação básica, principalmente da rede pública estadual, e estudantes de graduação do curso de História da UFRGS que atuam como mediadores. Em 2026, estão previstas 25 oficinas, com atendimento estimado de até 750 estudantes, considerando turmas de até 30 alunos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Desde 2009, o Programa já atendeu mais de 12 mil estudantes. Em 2023, foram realizadas 17 oficinas, com a participação de 317 estudantes e o apoio de 15 mediadores. Em 2026, foi lançada a oficina “Construindo Liberdades”, sobre o pós-abolição no Rio Grande do Sul, somando-se à oficina “Resistência em Arquivo”, sobre o período da ditadura. Também foram realizados cursos de formação para professores e estudantes da UFRGS. Para 2026, a meta é realizar 25 oficinas.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O Programa está em execução, com oficinas e ações de formação em andamento. As atividades continuarão normalmente durante a mudança de gestão. O convênio com a UFRGS permanece vigente até 31 de janeiro de 2029.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** a próxima etapa será organizar a temporada de oficinas de 2027. O trabalho inclui definir o calendário com a UFRGS, formar os estudantes que atuarão como mediadores, revisar os materiais e abrir o agendamento para as escolas. Como as oficinas costumam ocorrer no segundo semestre, esse período será dedicado à preparação das atividades e ao contato com as escolas.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	A falta de mediadores e as dificuldades de transporte das escolas até o APERS podem reduzir o número de turmas atendidas. O espaço destinado para as oficinas de educação patrimonial, Sala Borges de Medeiros, encontra-se com severas infiltrações e demanda intervenção estrutural para manutenção.
Recomendações	Recomenda-se manter a parceria com a UFRGS, garantir a formação contínua dos mediadores e ampliar a divulgação junto às escolas públicas estaduais. Também é importante acompanhar o número de oficinas, turmas e estudantes atendidos e viabilizar transporte para escolas de bairros mais distantes de Porto Alegre e de outros municípios, ampliando o acesso às atividades presenciais no APERS.

	Além disso, o incentivo financeiro para que possamos disponibilizar materiais pedagógicos e educativos para que as turmas deem continuidade ao aprendizado em sala de aula, por exemplo: livros temáticos e jogos educativos.
Mais informações	Instagram: www.instagram.com/pep.ufrgs.apers Site: www.apers.rs.gov.br/acoes-educativas

8.Programa de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais – ArqDigital RS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Programa de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais – ArqDigital RS
Base legal	Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências; Decreto estadual nº 58.613, de 6 de fevereiro de 2026 – Institui a Política de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais do Estado do Rio Grande do Sul - PGPD-RS.
Unidade responsável	SPE/APERS
Órgãos e entidades parceiras	PROCERGS
Objetivo	Estabelecimento de infraestrutura digital e arcabouço normativo para a gestão e a preservação de documentos arquivísticos digitais no âmbito do Sistema de Arquivos do Estado (SIARQ/RS). Principais entregas: Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) e Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq).
Justificativa	**Conformidade legal e normativa** • A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, estabelece que os arquivos públicos independem do suporte da informação ou da natureza dos documentos. A implementação da PGPD-RS é indispensável à gestão e à preservação dos documentos digitais nos termos da lei; • A PGPD-RS foi instituída pelo Decreto Estadual nº 58.613/2026. Descontinuar a implementação torna sem efetividade prática o instrumento legal vigente; • A implementação da PGPD-RS alinha o Estado do RS às diretrizes nacionais de gestão e preservação de documentos digitais e às melhores práticas e recomendações internacionais. Em particular, busca efetivar as Resoluções nº 48, 50 e 51 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e orienta-se pelas normas ISO 14721:2025 e 16363:2025; • Continuidade administrativa e preservação da memória institucional e social do Estado; • Documentos digitais são comparativamente frágeis e estão sujeitos a riscos específicos, como de obsolescência tecnológica. Somente uma política ativa de gestão e preservação que pode mitigar os riscos de perda irreversível de informação e de prova documental da administração pública; • A implementação da PGPD/RS garante a autenticidade, integridade e confiabilidade dos documentos digitais ao longo do

	tempo, essenciais para a segurança jurídica dos atos administrativos; • Assegura o acesso continuado à informação pública, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e com os princípios de transparência ativa. **Investimento realizado** • O Contrato FPE n° 024163/2025, cujo objeto é a implantação tecnológica do SIGAD, está em execução e parte do investimento previsto já foi realizado nas entregas das etapas 1 e 2 do projeto; • Contrato com a PROCERGS para infraestrutura do SIGAD e operação do RDC-Arq está em processo de elaboração; • A operação em produção e a integração entre SIGAD e RDC-Arq depende da continuidade da política para gerar valor efetivo. Os sistemas de informação dependem de uma política arquivística ativa para poderem operar. **Modernização da gestão pública** • Sustenta a transformação digital da administração estadual no âmbito do Arquivo; • Racionaliza recursos públicos ao evitar a guarda desnecessária de documentos sem valor permanente, otimizando espaço físico e custos de armazenamento; • Fortalece a governança e a tomada de decisão baseada em dados, alinhando-se a boas práticas de gestão de risco.
Principais instrumentos	• **Contrato FPE nº 024163/2025.** Objeto: aquisição de um software para Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), para uso perpétuo, com o fornecimento de código-fonte; capacitação/treinamento no ambiente de desenvolvimento; serviço de implementação da solução on-premise; implementação de fluxo de digitalização, operacionalizando o software em produção para assinar e indexar conjunto de documentos arquivísticos digitais pelo software; conexão do software com repositório arquivístico digital (software Archivematica) da contratante, produção de pacotes de informação e consequente submissão auditável, controlada e segura dos documentos digitalizados para o repositório fornecido pela contratada; suporte técnico remoto por 12 meses; • **Contrato SPGG – PROCERGS**. Objeto: sustentação do ambiente para o SIGAD e operação do serviço de RDC-Arq, que compreende softwares Archivematica e AtoM integrados **(contrato em elaboração)**; • **Decreto Estadual nº 58.613/2026**. Institui a Política de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais do Estado do Rio Grande do Sul - PGPD-RS. • Portaria SPGG que aprova as **diretrizes para implementação do Programa de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais – ArqDigital (minuta em análise interna)**.
Público-alvo e abrangência	Para cidadãos: ampliação e facilitação do acesso a documentos públicos para a pesquisa, o exercício de direitos e o controle das ações públicas.

	Para a Administração Pública Estadual: conformidade legal e normativa, ampliação da eficiência administrativa e da transparência ativa. Em razão da ação ainda estar em andamento, não foi possível, até o momento, mensurar plenamente seu alcance e os benefícios efetivamente produzidos. A partir do momento que toda a solução estiver implementada todos os órgãos do Estado serão alcançados.
Beneficiários diretos	Potencialmente, todos os cidadãos, pois beneficia todos os usuários de serviços de informação do Estado.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Os principais avanços neste projeto estão relacionados à publicação do Decreto nº 58.613, de 6 de fevereiro de 2026, que instituiu a Política de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais do Estado do Rio Grande do Sul (PGPD-RS), e à execução do Contrato FPE nº 024163/2025, destinado à implementação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), integrado ao Repositório Arquivístico Digital do Estado (ArqDigital).

Além disso, destacam-se a elaboração da minuta da Portaria de Diretrizes para Implementação do ArqDigital; a conclusão das etapas 1 e 2 do contrato, com a instrução do respectivo processo de pagamento, no valor de R$ 2,95 milhões; a fiscalização do projeto-piloto de digitalização do acervo da FDRH; e a elaboração dos documentos necessários à contratação do serviço de carimbo de tempo. Este último constitui elemento importante para conferir maior segurança e confiabilidade ao processo de digitalização por substituição, especialmente no caso de documentos sujeitos a longos prazos de guarda intermediária, possibilitando, quando atendidos os requisitos legais e arquivísticos aplicáveis, a posterior eliminação dos documentos em suporte papel.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** estruturação dos serviços (SIGAD e RDC-Arq), para utilização no âmbito da SPGG, e do arcabouço administrativo básico (decreto publicado em fevereiro de 2026 e diretrizes de implementação prevista para último trimestre).
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** expansão dos serviços para demais órgãos e entidades do Estado e para Municípios.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$1.578.000,00 (LOA 2026) + R$4.319.900,00 (SRO DECRETO) = R$5.829.900,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$4.319.900,00 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$0,00 **Orçamento LOA 2027:** R$ 4.276.398,00 **Fonte do recurso:** Tesouro – IP 3457 Preservação Digital
Pontos críticos e riscos	Análise do cronograma e da sua data de conclusão, prevista para o primeiro trimestre de 2028, contido as Diretrizes para implementação do ArqDigital. Além disso, é necessário acompanhar a execução das etapas do Contrato FPE nº 024163/2025.
Recomendações	Continuidade dos quatro principais instrumentos listados. A minuta das **"Diretrizes para implementação do Programa de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais – ArqDigital"** propõe um cronograma de

	execução até o primeiro semestre de 2028, que inclui o início do processo de revisão e atualização do documento no mesmo semestre.
Mais informações	Apresentação durante capacitação para administradores/arquivistas no âmbito contrato FPE nº 024163/2025: https://rsgovbr.sharepoint.com/:p:/s/APERS/IQAgRQ36_vZNS5KRqoUa5kmXASwRZ2gRDpBuTMfmXqDc1vk?e=5czXkb

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
Contrato FPE nº 024163/2025 (PROA nº 25130000096053)	Aquisição de um software para Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), para uso perpétuo, com o fornecimento de código-fonte; capacitação/treinamento no ambiente de desenvolvimento; serviço de implementação da solução on-premise; implementação de fluxo de digitalização, operacionalizando o software em produção para assinar e indexar conjunto de documentos arquivísticos digitais pelo software; conexão do software com repositório arquivístico digital (software Archivematica) da contratante, produção de pacotes de informação e consequente submissão auditável, controlada e segura dos documentos digitalizados para o	SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda. (CNPJ 04.744.134/0001-78)	R$4.319.900,00	485 dias (a contar da OIS, publicada em 30/12/2025)	Em execução

	repositório fornecido pela contratada; suporte técnico remoto por 12 meses.				

9. Fortalecimento do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul – SIARQ/RS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Fortalecimento do Sistema de Arquivos do Estado do RS – SIARQ/RS
Base legal	Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (Política Nacional de Arquivos); Decreto Federal nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002; Decreto Estadual nº 33.200, de 5 de junho de 1989, que instituiu o SIARQ/RS. [apers.rs.gov.br]; Decreto Estadual nº 52.808, de 18 de dezembro de 2015, que reorganizou o SIARQ/RS.
Unidade responsável	SPGG – SPE - APERS
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG); Comitê Gestor do SIARQ/RS; PROCERGS; Casa Civil; Procuradoria-Geral do Estado (PGE); Secretaria da Cultura (SEDAC); Secretaria da Segurança Pública (SSP); Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul; Órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual; Municípios aderentes ao SIARQ/RS.
Objetivo	Fortalecer o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS) como instrumento estratégico de governança arquivística, transformação digital e preservação do patrimônio do Estado, ampliando sua capacidade de coordenação, orientação técnica e articulação junto aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e também aos municípios gaúchos, com vistas à implantação efetiva de políticas de gestão documental, preservação digital, acesso à informação e proteção do patrimônio arquivístico público. Entregas pretendidas: • Ampliação da adesão dos municípios ao SIARQ/RS; • Expansão das ações de capacitação e assessoramento técnico; • Consolidação de ações voltadas à integração da política arquivística estadual com a agenda de transformação digital, buscando assegurar que a crescente produção documental decorrente dos sistemas eletrônicos de tramitação de processos (PROA e SEI) e dos serviços digitais seja acompanhada por mecanismos adequados de gestão documental, avaliação, destinação, preservação e acesso de longo prazo; • Fortalecimento do alinhamento entre a política arquivística estadual e as iniciativas de modernização administrativa do Governo do Estado, posicionando o SIARQ/RS como instrumento estratégico para a governança da informação, a sustentabilidade da transformação digital, a transparência e a eficiência da administração pública.
Justificativa	O SIARQ/RS constitui a principal estrutura de coordenação das políticas arquivísticas estaduais, responsável por promover a

	gestão documental, a preservação do patrimônio arquivístico e o acesso à informação no âmbito do Poder Executivo. Sua criação e posterior reorganização partiram do reconhecimento de que os documentos públicos são ativos estratégicos para a administração, essenciais à garantia de direitos, à transparência governamental, à continuidade administrativa e à preservação do patrimônio do Estado. Embora o arcabouço normativo do SIARQ/RS tenha conferido ao sistema atribuições voltadas à integração dos órgãos estaduais, à capacitação técnica e ao estímulo e à adesão dos municípios, parte desse potencial ainda não foi plenamente alcançado, especialmente no que se refere à constituição de uma rede efetivamente articulada de gestão documental em âmbito estadual. O fortalecimento do Sistema representa, portanto, uma oportunidade de ampliar sua capacidade de coordenação, assessoramento e indução de políticas públicas arquivísticas, promovendo maior integração entre os entes públicos e maior aderência às normas e instrumentos de gestão documental. A crescente transformação digital vivenciada pela Administração Pública torna esse fortalecimento ainda mais necessário. A expansão dos sistemas eletrônicos de tramitação de processos e dos serviços digitais tem ampliado significativamente a produção de documentos arquivísticos nato-digitais e digitais, exigindo que a modernização administrativa seja acompanhada por mecanismos adequados de gestão documental, preservação digital e governança da informação. Nesse contexto, o SIARQ/RS assume papel estratégico para assegurar que os documentos produzidos em ambiente digital mantenham sua autenticidade, confiabilidade, integridade, acessibilidade e preservação ao longo do tempo, contribuindo para que as iniciativas de governo digital evoluam de forma sustentável e alinhada aos princípios arquivísticos. O fortalecimento do Sistema também dialoga diretamente com as estratégias de modernização e transformação digital do Estado, podendo atuar como uma das frentes de sustentação da agenda do RS Mais Digital. A ampliação da gestão arquivística sobre os documentos produzidos nos sistemas corporativos e plataformas digitais, associada à implementação do Programa ArqDigital e das soluções de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), cria condições para a gestão qualificada do ciclo de vida dos documentos digitais, contemplando classificação, avaliação, destinação, recolhimento e preservação. Essa estrutura poderá, futuramente, apoiar não apenas os órgãos estaduais, mas também os municípios gaúchos, contribuindo para a implantação de políticas de gestão documental e preservação digital e evitando a formação de massas documentais digitais acumuladas sem tratamento arquivístico adequado. Além disso, os desafios enfrentados pelos órgãos públicos diante de eventos climáticos extremos, da crescente complexidade dos ambientes digitais e da necessidade de produção de evidências confiáveis para a tomada de decisões reforçam a importância de consolidar uma política pública estruturante de gestão documental. O fortalecimento do SIARQ/RS contribuirá para uma

	administração pública mais eficiente, transparente, resiliente e orientada por dados e evidências, promovendo a proteção do patrimônio arquivístico do Estado e ampliando a capacidade de apoio técnico aos órgãos estaduais e aos municípios gaúchos.
Principais instrumentos	O fortalecimento do SIARQ/RS é desenvolvido por meio da elaboração e atualização de normativas técnicas, diretrizes e instrumentos de gestão documental; da atuação do Comitê Gestor do SIARQ/RS; do assessoramento técnico aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; da orientação às Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos; da realização de capacitações e encontros de arquivos municipais. Integra o escopo do programa o apoio à transformação digital da Administração Pública, por meio da participação na implantação de soluções voltadas à gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais (expansão do ArqDigital). Entre as frentes prioritárias do programa está o fortalecimento da articulação entre o Estado e os municípios gaúchos, buscando criar condições para ampliar a adesão ao SIARQ/RS e expandir o alcance das políticas públicas arquivísticas. Para isso, vêm sendo promovidas ações de sensibilização, aproximação institucional, orientação técnica e divulgação dos benefícios associados à gestão documental, à preservação, independentemente do suporte. Essa agenda representa uma oportunidade estratégica para consolidar, nos próximos anos, uma rede estadual de arquivos mais integrada e alinhada aos desafios da transformação digital e da preservação do patrimônio arquivístico.
Público-alvo e abrangência	Público-alvo: órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual, servidores que atuam nas áreas de gestão documental, protocolo, arquivo, tecnologia da informação, transparência e acesso à informação, membros de comissões e grupos de trabalho vinculados à gestão documental, bem como municípios interessados em aderir ao SIARQ/RS e implementar políticas de gestão documental e preservação arquivística. Território abrangido: Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e, potencialmente, os municípios gaúchos que aderirem ao Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS), conforme previsto em legislação.
Beneficiários diretos	Beneficiários diretos: órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, servidores responsáveis pela gestão documental e governança da informação e municípios gaúchos que buscam implantar ou aperfeiçoar políticas de gestão documental, preservação arquivística e transformação digital. Quantidade atualmente atendida: o programa possui abrangência potencial sobre todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual e perspectiva de ampliação para os municípios gaúchos, fortalecendo o SIARQ/RS.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

- Revisão e aprimoramento do modelo de adesão ao SIARQ/RS, com a atualização dos instrumentos necessários à participação de novos entes no Sistema, visando facilitar sua expansão e fortalecer a cooperação institucional;
- Início de articulações institucionais com os municípios de Esteio, Porto Alegre, Alegria, Palmares do Sul, Serafina Corrêa e São Francisco de Assis, com vistas à adesão ao SIARQ/RS;
- Realização de tratativas e consultas técnicas junto à PROCERGS para avaliação de soluções voltadas à gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais, alinhadas às diretrizes estaduais de transformação digital e governança da informação.
- Elaboração de 13 instrumentos de gestão documental para atividades finalísticas do Poder Executivo Estadual, ampliando a cobertura das políticas arquivísticas e fortalecendo os processos de classificação, avaliação, destinação, recolhimento de documentos;
- Avanço da implementação do Programa ArqDigital e das iniciativas relacionadas à implantação de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), criando as bases para uma gestão mais qualificada dos documentos arquivísticos digitais produzidos pelo Estado;
- Estudo para ampliação das bases institucionais para futura expansão das políticas de gestão documental e preservação digital aos municípios gaúchos, por meio da articulação de soluções que permitam apoiar a implantação de práticas arquivísticas qualificadas e evitar o acúmulo de documentos digitais sem avaliação, destinação e preservação adequadas.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O programa encontra-se em execução. O foco é no fortalecimento institucional do SIARQ/RS, na ampliação da articulação com os municípios gaúchos, na atualização dos instrumentos de gestão documental e no avanço das iniciativas de preservação digital e implantação do Programa ArqDigital e do SIGAD. No próximo ano, permanecerá em fase de execução, demandando continuidade das ações de expansão do Sistema, apoio à transformação digital do Estado e consolidação das políticas de gestão documental e preservação arquivística.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** • Dar continuidade às ações de fortalecimento do SIARQ/RS, com a atualização e implementação dos instrumentos normativos e técnicos necessários à consolidação da política arquivística em âmbito estadual; • Prosseguir com as articulações junto aos municípios de Esteio, Porto Alegre, Alegria, Serafina Corrêa e São Francisco de Assis, bem como com outros municípios interessados, visando a formalização de adesões ao SIARQ/RS; • Concluir e publicar os instrumentos de gestão documental das atividades finalísticas em elaboração,

	promovendo sua adoção pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual; • Dar continuidade às iniciativas do Programa ArqDigital, com foco na implantação das soluções de Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), na estruturação dos processos de preservação digital e na integração da gestão arquivística às estratégias de transformação digital do Estado; • Prosseguir as tratativas técnicas e institucionais com a PROCERGS e demais áreas envolvidas, visando à construção de soluções que permitam fortalecer a gestão, a preservação e o acesso aos documentos arquivísticos digitais produzidos pela Administração Pública em âmbito estadual e municipal; • Estruturar ações de capacitação e assessoramento técnico voltadas aos órgãos estaduais e, progressivamente, aos municípios interessados; • Fortalecer o posicionamento do SIARQ/RS como instrumento de apoio à agenda de transformação digital do Estado, contribuindo para que a expansão dos serviços públicos digitais seja acompanhada por políticas efetivas de gestão documental.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	• Continuidade das ações relacionadas ao Programa ArqDigital, consideradas essenciais para assegurar a gestão, preservação e acesso aos documentos digitais produzidos pelo Estado; • Definição e priorização das iniciativas relacionadas à preservação digital e à integração da política arquivística estadual com a agenda de transformação digital e modernização administrativa do Governo do Estado; • Continuidade das articulações institucionais com a PROCERGS e demais órgãos envolvidos na construção de soluções voltadas à gestão arquivística de documentos digitais, que atendam aos municípios; • Necessidade de fortalecimento da capacidade técnica e operacional para atendimento à crescente demanda por assessoramento arquivístico, preservação digital e apoio à transformação digital dos órgãos públicos.
Recomendações	• Priorizar a consolidação do Programa ArqDigital; • Posicionar o SIARQ/RS como instrumento de apoio à agenda de modernização administrativa e ao RS Mais Digital, incorporando a gestão arquivística como

	componente essencial da governança dos documentos produzidos nos sistemas eletrônicos de tramitação de processos e demais plataformas corporativas do Estado; • Dar continuidade à estratégia de aproximação e cooperação com os municípios gaúchos, buscando ampliar as adesões ao SIARQ/RS e fomentar a implantação de políticas de gestão documental e preservação arquivística em âmbito municipal; • Manter o fortalecimento institucional do SIARQ/RS como política pública estruturante de gestão documental, preservação digital e governança da informação, ampliando sua integração com as iniciativas de transformação digital do Estado.
Mais informações	https://www.apers.rs.gov.br/siarq-rs

10. Fortalecimento das políticas públicas arquivísticas no Rio Grande do Sul

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Fortalecimento das políticas públicas arquivísticas no Rio Grande do Sul, por meio do mapeamento da institucionalidade arquivística nos municípios gaúchos — UFSM/APERS.
Base legal	Constituição Federal, especialmente quanto ao dever do Poder Público de promover a gestão, preservação e acesso à informação pública registrada em documentos arquivísticos; Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação; Decreto Estadual nº 52.808, de 18 de dezembro de 2015, que regulamenta o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul — SIARQ/RS; Acordo de Cooperação Técnica entre as instituições envolvidas (em tramitação); Competências institucionais do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul — APERS, como órgão gestor do SIARQ/RS.
Unidade responsável	SPGG/SPE/APERS
Órgãos e entidades parceiras	Universidade Federal de Santa Maria — UFSM; Departamento de Arquivologia da UFSM; Universidade Federal do Rio Grande — FURG, como unidade participante indicada no projeto.
Objetivo	Realizar o mapeamento sistemático das políticas públicas arquivísticas nos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, reunindo dados sobre a existência, estrutura, condições e instrumentos das instituições arquivísticas municipais. A entrega pretendida é a produção de um diagnóstico qualificado, com dados confiáveis e comparáveis, capaz de subsidiar a formulação

	de políticas públicas, estratégias de assessoramento aos municípios e ações de fortalecimento do SIARQ/RS. De forma complementar, o projeto prevê a construção de um portal eletrônico interativo, com painéis estatísticos e resultados em formato aberto e editável, ampliando a transparência, o controle social e a capacidade de planejamento na área arquivística.
Justificativa	A continuidade do projeto é estratégica porque o Estado ainda dispõe de informações insuficientes sobre a realidade arquivística dos municípios gaúchos. Sem esse diagnóstico, torna-se mais difícil planejar políticas públicas, definir prioridades, apoiar tecnicamente os municípios e monitorar a efetividade das ações de gestão, preservação e acesso aos documentos públicos. O projeto responde diretamente a uma lacuna histórica: a ausência de dados consolidados sobre quantos municípios possuem instituições arquivísticas, quais são suas condições de funcionamento, quais instrumentos técnicos utilizam, que recursos humanos e orçamentários têm disponíveis e em que estágio se encontram suas políticas de arquivo. Para o APERS, a iniciativa é especialmente relevante porque cria base técnica para uma futura política de assessoramento aos municípios, em alinhamento com sua atuação como órgão gestor do SIARQ/RS. Além disso, fortalece a transparência pública, a desburocratização, a economicidade de recursos, a proteção do patrimônio documental e o acesso à informação, temas diretamente relacionados à boa governança e à qualificação dos serviços públicos. O projeto também dialoga com agendas prioritárias de reconstrução e fortalecimento institucional do Estado, especialmente no contexto pós-enchentes, pois municípios com arquivos frágeis ou desestruturados têm maior dificuldade para proteger documentos essenciais, comprovar direitos, recuperar informações administrativas e responder de forma eficiente a emergências.
Principais instrumentos	O projeto é desenvolvido por meio de cooperação técnica entre a UFSM e o APERS, com levantamento, sistematização e análise de dados sobre os elementos estruturais das políticas públicas arquivísticas municipais. Entre os principais instrumentos e ações, destacam-se: • definição de requisitos básicos para caracterizar políticas públicas arquivísticas municipais; • mapeamento qualiquantitativo dos 497 municípios gaúchos; • levantamento sobre governança, base legal-normativa, estrutura institucional, recursos humanos, orçamento, infraestrutura e instrumentos técnicos existentes; • análise comparativa dos dados coletados; • construção de portal eletrônico interativo, com painéis estatísticos e dados em formato aberto;

	• produção de artigos, livro, eventos, cursos, palestras e materiais de divulgação dos resultados; • uso dos resultados como base para futura estratégia de assessoramento técnico aos municípios interessados em estruturar ou qualificar suas políticas arquivísticas; • Realização de 4 encontros de arquivos municipais do Rio Grande do Sul em novembro de 2026 nos seguintes municípios: Santa Maria, Rio Grande, Passo Fundo e Porto Alegre.
Público-alvo e abrangência	**Público-alvo:** • municípios do Estado do Rio Grande do Sul; • órgãos do Poder Executivo; • instituições arquivísticas; • setores de gestão documental; • administrações municipais e gestores públicos responsáveis pela produção, preservação e acesso aos documentos públicos; **Abrangência:** Estadual, contemplando os 497 municípios gaúchos. Também são públicos indiretos os cidadãos, pesquisadores, servidores públicos, órgãos de controle, instituições de ensino e demais usuários que dependem de arquivos organizados para acesso à informação, comprovação de direitos, memória institucional e transparência pública.
Beneficiários diretos	Os 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, seus gestores, servidores e estruturas responsáveis pela gestão documental e arquivística. Beneficiários indiretos: população gaúcha, pesquisadores, órgãos de controle, instituições públicas e demais usuários dos serviços de informação pública, especialmente aqueles que dependem da preservação e do acesso aos documentos para exercício de direitos, transparência administrativa e memória coletiva.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O projeto encontra-se em andamento e já tem como resultado a produção de um conjunto de dados confiáveis sobre as políticas públicas arquivísticas dos municípios do Rio Grande do Sul, que serão apresentados em encontros com os arquivos municipais no mês de novembro de 2026. Esses dados permitem compreender os diferentes estágios de formulação e implementação dessas políticas, bem como seus impactos sobre transparência, governo aberto, desburocratização, economicidade de recursos, preservação do patrimônio documental e acesso à informação.

Entre as entregas previstas, destacam-se: estruturação dos requisitos básicos de análise; mapeamento qualiquantitativo das políticas arquivísticas municipais; criação de portal eletrônico interativo com painéis estatísticos; publicação de artigos científicos; publicação de livro com síntese crítica dos resultados; realização de evento de apresentação final; apresentação de

trabalhos em eventos científicos; formação de estudantes; realização de cursos e palestras; e potencialização de um futuro projeto de assessoramento aos municípios do Rio Grande do Sul.

Do ponto de vista estratégico para o APERS, a principal entrega será a formação de uma base de conhecimento inédita sobre a realidade arquivística municipal gaúcha, permitindo que o Estado deixe de atuar apenas sob demanda e passe a planejar ações estruturadas, com critérios de priorização, evidências e capacidade de acompanhamento.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O projeto está em execução, com vigência prevista de 19/11/2025 a 19/11/2029. Nesta fase, está prevista a adequação do site institucional do APERS à plataforma que contém os dados levantados para divulgação à sociedade, além disso, há a elaboração de um artigo para apresentação dos dados e realização de um encontro de arquivos municipais. No próximo ano, a ação deverá permanecer em execução, sendo necessário assegurar a continuidade da interlocução institucional entre APERS e UFSM, bem como manter o acompanhamento das entregas pactuadas no acordo de cooperação técnica.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** recomenda-se que o Estado atue na formulação de uma política de assessoramento aos municípios. Também é recomendável avaliar a integração do projeto com outras agendas do APERS, especialmente a elaboração dos instrumentos de gestão documental, a atuação do SIARQ/RS e as demandas de municípios e órgãos afetados pelas enchentes, que podem necessitar de orientação técnica para recuperação, preservação e organização de seus arquivos.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	O principal risco é a descontinuidade da articulação institucional entre APERS e UFSM, o que pode reduzir a capacidade do Estado de se apropriar dos resultados da pesquisa e transformá-los em política pública efetiva. Sem acompanhamento próximo, o mapeamento pode permanecer restrito ao campo acadêmico, sem gerar instrumentos práticos para orientar decisões de governo, apoiar municípios e fortalecer o SIARQ/RS. Outro ponto crítico é a necessidade de definir, desde o início da nova gestão, como os dados produzidos serão usados pelo APERS. O projeto tem potencial para embasar uma política estadual de assessoramento arquivístico aos municípios, mas isso dependerá de decisão administrativa, ponto focal designado, agenda de acompanhamento e integração com as demais ações de gestão documental. Há também risco de perda de oportunidade estratégica no contexto pós-enchentes. Municípios com arquivos frágeis, sem

	diagnóstico ou sem política arquivística estruturada tendem a ter maior dificuldade para preservar documentos essenciais, comprovar direitos, responder a demandas de transparência, acessar informações administrativas e planejar a recuperação de acervos atingidos. O mapeamento pode ajudar a identificar vulnerabilidades e orientar prioridades, mas isso exige leitura integrada com as ações do Plano Rio Grande, do Funrigs e das políticas de reconstrução. Por fim, há risco de insuficiência de recursos humanos no APERS para acompanhar, interpretar e transformar os resultados em ações concretas, especialmente se a equipe responsável pela gestão documental e pelo SIARQ/RS não tiver condições de manter uma rotina mínima de acompanhamento técnico.
Recomendações	Recomenda-se manter o projeto como ação estratégica do APERS e da SPGG, visto que se produziu diagnóstico inédito sobre a institucionalidade arquivística dos 497 municípios gaúchos para subsidiar políticas públicas baseadas em evidências. É importante designar formalmente um ponto focal do APERS para acompanhar o acordo de cooperação, participar das discussões metodológicas, receber os resultados parciais e articular internamente o uso dos dados pela gestão estadual. Também se recomenda que os resultados do mapeamento sejam utilizados para construir uma agenda permanente de assessoramento aos municípios, com critérios de priorização, materiais orientativos, capacitações e ações de apoio técnico. A próxima gestão deve buscar integrar essa ação às demais iniciativas de gestão documental do Estado, especialmente à elaboração dos instrumentos finalísticos, ao fortalecimento do SIARQ/RS e às demandas decorrentes das enchentes. Municípios e órgãos com maior vulnerabilidade arquivística devem ser considerados prioridade para ações de orientação, capacitação e apoio técnico. Também se recomenda planejar, em conjunto com a FAMURS, formas de divulgação pública dos resultados, incluindo painéis, relatórios executivos e materiais de linguagem acessível para gestores municipais. Isso ajudará a transformar a pesquisa em ferramenta de gestão, transparência e convencimento político sobre a importância dos arquivos públicos.
Mais informações	Projeto UFSM nº 065176 — Políticas públicas arquivísticas no Rio Grande do Sul: Portal de Projetos - Visualizar projeto

11. Normativas estaduais de gestão documental para o Poder Executivo

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Elaboração e publicação de normativas estaduais voltadas à gestão documental no âmbito do Poder Executivo, especialmente relacionadas ao recolhimento, à eliminação e à digitalização por substituição
Base legal	Instrução Normativa SPGG nº 14, de 27 de agosto de 2025, que aprova os instrumentos de classificação, temporalidade e destinação das atividades-meio; Decreto Estadual nº 58.613, de 6 de fevereiro de 2026, que institui a Política de Gestão e Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais do Estado. As normativas específicas sobre recolhimento, eliminação e digitalização por substituição encontram-se em elaboração com entregas previstas para o final de 2026.
Unidade responsável	SPGG/SPE/APERS
Órgãos e entidades parceiras	Comitê Gestor do SIARQ/RS
Objetivo	Elaborar e publicar normas para orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo nos procedimentos de recolhimento, eliminação e digitalização por substituição. A entrega prevista é a publicação de uma instrução normativa para cada procedimento, com orientações e manuais para aplicação.
Justificativa	A continuidade desse trabalho é necessária para que os órgãos estaduais tenham normativas claras e uniformes para o recolhimento, a eliminação e a digitalização por substituição. A falta dessas regras pode gerar procedimentos diferentes entre os órgãos, insegurança jurídica, acúmulo de documentos e risco de eliminação ou digitalização inadequadas.
Principais instrumentos	A equipe técnica do APERS pesquisa a legislação e as normas arquivísticas, prepara as minutas e discute os textos com as áreas envolvidas. Depois da análise técnica e jurídica, as instruções normativas são encaminhadas para aprovação junto ao Comitê Gestor do SIARQ/RS e publicação no Diário Oficial do Estado. O trabalho também inclui a elaboração de orientações e manuais para apoiar os órgãos estaduais na aplicação das normas.
Público-alvo e abrangência	Abrange todos os órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul.
Beneficiários diretos	As equipes responsáveis pela gestão documental nos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual. Como as normativas terão aplicação geral, não há uma quantidade fixa de beneficiários a serem atendidos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

As instruções normativas sobre recolhimento, eliminação e digitalização por substituição estão em vias de publicação. As minutas já foram elaboradas e revisadas e encontram-se nos últimos trâmites para aprovação e publicação.

Recomenda-se concluir a publicação das três instruções normativas e, na sequência, divulgar as novas regras e orientar os órgãos estaduais sobre sua aplicação. Também é importante manter os modelos atualizados e acompanhar as dúvidas que surgirem, fazendo ajustes sempre que necessário.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** As três instruções normativas estão nos últimos trâmites para aprovação e publicação. A expectativa é de que em 2027, a etapa de elaboração deverá estar concluída e as normativas publicadas. Após as publicações, o trabalho seguirá com a divulgação das normas e a orientação dos órgãos estaduais para aplicação.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** serão realizadas capacitações para o público-alvo. Após a publicação, o APERS deverá divulgar as novas regras, disponibilizar os modelos e orientar os órgãos estaduais sobre aplicação.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	O principal risco é o atraso na aprovação e publicação das três instruções normativas, mantendo os órgãos estaduais sem regras atualizadas para o recolhimento, a eliminação e a digitalização por substituição.
Recomendações	A conclusão da publicação das três instruções normativas e, na sequência, divulgação das novas regras e promover a orientação dos órgãos estaduais sobre a aplicação. Também é importante manter os modelos atualizados e acompanhar as dúvidas que surgirem.
Mais informações	Site do APERS Instrumentos de Gestão - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul Legislação - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

12. Recolhimento e Preservação de Documentos Permanentes no APERS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Fomento ao recolhimento de documentos de caráter permanente ao APERS, em suporte físico ou digital, ampliando a preservação e acesso ao patrimônio arquivístico do Estado
Base legal	**Instrução Normativa SARH nº 04, de 24 de setembro de 2009** — estabelece os procedimentos para o recolhimento de documentos ao APERS; **Decreto Estadual nº 52.808, de 18 de dezembro de 2015** — regulamenta o SIARQ/RS e as competências do APERS; **Decreto Estadual nº 58.613, de 6 de fevereiro de 2026** — institui a política estadual de gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais.
Unidade responsável	SPGG/SPE/APERS

Órgãos e entidades parceiras	Não se aplica.
Objetivo	Recolher ao APERS os documentos de guarda permanente produzidos pelos órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, em suporte físico ou digital, garantindo a preservação e o acesso.
Justificativa	O recolhimento evita que documentos de valor permanente fiquem dispersos nos órgãos de origem, sujeitos à perda, deterioração ou eliminação indevida. A continuidade desse trabalho permite preservar os acervos no APERS e garantir o acesso pela sociedade.
Principais instrumentos	O APERS orienta os órgãos estaduais na identificação e organização dos documentos de guarda permanente. Depois da análise do acervo e do preenchimento dos instrumentos necessários, os documentos físicos ou digitais são recolhidos para o APERS e passam a integrar o acervo permanente.
Público-alvo e abrangência	Abrange os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual em todo o Rio Grande do Sul.
Beneficiários diretos	São os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual que recolhem documentos permanentes ao APERS. Com a publicação dos instrumentos de gestão documental finalísticos, a demanda por recolhimento tende a aumentar consideravelmente.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O recolhimento de documentos permanentes ao APERS vem garantindo a preservação de acervos públicos estaduais com valor histórico, probatório, informativo e cultural, além de ampliar as condições de acesso pela sociedade.

A ação também orienta os órgãos do Poder Executivo na identificação, organização e formalização da transferência desses documentos, reduzindo riscos de perda, deterioração ou eliminação indevida. Com a publicação dos instrumentos de gestão documental finalísticos, a demanda por recolhimentos tende a crescer, exigindo continuidade da equipe, dos fluxos e da estrutura de preservação física e digital.

Desde 2023, o APERS vem fomentando o recolhimento de documentos permanentes de acordo com a Instrução Normativa vigente, assegurando que os recolhimentos ocorram de forma orientada, planejada e sem recolhimentos indiscriminados. Com a implementação do Programa ArqDigital, torna-se imprescindível que o APERS avance na normatização e orientação do recolhimento de documentos digitais, garantindo a cadeia de custódia ininterrupta e confiável, a preservação de longo prazo e o acesso aos documentos permanentes.

A enchente de 2024 evidenciou a importância estratégica dessa ação, uma vez que arquivos de órgãos e entidades estaduais foram atingidos, ocasionando perdas documentais significativas. Parte desses impactos poderia ter sido mitigada caso documentos de guarda permanente já identificados tivessem sido recolhidos ao APERS, em condições adequadas de preservação. Esse cenário reforça a necessidade de ampliar, qualificar e priorizar os recolhimentos.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O texto da Instrução Normativa sobre recolhimento de documentos permanentes ao APERS está concluído e será encaminhado ao Comitê Gestor do SIARQ/RS para análise e deliberação. A normativa contará com manual anexo, destinado a orientar os órgãos quanto às etapas, procedimentos e requisitos necessários para o recolhimento.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Será necessária a elaboração de uma Instrução Normativa específica sobre o recolhimento de documentos digitais, especialmente diante da implementação do Programa ArqDigital e da necessidade de garantir cadeia de custódia ininterrupta, preservação de longo prazo e acesso aos documentos permanentes digitais.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Iminente falta de espaço físico para salvaguardar documentos físicos permanentes.
Recomendações	Identificação de imóvel estadual apto a guarnecer acervo permanente, eventual locação de imóvel para esta finalidade e, inclusive, construção de novo prédio para salvaguardar os documentos permanentes.
Mais informações	Site do APERS Legislação - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

13. Painel de dados APERS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Ampliação da transparência ativa dos dados arquivísticos, com disponibilização de informações sobre tratamento de acervos, eliminação, acesso e ações de difusão
Base legal	Decreto nº 52.808, de 18 de dezembro de 2015 – Reorganiza o Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul – SIARQ/RS; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de acesso à Informação.
Unidade responsável	SPGG/SPE/APERS
Objetivo	Unificar as fontes de dados do APERS e possibilitar o acesso e a consulta em painel público com recursos de visualização de dados.

Justificativa	**Transparência ativa e acesso à informação** • O painel de dados contribui para o cumprimento da **Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)** ao ampliar a disponibilização de informações públicas de forma organizada, acessível e compreensível à sociedade; • A disponibilização de dados em ambiente público reduz a necessidade de solicitações individuais de informação, promovendo maior transparência e eficiência administrativa; • Os recursos de visualização de dados facilitam a compreensão das informações sobre os acervos, serviços e atividades do APERS por cidadãos, pesquisadores e gestores públicos. **Integração e qualificação da informação institucional** • O APERS produz e mantém informações provenientes de diferentes sistemas, bases de dados e processos de trabalho. A unificação dessas fontes em um único ambiente fortalece a consistência, a confiabilidade e a governança dos dados institucionais; • A consolidação das informações permite maior capacidade de monitoramento das atividades finalísticas do órgão, apoiando o planejamento, a gestão e a avaliação de resultados; • A padronização dos dados facilita a produção de indicadores institucionais e reduz retrabalhos associados à coleta e à consolidação manual de informações. **Apoio à gestão pública e à preservação da memória institucional** • O painel fornece subsídios para a tomada de decisão baseada em evidências, permitindo o acompanhamento de indicadores relacionados à gestão documental, preservação e acesso aos acervos sob custódia do APERS; • A iniciativa contribui para fortalecer a governança arquivística no âmbito do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS), ampliando a capacidade de acompanhamento e avaliação das políticas arquivísticas.
Principais instrumentos	• Desenvolvimento e manutenção de painel eletrônico de dados públicos do APERS (*software* PowerBI), consolidando

	informações provenientes de diferentes bases de dados e sistemas institucionais; • Integração, padronização e tratamento de dados relativos aos acervos arquivísticos, serviços prestados, atendimentos, recolhimentos documentais, processos de gestão documental e demais informações produzidas pelo APERS; • Disponibilização de recursos de visualização de dados, estatísticas, indicadores e consultas públicas por meio de ambiente digital acessível pela internet.
Público-alvo e abrangência	**Público-alvo:** cidadãos, pesquisadores, estudantes, servidores públicos, gestores estaduais, órgãos integrantes do Sistema de Arquivos do Estado do Rio Grande do Sul (SIARQ/RS) e usuários dos serviços prestados pelo APERS. **Abrangência territorial:** Estado do Rio Grande do Sul, com acesso público por meio eletrônico, permitindo consulta por usuários de qualquer município do Estado e demais interessados.
Beneficiários diretos	**Beneficiários diretos:** usuários dos serviços de informação do APERS, pesquisadores, cidadãos interessados em informações públicas e gestores responsáveis pelo planejamento e acompanhamento das atividades arquivísticas. **Quantidade atualmente atendida:** todos os usuários que acessam o painel público de dados. Como o painel possui acesso aberto e sua utilização é dinâmica, a quantidade de beneficiários diretos varia continuamente e deve ser mensurada a partir dos indicadores de acesso e utilização disponíveis na plataforma.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O APERS definiu as características e os requisitos a serem contemplados no modelo de painel destinado à ampliação da transparência ativa dos dados arquivísticos, abrangendo informações sobre o tratamento dos acervos, a eliminação de documentos, o acesso e as ações de difusão, como visitas mediadas e oficinas de educação patrimonial. Atualmente, estão sendo avaliados aprimoramentos na organização e na forma de apresentação dessas informações, com o objetivo de torná-las mais claras, acessíveis e adequadas à consulta pública.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [X] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** etapa de planejamento e processos de unificação de fontes de dados.

Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** unificação das fontes de dados e desenvolvimento do painel de visualização dinâmico.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	Continuidade da atividade. Ausência de profissional com fluência em manipulação e visualização de dados para atuar no APERS.

Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – SUGEP

Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Subsecretaria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SUGEP)
Site	https://gestaodepessoas.rs.gov.br/
Endereço	Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF Avenida Borges de Medeiros, nº 1.501 2º andar
Base legal	Decreto nº 57.144, de 18 de agosto de 2023, altera a estrutura básica da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do Estado do Rio Grande do Sul; Decreto nº 56.436, de 29 de março de 2022, institui Política de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul e Rede de Gestão Estratégica de Pessoas - Rede-Pessoas.
Competências legais	Atuar na formulação e implementação de políticas de gestão de pessoas e de organização administrativa, promovendo o desenvolvimento, a qualificação e a valorização dos servidores públicos. Dessa forma, contribui para o fortalecimento da capacidade institucional do Estado, apoiando a oferta de serviços públicos mais eficientes, qualificados e alinhados às necessidades da sociedade.
Número de servidores	Total: 146 • Efetivos: 111 • Temporários: 21 • Cedidos: 4 • Comissionados: 10
Departamentos	Departamento Central de Gestão da Vida Funcional – DVIDA Departamento Central de Gestão de Pessoas – DEGEP Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador – DMEST Departamento Escola de Governo – EGOV Assessoria de Gestão de Pessoas – ASGEP

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. Reestruturação das carreiras transversais

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Reestruturação das carreiras transversais
Base legal	Lei nº 16.165, de 31 de julho de 2024; Decreto nº 58.840, de 18 de junho de 2026
Unidade responsável	Departamento Central de Gestão de Pessoas – DEGEP
Órgãos e entidades parceiras	Comunitas e apoio técnico da Fundação Dom Cabral (FDC)
Objetivo	Modernizar as carreiras transversais do Poder Executivo, **estabelecendo um modelo mais equânime, transparente e alinhado às necessidades do Estado**, com novas regras de remuneração e desenvolvimento funcional. A lei 16.165/2024 unificou e aprimorou a estrutura das carreiras, garantindo que servidores que desempenham funções semelhantes sejam tratados de forma equitativa. A mudança respondeu à **necessidade de fortalecer e tornar mais atrativas carreiras essenciais à gestão pública estadual.**
Justificativa	Foi realizado diagnóstico fundamentado em estudo comparativo com a União, 7 estados, 2 capitais e 10 países. Além disso, foram realizadas cerca de 50 reuniões com entidades representativas dos servidores. O estudo identificou perda expressiva de servidores dessas carreiras e a comparação com outros Estados reforçou esse cenário.
Principais instrumentos	A lei 16.165 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, com a implementação das tabelas salariais escalonada em até 3 parcelas (até outubro de 2026) para preservar o equilíbrio fiscal. Ainda, em 18 de junho de 2026 foi publicado o **Decreto nº 58.840/2026, que regulamenta as promoções e progressões** das Carreiras Transversais, determinando a realização de ciclos avaliativos anuais do desempenho dos servidores.
Público-alvo e abrangência	Servidores das Carreiras Transversais, da Carreira da Saúde, do Quadro de Apoio Escolar, da Carreira de Analista de Planejamento e Orçamento, da Carreira de Guarda Parque e das Carreiras que compõem os Quadros do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER, do Escritório de Desenvolvimento de Projetos – EDP, do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS, do Instituto Rio-Grandense do Arroz – IRGA, do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – IPE Saúde, do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE Prev, e da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul – JucisRS.
Beneficiários diretos	**40 mil** servidores de **18** carreiras

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

- **40 mil** servidores impactados | **18** carreiras
- **+22 mil** vagas antigas extintas
- **61%** de redução no número de cargos | saindo de **115** para **45**
- **25** leis revogadas | **30** leis alteradas

- **100%** de amplitude remuneratória padronizada | **6 graus + 3 níveis**
- **Regras padronizadas de promoção e progressão**, por meio de avaliação de desempenho.
- Alteração do modelo de remuneração de múltiplas parcelas para o modelo de **subsídio com parcela única**, contribuindo para uma **maior transparência e previsibilidade da despesa de pessoal**.
- **Alocação mais eficiente da força de trabalho** com a eliminação de gratificações vinculadas ao local de exercício, ampliando a mobilidade funcional.
- Reenquadramento com regra especial para cada carreira, garantindo que **nenhum servidor tivesse perda financeira**.
- **Carreiras sem número rígido de vagas por grau**, ampliando as oportunidades de desenvolvimento e facilitando a recomposição da força de trabalho.
- Remunerações iniciais **aderentes ao setor público nacional.**
- **Novas carreiras para áreas críticas** (engenharia, fiscalização, pesquisa, planejamento, medicina e tecnologia da informação), fortalecendo a atração e retenção de profissionais.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O ciclo avaliativo previsto no Decreto nº 58.840/2026, que regulamenta as promoções e progressões das Carreiras Transversais, está com a Instrução Normativa e os editais em análise pela ASJUR. Além disso, o sistema necessário para realização do ciclo está em construção.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Realização do ciclo avaliativo anualmente e geração das listas para promoções e progressões com número de vagas de acordo com a definição orçamentária prevista na LOA.
Orçamento	A previsão orçamentária referente às despesas com servidores é realizada de maneira centralizada, por meio da rubrica de gastos com pessoal vinculada ao Tesouro do Estado. No momento da efetiva execução da folha de pagamento, os valores necessários são transferidos às respectivas secretarias e órgãos, observando-se a demanda de cada unidade para custeio de pessoal.
Pontos críticos e riscos	Haverá demandas por parte das entidades representativas de servidores das carreiras em extinção, pois elas não foram contempladas no projeto por tratar-se de cargos extintos ou em extinção. Também será importante fazer a previsão orçamentária anual para a gestão de desempenho, pois, de acordo com os critérios de temporalidade em cada nível e grau, o servidor levará cerca de 29 anos para chegar ao final da carreira. Caso não haja promoções e progressões de maneira consistente, corre-se o risco de os servidores ficarem estagnados.
Recomendações	Monitorar os efeitos da reforma sobre atração, retenção, desenvolvimento e mobilidade da força de trabalho. Indicadores sugeridos: **1Dimensão: Atração de talentos** Índice de atratividade = candidatos por vaga em comparação com concursos anteriores à reforma. **Dimensão: Retenção de servidores**

	Redução da evasão comparada à média dos cinco anos anteriores à Lei 16.165. **Dimensão: Desenvolvimento profissional** Percentual de servidores com plano de desenvolvimento derivado da avaliação de desempenho. **Dimensão: Mobilidade e alocação da força de trabalho** Taxa de ocupação de postos críticos por mobilidade interna.
Mais informações	Cartilha digital "Gestão de Carreiras no Serviço Público: Modelos e Inovações no Rio Grande do Sul" divulgada pela Comunitas em 2025: https://comunitas.org.br/como-o-rio-grande-do-sul-implementou-um-projeto-de-carreiras-transversais-e-melhorou-a-eficiencia-dos-servicos-publicos/ Case apresentado no Encontro Nacional de Gestão de Pessoas (ENGP 2025), de 16 e 18 de junho de 2025, em Brasília (DF), com 1.300 participantes: https://redejuntos.org.br/publicacao/gestao-de-carreiras-no-servico-publico-riograndedosul/

2. Formação de Lideranças

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	**FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS -** Lidera RS | Academia de Líderes | Altas Lideranças | Onboarding de Lideranças | Rede in-PACTO
Base legal	Instrução Normativa SPGG nº 18/2025, que regulamenta as ações de formação e desenvolvimento de lideranças na Administração Estadual.
Unidade responsável	Departamento Central de Gestão de Pessoas – DEGEP e Escola de Governo – EGOV RS
Órgãos e entidades parceiras	CLP – Centro de Lideranças Públicas e Motriz
Objetivo	Fortalecer competências de gestão, liderança, tomada de decisão e atuação estratégica em diferentes níveis hierárquicos.
Justificativa	Desde 2019, o governo estadual utiliza a seleção por competências para o preenchimento de posições estratégicas, ampliando a transparência e a qualidade dos processos de escolha ao considerar competências técnicas e comportamentais dos candidatos. A metodologia já foi aplicada na seleção de 60 coordenadores regionais de educação e cerca de 100 outros gestores públicos. Essas experiências evidenciaram, entretanto, que muitos profissionais chegam à liderança com sólida formação técnica, mas sem preparação específica para os desafios de gestão, reforçando a importância de investir continuamente no desenvolvimento de competências gerenciais, como comunicação, gestão de equipes, tomada de decisão e coordenação organizacional.

Principais instrumentos	A Instrução Normativa SPGG nº 18/2025 regulamenta as ações de formação e desenvolvimento de lideranças na Administração Estadual. Entre as iniciativas estão o **Lidera RS**, voltado a servidores com alto potencial de liderança; a **Academia de Líderes**, destinada a gestores dos níveis tático e operacional; e a **Formação Executiva para Altas Lideranças**, direcionada à liderança sênior do Estado. Complementando essa estratégia, foi criado o **Onboarding de Lideranças**, oficina destinada a fortalecer as competências gerenciais de todos os profissionais que assumem posições de liderança. Em 2026, foi criada a **Rede in-PACTO**, que conecta participantes e egressos desses programas, fortalecendo a troca de experiências e a aprendizagem contínua. A iniciativa também disponibiliza um painel com os principais indicadores dos programas que compõem a Rede, evidenciando o alcance, a diversidade e os resultados do investimento permanente no desenvolvimento de lideranças no Governo do Rio Grande do Sul, disponível em: https://escoladegoverno.rs.gov.br/rede-in-pacto/.
Público-alvo e abrangência	**Rede in-PACTO** • 635 participantes ou egressos dos três programas de lideranças formam a Rede in-PACTO **Lidera RS** Formação para quem almeja ser líder, exclusiva para servidores efetivos • 120 horas de formação ao longo de 8 meses, com mentoria individual e coletiva; • 1 turma por ano, com 50 vagas; • 35 encontros semanais para aulas, além de pelo menos 6 encontros individuais de mentoria e 3 mentorias coletivas. **Academia de Líderes** Formação para lideranças de níveis intermediários (chefes de divisão, coordenadores regionais e diretores adjuntos). Abrange servidores efetivos e comissionados • 42 horas de formação ao longo de 4 meses, com aulas teóricas, oficinas práticas e aconselhamento profissional; • 4 turmas por ano, com 50 vagas cada; • 5 aulas, 3 oficinas e um curso EAD autoinstrucional. **Formação Executiva para Altas Lideranças** Planejado para a liderança sênior da administração estadual. Abrange servidores efetivos e comissionados • 45 horas aulas ofertadas; • Necessário cursar 12h mínimas para obtenção da certificação; • Uma turma por ano, com 200 vagas; • 17 encontros em apenas 7 meses. **Onboarding de Lideranças** Workshop com duração de 2 horas, aborda questões comportamentais e procedimentos de gestão de equipes no Gov RS • 235 lideranças concluintes
Beneficiários diretos	635 lideranças que participaram em alguma das edições dos programas.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Rede in-PACTO

- 635 participantes ou egressos dos três programas de lideranças formam a Rede in-PACTO
- 60% são mulheres
- 10% são pessoas autodeclaradas pretas ou pardas
- 75% são servidores efetivos

Lidera RS

- 147 lideranças participantes ou concluintes (2 turmas concluídas 2024 e 2025 e uma em realização em 2026)
- 61% são mulheres
- 15% são pessoas autodeclaradas pretas ou pardas
- 93% de satisfação na avaliação das atividades pelos alunos

Academia de Líderes

- 295 lideranças participantes ou concluintes (2 turmas concluídas em 2025 e uma em finalização nesse primeiro semestre de 2026)
- 63% são mulheres
- 9% são pessoas autodeclaradas pretas ou pardas
- 82% são servidores efetivos
- 88% de satisfação na avaliação das atividades pelos alunos

Formação Executiva para Altas Lideranças

- Participantes de 33 secretarias, órgãos e entidades estaduais
- 118 lideranças concluintes na primeira edição
- 55% são mulheres
- 5% são pessoas autodeclaradas pretas ou pardas
- 60% são servidores efetivos
- Mais de 95% de satisfação na avaliação das atividades pelos alunos

Onboarding de Lideranças

- 235 gestores capacitados, de 2025 a 2026, evidenciando capilaridade institucional e abrangência intersetorial

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Estão sendo planejadas as contratações e a abertura dos processos seletivos para as próximas turmas do Lidera RS, da Academia de Líderes e da Formação Executiva para Altas Lideranças.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Realização da seleção, divulgação dos selecionados, início dos percursos formativos com as respectivas aulas inaugurais.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 588.478,74 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 588.478,74 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 150.017,18 **Orçamento LOA 2027:** R$ 860.986,40 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre

Pontos críticos e riscos	Por serem consolidados, os programas sempre contam com alto número de inscrições. As aulas demandam que os gestores liberem os servidores para participação. Dessa forma, é importante que se mantenha o engajamento das lideranças no incentivo à participação e realização das aulas e atividades.
Recomendações	Seguir com o monitoramento dos resultados e avançar na metodologia para identificação das competências desenvolvidas.
Mais informações	Página do Lidera RS: https://escoladegoverno.rs.gov.br/liderars/ Página da Academia de Líderes: https://escoladegoverno.rs.gov.br/academia-de-lideres-2026-ed2/ Página da Formação Executiva para Altas Lideranças: https://escoladegoverno.rs.gov.br/altas-liderancas/ Página da Rede in-PACTO: https://escoladegoverno.rs.gov.br/rede-in-pacto/ Carta de serviços do Onboarding de Lideranças: https://gestaodepessoas.rs.gov.br/carta-de-servicos-onboarding-de-liderancas/ Artigo apresentado pela equipe da SUGEP no Consad 2024, em Brasília: https://www.even3.com.br/anais/xiii-congresso-consad-de-gestao-publica-433548/825331-desenvolvimento-de-novas-liderancas--um-compromisso-com-o-futuro

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
20121/2026	Lidera RS	Associação Centro de Estudos de Liderança Pública	330.141,02	01/04/2026 a 01/04/2027	Em andamento
20121/2026	Academia de Líderes- Formação	Associação Centro de Estudos de Liderança Pública	229.927,72	01/04/2026 a 01/04/2027	Em andamento
20949/2026	Academia de Líderes- Oficina Gestão do Desempenho	Govlab Desenvolvimento ltda	20.000,00	12/06/2026 a 12/06/2027	Em andamento
21457/2026	Mentoria Lidera RS	Specchio Desenvolvimento Humano Ltda	8.410,00	02/07/2026 a 02/07/2027	Em andamento

3. Recomposição da Força de Trabalho

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Recomposição da força de trabalho
Base legal	Lei nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994, Estatuto Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado. Lei nº 16.165, de 31 de julho de 2024, que instituiu a nova estrutura das carreiras transversais do Estado do Rio Grande do Sul e autorização a Contratação Integrada de Temporários. Instrução Normativa N.º 11/2024, alterada pela Instrução Normativa N.º 17/2024, estabelece a governança e diretrizes para a Contratação Integrada de Temporários - CIT
Unidade responsável	Departamento Central de Gestão de Pessoas – DEGEP
Objetivo	Recompor a força de trabalho, ampliando a capacidade operacional do Estado
Justificativa	Após a calamidade de 2024, uma seleção temporária extraordinária reforçou as equipes para atender às demandas da reconstrução. A **Contratação Integrada de Temporários (CIT)**, regulamentada pela Lei Estadual nº 16.165/2024, modelo inédito no Brasil, **viabilizou o provimento em larga escala de 2.052 vagas** e foi realizada por meio de uma contratação centralizada, concebida como alternativa às tradicionais seleções descentralizadas em cada órgão, tornando o processo mais célere e eficiente.
Principais instrumentos	A IN N.º 11/2024, alterada pela Instrução Normativa N.º 17/2024, estabeleceu as diretrizes para realização da CIT: • Definição dos papéis e responsabilidades a serem desempenhados por cada um dos participantes, tendo como órgão gestor a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, e como órgãos participantes todas as demais secretarias da administração direta com interessa em obter vagas de temporários; • Etapas do processo seletivo; • Assinatura do termo de adesão pelos participantes; • Constituição da Comissão Integrada de Seleção de Temporários; • Definição de edital a ser aplicado na seleção; • Ordem de prioridade entre órgãos e instituições participantes para fins de alocação dos ingressantes; • Forma e mecanismo de contratação dos selecionados.
Público-alvo e abrangência	Foram criadas 2.052 vagas temporárias, distribuídas em 53 especialidades, com alocação em 34 secretarias e órgãos. A seleção contou com 86.276 interessados e 56.259 inscrições homologadas.
Beneficiários diretos	34 secretarias e órgãos que fizeram a adesão à Contratação Integrada de Temporários - CIT.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

- **2.052** vagas temporárias | **53** especialidades | **34** secretarias e órgãos.
- **86.276** interessados e **56.259** inscrições homologadas | **27** candidatos por vaga.
- **8 meses** entre o início da adesão e o ingresso dos servidores temporários (antes os prazos variavam de 14 a 26 meses).
- **29%** dos temporários vieram de outros Estados, reforçando a **importância da reestruturação das carreiras transversais para maior atratividade** de talentos.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Durante o período defeso, não são permitidos desligamentos ou reposições dos servidores temporários. Assim, logo que esse período terminar, devem ser verificadas junto às secretarias e órgãos envolvidos as necessidades de desligamentos e reposições das vagas disponíveis para manutenção da força de trabalho.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Cada vaga possui o prazo autorizado por lei com duração de 24 meses, prorrogáveis por mais 24, conforme decisão da administração estadual. Dessa forma, como os primeiros contratos iniciaram em abril de 2025, antes de abril de 2027 deve ser feita a análise e deliberação sobre a renovação ou não dessas vagas.
Orçamento	A previsão orçamentária referente às despesas com servidores temporários é realizada de maneira centralizada, por meio da rubrica de gastos com pessoal vinculada ao Tesouro do Estado. No momento da efetiva execução da folha de pagamento, os valores necessários são transferidos às respectivas secretarias e órgãos, observando-se a demanda de cada unidade para custeio das contratações temporárias.
Pontos críticos e riscos	A deliberação sobre a prorrogação ou não das vagas é ponto de atenção para o início da gestão em razão do prazo de abril de 2027 ser limite para a prorrogação ou encerramento dos primeiros contratos de trabalho firmados.
Recomendações	Para que os servidores temporários sejam dispensados, é primordial a realização de um novo concurso público para provimento das vagas, pois há setores em que a maior parte da equipe é formada por temporários, principalmente nas áreas das engenharias, tecnologia da informação e médicos-peritos.
Mais informações	Artigo apresentado pela equipe da SUGEP no Consad 2025, em Brasília: https://www.even3.com.br/anais/xiv-congresso-consad-de-gestao-publica-539116/1244208-contratacao-integrada-de-temporarios--abordagem-unificada-para-conquistar-maior-eficiencia-economicidade-e-cele/ Página com as publicações relativas ao processo seletivo: https://planejamento.rs.gov.br/temporarios

	Página da banca realizadora da seleção: https://www.institutoaocp.org.br/concursos/621

4. Saúde, qualidade de vida e bem-estar do servidor

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Saúde, qualidade de vida e bem-estar do servidor
Base legal	Lei nº 10.098, de 3 de fevereiro de 1994, Estatuto Jurídico Único dos Servidores Civis do Estado
Unidade responsável	Departamento de Perícia Médica e Saúde do Trabalhador – DMEST
Objetivo	Valorizar os servidores por meio de políticas de saúde, bem-estar, atividade física e integração, com ações que ampliam o acesso aos serviços e qualificam o cuidado com quem trabalha no Estado.
Justificativa	O Estado enfrentava o desafio de promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores em um contexto de crescimento dos afastamentos por motivos de saúde. Além disso, o modelo de perícia médica era concentrado em Porto Alegre, exigindo deslocamentos de até 600 km de servidores de diferentes regiões do Estado e gerando dificuldades de acesso, custos e demora no atendimento. O processo também apresentava etapas burocráticas e baixa disponibilidade de informações gerenciais, limitando a capacidade do Estado de atuar de forma mais ágil, preventiva e orientada por evidências na gestão da saúde do servidor. Diante desse cenário, tornou-se necessária a implementação de ações integradas de promoção da saúde e qualidade de vida, associadas à modernização e regionalização dos serviços de perícia médica, ampliando o acesso, a eficiência e o cuidado com os servidores públicos.
Principais instrumentos	Foram estruturadas diversas ações integradas de valorização e promoção da saúde do servidor: • A Corrida do Servidor, criada em 2023, reúne mais de 2,5 mil participantes por edição, enquanto a Semana do Servidor alcança mais de 5 mil pessoas com uma programação diversificada. No Treino Tri, todos os 30 participantes da primeira edição concluíram a prova de 3 km da Corrida do Servidor, e o programa foi ampliado em 2026 para alcançar um número maior de servidores por meio de desafios digitais; • O CORES reúne atualmente 40 servidores de 16 secretarias e órgãos, fortalecendo a integração entre diferentes áreas da administração pública. Já a parceria com a Wellhub, implantada em 2024, alcançou mais de 30 mil servidores inscritos, ampliando o acesso a ferramentas de atividade física, saúde emocional, nutrição, meditação, sono e educação financeira; • Regionalização das Perícias Médicas: por décadas, o Estado **enfrentou um problema estrutural na realização das perícias médicas dos servidores**, marcado por capacidade de atendimento insuficiente,

	demanda reprimida e concentração dos serviços na Capital. A redução do quadro de médicos peritos ao longo dos anos agravou o acúmulo de solicitações e os tempos de espera, enquanto servidores do interior precisavam percorrer longas distâncias para realizar as avaliações. **Em 2025, o Estado passou a estruturar uma nova solução para enfrentar esse passivo,** com regionalização, ampliação da capacidade de atendimento e digitalização dos processos.
Público-alvo e abrangência	Todos os servidores estaduais.
Beneficiários diretos	Servidores atendidos por essas ações.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

- **Novo modelo de atendimento com perícias regionalizadas**, inédito no Brasil, viabilizado pela alteração da Lei nº 10.098/1994;
- **Descentralização das perícias** para diferentes regiões e digitalização de etapas do processo;
- **9 regiões atendidas**, reduzindo para até **50 km** o deslocamento de **59% dos servidores**, antes sujeitos a trajetos de até 600 km;
- **Mais agilidade:** prazo máximo de **13 dias úteis** para realização da perícia, a partir do primeiro dia de afastamento;
- **Qualificação da gestão das informações de saúde** e ampliação do acesso aos serviços periciais;
- Corrida do Servidor: com 4 edições, conta com +**2,5 mil** participantes por edição;
- Semana do Servidor: +**5 mil** pessoas alcançadas;
- Treino Tri: iniciativa em parceria com o Wellhub que oferece preparação e acompanhamento aos servidores para a Corrida do Servidor. **30** participantes em 2025 | previsão de **60** em 2026;
- Coral do Servidor (CORES): **40** servidores | **16** órgãos;
- Wellhub: plataforma de saúde e bem-estar com **+30 mil servidores inscritos**, oferecendo acesso a academias, estúdios e conteúdos de saúde.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Todas as ações estão em execução com atenção especial à regionalização das perícias que está sendo implantada em etapas atingindo novas secretarias e órgãos a cada quinzena.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Monitoramento e análise dos dados obtidos para implantação do sistema de gestão de informações sobre a saúde do servidor que irá conter dados epidemiológicos sobre os fatores que mais afetam a saúde e a qualidade de vida dos servidores estaduais.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$10.409.389,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 4.148.359,74. **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 310.700,00 **Orçamento LOA 2027:** R$ 20.691.323,00 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre

Pontos críticos e riscos	A regulamentação das perícias regionalizadas foi feita por meio de alteração da lei 10.098/1994. Contudo, de forma complementar, foram elaboradas minutas de Decreto e Instrução Normativa, que estão em apreciação e aguardam publicação.
Recomendações	Além de gerenciar os próximos passos da regionalização das perícias, será fundamental monitorar e tratar o passivo de perícias mais antigas que permanece na carga da equipe do Dmest. Também será relevante acompanhar os dados que epidemiológicos que serão gerados para avaliar a implementação de novas ações preventivas.
Mais informações	Carta de serviços das perícias médicas regionalizadas: https://gestaodepessoas.rs.gov.br/carta-de-servicos-regionalizacao-das-pericias-medicas/ Apresentação sobre a Corrida do Servidor: https://www.canva.com/design/DAHB4EU8QpM/knG8hdoy4EMColaoDvyGCQ/view?utm_content=DAHB4EU8QpM&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=uniquelinks&utlId=h7626544a21 Página sobre a parceria com o Wellhub: https://planejamento.rs.gov.br/wellhub

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
022555 / 2023	Coral	Cintia de Los Santos Alves	R$ 39.478,20	02/06/2027	ativo
020524 / 2023	Laudo de ingresso	Masterplan	R$ 519.075,00	15/05/2027	ativo
020321 / 2026	Perícias regionalizadas	Expermed	R$ 2.265.248,41	11/03/2027	ativo
021588 / 2026	Ingresso SEDUC	Ambiental	R$ 820.314,00	29/07/2027	ativo

Subsecretaria de Administração – SUAD

Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Subsecretaria de Administração (SUAD)
Site	https://planejamento.rs.gov.br/administracao
Endereço	Av. Borges de Medeiros, 1501, 1º andar – CAFF – Praia de Belas, Porto Alegre/RS.
Base legal	**Lei nº 15.934, de 1 de janeiro de 2023,** que dispõe sobre a estrutura administrativa e diretrizes do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. **Decreto nº 56.382, de 14 de fevereiro de 2022,** que dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (art. 3º, inc. VII). **Decreto nº 56.155, de 25 de outubro de 2021,** que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (art. 2º, inc. VII).
Competências legais	À Subsecretaria de Administração - SUAD - compete: I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades relacionadas à gestão de pessoas, ao orçamento, aos contratos, ao patrimônio, ao almoxarifado, ao protocolo, ao arquivo e à tecnologia da informação e comunicação, no âmbito da Secretaria; II - elaborar, em conjunto com o Gabinete e demais áreas técnicas, as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual da Secretaria; III - gerir a execução orçamentária e financeira da Secretaria, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a redução de custos; IV - atender as solicitações dos órgãos de controle interno e externo relacionadas às atribuições da Subsecretaria, bem como auxiliar, em conjunto com as demais áreas da Secretaria, na elaboração da tomada de contas do exercício; V - propor e avaliar planos de contratações transversais no âmbito da administração pública estadual, com vista à unificação de contratos e a transversalização dos serviços, a fim de garantir a agilidade, a economicidade e a eficiência à administração pública; VI - planejar, normatizar e gerir as contratações transversais que estejam sob a coordenação e a gestão da Secretaria; VII - planejar e acompanhar a execução de contratos administrativos internos da Secretaria, bem como normatizar a sua gestão e fiscalização; VIII - planejar, normatizar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à administração do Complexo Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul - CAE/RS, bem como disciplinar a distribuição e o uso do espaço físico do Complexo;

	IX - supervisionar e aprovar os projetos de engenharia e os projetos arquitetônicos referentes aos prédios públicos integrantes do CAE/RS, para a otimização e o melhor aproveitamento do espaço físico; X - propor diretrizes para a gestão do patrimônio mobiliário do Estado e administrar o Sistema informatizado de Administração do Patrimônio do Estado; XI - planejar, normatizar, coordenar e controlar a política de transporte oficial da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, com vista à inovação, à redução de custos e ao melhor aproveitamento da frota veicular; XII - promover o aperfeiçoamento contínuo dos processos administrativos eletrônicos no âmbito da Subsecretaria e na sua relação com as demais subsecretarias, as Assessorias e o Gabinete, a fim de otimizar recursos e trazer maior agilidade aos fluxos de trabalho; XIII - gerir a Escola de Educação Infantil do Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF; e XIV - executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário de Estado do Planejamento Governança e Gestão.
Número de servidores	**Total:** 1.150 • **Efetivos:** 92 • **Temporários:** 30 • **Cedidos:** 8 • **Terceirizados:** 977, sendo no CAE: 161 em limpeza e conservação; 73 em copeiragem; 25 em recepção/apoio administrativo; 125 em manutenção; e 49 em vigilância; e em Unidades do Tudo Fácil: 479 em apoio administrativo; 29 em limpeza e conservação; e 36 em vigilância. • **Comissionados:** 43
Departamentos	Departamento de Administração Local – DAL Departamento de Contratos Transversais – DECON Departamento de Gestão de Serviços do CAFF – DGCAE Departamento de Transporte do Estado – DTERS Departamento Central de Atendimento ao Cidadão – Tudo Fácil Assessoria de Administração

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. Revitalização das Fachadas do CAFF

Projeto de revitalização das fachadas externas do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), destinado à recuperação de patologias construtivas decorrentes do envelhecimento da edificação, como fissuras, infiltrações, desprendimento de concreto, corrosão de armaduras e problemas no sistema de drenagem dos aparelhos de ar-condicionado. A iniciativa envolveu inspeções técnicas, levantamentos, elaboração de projetos e orçamento, contratação da empresa executora e acompanhamento da execução da obra, em parceria com a Secretaria de Obras Públicas. A ação contribui para a recuperação da infraestrutura do principal centro administrativo do Estado, ampliando a segurança, a vida útil e a conservação do patrimônio público estadual.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Revitalização das Fachadas do CAFF

Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria de Obras Públicas - SOP
Objetivo	Revitalizar e recuperar as fachadas externas e das empenas curvas do CAFF, incluindo limpeza com jato de alta pressão, tratamento das patologias existentes como fungos, eflorescências, fissuras e desplacamentos, adequação das linhas de drenos do sistema de ar-condicionado e pintura das fachadas. Revitalização das rampas do prédio e as cortinas laterais, bem como das fachadas norte da Ala Sul e sul da Ala Norte, visando à recuperação das condições estéticas e funcionais das fachadas e estruturas externas do complexo, assegurando a conservação do patrimônio público, a mitigação de patologias construtivas, a ampliação da vida útil dos elementos da edificação e a melhoria das condições de segurança, acessibilidade e conforto para servidores e usuários. Adicionalmente, busca-se reduzir custos futuros com manutenções corretivas e preservar a adequada imagem institucional do CAFF.
Justificativa	Correção das patologias construtivas e aprimoramento das condições de segurança, conservação e durabilidade da edificação. Melhoria da infraestrutura e preservação do patrimônio público estadual.
Principais instrumentos	Contrato FPE nº 020109/2024 (PROA nº 21/1300-0004884-7).
Público-alvo e abrangência	A contratação beneficia diretamente os servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), bem como os cidadãos, fornecedores, prestadores de serviços e demais visitantes que circulam diariamente pelo complexo. Embora a intervenção esteja localizada no Município de Porto Alegre, seus benefícios possuem alcance estadual, uma vez que o CAFF abriga órgãos da administração central do Estado e concentra atividades essenciais de gestão e prestação de serviços públicos.
Beneficiários diretos	Servidores, estagiários e colaboradores, bem como o público externo que busca atendimento nos diversos órgãos alocados no CAFF.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

As intervenções realizadas no CAFF promoveram a modernização e qualificação da infraestrutura predial, com foco em segurança, acessibilidade, funcionalidade e preservação do patrimônio público. Além do impacto funcional, a recuperação das fachadas possui relevante importância urbanística e institucional, uma vez que o CAFF constitui um dos marcos arquitetônicos da cidade de Porto Alegre e um importante ponto de referência da paisagem urbana local. Nesse contexto, a revitalização das fachadas e estruturas externas contribui para a valorização do patrimônio público, para a qualificação da ambiência urbana do entorno e para o fortalecimento da imagem institucional do Estado perante a sociedade, evidenciando o compromisso com a adequada conservação dos bens públicos e com a eficiência da gestão pública.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerramento Obra concluída em 27/04/2026.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Não se aplica, obra concluída.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 869.793,46 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 869.793,46 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 869.793,46 **Orçamento LOA 2027: -** **Fonte do recurso:** 1181 – FEGEP
Pontos críticos e riscos	Não se aplica, pois a obra está concluída.
Recomendações	Realizar a lavagem periódica das fachadas, a fim de evitar o acúmulo de sujidades e de mofo.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO.pptx

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 020109/2024	Contratação de empresa para execução de serviço de revitalização das fachadas que compreende, além da pintura externa, a limpeza das janelas de vidro e das superfícies a serem pintadas, incluindo aplicação de fungicida, a restauração de pontos de fissura nas estruturas em concreto, dos pontos de infiltração nas alvenarias e esquadrias e execução de sistema de drenagem para os equipamentos de ar-condicionado do Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF e prédio anexo.	Plano M Construtora Ltda.	R$ 11.502.501,81	Contrato com vigência entre 18/03/2024 e 29/05/2026	Concluído, obra entregue.

2. Instalação do sistema de Linhas de Vida

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Instalação do Sistema de Linhas de Vida.
Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria de Obras Públicas - SOP.
Objetivo	Implantar infraestrutura permanente de segurança para trabalhos em altura nas fachadas do CAFF, garantindo condições adequadas para manutenção, limpeza e futuras intervenções no edifício. A entrega pretendida é a instalação do sistema de linha de vida em pontos estratégicos das fachadas, permitindo a realização segura e adequada dos serviços. As linhas de vida constituem equipamentos permanentes de proteção coletiva destinados a possibilitar a ancoragem segura dos trabalhadores durante a execução de atividades em altura. Sua instalação proporcionará maior segurança nas operações de manutenção, limpeza, inspeção e conservação das fachadas, reduzindo os riscos de acidentes e quedas, atendendo às normas de segurança do trabalho e assegurando condições adequadas para a realização periódica desses serviços ao longo da vida útil da edificação. Com a implantação desse sistema, busca-se aumentar a eficiência e a segurança das futuras intervenções nas fachadas do prédio, promovendo a preservação do patrimônio público, a proteção dos trabalhadores envolvidos e a redução de riscos operacionais associados às atividades de manutenção predial.
Justificativa	A manutenção e continuidade desse investimento são essenciais para garantir a segurança dos trabalhadores que executam serviços em altura, preservar as condições estruturais e estéticas das fachadas do CAFF e assegurar a realização periódica de manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos e na edificação.
Principais instrumentos	Contrato FPE nº 021572/2023 (PROA nº 22/1300-0007064-3).
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF.
Beneficiários diretos	A contratação beneficiará diretamente as equipes responsáveis pelos serviços de manutenção, limpeza e inspeção das fachadas do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), proporcionando condições adequadas de segurança para a execução de trabalhos em altura. Indiretamente, beneficiará servidores, terceirizados, estagiários e demais usuários do complexo, ao viabilizar a conservação contínua da edificação e a redução de riscos nas atividades de manutenção.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Implantação de sistema permanente de linha de vida nas fachadas do CAFF, destinado a garantir condições adequadas de segurança para a execução de trabalhos em altura, especialmente serviços de manutenção dos aparelhos de ar-condicionado, limpeza, recuperação e pintura das fachadas. A iniciativa proporciona maior segurança aos trabalhadores, viabiliza futuras intervenções na edificação e contribui para a adequação às normas de segurança aplicáveis.

As linhas de vida constituem equipamentos permanentes de proteção coletiva destinados a possibilitar a ancoragem segura dos trabalhadores durante a execução de atividades em altura. Sua instalação proporciona maior segurança nas operações de manutenção, limpeza, inspeção e conservação das fachadas, reduzindo os riscos de acidentes e quedas, atendendo às normas de segurança do trabalho e assegurando condições adequadas para a realização periódica desses serviços ao longo da vida útil da edificação. Com a implantação desse sistema, aumenta-se a eficiência e a segurança das futuras intervenções nas fachadas do prédio, promovendo a preservação do patrimônio público, a proteção dos trabalhadores envolvidos e a redução de riscos operacionais associados às atividades de manutenção predial.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerramento **Descrição da etapa:** Não se aplica, obra concluída.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Não se aplica, obra concluída.
Orçamento	Não há previsão orçamentária em razão de que a obra se encontra concluída.
Pontos críticos e riscos	Não se aplica, obra concluída.
Recomendações	Não se aplica, obra concluída.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO.pptx

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
FPE 021572/2023	Contratação de empresa para execução de projeto, dimensionamento dos equipamentos da linha de vida, bem como o fornecimento e instalação dos materiais em todos os pavimentos das fachadas do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).	Plano M Construtora Ltda.	R$ 1.469.795,47	Início em 27/11/2023 e conclusão em 31/10/2024.	Encerrado.

3. Revitalização do 21º andar do CAFF

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Revitalização do 21° andar do CAFF.
Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Objetivo	Adequar e modernizar o 21º andar do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), proporcionando ambientes mais funcionais, eficientes e compatíveis com as necessidades do Gabinete do Governador, do Gabinete do Vice-Governador, da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), da Casa Civil e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). A intervenção compreende a reforma e readequação do layout do pavimento, incluindo as alas norte e sul, banheiros, copas e demais ambientes previstos em projeto, bem como a reestruturação da Sala de Governança, com a instalação de plataforma de multimídia completa de áudio e vídeo, visando qualificar a infraestrutura tecnológica e adequar o espaço aos diferentes formatos de utilização e às demandas das agendas institucionais. O projeto contempla ainda a modernização do sistema de climatização, mediante a substituição dos equipamentos do tipo split por uma solução mais eficiente e sustentável, proporcionando maior eficiência energética, melhor desempenho operacional e redução dos impactos visuais causados pelas unidades externas instaladas nas fachadas do edifício. Como resultado, busca-se qualificar os ambientes de trabalho e de governança, ampliando sua funcionalidade, flexibilidade e capacidade de atendimento às necessidades dos órgãos envolvidos.
Justificativa	A requalificação do 21º andar justifica-se pela necessidade de adequar a infraestrutura física e tecnológica dos espaços ocupados pelo Gabinete do Governador, Gabinete do Vice-Governador, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), Casa Civil e Procuradoria-Geral do Estado (PGE), de modo a atender às demandas institucionais contemporâneas. A intervenção modernizou ambientes que estavam defasados, melhorando as condições de trabalho, ampliando a integração entre equipes e qualificando os espaços destinados à governança e à tomada de decisões estratégicas. Além disso, a atualização do sistema de climatização e da infraestrutura multimídia contribui para maior eficiência operacional, sustentabilidade, conforto dos usuários e adequação dos ambientes às necessidades de reuniões, videoconferências e eventos institucionais, agregando maior funcionalidade e valor ao patrimônio público estadual.
Principais instrumentos	Contrato FPE nº 022303/2024 (PROA nº 23/1300-0002314-4).

Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF.
Beneficiários diretos	A intervenção beneficia diretamente os servidores, colaboradores, autoridades e demais usuários que desempenham suas atividades no 21º andar do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), abrangendo os espaços ocupados pelo Gabinete do Governador, Gabinete do Vice-Governador, Casa Civil, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) e Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Considerando o papel estratégico do CAFF como principal centro administrativo do Estado e a relevância institucional dos órgãos instalados no pavimento objeto da reforma, o projeto possui alcance transversal sobre a administração pública estadual, qualificando os ambientes utilizados para atividades de governança, coordenação, planejamento, tomada de decisão e articulação institucional. A modernização dos espaços, da infraestrutura tecnológica e dos sistemas prediais contribuirá para melhorar as condições de trabalho, ampliar a eficiência operacional e proporcionar melhores condições para o atendimento das demandas governamentais e da sociedade.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Reforma do 21º andar do CAFF para atender às necessidades funcionais e administrativas do Gabinete do Governador, do Gabinete do Vice-Governador, da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), da Casa Civil e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). A iniciativa contempla a elaboração de projeto arquitetônico, definição das intervenções, especificações técnicas, orçamento e contratação da reforma, com previsão de modernização dos ambientes e alteração do layout.

Obra concluída em junho de 2025. Serviços executados: substituição dos pisos, montagem das paredes em drywall, reforma integral dos banheiros e das copas, substituição dos vidros das fachadas e das borrachas de vedação, além da execução das instalações elétricas e do novo sistema de climatização. A modernização dos espaços, da infraestrutura tecnológica e dos sistemas prediais contribui para a melhoria das condições de trabalho, ampliação da eficiência operacional e proporciona melhores condições para o atendimento das demandas governamentais e da sociedade.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização e execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC). Além disso, encontra-se em fase de contratação a empresa para a prestação de serviço associado de sistema profissional

	integrado de visualização de grande formato (plataforma multimídia completa de áudio e vídeo) para a Sala de Governança.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Celebração do contrato e emissão da Ordem de Início dos Serviços à empresa vencedora do Pregão Eletrônico nº 9235/2026, cujo objeto é a plataforma multimídia completa de áudio e vídeo para a Sala de Governança.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** - **Orçamento empenhado até ago/2026:** - **Orçamento liquidado até ago/2026:** - **Orçamento LOA 2027:** R$ 124.779,72 **Fonte do recurso:** 1181 – FEGEP Considerando que se trata de recurso do FEGEP, o saldo de empenho não é estornado de um exercício para o outro. Assim, as liquidações do exercício vigente foram executadas no empenho de 2025, razão pela qual não há previsão na LOA 2026.
Pontos críticos e riscos	Como ponto crítico para a sustentabilidade da solução implantada, destaca-se a necessidade de manutenção contínua do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) do sistema de climatização instalado. A execução tempestiva e adequada das atividades de manutenção preventiva, corretiva e de monitoramento das condições operacionais dos equipamentos é essencial para assegurar o desempenho, a eficiência energética e a vida útil do sistema. Adicionalmente, o cumprimento do PMOC constitui requisito para a preservação das condições de garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo pode alcançar até 5 (cinco) anos. Dessa forma, a descontinuidade ou a execução inadequada dos serviços de manutenção poderá implicar riscos operacionais, redução da vida útil dos ativos, aumento dos custos de manutenção e eventual perda da cobertura de garantia contratual.
Recomendações	Manutenção contínua do PMOC do sistema de climatização instalado, essencial para assegurar o desempenho, a eficiência energética e a vida útil do sistema. Acompanhar a execução do contrato referente à prestação de serviço associado de sistema profissional integrado de visualização de grande formato (plataforma multimídia completa de áudio e vídeo) para a Sala de Governança.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO ppt.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**

FPE 022303/2024	Contratação de empresa para realização de obra e serviços de engenharia de reforma integral do 21º pavimento do Centro Administrativo Fernando Ferrari.	S. Teixeira Construtora Ltda.	R$ 3.377.078,96	Prorrogado até 09/08/2027	Em execução parcela contratual relativa aos serviços de manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Climatização e à execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC.

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300-0001045-6	Contratação para o fornecimento e a prestação de serviço associado de sistema profissional integrado de visualização de grande formato, consistindo em plataforma multimídia completa de áudio e vídeo, abrangendo a integração completa de hardware e software, serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte técnico, operação assistida, capacitação técnica e garantia, sob o regime de aquisição, para a Sala de Governança.	Homologado o Pregão Eletrônico nº 9235/2026. A contratação encontra-se em fase de instrução.	Contratação e emissão da Ordem de Início dos Serviços.

4. Adequação de Acessibilidade do CAFF

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Obra de acessibilidade do CAFF
Base legal	Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. ABNT NBR 9050 - Norma Técnica Brasileira de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Não se aplica.
Objetivo	O objetivo da obra foi promover a adequação da acessibilidade do prédio do CAFF, assegurando que seus acessos e ambientes atendam às necessidades das pessoas com deficiência e estejam em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes.

	Para tanto, foram instalados pisos táteis em todos os acessos de pedestres ao prédio e nas áreas de circulação interna, especialmente no entorno dos elevadores, de modo a orientar e proporcionar maior segurança aos usuários com deficiência visual. Além disso, foram executadas a instalação e a adequação de rampas de acesso e de guarda-corpos, visando garantir condições adequadas de circulação, mobilidade e segurança aos usuários.
Justificativa	O processo foi instaurado em razão da necessidade de adaptar os acessos da edificação às normas de acessibilidade, incluindo os projetos arquitetônicos e demais elementos técnicos indispensáveis à execução da obra e à realização do processo licitatório. A iniciativa decorre de demanda acompanhada pelo Ministério Público Estadual, por meio de inquérito civil.
Principais instrumentos	Contrato nº 020114/2023 (PROA nº 22/1300-0006053-2).
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), bem como os cidadãos, fornecedores, prestadores de serviço e demais visitantes que acessam o complexo administrativo. Considerando que o CAFF concentra diversos órgãos da Administração Pública Estadual e recebe diariamente um grande fluxo de servidores e usuários dos serviços públicos, as melhorias de acessibilidade ampliam o acesso da população aos serviços prestados pelo Estado, promovendo a igualdade de oportunidades e a eliminação de barreiras arquitetônicas no ambiente institucional.
Beneficiários diretos	As intervenções realizadas beneficiam especialmente as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida, assegurando condições mais adequadas de acesso, circulação, orientação e utilização dos espaços, com maior autonomia, segurança e inclusão.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Substituição do sistema de guarda-corpos da passarela que interliga o Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) e o prédio Anexo, que abriga a sede da Secretaria de Educação (SEDUC) e a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), e execução da adequação dos guarda-corpos das rampas e da acessibilidade dos acessos ao prédio principal do CAFF.

A iniciativa buscou eliminar barreiras de acesso, proporcionar condições adequadas de circulação e assegurar maior inclusão, segurança e autonomia aos usuários da edificação. Para tanto, foram instalados pisos táteis em todos os acessos de pedestres ao prédio e nas áreas de circulação interna, especialmente no entorno dos elevadores, de modo a orientar e proporcionar maior segurança aos usuários com deficiência visual. Além disso, foram executadas a instalação e a adequação de rampas de acesso e de guarda-corpos, visando garantir condições adequadas de circulação, mobilidade e segurança aos usuários.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerramento **Descrição da etapa:** Obra concluída.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Não se aplica, obra concluída.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026: -** **Orçamento empenhado até ago/2026: -** **Orçamento liquidado até ago/2026: -** **Orçamento LOA 2027: -** **Fonte do recurso: -**
Pontos críticos e riscos	Não se aplica, obra concluída.
Recomendações	Não se aplica, obra concluída.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO ppt.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 020114/2023	Contratação de empresa para prestação de serviços de substituição do sistema de guarda-corpos existentes na passarela entre o prédio do CAFF e o prédio da SEDUC e execução da adequação dos guarda-corpos das rampas e da acessibilidade dos acessos ao prédio principal do CAFF – Centro Administrativo Fernando Ferrari.	R &R Estruturas Metálicas Ltda.	R$ 765.923,11	Início em 05/06/2023 e finalizado em 30/11/2023	Encerrado.

5. Reforma do Auditório do CAFF

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Reforma do Auditório do CAFF
Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Objetivo	A reforma do Auditório do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) compreendeu a modernização integral de suas instalações, com a substituição de pisos, renovação de

	acabamentos e requalificação dos ambientes, proporcionando maior qualidade estética, funcionalidade e conforto aos usuários. As intervenções incluíram ainda a instalação de revestimentos acústicos, visando aprimorar as condições de sonorização e inteligibilidade dos eventos realizados no espaço, bem como a substituição integral das poltronas, compatibilizando o uso do espaço com acomodações destinadas a grandes auditórios, a revitalização do tablado e a modernização dos equipamentos audiovisuais, com destaque para a implantação de painel de LED de alta definição. O projeto contemplou, também, adequações voltadas à acessibilidade, garantindo melhores condições de acesso, circulação e utilização do auditório por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Complementarmente, foi construído um novo foyer, ampliando a capacidade de recepção e convivência dos usuários, qualificando o espaço para realização de eventos institucionais, capacitações, reuniões e demais atividades promovidas pelos órgãos sediados no CAFF.
Justificativa	Necessidade de modernização e requalificação de um espaço estratégico para a realização de eventos institucionais, capacitações, reuniões e atividades da Administração Pública Estadual.
Principais instrumentos	Os projetos de arquitetura e engenharia da reforma foram elaborados pela equipe técnica do Departamento de Gestão de Serviços do CAE, enquanto a execução da obra ocorreu predominantemente por meio da mão de obra própria da equipe de manutenção do CAFF. A fabricação de parte do mobiliário foi realizada pela Marcenaria do Estado, sendo os demais móveis adquiridos por meio de processo específico. Da mesma forma, os equipamentos e recursos tecnológicos incorporados ao auditório foram objeto de especificação técnica e aquisição em processos próprios, possibilitando a modernização completa do espaço com observância aos requisitos de funcionalidade, acessibilidade e qualidade necessários ao atendimento das atividades institucionais desenvolvidas no CAFF.
Público-alvo e abrangência	A reforma do Auditório do CAFF tem como público-alvo os servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos órgãos instalados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como autoridades, palestrantes, representantes de entidades e cidadãos que participam de eventos, capacitações, reuniões e demais atividades institucionais realizadas no local. A abrangência da intervenção estende-se a toda a comunidade que utiliza o espaço, com destaque para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, beneficiadas pelas adequações de acessibilidade implementadas.
Beneficiários diretos	Os beneficiários diretos da reforma são os servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados que utilizam o Auditório do CAFF, bem como os participantes de eventos, reuniões e capacitações realizados no local.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

As melhorias promovidas ampliam a qualidade, a segurança, o conforto e a inclusão no ambiente, fortalecendo a capacidade do auditório de atender às demandas da Administração Pública Estadual e de acolher, de forma adequada e acessível, os diversos públicos que frequentam o CAFF.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerramento **Descrição da etapa:** Intervenções concluídas.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Não se aplica.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026: -** **Orçamento empenhado até ago/2026: -** **Orçamento liquidado até ago/2026: -** **Orçamento LOA 2027: -** **Fonte do recurso: -**
Pontos críticos e riscos	Não se aplica, intervenções concluídas.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO ppt.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 02730/2025	Aquisição de um conjunto PAINEL DE LED – Altura mínima: 1,92 M; Altura máxima: 2,20 M; Acompanhado de painel com moldura MDF e acessórios.	Microsens S/A.	R$ 120.270,00	De 30/12/2025 a 01/03/2026.	Encerrado.
FPE 021576/2024	Aquisição de bens da família 0320-móveis/estofados/componentes em geral: 203 Poltronas - auditório padrão retrátil, braço intercalado, encosto fixo, acabamento em madeira; 2 Poltronas - auditório PMR retrátil, encosto fixo, madeira compensada; 2 Poltronas - auditório - pessoa obesa (retrátil) encosto compensado fixo madeira.	Studio Office Mobiliário Corporativo Ltda.	R$ 436.700,00	De 31/07/2024 a 30/08/2024.	Encerrado.

6. Implementação da Sala Rio Grande

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Implementação da Sala Rio Grande.
Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Não se aplica.
Objetivo	A implantação da Sala Rio Grande ocorreu por meio da elaboração de projetos técnicos, execução de adequações físicas pela equipe de manutenção do CAFF, produção e aquisição de mobiliário e contratação de sistema audiovisual completo, incluindo instalação, configuração, testes e

	treinamento. Essas ações possibilitaram a estruturação de um ambiente moderno e adequado às reuniões estratégicas da alta administração estadual.
Justificativa	Necessidade de dotar o Governo do Estado de um espaço apropriado para a realização de reuniões estratégicas, deliberações de alta gestão e atividades de coordenação entre o Governador e os Secretários de Estado. A criação de um ambiente especialmente projetado para esse fim, aliado à incorporação de recursos audiovisuais modernos e integrados, visa proporcionar maior eficiência, qualidade e segurança às comunicações institucionais, bem como ampliar a capacidade de realização de reuniões presenciais e por videoconferência. A iniciativa contribui para o fortalecimento dos processos de governança e tomada de decisão, assegurando infraestrutura compatível com as demandas atuais da Administração Pública Estadual.
Principais instrumentos	Contrato nº 021606/2026 (PROA nº 25/1300-0009483-2).
Público-alvo e abrangência	A Sala Rio Grande tem como público-alvo o Governador do Estado, os Secretários de Estado, dirigentes, gestores e demais autoridades que participam de reuniões estratégicas, deliberações e atividades de coordenação da Administração Pública Estadual. A abrangência da iniciativa compreende o suporte às ações de governança, planejamento e tomada de decisão do Governo do Estado, proporcionando infraestrutura adequada para reuniões presenciais e por videoconferência, além de qualificar a articulação institucional entre os diversos órgãos e entidades da administração estadual.
Beneficiários diretos	Governador, Vice-Governador, Secretariado e demais autoridades.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A implementação da Sala Rio Grande resultou na disponibilização de um ambiente moderno, funcional e tecnologicamente equipado para a realização de reuniões estratégicas da alta administração estadual. As principais entregas compreenderam as adequações físicas do espaço, a disponibilização de mobiliário e a implantação de sistema audiovisual integrado, incluindo instalação, configuração, testes e treinamento.

A iniciativa fortalece a governança, a articulação institucional e a tomada de decisão, proporcionando melhores condições para reuniões presenciais, virtuais e híbridas entre autoridades e gestores. Além disso, contribui para a eficiência administrativa, a otimização do tempo, a redução da necessidade de deslocamentos e a disponibilização de infraestrutura permanente e adequada às atividades estratégicas do Governo do Estado.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Acompanhamento da execução do contrato de fornecimento dos equipamentos do sistema audiovisual.

Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:**
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 1.930.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 1.930.000,00 **Orçamento liquidado até ago/2026:** - **Orçamento LOA 2027:** - **Fonte do recurso:** 0001 - Tesouro
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO.pptx

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
FPE 021606/2026	Contratação de empresa para prestação de serviço e fornecimento de equipamento para vídeo conferência e sonorização com microfones para sala de conferência localizada no 11° andar do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), abrangendo a aquisição, instalação, configuração, testes e treinamento.	Wave Tecnologias em Sistemas Audiovisuais Ltda.	R$ 1.930.000,00	De 07/08/2026 a 06/10/2026.	Vigente.

7. Heliponto

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Revitalização do Heliponto do CAFF
Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Objetivo	Viabilizar a implantação e a regularização do Heliponto do Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF, mediante a adequação da infraestrutura existente às exigências técnicas, operacionais e normativas aplicáveis, a execução das intervenções necessárias e a obtenção das autorizações dos órgãos competentes, assegurando sua utilização segura em operações institucionais, de emergência, resgate, defesa civil e apoio logístico.
Justificativa	Implantação e regularização do Heliponto do Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF, compreendendo a revisão dos projetos, a avaliação das condições da infraestrutura existente, a correção das pendências técnicas e a execução das intervenções necessárias, bem como a obtenção das autorizações perante a ANAC, o DECEA e os demais órgãos competentes. A conclusão do heliponto permitirá sua utilização segura e regular em operações institucionais, de emergência, resgate, defesa civil e apoio logístico, fortalecendo a capacidade

	de resposta do Estado e contribuindo para a modernização e qualificação da infraestrutura do CAFF. A implantação e a regularização do Heliponto do CAFF justificam-se pela necessidade de dotar o principal complexo administrativo do Estado de infraestrutura aeronáutica segura, adequada às normas técnicas e apta à operação regular. A estrutura ampliará a capacidade de resposta governamental em situações de emergência e calamidade, possibilitando operações de resgate, defesa civil, transporte de autoridades e apoio logístico. Sua localização estratégica também favorecerá a agilidade na coordenação de crises, especialmente em situações que comprometam a mobilidade terrestre, fortalecendo a continuidade da atuação governamental, a segurança institucional e a modernização da infraestrutura pública estadual.
Principais instrumentos	Contrato.
Público-alvo e abrangência	Governador do Estado, Vice-Governador, autoridades, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar, entre outros.
Beneficiários diretos	Governador do Estado, Vice-Governador, autoridades, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar, entre outros.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Revitalização e adequação do heliponto do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), conforme normas da ANAC e do DECEA, incluindo os projetos técnicos e administrativos necessários para homologação, além da recuperação dos acabamentos da circulação a partir do elevador executivo do 22º pavimento e da execução de uma sala de espera no 23º pavimento.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Contrato aditado para prorrogação do prazo, em razão de inconformidades técnicas identificadas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** revisão dos projetos pelo Escritório de Engenharia Terceirizado e execução da obra com as respectivas adequações, para, então, submeter à aprovação da ANAC.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** - **Orçamento empenhado até ago/2026: -** **Orçamento liquidado até ago/2026: -** **Orçamento LOA 2027:** R$ 700.000,00 **Fonte do recurso:** 1181 – FEGEP O empenho que subsidiou o contrato foi realizado em 2025 e, por se tratar de recurso do FEGEP, não precisou ser estornado, razão pela qual não necessitou de recurso da LOA de 2026.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO ppt.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
FPE 023732/2025	Contratação de empresa para execução de obra de revitalização e adequação do heliponto do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).	Unique Construtora Ltda.	R$ 1.187.900,00	Aditivo de prazo, de15/05/2026 a 14/12/2026.	Vigente.

8. Adequação dos Sanitários do CAFF

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Adequação dos Sanitários do CAFF.
Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	
Objetivo	Adequar e modernizar os sanitários do Complexo Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), promovendo a melhoria das condições de infraestrutura, funcionalidade, segurança, acessibilidade e conforto dos ambientes.
Justificativa	Ação voltada à melhoria e à modernização das instalações sanitárias do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), mediante intervenções destinadas à adequação da infraestrutura física, à melhoria das condições de utilização e à qualificação dos ambientes. A iniciativa integra o conjunto de ações de manutenção, recuperação e modernização da infraestrutura do complexo, contribuindo para a melhoria das condições de uso pelos servidores, colaboradores e demais usuários do edifício, bem como para a preservação e valorização do patrimônio público. Ao longo dos anos, as instalações sanitárias da edificação foram objeto de intervenções realizadas em diferentes períodos e sob distintos padrões construtivos, resultando em ambientes com diferentes níveis de conservação, acabamento, equipamentos e soluções técnicas. Embora parte dos sanitários já tenha sido reformada, permanecem ambientes que demandam intervenção para a adequação das condições de uso, funcionalidade, segurança, acessibilidade e padronização. Nesse período, a equipe de manutenção do CAFF realizou intervenções pontuais e preventivas, especialmente nos sanitários que apresentavam maior desgaste ou demandavam atendimento mais imediato, com o objetivo de preservar suas condições de funcionamento e uso. Essas ações contribuíram para mitigar problemas específicos e assegurar a continuidade da utilização

	dos ambientes, até que possam ser contemplados por intervenções de caráter mais abrangente. Entretanto, tais intervenções, embora necessárias e relevantes para a conservação e manutenção das condições de funcionamento das instalações, não solucionam de forma integrada as deficiências existentes, especialmente em razão da interdependência entre os diversos componentes e sistemas prediais envolvidos. A manutenção isolada de determinados elementos tende a resultar na necessidade de intervenções sucessivas, além de dificultar a uniformização das soluções adotadas e a obtenção de padrões adequados de desempenho e conservação. Nesse contexto, mostra-se necessária uma abordagem planejada e integrada para a modernização dos sanitários ainda não contemplados, de modo a compatibilizar as soluções de infraestrutura, instalações, acabamentos, equipamentos e acessibilidade. A medida busca proporcionar maior funcionalidade e segurança aos ambientes, racionalizar futuras ações de manutenção e promover maior uniformidade entre as instalações sanitárias do complexo.
Principais instrumentos	Contrato.
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF.
Beneficiários diretos	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como o público externo que busca atendimento nas diversas Secretarias sediadas no CAFF.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Padronização dos sanitários do CAFF e a adequação de suas instalações às condições de uso, segurança e funcionalidade, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas e proporcionando maior confiabilidade e durabilidade aos sistemas e componentes implantados.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [X] em contratação [ ] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** encontra-se na fase de licitação a contratação de empresa especializada para a execução de obra de adequação das instalações hidrossanitárias, elétricas, exaustão e arquitetônicas no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), contemplando a reforma completa dos sanitários masculinos e femininos do térreo ao 6° andares e do 13° ao 20° andares, bem como adaptações de acessibilidade.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Conclusão do procedimento licitatório, homologação e contratação. O prazo previsto de execução da obra é de 270 (duzentos e setenta) dias, contados emissão da Ordem de Início de Serviços.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 2.497.927,20 **Orçamento empenhado até ago/2026:** -

	Orçamento liquidado até ago/2026: - **Orçamento LOA 2027:** R$ 300.000,00 **Fonte do recurso:** 1181 – FEGEP
Pontos críticos e riscos	A nova gestão deverá acompanhar e observar o cumprimento dos prazos das etapas pendentes do processo, especialmente a contratação da empresa, a emissão da ordem de início dos serviços, a execução da obra e as etapas de fiscalização e recebimento.
Recomendações	O monitoramento tempestivo dessas fases é essencial para as adequações.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO ppt.

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300-0001896-1	Contratação de empresa especializada para a execução de obra de adequação das instalações hidrossanitárias, elétricas, exaustão e arquitetônicas no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), contemplando a reforma completa dos sanitários masculinos e femininos do térreo ao 6° andares e do 13° ao 20° andares, bem como adaptações de acessibilidade, em conformidade com as normas vigentes.	Em licitação.	Homologação e contratação.

9. Implantação do PPCI - CAFF

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI) do Centro Administrativo Fernando Ferrari.
Base legal	Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, que estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção Contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do SUL – CBM/RS.
Objetivo	Promover a regularização e a adequação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), por meio da implementação e modernização dos sistemas de prevenção, detecção, alarme e combate a incêndio, em conformidade com as normas técnicas vigentes e com as exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

	As intervenções visaram a ampliar a segurança dos servidores, trabalhadores terceirizados, usuários e visitantes do complexo, proteger o patrimônio público e viabilizar a obtenção do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI), assegurando a continuidade das atividades administrativas desenvolvidas no complexo.
Justificativa	O CAFF apresentava necessidade de implantação e adequação do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI), incluindo a instalação e regularização de sinalização de emergência, extintores, portas corta-fogo e sistemas de compartimentação, em atendimento às normas vigentes de segurança contra incêndio. A ausência dessas adequações comprometia a conformidade legal da edificação, a segurança de servidores e usuários e a regularização do complexo e foi objeto de Ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público do Estado, para adequação às normas. O sistema de detecção e alarme de incêndio encontrava-se parcialmente inoperante em razão da ausência de manutenções periódicas desde sua implantação. Detectores de fumaça, detectores de temperatura e acionadores manuais apresentavam falhas, inclusive decorrentes da necessidade de substituição de baterias. Embora tenha sido realizada manutenção básica em 2021, a intervenção não foi suficiente para restabelecer integralmente o funcionamento do sistema, permanecendo necessária sua adequação, ampliação e ativação. Também foram identificadas inadequações nos sistemas de prevenção e combate a incêndio, no Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) e na iluminação de emergência, que se encontravam desatualizados ou em desconformidade com as normas vigentes. Somava-se a isso a necessidade de remoção de para-raios radioativos obsoletos e de adequação da edificação às exigências do PPCI para obtenção do APPCI. Esse conjunto de inadequações representava riscos à segurança dos ocupantes, à preservação do patrimônio público e à continuidade dos serviços prestados pelo Estado, evidenciando a necessidade de intervenções estruturantes para regularização e aumento da segurança do complexo. A implantação do PPCI foi estruturada em diferentes fases e processos de contratação, de forma a permitir a execução coordenada de intervenções complementares necessárias à adequação da edificação às exigências de segurança contra incêndio. A **Fase 1** compreendeu a instalação de portas corta-fogo, extintores de incêndio, sinalização de emergência e luminárias de emergência, medidas destinadas especialmente à proteção das rotas de fuga, orientação dos ocupantes e disponibilização de recursos para resposta inicial a situações de incêndio. A **Fase 2** contemplou a implantação do sistema de alarme e detecção de incêndio, destinado à identificação e comunicação

	tempestiva de ocorrências, possibilitando maior rapidez no acionamento dos procedimentos de emergência e evacuação da edificação. Por sua vez, a **Fase 3** abrangeu a adequação do sistema de hidrantes e do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), complementando a infraestrutura de proteção do complexo e fortalecendo as condições de resposta a incêndios e de proteção da edificação.
Principais instrumentos	**Fase 1:** Contrato FPE nº 021060/2023 (PROA nº: 22/1300-0008715-5). **Fase 2:** Contrato FPE nº 022791/2023 (PROA nº 23/1300-0002245-8). **Fase 3:** Contrato FPE nº 024168/2025 (PROA nº 25/1300-0007113-1).
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF.
Beneficiários diretos	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como o público externo que busca atendimento nas diversas Secretarias sediadas no CAFF.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Estruturação completa do processo para implantação do PPCI do CAFF, permitindo a obtenção do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI).

A execução das três fases do PPCI configura uma intervenção integrada de modernização da infraestrutura de segurança do CAFF, na qual cada etapa atende a componentes específicos e complementares do PPCI. No conjunto, os processos analisados no legado da gestão representam investimento total de R$ 4.904.130,72, contemplando serviços, equipamentos e adequações relacionados às medidas previstas no plano. A conclusão dessas intervenções representa avanço relevante na regularização e atualização dos sistemas de prevenção e proteção contra incêndio do complexo, contribuindo para reduzir riscos, ampliar a segurança dos servidores e demais usuários, preservar o patrimônio público e proporcionar melhores condições para a continuidade das atividades administrativas desenvolvidas no CAFF. O Certificado de aprovação do PPCI Nº A00040117AD001 foi emitido em 16/09/26.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento Descrição da etapa: Em razão da complexidade das adequações necessárias, o projeto foi realizado em três etapas. As Fases 1 e 2 encontram-se concluídas. A Fase 3 está na etapa de emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Com a emissão do Certificado de aprovação do PPCI Nº A00040117AD001 em 16/09/26, agendou-se a vistoria técnica para obtenção do Alvará do Plano de Proteção e Prevenção Contra Incêndio.

Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 4.713.072,56 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 1.565.097,17 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 1.462.852,78 **Orçamento LOA 2027: -** **Fonte do recurso:** FEGEP
Pontos críticos e riscos	Ação Civil Pública nº 5026525-18.2013.8.21.0001/RS, proposta pelo Ministério Público em face do Estado do Rio Grande do Sul, cujo objeto refere-se ao PPCI do prédio do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).
Recomendações	Manter a observância às diretrizes do Caderno de Especificações Técnicas - Padrões de Layout CAFF elaborado pela área de engenharia da Subsecretaria de Administração. Além disso, orienta-se que seja evitada a constante alteração de layouts internos no CAFF, face à apresentação das plantas ao Corpo de Bombeiros Militar.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO.pptx

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
FPE 021060/2023	Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação de medidas de PPCI nos prédios do complexo do Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF.	Spader Engenharia Ltda. EPP.	R$ 720.715,20	Encerrado.	Concluído.
FPE 022791/2023	Contratação de empresa para a prestação de serviços com mão de obra especializada para adequação, instalação, ativação e garantia de 2 anos, com fornecimento de peças (baterias e fontes), de equipamentos que compõem o sistema de alarme e detecção de incêndio do complexo do Centro Administrativo Fernando Ferrari - CAFF, incluindo os prédios da Secretaria da Educação (SEDUC), Escola Infantil do CAFF (ESEDI) e prédio da Manutenção do CAFF.	RSB Soluções em Equipamentos de Incêndio Ltda.	R$ 2.103.925,45	Encerrado.	Concluído.
FPE 024168/2025	Contratação de empresa para execução de obra para adequação, instalação e	JK Projetos e Extintores Ltda.	R$ 2.065.097,17	Aditivo de prazo. Prorrogado por 30 dias, a	Vigente.

	implementação de medidas de segurança contra incêndio no prédio do Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF.			contar de 12/10/2026.	

10. Infraestrutura de Resiliência Climática

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Infraestrutura de Resiliência Climática.
Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Não se aplica.
Objetivo	As ações estruturantes tiveram como objetivo fortalecer a resiliência e a continuidade operacional do CAFF diante de eventos climáticos extremos, especialmente alagamentos, por meio da redução das vulnerabilidades de sua infraestrutura e da proteção de estruturas e sistemas críticos.
Justificativa	Os eventos climáticos extremos ocorridos em 2024 evidenciaram vulnerabilidades na infraestrutura do CAFF, especialmente relacionadas ao risco de alagamentos e aos impactos sobre sistemas e infraestruturas críticas, com potencial de comprometer o funcionamento do complexo e a continuidade dos serviços públicos. As ações estruturantes tiveram como objetivo fortalecer a resiliência e a continuidade operacional do Centro Administrativo diante de eventos climáticos.
Principais instrumentos	Não se aplica.
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF.
Beneficiários diretos	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como o público externo que busca atendimento nas diversas Secretarias sediadas no CAFF.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Após os eventos climáticos extremos de 2024, foi conduzido um conjunto de ações estruturantes para aumentar a resiliência do CAFF, com foco na proteção das infraestruturas críticas, prevenção de novos alagamentos e continuidade operacional do complexo.

As principais entregas foram:

- Elaboração e implantação de projeto de drenagem e bombeamento forçado do subsolo do CAFF, com a aquisição e instalação de 5 (cinco) bombas submersíveis para escoamento de águas pluviais e proteção das áreas críticas do complexo;
- Recuperação e adequação da Casa de Bombas, incluindo melhorias estruturais, hidráulicas e eletromecânicas após os danos provocados pela enchente;
- Implantação de sistema automatizado de acionamento das bombas, por meio de quadro de força e comando específico, permitindo operação automática conforme o nível da água;
- Execução de obras de adequação da rede pluvial, com escavações, implantação de novas tubulações, caixas de passagem e interligações ao sistema de drenagem;

- Adequação de infraestrutura elétrica definitiva das bombas e melhorias de iluminação da Casa de Bombas;
- Aquisição de 4 (quatro) geradores de energia de 9KV para eventuais necessidades com desligamento de energia;
- Recuperação pós-enchente de sistemas críticos, incluindo subestação elétrica, bombas e áreas técnicas.

Também foram executadas intervenções complementares associadas às obras da PROCERGS (Nova Subestação), destacando-se o desvio da rede pluvial existente, a implantação de novas tubulações e adequações na infraestrutura de drenagem do CAFF, bem como a criação de rotas alternativas para infraestrutura crítica de comunicação.

Em conjunto com a obra da Casa de Bombas e a instalação dos sistemas de bombeamento, tais ações contribuíram para ampliar a capacidade de resposta do complexo diante de eventos extremos, reduzindo vulnerabilidades e aumentando o tempo disponível para adoção de medidas de contingência e tomada de decisão.

Contudo, frisa-se que essas iniciativas não têm como objetivo eliminar completamente os riscos decorrentes de eventos extremos, mas sim reduzir seus impactos e, principalmente, proporcionar maior tempo para avaliação técnica e tomada de decisão.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerramento **Descrição da etapa:** Não se aplica, intervenções concluídas.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Não se aplica, intervenções concluídas.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** **Orçamento empenhado até ago/2026:** **Orçamento liquidado até ago/2026:** **Orçamento LOA 2027:** **Fonte do recurso:**
Recomendações	Acompanhar a manutenção e o funcionamento dos sistemas de drenagem e de bombeamento, bem como as demais medidas de prevenção elencadas no Plano de Continuidade de Negócios da SPGG.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO.pptx

11. Reforma do Prédio Anexo ao CAFF (SEDUC e OSPA)

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Reforma do Prédio Anexo ao CAFF, que abriga a sede da Secretaria da Educação e da OSPA
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Objetivo	Promover a revitalização e a modernização do prédio anexo ao CAFF, sede da Secretaria da Educação e da OSPA, por meio da reforma integral de sua infraestrutura física e predial, contemplando a recuperação da estrutura da edificação, da

	cobertura, das instalações elétricas e hidrossanitárias, dos acabamentos, dos sistemas de prevenção e proteção contra incêndio e da climatização. As intervenções visam proporcionar melhores condições de segurança, funcionalidade, conforto e eficiência operacional aos usuários, além de assegurar a adequação da edificação às normas técnicas e às exigências legais vigentes.
Justificativa	A reforma do Prédio Anexo ao CAFF é fundamental para garantir a segurança e o conforto dos servidores que desempenham suas atividades no local. Solução definitiva e estrutural, voltada à preservação do patrimônio público, à redução de custos futuros com manutenções corretivas e à garantia de condições adequadas de trabalho aos servidores.
Principais instrumentos	Contrato FPE nº 021358/2026 (PROA nº 25/1300-0009797-1).
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF, usuários do restaurante e da Casa da Ospa. A intervenção possui abrangência sobre toda a infraestrutura predial, promovendo melhorias nas condições de segurança, acessibilidade, conforto ambiental, funcionalidade e eficiência operacional dos espaços, beneficiando diretamente as atividades desenvolvidas pelos órgãos instalados no local.
Beneficiários diretos	Servidores, estagiários e colaboradores, bem como o público externo que frequenta os eventos promovidos pela OSPA.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Espera-se com essa ação eliminar os problemas de infiltrações do telhado, falhas de vedação e degradação de elementos estruturais, reduzindo significativamente a necessidade de manutenções corretivas emergenciais e prevenindo danos progressivos ao patrimônio público. Ainda, promover a modernização e adequação das instalações elétricas, atualmente caracterizadas por sistemas antigos e inadequados às normas técnicas vigentes, garantindo maior segurança operacional, confiabilidade no fornecimento de energia, melhor distribuição de cargas e compatibilidade com as demandas atuais e futuras do prédio. É imprescindível estabelecer as condições adequadas de uso, salubridade e conforto nos banheiros e copas, por meio da reforma dos sistemas hidrossanitários, substituição de revestimentos e adequação funcional dos ambientes, assegurando atendimento às normas técnicas, sanitárias e de acessibilidade aplicáveis.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Execução das obras de reforma da cobertura e áreas internas, adequação do forro e das instalações elétricas e hidráulicas.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Acompanhamento da execução das obras.

Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 8.850.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 8.850.000,00 **Orçamento liquidado até ago/2026:** - **Orçamento LOA 2027:** R$ 900.000,00 **Fonte do recurso:** FEGEP
Recomendações	A nova gestão deverá acompanhar e observar o cumprimento da execução da obra e as etapas de fiscalização e recebimento. O monitoramento tempestivo dessas fases é essencial para as adequações.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO.pptx

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 021358/2026	Contratação de empresa para execução de obra de engenharia visando à reforma da cobertura e de áreas internas do prédio da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul – SEDUC, localizado no Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF, contemplando troca do telhado, piso, adequação do forro e adequação das instalações elétricas e hidráulicas.	Plano M Construtora Ltda.	R$ 8.850.000,00	De 10/08/2026 a 07/05/2027	Vigente.

12. PPCI do Prédio Anexo ao CAFF

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	PPCI do Prédio Anexo ao CAFF, que abriga a sede da Secretaria da Educação e da OSPA.

Base legal	Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, que estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul (CBM/RS).
Objetivo	Adequações de PPCI, visando à obtenção do Alvará definitivo junto ao Corpo de Bombeiros (adequação de hidrantes, iluminação de emergência, guarda-corpos e corrimãos) elevando a proteção humana e patrimonial.
Justificativa	O Prédio Anexo ao CAFF é uma edificação pública de grande porte (3 pavimentos) que abriga atividades administrativas da SEDUC, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, agência do BANRISUL, o restaurante e a academia do CAFF, além dos estacionamentos. Seus sistemas de prevenção e combate a incêndio como, por exemplo, hidrantes e iluminação de emergência, estão desatualizados ou não atendem plenamente as exigências normativas atuais (ABNT NBRs, Legislação do Corpo de Bombeiros Militar do RS e Normas Regulamentadoras do Trabalho).
Principais instrumentos	Contrato FPE nº 021356/2026 (PROA nº 26/1300-0000288-7).
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF.
Beneficiários diretos	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, em especial aqueles que atuam na Secretaria de Educação, bem como o público externo que busca atendimento nos diversos órgãos alocados no CAFF.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A ação deve assegurar a adequação do prédio Anexo ao CAFF às medidas de segurança contra incêndio previstas no PPCI, mediante a implantação e adequação dos sistemas e elementos de proteção previstos no projeto, proporcionando melhores condições de segurança aos servidores, usuários e público externo, além de maior proteção ao patrimônio público.

A entrega deverá contribuir para a adequação das áreas do complexo do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) às normas de prevenção e proteção contra incêndio, por meio da implementação das medidas previstas nos respectivos PPCIs.

A adequação progressiva de todas as áreas do complexo é fundamental para estabelecer um padrão integrado de segurança, promovendo a regularidade das edificações perante as exigências legais e normativas, reduzindo riscos e prevenindo interdições ou restrições de funcionamento. A ação contribui, assim, para que o Complexo do CAFF opere de forma mais segura, regular e adequada às normas de segurança contra incêndio.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Contrato firmado e Ordem de Início dos Serviços em 01/09/2026.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Execução da obra e, após, a vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 2.213.072,56 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 2.213.072,56 **Orçamento liquidado até ago/2026:** - **Orçamento LOA 2027:** - **Fonte do recurso:** FEGEP
Recomendações	A nova gestão deverá acompanhar e observar o cumprimento da execução da obra e as etapas de fiscalização e recebimento. O monitoramento tempestivo dessas fases é essencial para as adequações. Com conclusão das adequações do sistema de proteção e prevenção a incêndios, deverá ser solicitada a vistoria do Corpo de Bombeiros Militar, para fins de obtenção do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (APPCI), indispensável para a regularidade da edificação perante os órgãos fiscalizadores.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO.pptx

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 021356/2026	Contratação de empresa para execução da adequação, instalação e implementação de medidas de segurança contra incêndio no prédio anexo, pertencente ao complexo do Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF, abrangendo nova rede de hidrantes com sistema de bombeamento, sistema de iluminação de emergência, guarda-corpos e corrimões, conforme previsto no Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI).	JK Projetos e Extintores Ltda.	R$ 2.213.072,56	Prazo de vigência de 210 dias, a contar da OIS. Encerra em 29/03/2027.	Em execução.

13. Climatização do Prédio Anexo ao CAFF

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Climatização do Prédio Anexo ao CAFF, que abriga a sede da Secretaria da Educação e da OSPA.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria da Educação (SEDUC). Secretaria de Obras Públicas (SOP).
Objetivo	Aprimorar a infraestrutura do complexo do CAE e a eficiência energética dos equipamentos de climatização do prédio da SEDUC, promovendo melhor conforto ambiental aos usuários da edificação e redução do consumo de energia elétrica e de água.
Justificativa	Necessidade da substituição do sistema de climatização, ventilação e sua automação existentes no prédio sede. O equipamento de climatização atualmente instalado apresenta baixo rendimento, indicando final de vida útil.
Principais instrumentos	Contrato FPE nº 021701/2026 (PROA nº 22/1900-0033791-0).
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF.
Beneficiários diretos	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, em especial aqueles que atuam na Secretaria de Educação, bem como o público externo que busca atendimento nos diversos órgãos alocados no CAFF.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Com a implantação da solução de climatização do tipo VRF, espera-se alcançar o restabelecimento integral e contínuo das condições adequadas de conforto térmico nos ambientes, melhoria das condições de trabalho dos servidores e dos atendimentos ao público, a redução significativa de interrupções operacionais, mitigação de riscos elétricos, estruturais e sanitários associados ao sistema antigo, o aumento da eficiência energética e redução de custos operacionais ao longo do tempo e o alinhamento da infraestrutura predial aos princípios de eficiência, sustentabilidade e economicidade.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Contrato assinado e expedida a Ordem de Início de Serviços para 14/09/2026.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** acompanhamento da execução dos serviços contratados.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 5.209.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 5.209.000,00 **Orçamento liquidado até ago/2026:** - **Orçamento LOA 2027:** - **Fonte do recurso:** FEGEP

Recomendações	A nova gestão deverá acompanhar e observar o cumprimento da execução da obra e as etapas de fiscalização e recebimento. O monitoramento tempestivo dessas fases é essencial para as adequações.
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO.pptx

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 021701/2026	Contratação de empresa para execução de implementação de sistema de climatização, ventilação e automação do prédio sede da Secretaria da Educação – SEDUC, localizado no município de Porto Alegre/RS.	Air Minas Ar-Condicionado Ltda.	R$ 5.209.000,00	Prazo de vigência de 270 dias, a contar da OIS. Encerra em 10/06/2027.	Em execução.

14. Escritório de Engenharia Terceirizado

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Escritório de Engenharia Terceirizado.
Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Não se aplica.
Objetivo	A contratação tem por objetivo fortalecer a capacidade técnica da SPGG no planejamento, desenvolvimento e acompanhamento das intervenções de engenharia necessárias à conservação, manutenção, adequação e modernização do CAE/RS. Considerando a dimensão, a complexidade e a relevância institucional do Complexo, que concentra Secretarias e órgãos da Administração Pública Estadual, a disponibilização de equipe especializada para elaboração de projetos, análises técnicas e assessoramento à fiscalização busca assegurar maior qualidade e segurança às intervenções realizadas, contribuindo para a preservação do patrimônio público, a funcionalidade das edificações e a continuidade das atividades administrativas do Estado.
Justificativa	A partir da contratação da empresa de prestação de serviços de engenharia, passamos a dispor de equipe técnica residente multidisciplinar, bem como de apoio permanente aos fiscais e gestores de contratos de obras e serviços técnicos especializados, resultando em maior capacidade técnica para elaboração e revisão de projetos, memoriais, especificações e orçamentos. Dessa forma, há um maior controle de execução

	contratual e redução da dependência de contratações pontuais para desenvolvimento de projetos e apoio técnico especializado.
Principais instrumentos	Contrato FPE nº 023670/2024 (PROA nº 23/1300-0006172-0)
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF.
Beneficiários diretos	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como o público externo que busca atendimento nas diversas Secretarias sediadas no CAFF.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Elaboração de projetos básicos, memoriais descritivos, especificações técnicas e orçamentos para diversas licitações de obras e reformas, dentre elas podemos destacar:

- Projeto do PPCI do Centro Administrativo Fernando Ferrari (Fase 3);
- Projeto do PPCI do Prédio Anexo ao CAFF (SEDUC/OSPA);
- Projeto do PPCI do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (em andamento);
- Projeto do Anfiteatro (Sala Corporativa);
- Projeto para instalação de tela de proteção nas fachadas do Prédio-Sede do DAER, PGE e SELT;
- Projeto do Heliponto do CAFF;
- Projeto de Reforma do Prédio Anexo ao CAFF (SEDUC/OSPA);
- Laudos estruturais das rampas de acesso ao CAFF.

Disponibilização de equipe técnica residente multidisciplinar, bem como de apoio permanente aos fiscais e gestores de contratos de obras e serviços técnicos especializados, resultando em maior capacidade técnica para elaboração e revisão de projetos, memoriais, especificações e orçamentos. Essas ações possibilitam o aprimoramento do controle de execução contratual e a redução da dependência de contratações pontuais para desenvolvimento de projetos e apoio técnico especializado.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** acompanhamento do Contrato em execução com vigência até 26/01/2027.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Aditivo contratual para a prorrogação do prazo de vigência. Considerando que a vigência expira em 25/01/2027, o aditivo deve ser instruído com 90 (noventa) dias de antecedência.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 1.961.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 1.798.026,80 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 878.125,14 **Orçamento LOA 2027:** R$ 2.041.039,00 **Fonte do recurso:** 0001 - Tesouro
Pontos críticos e riscos	Serviços de Engenharia (Baggio Arquitetura Consultoria) prazo de 24 meses, vencimento em 01/2027

Recomendações	Renovação do contrato de prestação de serviços de engenharia, a fim de que os projetos e obras em andamento não sofram solução de continuidade.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 023670/2024	Contratação de empresa de engenharia para a execução de serviços técnicos especializados.	Baggio Arquitetura Consultoria SS Ltda.	R$ 1.937.756,11 anuais.	Prazo de 24 meses. Vigência de 27/01/2025 a 26/01/2027.	Vigente.

15. Serviços de Manutenção Integrada - Facilities

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Serviços de Manutenção Integrada - Facilities
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Objetivo	Implantação de modelo de gestão integrada de manutenção predial (facilities), consolidando em uma única contratação a gestão e execução de serviços de manutenção civil, elétrica, hidráulica e mecânica, climatização, elevadores, prevenção e combate a incêndio, controle de pragas, limpeza e higienização de reservatórios, atendimento de emergências, serviços sob demanda e sistema informatizado de apoio à gestão e fiscalização contratual. Considerando a dimensão, a complexidade das instalações e a relevância do CAE/RS para o funcionamento da Administração Pública Estadual, o modelo busca substituir contratações fragmentadas por uma gestão integrada, com maior ênfase na manutenção preventiva, na agilidade de atendimento e na atuação coordenada entre as diferentes especialidades, contribuindo para a segurança e funcionalidade das edificações, a preservação do patrimônio público e a continuidade das atividades administrativas.
Justificativa	Com a contratação do modelo *facilities*, obtivemos padronização dos procedimentos de manutenção, com programação e gestão de equipes. Considerando a inclusão de serviços especializados, peças e materiais no escopo contratual, reduzimos contratações isoladas e aumentamos a eficiência operacional, agilizando os Pequenos Serviços de Adequação e Adaptação (PSAAs) para alterações e instalações de layouts, pequenas alterações e adequações, recarga e reteste hidrostático de extintores, chaveiro, tele-entulho e sinalética, com equipes de manutenção disponíveis 24x7.
Principais instrumentos	Contrato FPE nº 021797/2024 (PROA nº 23/1300-0002010-2).
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF.
Beneficiários diretos	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como o público externo que busca atendimento nas diversas Secretarias sediadas no CAFF.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Com a contratação, obtivemos padronização dos procedimentos de manutenção, com programação e gestão de equipes. Considerando a inclusão de serviços especializados, peças e materiais no escopo contratual, reduzimos contratações isoladas e aumentamos a eficiência operacional, agilizando os Pequenos Serviços de Adequação e Adaptação (PSAAs) para alterações e instalações de layouts, pequenas alterações e adequações, recarga e reteste hidrostático de extintores, chaveiro, tele-entulho e sinalética.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Contrato em execução, com vigência até 24/09/2028.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** acompanhamento da execução dos serviços contratados.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 14.927.849,34 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 13.639.182,68 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 6.084.585,05 **Orçamento LOA 2027:** R$ 15.317.719,78 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 021797/2024	Contratação de empresa especializada para a gestão integrada de serviços prediais na modalidade facilities.	Eletrodata Engenharia Ltda.	R$ 14.281.458,84 anuais.	Aditivo de prazo. Prorrogado até 24/09/2028.	Vigente.

16. Sistema Integrado de Segurança

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Sistema Integrado de Segurança com monitoramento por Circuito Fechado de Televisão (CFTV), Sistema de Controle de Acesso (SCA) e Digital Signage.
Base legal	Não se aplica.
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Objetivo	Atendimento à necessidade de modernização e monitoramento contínuo das áreas internas e do perímetro externo do Complexo Administrativo, considerando sua relevância para o funcionamento da Administração Pública Estadual e o elevado fluxo de agentes públicos e visitantes. A contratação busca fortalecer a segurança das pessoas, das instalações e do patrimônio público, ampliando a capacidade de prevenção, detecção e resposta a incidentes por meio da integração entre videomonitoramento (CFTV), controle eletrônico

	de acesso e comunicação institucional (Digital Signage), com operação contínua, manutenção e suporte técnico.
Justificativa	A contratação integrada do sistema CFTV resultou na ampliação da segurança de usuários internos e externos ao CAFF e da cobertura por videomonitoramento. A segurança patrimonial foi modernizada, com operação contínua (24 horas por dia, 7 dias por semana). Destaca-se a redução do risco operacional decorrente da obsolescência do sistema anterior, que possuía parte significativa das câmeras inoperantes e não contava com contrato de manutenção permanente.
Principais instrumentos	Contrato FPE nº 020308/2025 (PROA nº 23/1300-0002095-1).
Público-alvo e abrangência	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como os visitantes do CAFF.
Beneficiários diretos	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no Centro Administrativo Fernando Ferrari, bem como o público externo que busca atendimento nas diversas Secretarias sediadas no CAFF.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A contratação integrada resultou na ampliação da segurança de usuários internos e externos ao CAFF e da cobertura por videomonitoramento. A segurança patrimonial foi modernizada, com operação contínua (24 horas por dia, 7 dias por semana).

Destaca-se a redução do risco operacional decorrente da obsolescência do sistema anterior, que possuía parte significativa das câmeras inoperantes e não contava com contrato de manutenção permanente.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** acompanhamento da execução do contrato vigente.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:**
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 3.429.781,48 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 2.731.209,68 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$1.389.462,04 **Orçamento LOA 2027:** R$ 2.508.891,84 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre
Mais informações	LEGADOS DA GESTÃO.pptx

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
FPE 020308/2025	Contratação de serviço integrado de segurança incluindo monitoramento por circuito fechado de televisão (CFTV), sistema de controle	DGT Tecnologia Ltda.	R$ 12.166.612,68 para o período de 60 meses.	Prazo de 60 meses. Vencimento em 03/2030.	Vigente.

	de acesso (SCA) e digital signage.				

17. Serviço de Copeiragem

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Serviço de Copeiragem
Unidade responsável	Departamento de Gestão de Serviços do Complexo Administrativo do Estado – DGCAE/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	
Objetivo	A contratação tem por objetivo assegurar a prestação contínua e padronizada dos serviços de copeiragem no Complexo Administrativo do Estado, especialmente no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), garantindo suporte adequado ao funcionamento das atividades administrativas desenvolvidas no local. Considerando a concentração de órgãos, agentes públicos e gabinetes no CAFF, bem como a realização de reuniões e eventos institucionais, busca-se garantir o fornecimento regular de água potável, café e demais serviços de apoio, mediante disponibilização de mão de obra qualificada, equipamentos, materiais e insumos necessários, promovendo condições adequadas de atendimento, organização, higiene, bem-estar e continuidade das atividades da Administração Pública Estadual.
Justificativa	O serviço de copeiragem proporciona o atendimento sistemático às demandas de reuniões, eventos institucionais, audiências e atividades de representação dos órgãos instalados no CAFF, com a disponibilização de profissionais capacitados para execução dos serviços de preparo, organização e suporte relacionados às atividades de copa. Houve considerável melhoria da qualidade do atendimento prestado aos usuários e autoridades participantes de eventos e reuniões institucionais, dos procedimentos operacionais e da execução dos serviços em diferentes unidades administrativas. Pode-se ressaltar uma maior eficiência administrativa, com redução da necessidade de deslocamento e utilização de servidores para atividades de apoio operacional e maior controle e fiscalização da execução dos serviços por meio de indicadores contratuais e acompanhamento pela gestão administrativa.
Principais instrumentos	Contrato nº: 022494/2023 (PROA nº 23/1300-0001962-7).
Público-alvo e abrangência	Os serviços de copeiragem estão disponíveis nos prédios integrantes do Complexo Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (CAE/RS). O público-alvo são os servidores, terceirizados e estagiários lotados no CAE/RS.
Beneficiários diretos	Servidores, terceirizados e estagiários lotados no CAE/RS.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Atendimento sistemático às demandas de reuniões, eventos institucionais, audiências e atividades de representação dos órgãos instalados no CAFF, com a disponibilização de profissionais capacitados para execução dos serviços de preparo, organização e suporte relacionados às atividades de copa.

Houve considerável melhoria da qualidade do atendimento prestado aos usuários e autoridades participantes de eventos e reuniões institucionais, dos procedimentos operacionais e da execução dos serviços em diferentes unidades administrativas.

Pode-se ressaltar uma maior eficiência administrativa, com redução da necessidade de deslocamento e utilização de servidores para atividades de apoio operacional e maior controle e fiscalização da execução dos serviços por meio de indicadores contratuais e acompanhamento pela gestão administrativa.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Contrato em execução.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:**
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 4.510.523,06 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 4.510.523,06 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 2.621.721,95 **Orçamento LOA 2027:** R$ 4.963.326,98 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 022494/2023	Contratação de organização especializada para de serviços de copeiragem, de forma contínua, com fornecimento de mão obra, equipamentos, materiais e insumos.	Lopes Service Clean Serviços de Limpeza Eireli.	R$ 4.712.168,40 anuais.	Aditivo de Prazo. Prorrogado até 05/02/2028.	Vigente.

18. CSC – Centro de Serviços Compartilhados

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Projeto de Ações Compartilhadas – Centro de Serviços Compartilhados – CSC.
Base legal	▪ Portaria SPGG nº 061/2025 - Designa servidores para integrarem a Comissão Especial para o planejamento do Projeto Centro de Serviços Compartilhados; ▪ Número do empréstimo: 9787-BR entre o BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (“Banco”) e o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (“Mutuário”);

	▪ LEI Nº 16.193, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024. - Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD [...], para financiamento do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Rio Grande do Sul - PROGESTÃO RS - e dá outras providências; ▪ Decreto nº 58.647, de 03/03/2026 - Dispõe sobre a implementação do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Rio Grande do Sul - PROGESTÃO RS, no qual está contemplado o Projeto CSC.
Unidade responsável	Departamento de Contratos Transversais – DECON/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Não aplicável.
Objetivo	Este projeto tem como objetivo promover uma gestão pública mais eficiente, padronizada e econômica por meio da implantação de um Centro de Serviços Compartilhados (CSC) no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A iniciativa busca consolidar as melhores práticas de gestão para os serviços administrativos de apoio, estimulando a padronização de processos, o compartilhamento de recursos e a obtenção de ganhos de escala, permitindo que os órgãos e entidades concentrem esforços em suas atividades finalísticas e estratégicas.
Justificativa	No cenário atual do Estado, diversos órgãos replicam estruturas administrativas para suportar as atividades de apoio aos serviços públicos, como recursos humanos, contabilidade, financeiro, gestão de contratos, patrimônio e jurídico. Entretanto, verifica-se a falta de padronização nas atividades, oferecendo oportunidades claras de melhorar a eficiência dos processos e otimizar recursos humanos, materiais e financeiros. Assim, com as primeiras iniciativas de planejamento e execução de contratações transversais com gerenciamento centralizado em âmbito estadual, implementadas a partir de 2020, já foram alcançados resultados relevantes, como uma economia estimada de R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em custos de serviços[1], enquanto ainda reduziu de 34,06%, em 2022, para 3,72%, em 2026, a porcentagem de apontamentos sobre controle de prazo de contratos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE)[2], ganhos de eficiência (processual) e de gestão (controle). Neste novo paradigma transversal, menciona-se a centralização de 325 (trezentos e vinte e cinco) contratos paralelos em apenas 12 (doze)[3] e a redução do número de procedimentos internos de fiscalização. Esses avanços evidenciam ganhos de economicidade, eficiência processual e capacidade de gestão, consolidando uma experiência bem-sucedida de centralização de serviços e contribuindo para o desenvolvimento e a evolução do modelo de compartilhamento de serviços. No início das ações transversais do Estado, realizou-se um levantamento de mercado junto a empresas privadas e órgãos públicos, identificando-se a prática desenvolvida pelos Centros de

	Serviços Compartilhados (CSC) como um modelo de excelência a ser alcançado pela iniciativa de transversalização de soluções do Estado. Os CSCs representam uma evolução natural e almejada dessas iniciativas, ao integrar e compartilhar atividades administrativas e operacionais, promovendo o aprimoramento do desempenho dos processos, a otimização na prestação de serviços e o fortalecimento das atividades finalísticas de cada órgão. O projeto CSC foi integrado ao Plano Plurianual 2024-2027, por meio da Ação Programática "Melhoria na Gestão, Inovação e Integração de Processos". A iniciativa também possui dotação orçamentária específica no instrumento de programação nº 3931 da Lei Orçamentária Anual de 2026. Adicionalmente, faz parte do Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Rio Grande do Sul (Progestão RS), que captou U$ 50 (cinquenta) milhões de dólares junto ao Banco Mundial em 2026, sendo U$ 6 milhões destinados ao projeto CSC, contendo obrigações contratuais para cumprimento até 2030. Por fim, a continuidade do projeto CSC mostra-se essencial para a concretização dos benefícios esperados, tais como a padronização de processos, o aumento da eficiência operacional, a melhoria da qualidade dos serviços administrativos e a otimização dos recursos públicos. Além disso, a iniciativa integra o Progestão RS e possui compromissos e entregas pactuados com o Banco Mundial, reforçando seu caráter estratégico e a necessidade de sua manutenção como política de Estado. [1] Dados estimados, referentes ao custo de oportunidade, oriundos de relatórios apresentados sobre os contratos de Telefonia, Canais de Dados e outros serviços de TI do estado em 2022. [2] Conforme dados do LicitaCon para contratos da SPGG. [3] Contratações produzidas no âmbito da iniciativa dos transversais, com o planejamento desenvolvido pelo Departamento de Contratos Transversais da SPGG.
Principais instrumentos	O projeto CSC será desenvolvido por meio das seguintes principais ações: Contratações financiadas com recursos do Progestão RS: ▪ Contratação de consultoria especializada para apoiar a definição, a estruturação e a implantação do CSC; ▪ Contratação de consultoria individual independente, especializada em CSC, para atuar como profissional responsável pela garantia da qualidade do projeto; ▪ Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças de Plataforma Integrada destinada à gestão de contratos, serviços compartilhados e patrimônio de Tecnologia da Informação (TI). Estruturação normativa**:** ▪ Elaboração do marco legal que disciplinará a instituição do CSC e estabelecerá o modelo de compartilhamento de serviços no âmbito da Administração Pública Estadual.
Público-alvo e abrangência	Secretarias e órgãos vinculados da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul.
Beneficiários diretos	Como beneficiários diretos do projeto encontram-se as Secretarias e os órgãos vinculados da Administração Direta do Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente, o compartilhamento de

	serviços já ocorre por meio de contratos transversais e integrados, a exemplo dos serviços de "facilities", disponibilizados às Secretarias e órgãos instalados no Complexo Administrativo do Estado (CAE/RS). Da mesma forma, a estratégia de integração de contratos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) beneficia órgãos da Administração Direta e Indireta. Nesse contexto, a implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) busca ampliar e institucionalizar esse modelo de atuação, contemplando não somente o compartilhamento de serviços via contratos, mas também de processos administrativos modelados para serem executados de forma padronizada entre os órgãos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Considerando que o projeto se encontra em fase de planejamento e estruturação, este relatório limita-se ao registro dos marcos relevantes alcançados e ações implementadas até o momento:

- Integração do projeto ao Plano Plurianual 2024-2027, por meio da Ação Programática "Melhoria na Gestão, Inovação e Integração de Processos";
- Aderência ao Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Rio Grande do Sul (Progestão RS);
- Designação da Comissão Especial para o planejamento do projeto CSC, por meio da Portaria SPGG nº 061/2025;
- Indicação de pontos focais pelas Secretarias e órgãos vinculados, responsáveis pela interlocução com a equipe de planejamento do projeto;
- Incorporação do edifício do DAER ao Complexo Administrativo do Estado (CAE/RS), sendo a gestão dos serviços de “facilities” realizada no modelo compartilhado, como projeto piloto para o CSC.

Por fim, destaca-se a meta contratual do Progestão RS, que define a implementação de 10 (dez) novos serviços ou processos compartilhados pelo CSC até 2030.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [X] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Considerando que existem diversas ações integrantes do projeto CSC, descreve-se a seguir a etapa de cada uma delas: 5- Contratação de consultoria especializada para implantação do CSC: a. Etapa atual: fase interna licitação. b. Etapa na transição: fase externa licitação. 5- Contratação de consultoria individual independente: a. Etapa atual: fase externa licitação. b. Etapa na transição: em execução. 5- Contratação da Plataforma Integrada: a. Etapa atual: fase interna licitação. b. Etapa na transição: fase externa licitação.

	5- Iniciativas de gestão da mudança: a. Etapa atual: em execução. b. Etapa na transição: em execução 5- Estruturação normativa (marco legal): a. Etapa atual: em execução. b. Etapa na transição: encerramento
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Detalha-se individualmente a previsão das próximas etapas das ações envolvidas no projeto CSC a ocorrerem dentro dos 100 primeiros dias de 2027: 4- Contratação de consultoria especializada para implantação do CSC: 1.1 Fase externa licitação: jan-fev. 1.2 Contratação: mar. 1.3 Diagnóstico pela consultoria: abr-jul. 4- Contratação de consultoria individual independente: 2.1 Elaboração dos planos de trabalho: jan-abr. 4- Contratação da Plataforma Integrada: 3.1 Fase externa da licitação: jan-abr. 4- Iniciativas de gestão da mudança: 4.1 Continuidade nas ações: jan-abr.
Orçamento	Orçamento dotação com alteração 2026: Recurso 001 (Tesouro): R$ 798.000,00 Recurso 327 (Progestão): R$ 3.575.000,00 Orçamento empenhado até ago/2026: R$ 23.760,00 (Recurso 001) Orçamento liquidado até ago/2026: - Orçamento LOA 2027: Recurso 001 (Tesouro): R$ 10.000,00 Recurso 327 (Progestão): R$ 7.833.800,00
Pontos críticos e riscos	Decisões necessárias: ▪ Avaliar a necessidade de atualização das indicações dos pontos focais das Secretarias e órgãos vinculados, responsáveis pela interlocução com a equipe do projeto CSC. Eventos relevantes: ▪ Assinatura do contrato da consultoria especializada para apoio à estruturação e implantação do Centro de Serviços Compartilhados (CSC); ▪ Homologação da licitação para contratação da Plataforma Integrada de gestão de contratos, serviços compartilhados e patrimônio de Tecnologia da Informação (TI). Riscos relevantes:

	▪ Alterações na composição ou redução da equipe do projeto CSC, comprometendo a capacidade de execução; ▪ Ocorrência de licitação deserta ou fracassada nas contratações em andamento, ocasionando atrasos na execução do cronograma e na implementação das entregas previstas pelo projeto.
Recomendações	▪ Recomenda-se a manutenção da equipe do projeto CSC, de modo a assegurar a retenção do conhecimento adquirido, a preservação do histórico das atividades desenvolvidas e a continuidade das ações planejadas; ▪ Sugere-se a realização de reuniões de alinhamento entre a nova gestão e a equipe do projeto, visando ampliar o entendimento sobre os objetivos, a metodologia, os benefícios esperados e o estágio atual de desenvolvimento da iniciativa; ▪ Propõe-se a elaboração de um plano de transição para a hipótese de substituição dos pontos focais indicados pelas Secretarias e órgãos vinculados, de forma a mitigar riscos de descontinuidade, garantir a transferência de conhecimento e preservar o fluxo de comunicação e engajamento com as partes interessadas do projeto.
Mais informações	▪ Registra-se que o artigo elaborado pela equipe do projeto com o título: CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS: A gênese de uma experiência estadual na adoção do modelo CSC, foi aprovado para apresentação no 2º Congresso CONSEPLAN realizado em maio/2026. O artigo também foi publicado na Revista Planejamento e Futuro do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento - Edição especial junho – II Congresso CONSEPLAN; ▪ Link de acesso: https://zenodo.org/records/20833081

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300-90002456-7	Contratação de consultoria individual independente, especializada em Centro de Serviços Compartilhados - CSC, para atuar como profissional de garantia da qualidade (Quality Assurance – QA).	Solicitação de Manifestação de Interesse (SMI) Nº 03/Progestão/RS/2026	Recebimento e avaliação dos currículos.

19. Nova Modelagem do Tudo Fácil

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Nova Modelagem do Tudo Fácil.

Base legal	Decreto nº 56.272, de 23 de dezembro de 2021.
Unidade responsável	Departamento Central de Atendimento ao Cidadão – Tudo Fácil Departamento de Contratos Transversais – DECON/SUAD
Órgãos e entidades parceiras	Não se aplica.
Objetivo	O objetivo do projeto é substituir o atual modelo de gestão das unidades do Tudo Fácil por uma contratação única e integrada de empresa especializada, responsável por fornecer, operar e manter o atendimento “phygital” (presencial e digital) do programa em todo o Estado. As principais entregas ao longo da execução do projeto incluem: a contratação da empresa especializada em lote único; a implantação de 16 novas unidades fixas e 3 novas unidades móveis (tipo micro-ônibus); a absorção e operação das 14 unidades fixas e 2 unidades móveis já em funcionamento, por meio de tombamento gradual; e a disponibilização de uma Plataforma Digital de Atendimento integrada, com canais complementares como chat, vídeo e Whatsapp, além de interoperabilidade via APIs com a GurIA e com os sistemas dos órgãos parceiros. O modelo também prevê mecanismos de monitoramento por indicadores de desempenho (ANS) e pagamento por atendimento realizado. A proposta é que o contrato resultante do projeto tenha vigência de 60 meses.
Justificativa	O Programa Tudo Fácil, criado em 1998, consolidou-se como referência na centralização de serviços presenciais ao cidadão. No entanto, sua operação atual é fragmentada, dependendo de aproximadamente 40 contratos distintos para quatorze unidades (comodato, atendimento, limpeza, vigilância entre outros). Esse modelo gera alta complexidade administrativa, onerosidade processual, dificuldades de coordenação e risco de descontinuidade dos serviços, além de dificultar a expansão da rede, já que cada nova unidade exige a tramitação de múltiplos processos contratuais. Paralelamente, o Estado vem promovendo a modernização do atendimento por meio da Estratégia Digital RS 2025, buscando maior eficiência, inclusão e transparência. Contudo, parte significativa da população gaúcha ainda enfrenta barreiras de acesso digital (por falta de infraestrutura, conectividade ou alfabetização digital), o que reforça a necessidade de manter e expandir canais físicos (unidades fixas e móveis) integrados aos digitais, no modelo chamado “phygital”, garantindo que nenhum cidadão fique excluído da transformação digital em curso. Diante disso, justifica-se um modelo contratual unificado, com a contratação de empresa especializada capaz de fornecer de forma integrada infraestrutura física, mobiliário, equipamentos, sistemas de TIC e serviços de apoio operacional. Essa nova modelagem visa gerar ganhos de escala, redução de custos indiretos, padronização de procedimentos, agilidade na implantação de novas unidades e fortalecimento da governança

	do programa, além de permitir avanços tecnológicos na plataforma de atendimento (chat online, videochamadas etc.). Com isso, busca-se otimizar recursos públicos, simplificar a gestão administrativa e assegurar serviços mais ágeis, inclusivos e sustentáveis à população do Rio Grande do Sul.
Principais instrumentos	Contrato com empresa para prestação do serviço. Potencial para celebração de convênios com órgãos do Estado e prefeituras a fim de expandir a carta de serviços ofertados na rede Tudo Fácil.
Público-alvo e abrangência	O projeto prevê a instalação de unidades fixas nos principais centros urbanos do Rio Grande do Sul e cobertura de áreas vulneráveis por meio de unidades móveis. Considerando o critério de distribuição de unidades por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), o projeto atenderá 25 dos 28 COREDES se for implementado em sua integralidade. Estima-se que aproximadamente 90% da população tenha acesso ao Tudo Fácil sem a necessidade de realizar grandes deslocamentos.
Beneficiários diretos	A população gaúcha será beneficiada diretamente. Atualmente a rede de unidades do Tudo Fácil realiza aproximadamente 125.000 atendimentos mensais. A projeção de demanda da nova modelagem estima que a média mensal alcance cerca de 290.000 atendimentos quando todas as unidades planejadas estiverem em plena operação.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

No momento o projeto está em fase de planejamento. Contudo, as análises iniciais indicam que a centralização em um único prestador tende a reduzir custos administrativos de gestão e fiscalização contratual. Se a expansão da rede de unidades continuar no modelo atual, estima-se que serão necessários aproximadamente 80 contratos para garantir a operação e gestão das unidades implantadas e absorvidas (35 unidades). A nova modelagem permitirá que todos esses instrumentos sejam substituídos por apenas um contrato.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [x] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** o projeto está em fase de ajustes nos artefatos de planejamento, incluindo a validação das principais características do modelo com os principais atores do mercado. Estima-se que esteja apto para realização do processo licitatório até o final de 2026.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** realização da licitação e posterior contratação.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 39.510.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 36.451.546,19 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 20.079.491,70 **Orçamento LOA 2027:** R$ 61.240.458,00

	Fonte do recurso: Tesouro Livre
Pontos críticos e riscos	Durante os 100 primeiros dias na nova gestão deverá ocorrer o início dos serviços. Alguns pontos críticos são: - Transição entre o modelo atual e o novo modelo, que deverá acontecer sem interrupções dos serviços do Tudo Fácil para o cidadão; - Absorção das unidades existentes pelo novo contrato, que implica no tombamento dos contratos vigentes para prestação de serviços de atendimento e manutenção das unidades fixas e móveis.
Recomendações	Não se aplica.
Mais informações	Não se aplica.

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300-0000629-7	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de unidade implantada, associada à operação, manutenção e gestão do atendimento físico e digital (phygital) para o Programa Tudo Fácil RS, abrangendo unidades fixas e móveis, adequação de imóveis, infraestrutura, serviços de facilities e manutenção física, além da disponibilização de plataforma tecnológica integrada, voltada ao atendimento ao cidadão, em lote único	Em planejamento.	Publicação do Edital da licitação.

Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital – STI

Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Subsecretaria de Governança e Estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação e Digital (STI)
Site	https://planejamento.rs.gov.br/governancaeestrategiadeticedigital
Endereço	Av Borges de Medeiros 1501 - 19º Andar, Ala Sul, Centro Administrativo Fernando Ferrari – Praia de Belas, Porto Alegre
Base legal	Decreto nº 57.144
Número de servidores	**Total: 59** **• Efetivos:22** **• Temporários:26** **• Cedidos:1** **• Comissionados:10**
Departamentos	Departamento de Governo Digital Departamento de Soluções de Tecnologia da Informação Assessoria de Tecnologia

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. Relacionamento com o cidadão - RS.GOV.BR e GurIA

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Relacionamento com o cidadão - RS.GOV.BR e GurIA
Base legal	Decreto nº 58.729, de 16 de abril de 2026.
Unidade responsável	Subsecretaria de Governança e estratégia de TIC e Digital
Órgãos e entidades parceiras	PROCERGS e EDP
Objetivo	Consolidar o RS.GOV como portal unificado de serviços digitais do Governo do Estado, ampliando o acesso integrado, simples e seguro aos serviços públicos estaduais e qualificando a experiência do cidadão por meio de jornadas, recomendações e maior personalização. A GurIA complementa essa estratégia como assistente virtual oficial, oferecendo atendimento em linguagem natural, orientação ao cidadão e evolução progressiva da execução de serviços pelo portal e pelo WhatsApp.
Justificativa	O rs.gov.br organiza a jornada digital do cidadão, concentrando informações, acesso autenticado e serviços transacionais em ambiente unificado. A GurIA fortalece essa estratégia ao reduzir barreiras de uso, ampliar o atendimento por canais conversacionais e tornar a experiência mais simples, inclusiva e proativa. A continuidade da iniciativa é essencial para avançar na

	unicanalidade, na transformação digital dos serviços e na melhoria da experiência do usuário.
Principais instrumentos	Portal RS.GOV como catálogo e ambiente de acesso aos serviços digitais estaduais; integração com autenticação gov.br, sistemas transacionais dos órgãos e canais oficiais de atendimento; GurIA como camada conversacional integrada ao portal e ao WhatsApp; uso de IA generativa, desenho conversacional, bases de conhecimento curadas e orquestração de fluxos.
Público-alvo e abrangência	Todos os cidadãos que precisam de um serviço do RS
Beneficiários diretos	Todos os cidadãos que utilizam os serviços do RS

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

No período 2019–2026, o RS.GOV consolidou-se como o principal ambiente digital de acesso aos serviços do Governo do Estado, organizando a jornada do cidadão em um canal único, integrado e seguro. A iniciativa ampliou a oferta de serviços digitais, fortaleceu o acesso autenticado, qualificou o catálogo de serviços e, a partir de 2025, passou a incorporar melhorias voltadas à experiência do usuário, como a página Meu rs.gov.br, onde o cidadão pode acompanhar os serviços que acionou, recomendações de serviços e jornadas baseado no perfil e cartas de serviço em linguagem simples. Como resultado, o Estado alcançou 758 serviços digitalizados, correspondentes a 96% dos serviços voltados ao cidadão, criando uma base sólida para que a próxima gestão continue evoluindo na simplificação do atendimento público, na ampliação da unicanalidade e na melhoria da experiência do usuário.

Esse conjunto de ações vinculadas ao RS.GOV, à ampliação da digitalização dos serviços públicos, à melhoria da experiência do cidadão e à integração de canais contribuiu para projetar o Rio Grande do Sul como referência nacional em governo digital. No Índice de Oferta de Serviços Públicos Digitais dos Governos Estaduais e Distrital (IOSPD), promovido pela ABEP-TIC, o Estado acumulou cinco reconhecimentos no ciclo recente, incluindo a liderança nacional no ranking geral pela quarta vez, o Selo Ouro em 2026 e a presença entre os destaques de inovação na oferta de serviços digitais. O resultado demonstra que a estratégia adotada não se limitou à simples disponibilização de serviços online, mas avançou na construção de uma experiência pública digital mais integrada, acessível, segura e orientada ao cidadão, apoiada pelo portal RS.GOV, pela evolução da GurIA, pela simplificação de jornadas, pelo uso de dados e pela coordenação entre órgãos estaduais.

A GurIA passou a atuar como assistente virtual oficial do Governo do Estado, tornando o atendimento digital mais simples, inclusivo e próximo da linguagem do cidadão, com interações por texto e voz. Em sua primeira etapa, em 2025, a solução teve atuação predominantemente informacional, apoiada nas cartas de serviço e em conteúdos relevantes sobre políticas públicas para orientar o cidadão sobre serviços e procedimentos. Entre junho de 2025 e julho de 2026, realizou cerca de 1,6 milhão de conversas e apoiou a execução de serviços e comunicações públicas por canais digitais, inclusive WhatsApp. Em 2026, iniciou-se uma nova fase de evolução, com a implementação de serviços baseados em conversação, permitindo ao cidadão acessar e executar serviços públicos dentro do próprio chat. Até o momento, foram implementados 18 serviços conversacionais, com previsão de acréscimo de mais cinco até o final de 2026.

Também foram implementadas seis trilhas de mensageria proativa relacionadas a serviços e políticas públicas, alcançando aproximadamente 394 mil cidadãos com entrega bem-sucedida de mensagens. Até o final de 2026, estão previstas novas trilhas de interação proativa em temas de

alto volume e relevância para a população. A continuidade da GurIA representa uma oportunidade estratégica para ampliar o atendimento conversacional, reduzir barreiras de acesso, apoiar campanhas públicas e consolidar uma base tecnológica escalável para novos serviços digitais, com governança da SPGG/STI, apoio técnico da PROCERGS e do EDP e articulação com parceiros de mercado.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** No momento, estão em desenvolvimento serviços conversacionais em linguagem natural e trilhas de comunicação proativa sobre serviços públicos estaduais.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Implantação do atendimento humano online como camada complementar à jornada digital do cidadão. Aperfeiçoamento da experiência digital por meio da simplificação, qualificação e integração dos processos e dados que sustentam a execução dos serviços. Unificação de outros dos canais de WhatsApp e chat já existentes no governo, concentrando o atendimento realizado pela GurIA, assegurando maior simplificação, padronização e integração da relação com o cidadão. Melhoria técnica da base de preferências do cidadão, fortalecendo a gestão do relacionamento e a personalização das interações.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** 12.298.044,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** 12.298.044,00 **Orçamento liquidado até ago/2026:** 4.652.807,82 **Orçamento LOA 2027:** 23.020.316,00 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre
Pontos críticos e riscos	A expansão dos serviços e das trilhas de comunicação tende a elevar significativamente o volume de mensagens, podendo pressionar os limites contratuais e exigir reforço orçamentário ou redimensionamento do pacote contratado. A continuidade operacional depende da tempestiva recontratação do fornecedor do broker de mensagens, considerando a vigência limitada do contrato atual firmado pela PROCERGS. Serviços já digitalizados que ainda carecem de otimização de processos e visão integrada de jornada, geram barreiras ao cidadão e limitam a melhoria da experiência.
Recomendações	Licitação de ampla concorrência para de *broker* de mensagens e ferramenta *flow* para whatsapp. Execução de projeto de melhoria no design de serviços e experiência do cidadão.

	Expansão da base de referência do cidadão via contratação de CRM para automatização de análises, disparos de mensagens e preferências do cidadão. Alinhar as ações e melhorias do rs.gov.br e GurIA as definições dadas pela nova Estratégia de Governo Digital
Mais informações	Portal de serviços unificados - https://www.rs.gov.br/inicial GurIA – Whatsapp (51) 32103939 ou pelo chat no Portal de serviços

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
2025/021748	Prestação dos serviços continuados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de Manutenção, Operação e Armazenamento/Backup de Dados da Plataforma RS.GOV.BR. A plataforma é processada nos equipamentos localizados nas dependências da PROCERGS	PROCERGS	R$ 7,030,221.48	22/12/2027	Em execução
2025/023862	Serviço de Desenvolvimento do Projeto da Nova Experiência Digital do Cidadão da Plataforma RS.GOV.BR	PROCERGS	R$ 5,241,614.40	12/02/2028	Em execução

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300-9002975-5	Contratação e Implantação de Ferramenta de CRM e barramento de dados para serviços público	Elaboração do Estudo Técnico preliminar	-Elaboração do Termo de Referência -Licitação
	Design e Inovação para os serviços públicos para implementação de processo de melhoria dos serviços digitais através da avaliação da experiência do usuário	Elaboração de Estudo Técnico preliminar e Termo de referência conforme regras do Pró Gestão	-Engajamento antecipado com o mercado - Contratação de consultoria para desenvolvimento dos processos de participação cidadã para indicar as oportunidades melhoria dos serviços públicos digitais

2. Nova Estratégia de Governo Digital do RS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Nova Estratégia de Governo Digital do RS

Base legal	Decreto nº 57.547, de 04 de abril de 2024, Decreto nº 58.729, de 16 de abril de 2026.
Unidade responsável	Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital
Objetivo	Institucionalizar a nova Estratégia de Governo Digital do Rio Grande do Sul (EGD-RS 2027-2030), consolidando a transição do modelo focado na digitalização tática de balcão de serviços para o paradigma de Estado-Plataforma, governado por dados, proativo, centrado no cidadão e estruturalmente resiliente, com lançamento planejado para o início do próximo ano.
Justificativa	O Rio Grande do Sul consolidou sua liderança nacional como tetracampeão em governo digital (2020-2023). Contudo, a estratégia de 2020 cumpriu seu ciclo ao focar primordialmente na conversão de balcões e no provimento de acesso unificado (Login Único/RS.GOV.BR). O diagnóstico de aderência frente aos referenciais da OCDE, da Lei Federal nº 14.129/2021 e do Índice IOSPD (ABEP-TIC) identificou lacunas estruturais que impedem o avanço para a maturidade plena: ausência de proatividade estatal, déficit em governança corporativa de dados e inteligência analítica, carência de instâncias de cocriação (co-design) com a sociedade, e necessidade de integração federada com os municípios. Além disso, a experiência crítica climática de 2024 impôs a resiliência operacional e a redundância tecnológica como pré-requisitos vitais para a continuidade do Estado em qualquer cenário adverso.
Principais instrumentos	Consultoria especializada internacional (Gartner contratada para subsidiar o desenho do novo patamar estratégico de maturidade digital); Decreto Estadual de instituição da Estratégia de Governo Digital 2027-2030; Plataforma Estadual de Dados e barramento IntegraRS; Labtech RS (Laboratório de Inovação em Governo e Design de Serviços); Programa RS+Digital (apoio aos municípios); Matriz de Planos de Continuidade de Negócio em TIC.
Público-alvo e abrangência	Todas as secretarias de estado
Beneficiários diretos	Todos os Cidadão que utilizam os serviços do RS

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

No âmbito da prestação direta de serviços e relacionamento com o cidadão, as iniciativas articuladas pela Estratégia de Governo Digital consolidaram o portal RS.GOV com a marca de 758 serviços digitalizados, representando noventa e seis por cento dos serviços direcionados à população gaúcha. Em paralelo, a assistente virtual oficial gurIA completou sua primeira fase operacional atingindo cerca de 1,6 milhão de atendimentos conversacionais via web e canais de mensageria, avançando para a execução de serviços finalísticos diretamente no ambiente de chat, com 18 serviços transacionais plenamente implementados e outros cinco em homologação final. O Estado também inaugurou seu modelo de atuação proativa por meio de seis trilhas de mensageria ativa voltadas à antecipação de direitos e alertas essenciais (como uniforme escolar, vacinação, triagem neonatal e suporte a eventos climáticos), alcançando com sucesso mais de 394 mil cidadãos. Essa transformação contínua e orientada à experiência do usuário garantiu ao Rio Grande do Sul o tetracampeonato consecutivo no ranking geral do Índice da ABEP-TIC (IOSPD), com cinco reconhecimentos setoriais em inovação e maturidade digital.

No plano da governança corporativa e infraestrutura interna, há alicerces estruturantes plenamente instalados e operacionais em toda a máquina pública. Destacam-se a institucionalização definitiva do Plano Diretor de TIC (PDTIC) orientando os investimentos setoriais; a implantação e execução contínua dos Planos de Continuidade de Negócios (PCN) em cem por cento dos órgãos para mitigar crises operacionais e climáticas; a operação preventiva do Comitê de Segurança da Informação articulado ao CERT-RS; a estruturação da Plataforma Estadual de Dados e do barramento de interoperabilidade; a expansão das diretrizes transversais de Linguagem Simples; e a formalização da Estratégia Estadual de Inteligência Artificial.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Fase de diagnóstico consolidada e estruturação do plano executivo em cooperação com a consultoria Gartner, contratada formalmente para subsidiar a modelagem do patamar estratégico de maturidade digital do RS frente às melhores práticas internacionais. As conclusões do mapeamento comparativo (legado 2020 versus Lei 14.129, IOSPD e OCDE) encontram-se concluídas, detalhando os gaps operacionais e balizando o plano de ação que subsidiará o decreto de instituição da estratégia.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Conclusão dos relatórios consultivos da Gartner, submissão da minuta do decreto e do documento final da EGD-RS ao Comitê de Governança de TIC (CGTIC), culminando no lançamento oficial do programa e publicação do marco regulatório no início do próximo ano.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** 14.454.518,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** 12.208.786,09 **Orçamento liquidado até ago/2026:** 5.832.231,61 **Orçamento LOA 2027:** 22.695.625,00 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre
Pontos críticos e riscos	Assimetria orçamentária e operacional setorial: Diferentes níveis de maturidade e capacidade de investimento entre as secretarias estaduais para modernização de seus sistemas legados; Interdependência de infraestrutura externa: Dependência de fornecedores de conectividade e nuvem pública para o cumprimento integral dos cronogramas de redundância; Resistência cultural à interoperabilidade: Retenção setorial de bases cadastrais em detrimento do compartilhamento pleno na Plataforma Estadual de Dados; Curva de adesão municipal: Sobrecarga técnica das equipes das prefeituras menores no processo de adoção do programa RS+Digital.
Recomendações	Garantir a alocação específica de recursos no Plano Plurianual e LOA para os projetos estruturantes (otimização digital,

	continuidade de negócios, letramento digital e expansão da Plataforma de Dados).

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
2026/020005	Contratação de serviços especializados para prognósticos sobre Tecnologia da Informação, pesquisa e aconselhamento tático e estratégico, por meio da empresa Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas LTDA, para a Secretaria de Planejamento Governança e Gestão – SPGG.	Gartner	14.158.100,00	21/05/2029	Em execução
2024/022683	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços profissionais de apoio, assessoria e consultoria técnica administrativa nas áreas de licitações, orçamento e contratos de TI e serviços de consultoria técnica especializada em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).	G4F	10.032.663,40	18/11/2026	Em Execução

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
25/1300-0008924-3	Consultoria de Apoio de TI baseada em catálogo de serviços	Licitado	Contratação SPGG

3. Estratégia RS Data Driven – Dados e Inteligência Artificial

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Estratégia RS Data Driven – Dados e Inteligência Artificial
Base legal	Decreto Nº 56.528, Maio de 2026. Instrução Normativa SPGG/RS n.º 06/2026 Instrução Normativa SPGG/RS n.º 07/2026 Instrução Normativa SPGG/RS n.º 15/2025
Unidade responsável	Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital
Objetivo	Consolidar a Estratégia RS Data Driven como eixo estruturante para o uso governado, integrado e responsável de dados e inteligência artificial no Governo do Estado, articulando a Plataforma Estadual de Dados (PED), o Integra RS e a Estratégia Estadual de Inteligência Artificial para qualificar políticas públicas, apoiar decisões e ampliar a capacidade de entrega de serviços à sociedade.
Justificativa	A Estratégia RS Data Driven foi desenvolvida para superar a fragmentação de dados, sistemas e iniciativas de inteligência artificial no Governo do Estado, estabelecendo uma abordagem integrada para transformar dados em ativos estratégicos. A iniciativa buscou criar condições institucionais, tecnológicas e de governança para organizar, compartilhar e reutilizar informações entre os órgãos estaduais, ampliar a interoperabilidade e apoiar decisões baseadas em evidências. Nesse contexto, a Plataforma Estadual de Dados (PED) foi estruturada como ambiente de governança, catalogação, compartilhamento e treinamento; o Integra RS, como instrumento de integração entre bases e sistemas, inclusive com outras esferas governamentais; e a Estratégia Estadual de Inteligência Artificial, como referência para orientar a adoção ética, segura, transparente e orientada a resultados de soluções de IA no setor público estadual. O Programa de Fluência em Dados complementa essa agenda ao disseminar cultura de dados e capacitar servidores para utilizar informações de forma qualificada na gestão pública.
Principais instrumentos	Estratégia RS Data Driven como agenda guarda-chuva de dados e inteligência artificial; Plataforma Estadual de Dados (PED) como ambiente que centraliza todas as ferramentas, procedimentos, diretrizes e conhecimento sobre dados do RS; Integra RS como iniciativa de interoperabilidade e integração entre bases e sistemas estaduais; Estratégia Estadual de Inteligência Artificial como referência para uso ético, seguro, transparente e efetivo de IA; facilitadores de dados nos órgãos.
Público-alvo e abrangência	Servidores públicos, lideranças, pesquisadores e cidadãos em geral interessados por consumir dados do estado
Beneficiários diretos	Lideranças públicas do RS, Servidores analistas e População do Rio grande do Sul

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

No período 2022–2026, a Estratégia RS Data Driven consolidou uma agenda estadual de dados, interoperabilidade e inteligência artificial, estruturando bases institucionais e tecnológicas para transformar dados em ativos estratégicos de governo. Como marco inicial, o Decreto de

Compartilhamento de Dados, publicado em 2022, estabeleceu diretrizes para a troca de informações entre órgãos e abriu caminho para uma governança mais coordenada, segura e orientada ao uso de evidências na formulação, no monitoramento e na avaliação de políticas públicas. Esse arcabouço foi complementado por atos normativos e padrões técnicos que organizaram dimensões essenciais da estratégia, incluindo a classificação e a qualidade dos dados, a implantação e utilização do Integra RS e a governança e gestão corporativa da ferramenta de Power BI, fortalecendo a padronização, a rastreabilidade e a segurança no uso de dados e recursos analíticos pelo Estado.

A estratégia também fortaleceu a governança distribuída de dados no Estado, com a formação de uma rede de mais de 200 servidores indicados como facilitadores de dados por meio de portarias de seus respectivos órgãos. Essa rede passou a apoiar a articulação entre áreas finalísticas e técnicas, ampliando a capacidade institucional para organizar demandas, qualificar bases, promover o compartilhamento de informações e disseminar boas práticas de gestão e uso de dados no setor público estadual. Adicionalmente, foi desenvolvido e implantado o programa de capacitação Fluência em Dados, voltado a tornar os servidores do Estado mais fluentes no uso de dados, com mais de 80 servidores formados.

Em 2025, foi lançada a Plataforma Estadual de Dados (PED), concebida como ambiente corporativo para governança, catalogação, compartilhamento, tratamento, disponibilização e reuso de dados e serviços digitais do Estado. A PED passou a reunir ferramentas, procedimentos, diretrizes e conhecimentos relacionados à gestão de dados, funcionando como base comum para iniciativas de dados abertos, dados estratégicos, integração de informações e apoio à tomada de decisão.

No campo da interoperabilidade, foi implementado o Integra RS como gateway e portal unificado de APIs do Governo do Estado. A publicação da Instrução Normativa do Integra RS formalizou o fluxo de solicitação, aprovação, credenciamento, termo de compromisso e acompanhamento do uso de APIs, substituindo integrações isoladas por um modelo padronizado, rastreável e seguro. A estratégia também avançou na articulação federativa com a formalização de parceria com o Governo Federal, por meio do convênio do Conecta GOV.BR, para disponibilização de APIs federais no Integra RS e ampliação das possibilidades de integração entre bases estaduais e nacionais. Até o momento, foram disponibilizados sete produtos de API, envolvendo bases como DataRS, SEI RS e CadÚnico, com mais de 66 mil requisições registradas em 2026.A PED ainda conta coma Base de referência do cidadão utilizada para subsidiar o envio de mensagens proativas pela GurIA e fazer a análise e gestão de suas preferências de relacionamento com o cidadão.

A Estratégia Estadual de Inteligência Artificial também foi publicada, em Abril de 2026, como parte da agenda RS Data Driven, estabelecendo referência para adoção ética, segura, transparente e orientada a resultados de soluções de IA no setor público estadual. Com isso, o Estado passou a contar com um ecossistema mais estruturado para uso qualificado de dados, interoperabilidade entre sistemas, compartilhamento seguro de informações e aplicação responsável de inteligência artificial em políticas públicas e serviços digitais.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:**

	Aperfeiçoamento da camada de gestão e compartilhamento de dados da PED.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Implementação do processo e camada para viabilizar análise de dados de forma conversacional com apoio de IA.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** 5.846.051,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** 4.987.350,00 **Orçamento liquidado até ago/2026:** 715.759,27 **Orçamento LOA 2027:** R$ 5.257.545,39 + 6.700.000,00 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre e PROGESTÃO RS
Recomendações	Indexar de forma ordenada todos os *data lakes e data warehouses* e análogos, na PED, e que seus dados sejam catalogados. Priorizar a automatização da publicação de dados abertos, via PED, de forma a liberar esforço humano para atividades de maior valor.
Mais informações	**Site Plataforma Estadual de Dados:** https://ped.rs.gov.br/ **Interoperabilidade da dados:** https://integra.ped.rs.gov.br/ **Governança de Dados e IA:** https://planejamento.rs.gov.br/governanca-de-dados-65afd2cbccbcf

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
FPE 2025/020661	Serviços Transversais de Tecnologia da Informação e Comunicação – STIC: Item PED: conjunto de tecnologias de hardware e software mantidos e operados pela PROCERGS que possibilitam à CONTRATANTE e demais ÓRGÃOS USUÁRIOS a criação e a manutenção de projetos para análise de dados e inteligência analítica – Business Intelligence e Ciência de Dados (Analytics).	PROCERGS	R$3,9 milhões	03/2030	Vigente

FPE 2025/020990	prestação de serviços estratégicos de solução de tecnologia da informação (TI) para fornecimento do serviço de Batimento de Dados do Sistema de Informação do Registro Civil – SIRC.	Dataprev	4 Milhões	07/2030	Vigente

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300-9002975-5	Software de CRM – Gestão do Relacionamento com o Cidadão e visão 360.	Elaboração do ETP	Elaboração de TR e execução de Licitação.

4. RS+Digital

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	RS+Digital
Base legal	DECRETO Nº 58.467, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.
Unidade responsável	Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital
Órgãos e entidades parceiras	SPGG (STI, SUPLAN), PROCERGS, EDP, FAMURS
Objetivo	Promover a transformação digital dos municípios gaúchos por meio da oferta de soluções tecnológicas, capacitação, cooperação técnica e apoio à modernização da gestão pública, ampliando a eficiência administrativa, processos administrativos digitais, transparência e o acesso dos cidadãos a serviços públicos digitais.
Justificativa	Apoiar os municípios na superação dos desafios de modernização da administração pública, ampliando a digitalização de processos e serviços, promovendo maior eficiência, transparência, integração entre governos e melhor atendimento ao cidadão.
Principais instrumentos	Instrumentos administrativos e jurídicos para cooperação do município e o Estado para o Programa RS+Digital começa a partir da Manifestação de Interesse, Pré-adesão ao Programa, a assinatura do Termo de Cooperação, que viabiliza a adesão so ProPEN e o subsídio de 12 meses de utilização das ferramentas, o Plano de Trabalho de implementação e utilização das ferramentas, além das normativas municipais que estabelecem a governança do SEI RS Municípios no âmbito da administração municipal. A partir de três pilares de cooperação, que conta com Processos Inteligentes e Seguros, Colaboração e Inteligência

	Artificial, e Gestão Inteligente, conta com as ferramentas disponíveis, respectivamente, SEI RS Municípios, Licenças Microsoft 365 e Copilot Chat, Cartas de Serviços Digitais na plataforma RS.GOV.BR e GurIA, e os sistemas de monitoramento e gestão baseada em dados, disponibilizados aos municípios mediante cooperação técnica com o Estado.
Público-alvo e abrangência	Municípios gaúchos de porte P (até 50mil habitantes) e M (até 100mil habitantes). Entretanto, municípios G (acima de 100mil habitantes) podem usufruir dos serviços do Programa com contratação direta com a PROCERGS.
Beneficiários diretos	Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que aderirem à iniciativa, seus agentes públicos e a população usuária dos serviços públicos municipais, beneficiados pela ampliação da oferta de serviços digitais, melhoria da gestão pública e qualificação do atendimento ao cidadão.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Até agosto de 2026, o RS+Digital contabilizava 78 municípios aderentes, 54 em implantação, 40 ambientes implantados, 09 municípios operando com o SEI RS Municípios. 334 cartas de serviços digitais publicadas em 43 municípios, além de 2.600 licenças Microsoft disponibilizadas para as prefeituras. O Programa RS+Digital estruturou uma jornada padronizada de implantação para os municípios, abrangendo desde a adesão e capacitação até a gestão documental, parametrização de ambientes, entrada em operação (go-live) e acompanhamento pós-implantação. Como principal entrega tecnológica, promoveu a implantação do SEI RS Municípios, viabilizando a digitalização de processos administrativos, o aumento da rastreabilidade das informações, a redução do uso de papel e o fortalecimento da transparência pública. Além disso, disponibilizou licenças Microsoft 365 para as administrações municipais, ampliando a colaboração, a produtividade e a preparação para o uso de soluções de inteligência artificial na gestão pública.

O programa também impulsionou a expansão dos serviços digitais municipais no portal RS.GOV.BR, ampliando o acesso da população a serviços públicos por meio de canais digitais padronizados, e disponibilizou a GurIA, assistente virtual destinada à orientação dos cidadãos e à facilitação do acesso aos serviços públicos digitais. Paralelamente, foram desenvolvidas ações de capacitação, comunicação, normatização, gestão documental e suporte técnico, garantindo maior autonomia e sustentabilidade às implantações municipais. Como resultado, consolidou-se um modelo de cooperação entre Estado e municípios baseado em tecnologia, metodologia, capacitação e suporte contínuo, reduzindo barreiras técnicas e financeiras para a transformação digital das prefeituras gaúchas

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O Programa RS+Digital encontra-se em fase de execução e expansão, com foco na implantação das soluções disponibilizadas aos, atualmente, 78 municípios aderentes, incluindo o SEI RS Municípios, serviços digitais no portal rs.gov.br, ferramentas de colaboração e inteligência artificial, capacitação de equipes e fortalecimento da gestão baseada em dados. Nesta etapa, o programa prioriza a consolidação das implantações em andamento, a instalação e a entrada em operação do SEI RS dos novos municípios e a ampliação da

	adesão municipal às soluções de transformação digital disponibilizadas pelo Estado.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Implantação finalizada em mais 25 municípios em 2026, e prospecção de novas prefeituras gaúchas até final do ano, com uma meta administrativa de 300 municípios ao final de 2027.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 5.137.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 3.718.932,00 **Orçamento liquidado até ago/2026:** - **Orçamento LOA 2027:** R$ 8.431.667,00 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre
Pontos críticos e riscos	Os riscos mais relevantes atualmente são a baixa conversão da prospecção em adesão, a desistência de municípios já aderentes, a utilização de soluções concorrentes já implantadas, a adoção parcial do portfólio de serviços, a dependência de equipes terceirizadas para implantação das ferramentas do Programa, a limitação da capacidade operacional para implantação e suporte, a fragilidade da articulação institucional com a FAMURS, a necessidade de consolidação do programa como política pública permanente e os desafios relacionados à governança, comunicação e sustentação das implantações após o go-live. Esses fatores podem comprometer a escala, a sustentabilidade e o impacto esperado do RS+Digital como estratégia estadual de transformação digital dos municípios.
Recomendações	As recomendações mais relevantes para os próximos ciclos do programa são: fortalecer a institucionalização do RS+Digital como política pública permanente, ampliar a articulação política com municípios e FAMURS, reforçar a equipe própria de implantação e suporte, reduzir a dependência de fornecedores externos, ampliar a demonstração de valor para municípios que já possuem soluções próprias, fortalecer o acompanhamento pós-implantação e implantar mecanismos robustos de monitoramento e divulgação de resultados. Essas medidas aumentam significativamente as chances de expansão sustentável e de consolidação do RS+Digital como a principal política estadual de transformação digital municipal.
Mais informações	https://seimunicipios.rs.gov.br/conheca-o-programa-rs-digital https://seimunicipios.rs.gov.br/inicial

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300-9000081-1	Suíte de Colaboração PROCERGS para Municípios – COLABMUN; Serviço Gerenciado de Sustentação SEI-MUNICIPIO – SEIMUN e Plataforma RS.GOV.BR - CARTAS DE SERVIÇOS, para	Para assinatura entre as partes	Faturamento

	utilização pelos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que aderirem ao Programa RS+Digital		

5. SEI RS

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	SEI RS
Base legal	DECRETO Nº 57.990, DE 27 DE JANEIRO DE 2025: DECRETO Nº 58.047, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025: DECRETO Nº 58.461, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025.
Unidade responsável	Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital
Órgãos e entidades parceiras	63 órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo do Estado aderentes ao SEI RS.
Objetivo	Implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) nos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo uma plataforma única e padronizada para a gestão de documentos, abertura e tramitação de processos administrativos e documentos eletrônicos, atendendo à: • Padronização de tramitação de documentos e processos administrativos entre órgãos e entidades da adm. Direta e indireta ou ainda entre diferentes poderes e esferas administrativas; • Aumentar a eficiência e a agilidade dos fluxos de trabalho; • Reduzir o uso de papel e os custos operacionais; • Garantir maior transparência, segurança e controle das informações; • Fortalecer a gestão documental e a segurança da informação; • Ampliar a interoperabilidade entre órgãos e entes federativos por meio do Tramita.GOV.BR. Além disso, a adoção do SEI RS está alinhada ao Programa Nacional de Processo Eletrônico (ProPEN) e visa substituir gradualmente o PROA por uma solução adotada nacionalmente, favorecendo a integração com outros órgãos públicos e a modernização do fluxo administrativo processual.
Justificativa	O Rio Grande do Sul aderiu ao SEI para adotar uma plataforma nacional padronizada de gestão de processos e documentos eletrônicos, com acessos únicos pelo GOV.BR, ampliando a integração com outros órgãos públicos de diferentes poderes e esferas, aumentando a eficiência administrativa, fortalecendo a transparência e reduzindo custos operacionais.
Principais instrumentos	Termo de Adesão ao ProPEN (Programa do Processo Eletrônico Nacional). Portaria de Contratos Transversais do Estado Contrato PROCERGS DRC 237/2025
Público-alvo e abrangência	**Órgãos e entidades do Poder Executivo do RS** **Total de usuários diretos:** 36.840 usuários internos do sistema.

	Total de usuários indiretos cadastrados no sistema: 13.074 usuários externos do sistema.
Beneficiários diretos	Administração pública do RS.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A adesão ao SEI permitiu ao Estado do Rio Grande do Sul implantar uma plataforma corporativa única para gestão eletrônica de documentos e processos, estruturando a governança estadual do processo eletrônico, habilitando a interoperabilidade com outras esferas de governo e promovendo ganhos de eficiência, transparência, segurança da informação, gestão documental e transformação digital da Administração Pública. **Disponibilização do SEI RS** como plataforma corporativa para produção, tramitação, assinatura, arquivamento e acesso a documentos e processos administrativos eletrônicos. **Definição da governança estadual do sistema**, com atuação da SPGG/STI como órgão central responsável pela coordenação e padronização da solução. **Elaboração do plano de implantação**, contemplando planejamento, parametrização, homologação, pilotos e expansão para os órgãos e entidades do Poder Executivo. **Integração ao Tramita GOV.BR**, permitindo a interoperabilidade com órgãos das demais esferas de governo. **Disponibilização de módulo de assinaturas eletrônica de documentos** de acordo com a legislação pertinente que tange às assinaturas eletrônicas simples, avançadas e qualificadas. **Estruturação de padrões de gestão documental e arquivística**, alinhando o sistema às diretrizes de governança documental do Estado.
Em 10 meses de implantação o sistema já soma mais de **200 mil processos administrativos criados**, em 63 órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado, tramitando e gerindo cerca de **700 mil documentos elaborados internamente** no sistema e **recebendo cerca de 1.800.000 de documentos externos** para compor os processos administrativos, além da viabilização de em torno de **950 mil tramitações de processos e documentos** entre os órgãos da administração direta e indireta do Estado.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Consolidação e amadurecimento funcional como plataforma corporativa de gestão de processos e documentos eletrônicos do Poder Executivo Estadual. A fase atual concentra-se na evolução de componentes estruturantes da solução, na qualificação da governança documental, na ampliação da interoperabilidade e no acompanhamento da substituição progressiva do PROA. Nesse contexto, estão em andamento demandas como os módulos de **Hierarquia** e **Portas de Entrada**, a homologação do **Módulo de Gestão Documental**, a manutenção evolutiva do **Módulo de Assinatura Eletrônica**, as integrações com o **Tramita GOV.BR** e o monitoramento da adesão dos órgãos ao SEI RS. Essas frentes representam, de forma articulada, o movimento de estabilização, padronização e expansão da plataforma como solução única para a tramitação administrativa eletrônica no Estado.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Planejar e executar a transição definitiva do PROA para o SEI RS, com definição de cronograma, regras de bloqueio gradual do sistema legado, tratamento dos processos em andamento e responsabilidades dos órgãos envolvidos.

	A etapa também contempla a gestão e destinação dos processos remanescentes do PROA, a migração de dados do SPI e a implantação do SEI IA, visando consolidar o SEI RS como plataforma corporativa única para processos administrativos eletrônicos.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 5.600.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 5.600.000,00 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 4.211.898,88 **Orçamento LOA 2027:** R$ 8.100.000,00 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre
Pontos críticos e riscos	A consolidação do SEI RS depende da ampliação gradual da adesão e da redução da convivência simultânea com o PROA. Embora o sistema já tenha alcançado 110.042 processos abertos e participação de 46,1% do total de processos administrativos do Estado, ainda há pontos de atenção relacionados ao ritmo de adoção, à padronização dos fluxos e à necessidade de reforço do alinhamento institucional para que o SEI RS se consolide como plataforma única de tramitação administrativa eletrônica. A transição definitiva do PROA para o SEI RS já possui planejamento elaborado e depende de alinhamento institucional e deliberação da alta gestão para execução. A customização local do SEI aumenta os custos de atualização do sistema e reduz os benefícios de aderir a uma plataforma nacional. Também há dependências externas relacionadas à evolução da plataforma SEI no âmbito federal, incluindo disponibilização de módulos do ProPEN, correções, atualização de versões e implementação de melhorias demandadas pelos estados, com possível impacto no cronograma de modernização da solução.
Recomendações	Priorizar o alinhamento institucional para ampliar a adesão ao SEI RS, definir a execução da transição definitiva do PROA e consolidar o sistema como plataforma única de abertura, gestão e tramitação de processos administrativos do Poder Executivo Estadual. Priorizar adaptações dos processos e atividades para evitar novas customizações de sistema
Mais informações	Site oficial: https://sei.rs.gov.br/ Site de informações: https://portalsei.rs.gov.br/inicial

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
DRC 237	Contratação de serviços denominados Serviços Transversais de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, instituídos pelo Decreto nº 55.795, de 16.03.2021, para utilização por órgãos da administração do	PROCERGS	R$ 15.626.815	31/03/2030	Em execução

	Estado RS, doravante denominado ÓRGÃOS USUÁRIOS.				

6. RS Cyber Shield.

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	RS Cyber Shield.
Base legal	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018); Decreto nº 57.547, de 4 de abril de 2024, que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação do Poder Executivo Estadual; Decreto Estadual nº 57.144, de 18 de agosto de 2023, que instituiu a Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital (STI).
Unidade responsável	Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital
Órgãos e entidades parceiras	• PROCERGS - Centro de Soluções em Governo Eletrônico; • Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual usuários dos serviços transversais de TIC e segurança cibernética.
Objetivo	Implantar e disponibilizar uma solução integrada e transversal de segurança cibernética para a Administração Pública Estadual, destinada à proteção dos ativos tecnológicos e informacionais do Estado, por meio da prevenção, detecção, análise e resposta a incidentes de segurança. A iniciativa visa reduzir continuamente a superfície de ataque, mediante a identificação, avaliação e tratamento de riscos cibernéticos, ampliando a visibilidade e a rastreabilidade dos eventos de segurança, fortalecendo a postura institucional de proteção da informação e apoiando o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e normativos aplicáveis. Para tanto, o RS Cyber Shield é composto por um conjunto integrado de ferramentas e serviços especializados, operados de forma contínua e coordenada, abrangendo múltiplas camadas de segurança, incluindo proteção de estações de trabalho, servidores, aplicações, identidades digitais e ambientes de colaboração, com capacidades avançadas de monitoramento, gestão de riscos e resposta a incidentes.
Justificativa	A crescente digitalização dos processos e serviços da Administração Pública Estadual, associada à ampliação da superfície de ataque decorrente da maior exposição de sistemas, da adoção intensiva de serviços digitais e da crescente dependência da infraestrutura tecnológica, impõe a necessidade de fortalecimento das capacidades de segurança cibernética do Estado. Paralelamente, observa-se um aumento significativo na sofisticação e na frequência das ameaças cibernéticas, incluindo ataques direcionados, exploração de vulnerabilidades conhecidas e desconhecidas, comprometimento de credenciais e disseminação de códigos maliciosos por múltiplos vetores. Nesse contexto, torna-se essencial adotar uma abordagem integrada e proativa de gerenciamento de riscos cibernéticos, capaz de correlacionar ameaças, vulnerabilidades e impactos

	potenciais sobre os ativos tecnológicos, as informações e os processos institucionais. A ausência de mecanismos adequados de monitoramento, prevenção, detecção e resposta a incidentes pode resultar em indisponibilidade de serviços públicos, vazamento de informações, danos reputacionais e prejuízos operacionais e financeiros para a Administração Pública Estadual. Diante desse cenário, justifica-se a implementação do RS Cyber Shield, uma solução integrada de segurança cibernética composta por ferramentas e serviços especializados que atuam de forma coordenada e contínua na proteção de estações de trabalho, servidores, aplicações, identidades digitais, correio eletrônico e ambientes colaborativos. A iniciativa busca fortalecer a resiliência cibernética do Estado por meio do monitoramento contínuo de eventos de segurança, da detecção e resposta a incidentes, da identificação e tratamento de vulnerabilidades, da centralização e correlação de eventos e da gestão contínua de riscos, contribuindo para a proteção dos ativos tecnológicos e informacionais, a melhoria da postura de segurança e o atendimento aos requisitos legais e normativos aplicáveis.
Público-alvo e abrangência	Todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual beneficiários dos Serviços Transversais PROCERGS, abrangendo aproximadamente 37.877 estações de trabalho, 1.476 servidores, 242 aplicações corporativas e 61.464 contas Microsoft 365. O RS Cyber Shield foi dimensionado para atender 52 registros organizacionais da Administração Pública Estadual, conforme relação constante da planilha de detalhamento da proposta. O quantitativo considera separadamente unidades vinculadas ou atendidas tecnologicamente por outros órgãos, bem como ambientes mantidos em tenant distinto.
Beneficiários diretos	Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual atendidos pelos Serviços Transversais de TIC e pela infraestrutura tecnológica corporativa do Estado.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

- Elaboração da proposta técnica e comercial da solução integrada de segurança cibernética, contemplando modelo de prestação de serviços, escopo, arquitetura, quantitativos, cronograma de implantação e estimativas financeiras;
- Definição da arquitetura de proteção composta por serviços de proteção de estações de trabalho (EDR), proteção avançada de servidores (XDR), proteção de aplicações (WAF/ADC), proteção de identidades digitais e contas Microsoft 365, monitoramento contínuo (SOC) e gestão de riscos cibernéticos;
- Realização do levantamento do ambiente tecnológico estadual para dimensionamento da solução, abrangendo aproximadamente 37.877 estações de trabalho, 1.476 servidores, 242 aplicações e 61.464 contas Microsoft 365;
- Identificação e planejamento do atendimento de 52 órgãos, entidades e ambientes organizacionais do Poder Executivo Estadual;
- Definição do modelo de implantação em ondas e da estratégia de contratação e operação dos serviços junto à PROCERGS.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Implantação em andamento da solução corporativa de segurança cibernética RS Cyber Shield, com execução das ondas de implementação previstas para 2026, contemplando proteção de estações de trabalho, servidores, aplicações e contas de e-mail dos órgãos e entidades participantes, bem como a integração e operacionalização dos serviços de monitoramento e resposta a incidentes de segurança.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Operação assistida e consolidação dos serviços implantados. Finalizar a implantação das ondas remanescentes previstas para 2026, consolidando a proteção de estações de trabalho, servidores, aplicações e contas de e-mail dos órgãos atendidos. Após a conclusão da implantação, realizar a estabilização operacional da solução, o monitoramento contínuo dos ambientes protegidos, o acompanhamento dos indicadores de segurança cibernética e a gestão contínua de vulnerabilidades, riscos e incidentes de segurança.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 34.000.000,00 **(apenas Cybershield, sem DRC237)** **Orçamento empenhado até ago/2026: -** **Orçamento liquidado até ago/2026: -** **Orçamento LOA 2027:** R$ 49.000.000,00 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre
Pontos críticos e riscos	Coordenação entre os órgãos participantes; integração das soluções aos ambientes tecnológicos existentes; disponibilidade de infraestrutura e recursos especializados; manutenção dos recursos orçamentários para sustentação da operação; e adaptação contínua ao crescente cenário de riscos e ameaças cibernéticas.
Recomendações	Concluir a implantação da solução prevista para 2026; assegurar recursos para sustentação e evolução do serviço; manter a segurança cibernética como prioridade estratégica do Estado; consolidar os processos de monitoramento, gestão de riscos e resposta a incidentes; e promover a expansão contínua da maturidade de segurança da informação nos órgãos e entidades atendidos.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
DRC 237	Contratação de serviços denominados Serviços Transversais de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, instituídos pelo Decreto nº 55.795, de	PROCERGS	R$ 34.000.000,00	31/03/2030	Em execução

	16.03.2021, para utilização por órgãos da administração do Estado RS, doravante denominado ÓRGÃOS USUÁRIOS.				

7. Estratégia BIMGovRS - LaBIM

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Estratégia BIMGovRS - LaBIM
Base legal	**Decreto Estadual 56.311; Decreto Federal nº 9.983**, de 22 de agosto de 2019; Lei **Federal 14.133/2021,** Artigo 19, parágrafo 3º; **Decreto Federal nº 11.888/2024**
Unidade responsável	Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital
Órgãos e entidades parceiras	Secretarias e órgãos da Administração Pública Estadual integrantes do Comitê Gestor BIM (CG-BIM) e do Grupo Técnico BIM (GTEC-BIM), além de instituições parceiras de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, conselhos profissionais, entidades de classe e demais órgãos públicos que participem de ações de capacitação, projetos-piloto, pesquisa, desenvolvimento e disseminação da metodologia BIM.
Objetivo	Promover a implantação, o fomento e sustentar a utilização da Modelagem da Informação da Construção (BIM) no âmbito da Administração Pública Estadual, adequando seus processos, tecnologia e metodologias às exigências da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 14.133/2021), estimulando a inovação tecnológica, a modernização da gestão de obras e serviços de arquitetura e engenharia, a capacitação de servidores e a adoção de padrões e processos digitais que contribuam para maior eficiência, transparência e qualidade dos empreendimentos públicos.
Justificativa	A adoção da metodologia BIM permite melhorar a qualidade dos projetos e obras públicas, aumentar a precisão de orçamentos e planejamentos, reduzir retrabalhos e aditivos contratuais, fortalecer a gestão da informação ao longo do ciclo de vida dos ativos públicos e ampliar a eficiência na aplicação dos recursos públicos. A iniciativa está alinhada às diretrizes nacionais de transformação digital do setor da construção e ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê o uso preferencial da metodologia em contratações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, quando adequado ao objeto.
Principais instrumentos	• Decreto Estadual nº 56.311 de 2022 e Decreto Estadual nº 57.288 de 2023; • Lei Federal nº 14.133/2021

	• Comitê Gestor BIM (CG-BIM) composto por 19 órgãos secretarias estaduais; • Grupo Técnico BIM (GTEC-BIM) com 37 representantes entre titulares e suplentes; • Laboratório de Estudos e Tecnologias BIM (LaBIM-RS); • Planos de Implantação BIM da STI/SPGG; • Planos de Implantação BIM dos órgãos estaduais; • Projetos-piloto de implantação; • Programas de capacitação e aculturamento em BIM; • Guias, manuais, cadernos BIM e padrões técnicos estaduais (https://planejamento.rs.gov.br/bim-rs); • Ambientes Comuns de Dados (CDE) e demais soluções tecnológicas de apoio à implementação do BIM; • Termo de Cooperação Técnica nº 594/2025 - Justiça Federal da 4ª Região; • Estratégia BIM BR (Decreto nº 11.888/2024).
Público-alvo e abrangência	Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual do Rio Grande do Sul, especialmente equipes técnicas de arquitetura, engenharia, infraestrutura, planejamento, obras, manutenção e gestão patrimonial, bem como servidores envolvidos em contratações, fiscalização, gestão de projetos e transformação digital. A Estratégia possui abrangência estadual e atuação transversal junto às secretarias e entidades vinculadas. Por meio da Rede BIM RS, estende suas ações com cooperação técnica, disseminação de conhecimento e compartilhamento de boas práticas a outros órgãos públicos, empresas estatais, órgãos de controle, instituições federais e municípios, ampliando o alcance da adoção da metodologia BIM no Estado.
Beneficiários diretos	Órgãos e entidades da Administração Pública Estadual beneficiados pela disponibilização de soluções tecnológicas padronizadas, incluindo atas de registro de preços para softwares BIM e estações de trabalho de alto desempenho, que aceleram a modernização tecnológica e a implantação da metodologia BIM nas secretarias estaduais. Servidores públicos estaduais capacitados e apoiados pelo LaBIM-RS na adoção de processos, ferramentas e padrões BIM aplicados ao planejamento, contratação, fiscalização, execução e gestão de ativos públicos. Municípios, empresas públicas, órgãos de controle e demais instituições participantes da Rede BIM RS, beneficiados pelo acesso a capacitações, padrões técnicos, documentos de referência, boas práticas e iniciativas de cooperação voltadas à transformação digital da gestão de obras e ativos públicos.

	Gestores e equipes técnicas responsáveis por projetos e obras públicas, beneficiados por maior padronização, interoperabilidade, qualidade das informações e eficiência nos processos de contratação e acompanhamento de empreendimentos. Cidadãos e comunidades atendidos por obras e serviços públicos desenvolvidos com maior transparência e qualidade, bem como pelo acesso a representações digitais, imagens, vídeos, modelos tridimensionais e outras formas de visualização que facilitam a comunicação, a compreensão e o acompanhamento dos projetos públicos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

- Implantação do LaBIM-RS, com estrutura física dedicada para desenvolvimento de projetos, consultorias e capacitação de servidores;
- Disponibilização de infraestrutura tecnológica para os órgãos estaduais por meio das ARP nº 0596/2024 (computadores padrão BIM) e ARP nº 429/2026 (softwares BIM);
- Capacitação de mais de 350 servidores públicos em BIM por meio de cursos e workshops;
- Mais de **60 licitações** de projetos em BIM
  Mais de **10 obras** com projetos BIM
- Mais de **5 secretarias** utilizando CDE
- Documentos de referência para contratações em BIM, incluindo o Caderno BIM BIMGov-RS, diretrizes para Termos de Referência, Plano de Execução BIM (BEP) e modelos padronizados;
- Promoção da disseminação do BIM por meio da Rede BIM RS, envolvendo órgãos públicos, empresas estatais, instituições federais e municípios;
- Ampliação da transparência e da comunicação com a sociedade por meio de modelos digitais, imagens e visualizações tridimensionais de projetos públicos;
- Desenvolvimento dos projetos estratégicos: **Padroniza BIM** e **Trilha BIM**, voltados à padronização de processos, documentos e capacitação continuada para adoção do BIM no setor público.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Atualmente, a Estratégia BIMGov-RS conta com secretarias em estágio avançado de implantação, destacando-se a Secretaria de Obras Públicas (SOP), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEDUR), a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo (SSPS), que já utilizam a metodologia BIM em projetos, contratações e gestão de empreendimentos.

	Há ainda órgãos em estágio intermediário de implantação, como a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (SEHAB) e a Casa Civil (Equipe de Conservação e Memória do Piratini). Além disso, encontram-se em fase inicial de estruturação e adoção da metodologia a Secretaria da Reconstrução Gaúcha (SERG), a Secretaria de Logística e Transportes (SELT/DAER), a Brigada Militar e a Polícia Civil. As demais secretarias estaduais, como a Secretaria da Saúde (SES) e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), possuem equipes e recursos mais enxutos e encontram-se em fase de avaliação e planejamento para início da implantação da metodologia BIM.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Expandir a implantação do BIM para todas as secretarias estaduais, consolidando as iniciativas já estruturadas e ampliando as ações de capacitação, padronização e suporte técnico por meio dos projetos Trilha BIM e Padroniza BIM. Paralelamente, fomentar a adoção da metodologia pelos municípios gaúchos por meio de capacitações, cooperação técnica e disponibilização de padrões, documentos de referência e boas práticas desenvolvidos pelo Estado. Essas ações visam preparar os órgãos estaduais e os municípios para o atendimento das diretrizes da Estratégia BIM BR do Governo Federal e para a utilização dos sistemas federais voltados à gestão de obras e investimentos públicos, bem como apoiar a evolução da maturidade BIM dos entes públicos em processos de financiamento e avaliação de empreendimentos.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 1.150.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 866.604,25 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 123.557,66 **Orçamento LOA 2027:** R$ 1.150.000,00 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre
Pontos críticos e riscos	Diferenças de maturidade BIM entre órgãos estaduais, impactando a velocidade de implantação e a interoperabilidade dos processos. Dependência da continuidade de investimentos em infraestrutura tecnológica, softwares especializados e equipes técnicas. Necessidade de manutenção e atualização contínua dos padrões, documentos de referência e instrumentos de contratação BIM. Ampliação da demanda de suporte técnico aos municípios, podendo exigir reforço na estrutura de atendimento do LaBIM-RS, atualmente com dois servidores e seis estagiários.

Recomendações	Manter a Estratégia BIMGov-RS como política pública prioritária para transformação digital da gestão de obras e ativos públicos. Fortalecer as ações de cooperação com municípios, disseminando padrões, boas práticas e documentos de referência desenvolvidos pelo Estado. Garantir a continuidade dos projetos Trilha BIM, Padroniza BIM e da Rede BIM RS. Ampliar a implantação do BIM para todas as secretarias estaduais, com foco na consolidação dos órgãos já estruturados e apoio aos órgãos em fase inicial de adoção. Dar continuidade às estratégias de capacitação, atualização tecnológica e disponibilização de infraestrutura por meio de atas de registro de preços para softwares e equipamentos especializados. Ampliar a equipe técnica do LaBIM-RS, garantindo capacidade de atendimento às demandas crescentes das secretarias estaduais e dos municípios que aderem às iniciativas de capacitação, cooperação técnica e implantação da metodologia BIM. Desenvolver e publicar instruções normativas, para utilização do BIM nas licitações, contratos, projetos, obras e gestão de ativos, assegurando uniformidade e segurança jurídica na aplicação da metodologia pelos órgãos estaduais.
Mais informações	Estratégia BIMGov-RS- SET 2026.pdf **https://www.autodesk.com/br/webinars/aec/labim-rs** https://planejamento.rs.gov.br/bim-rs

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
2026/020940	Operação Assistida BIM	MAXICAD INFORMATICA LTDA	R$ 367.800,00	nov/28	Em Andamento
2026/021536	Fornecimento de licenças governamentais e suporte técnico oficial de softwares Autodesk.	PARS Produtos de Processamento de Dados Ltda	R$ 582.398,00	set/29	Em andamento
2024/023227	Contratação de cursos de capacitação	RBIM CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA	R$ 142.319,25	dez/26	Em Andamento
2023/021506		3F LTDA	R$47.958,00	set/27	Em Andamento

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
26/1300-9003120-2	Fornecimento de licenças de softwares OPENBIM, para planejamento de obras, projetos complementares, bem como sistema para compartilhamento e integração de projetos em ambiente comum de dados (CDE),	Elaboração ETP Inex	Elaboração TR e encaminhamento DICON

8. PROGESTÃO - Projeto STI

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	PROGESTÃO - Projeto STI
Base legal	Decreto nº 58.647, de 3 de março de 2026. (Dispõe sobre o Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Rio Grande do Sul - PROGESTÃO RS, a ser implementado no âmbito do Acordo de Empréstimo nº 9787-BR, firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, em 30 de dezembro de 2025.)
Unidade responsável	Subsecretaria de Governança e Estratégia de TIC e Digital
Órgãos e entidades parceiras	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).
Objetivo	Fortalecer a capacidade do Estado de conceber, implementar, operar e aprimorar serviços públicos e soluções digitais, por meio da execução integrada dos subprojetos Design e Inovação, Base Inteligente, Serviços Escaláveis e TI Ágil, promovendo inovação centrada nas necessidades dos usuários, uso qualificado e inteligente de dados, automação e escalabilidade de serviços e maior agilidade, padronização e eficiência na gestão e na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Justificativa	A execução dos quatro subprojetos da STI justifica-se pela necessidade de aprimorar a gestão, a governança e o patrimônio de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado, mediante o conhecimento integrado dos sistemas existentes e de seus custos, a identificação de sinergias, o fortalecimento da interoperabilidade e da governança das aquisições, a promoção da inovação e a automação de processos da administração pública. Essas iniciativas contribuirão para qualificar a gestão da informação e das soluções tecnológicas, aumentar a eficiência das atividades administrativas, possibilitar a otimização de custos e apoiar a racionalização do gasto público, em alinhamento aos objetivos do PROGESTÃO RS.
Principais instrumentos	Regulamento Operacional do Programa PROGESTÃO RS; Manual Operativo do Programa; Acordo de Empréstimo BIRD nº 9787-BR; Plano de Compromisso Ambiental e Social; Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento; Plano Operativo Anual; Relatórios de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Programa; Sistema de Acompanhamento de Aquisições do Banco Mundial; Plano de Aquisições; Termos de Abertura das aquisições; Termos de Referência e Especificações

	Técnicas; planos de trabalho; instrumentos de gestão dos subprojetos; e contratos administrativos decorrentes dos processos de aquisição.
Público-alvo e abrangência	Órgãos e entidades da administração pública estadual e seus servidores, especialmente gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação, equipes técnicas, gestores de processos, responsáveis por aquisições e contratos de tecnologia e demais usuários das soluções desenvolvidas no âmbito dos quatro subprojetos da STI. A abrangência é estadual e transversal, alcançando, conforme o escopo e a implantação de cada subprojeto, os órgãos e as entidades do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul. Indiretamente, a sociedade gaúcha será beneficiada pela melhoria da gestão, da governança, da integração dos sistemas e da eficiência dos processos e serviços públicos apoiados por tecnologia.
Beneficiários diretos	Órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul abrangidos pelos quatro subprojetos da STI, seus gestores, equipes técnicas, gestores de processos e servidores usuários das soluções implantadas, bem como cidadãos e pessoas físicas ou jurídicas diretamente atendidos pelas soluções digitais, automações e serviços públicos alcançados pelos subprojetos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Os subprojetos Design e Inovação, Serviços Escaláveis, TI Ágil e Base Inteligente têm como propósito consolidar capacidades permanentes do Estado para entregar políticas públicas, serviços digitais e decisões governamentais com maior qualidade, eficiência, agilidade e foco nas necessidades dos cidadãos. Em conjunto, essas iniciativas visam institucionalizar modelos de gestão, processos, competências e ativos estratégicos que permitam ao Governo identificar problemas prioritários, compreender as demandas da sociedade, desenvolver e evoluir soluções de forma contínua, ampliar a produtividade das equipes, reduzir custos e retrabalho e aumentar a efetividade da ação pública.

Espera-se como resultado a existência de um ambiente mais orientado à inovação, capaz de transformar desafios em soluções concretas; de serviços digitais e automações escaláveis, reutilizáveis e sustentáveis, reduzindo tempos de processamento, atividades manuais e barreiras de acesso ao cidadão; de uma capacidade ampliada de desenvolvimento e gestão de produtos digitais, com entregas mais previsíveis, seguras, rápidas e alinhadas às prioridades governamentais; e de uma infraestrutura de dados e inteligência que permita integrar informações, elevar sua qualidade e disponibilizá-las para apoiar o planejamento, a formulação de políticas públicas, a gestão governamental e a tomada de decisão baseada em evidências.

Como legado institucional, os subprojetos buscam consolidar governança, padrões, metodologias, componentes reutilizáveis, conhecimento técnico e competências nas equipes estaduais, reduzindo dependências externas e ampliando a capacidade do Estado de sustentar e evoluir suas soluções ao longo do tempo. O sucesso das iniciativas será medido pelos benefícios efetivamente gerados para a Administração Pública e para a sociedade, incluindo melhorias na qualidade dos serviços, aumento da eficiência operacional, maior integração entre órgãos, uso mais intensivo de dados na gestão, ampliação da capacidade de inovação e fortalecimento da transformação digital do Estado.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Subprojetos Design e Inovação / Serviços Escaláveis / TI Ágil: Conclusão do planejamento e preparação técnica da contratação -Fase 1 de consolidação dos artefatos de planejamento e preparação da aquisição de serviços especializados, incluindo o alinhamento do escopo, das entregas, das responsabilidades, do cronograma e da estratégia de contratação. Estão sendo atualizados o mapa de aquisições, a EAP, o cronograma integrado e a matriz RACI, juntamente com o Termo de Abertura da aquisição, o Termo de Referência e a respectiva Memória de Cálculo. Subprojeto Base Inteligente: Em fase de elaboração dos artefatos da fase 1 de planejamento.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** **Subprojetos Design e Inovação / Serviços Escaláveis / TI Ágil:** Validação dos documentos e início do processo de seleção - Preparação para o Processo de Engajamento Antecipado que irá permitir maior robustez no processo de aquisição. Submissão do Termo de Referência, da Memória de Cálculo e dos demais documentos da contratação às instâncias competentes para análise e validação. Após a aprovação técnica, orçamentária e, quando aplicável, a obtenção da não objeção do Banco Mundial, o expediente será encaminhado para início da fase seletiva, envolvendo divulgação, recebimento de manifestações de interesse ou propostas, formação de lista curta, avaliação e contratação da consultoria. **Subprojeto Base Inteligente:** Fase 1 de elaboração dos artefatos de planejamento, incluindo o alinhamento do escopo, das entregas, das responsabilidades, do cronograma e da estratégia de contratação. Serão analisados nessa fase o mapa de aquisições, a EAP, o cronograma integrado e a matriz RACI, juntamente com o Termo de Abertura da aquisição, o Termo de Referência e a respectiva Memória de Cálculo
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 3.432.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026: -** **Orçamento liquidado até ago/2026: -** **Orçamento LOA 2027:** R$ 5.366.400,00 **Fonte do recurso:** Tesouro Livre
Pontos críticos e riscos	Número reduzido de servidores para desenvolver subprojetos.
Recomendações	Alocar maior força de trabalho em cada subprojeto para garantir cronograma.
Mais informações	Design e Inovação Serviços Escaláveis TI Ágil Base Inteligente

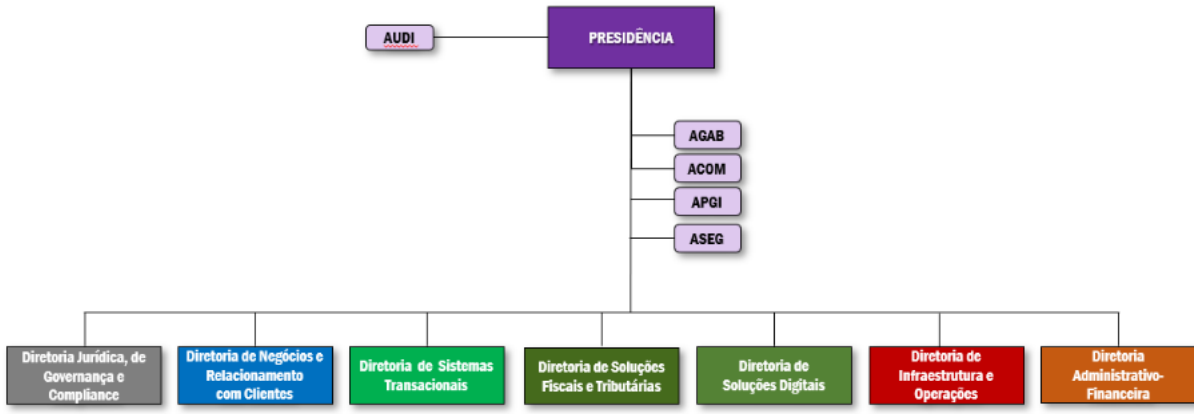
Seção II – PROCERGS

Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (PROCERGS)
Site	https://www.PROCERGS.rs.gov.br/inicial
Endereço	Praça dos Açorianos, s/n. Porto Alegre - RS
Base legal	Lei Estadual nº 6.318, de 30 de novembro de 1971.
Competências legais	A PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. tem como principais competências o processamento de dados, o tratamento de informações, o assessoramento técnico em tecnologia da informação e comunicação, a comercialização de bens e produtos de informática e a prestação de serviços de telecomunicações, atuando no desenvolvimento e sustentação de soluções tecnológicas para a Administração Pública e no apoio à transformação digital do Estado, conforme sua legislação de criação e o Estatuto Social vigente.
Número de servidores	**Total: 1.433** • Efetivos: 1.235 • Adidos: 01 • Cedidos para outros órgãos: 24 • Terceirizados: 169 • Comissionados: 04
Número de estações de trabalho (presencial)	Sede: 685 estações de trabalho; SERPRO: 164 estações de trabalho; SPA: 14 estações de trabalho.
Concursos próprios em andamento	Não tem concurso em andamento, somente homologado.

Organograma

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



Áreas de assessoramento e apoio à gestão

ACOM – Assessoria de Comunicação	
Principais atribuições	Responsável pela gestão da comunicação institucional da Companhia, abrangendo assessoria de imprensa, comunicação interna, relações públicas, publicidade e propaganda, comunicação visual e mídias digitais. Atua na divulgação de informações corporativas, no relacionamento com os veículos de comunicação, na organização de eventos institucionais, na coordenação de campanhas e materiais de comunicação e na gestão dos canais institucionais, incluindo site, intranet e redes sociais. Compete ainda à ACOM definir e preservar a identidade visual da Companhia, assegurando a padronização da comunicação e dos materiais gráficos produzidos, fortalecendo a imagem institucional da PROCERGS junto aos seus diversos públicos.
Atuação	Assessoria de Imprensa; Comunicação Interna; Relações Públicas; Publicidade e Propaganda; Comunicação Visual; Gestão do site institucional; Gestão da Intranet; Gestão das Redes Sociais.
Destaques da gestão	Orçamento anual da Comunicação Institucional Participação nos Comitês de Gestão de Pessoas e de Inovação Gestão de Patrocínios Acompanhamento das agendas da diretoria Relacionamento/atividades junto com as Assessorias de Comunicação das Secretarias, em especial SPGG e Secom Gestão da marca PROCERGS Produção de materiais institucionais impressos e digitais Apoio em alguns eventos como: Desafio de Inovação da PROCERGS; South Summit; Conversas Digitais; Expointer
Pontos de atenção para a transição	Equipe enxuta, com 50% de estagiários - a proposta é contratar uma agência de comunicação para melhorar a comunicação, principalmente com o público externo e dentro de um novo contexto com a reforma tributária.

APGI – Assessoria de Planejamento, Gestão e Inovação

Principais atribuições	Responsável por coordenar os processos de planejamento estratégico, orçamento, monitoramento do desempenho institucional, gestão de projetos estratégicos e adequação da estrutura organizacional da Companhia. Atua na elaboração e acompanhamento dos instrumentos de gestão, indicadores, metas, contratos de gestão e relatórios corporativos, apoiando a tomada de decisão e a melhoria contínua da organização. Compete ainda à APGI promover a gestão da inovação e do conhecimento, apoiar iniciativas e programas voltados à inovação corporativa, disseminação do conhecimento e transformação digital, bem como coordenar ações de reconhecimento institucional, certificações, premiações, pesquisas de mercado e satisfação de clientes, contribuindo para o fortalecimento do posicionamento estratégico e da imagem da Companhia.
Atuação	Coordenação do planejamento estratégico; gestão do orçamento empresarial; e gestão do conhecimento e inovação.
Destaques da gestão	Modernização da gestão por adoção de ferramentas de IA, dashboards, dentre outros; adoção de metodologias baseadas em ESG, com obtenção de selos e reconhecimentos; reconhecimentos em premiações relevantes de inovação e governo digital.
Pontos de atenção para a transição	Reavaliar o planejamento e orçamento às diretrizes da nova gestão do Governo.

ASEG – Assessoria Segurança Cibernética	
Principais atribuições	Responsável por definir, implementar e monitorar as diretrizes de segurança da informação, segurança cibernética e proteção de dados da Companhia, assegurando a gestão de riscos, vulnerabilidades, incidentes, conformidade regulatória e a evolução contínua dos processos e controles de segurança. Compete ainda à ASEG coordenar a adequação e manutenção da conformidade com a LGPD, prestar consultoria e apoio técnico às áreas da Companhia, promover ações de conscientização e capacitação em segurança e privacidade, acompanhar demandas relacionadas a fraudes e crimes tecnológicos e apoiar a gestão na tomada de decisões estratégicas relacionadas à segurança da informação, proteção de dados e risco cibernético.
Atuação	A ASEG atua no fortalecimento da segurança da informação e cibernética da PROCERGS, apoiando a gestão, prestando consultoria interna e externa, definindo requisitos de segurança para sistemas, promovendo conscientização, elaborando normativos, conduzindo ações de adequação à LGPD e demais legislações correlatas, gerenciando vulnerabilidades e incidentes, atendendo demandas judiciais e auditorias, além de participar de fóruns especializados para disseminação de boas práticas e aprimoramento contínuo da segurança organizacional.
Destaques da gestão	Entre 2023 e 2026, foram fortalecidas a governança e a cultura de segurança da informação na PROCERGS por meio da criação e atualização de normativas, capacitação contínua de mais de 1.100 colaboradores, testes mensais de phishing que reduziram a taxa de cliques em links maliciosos de 43% para 0,7%, onboarding de 180 novos funcionários, realização da PROCERGS Security Week, criação do Comitê de Segurança da Informação (CSI) e da ETIR, implantação do PRISIC, manutenção de portais internos de Segurança da Informação e LGPD, promoção de ações de

	disseminação do conhecimento e integração da Companhia à REGIC.
Pontos de atenção para a transição	Manutenção da gestão estratégica de segurança vinculada à presidência independente da gestão operacional;Dadas as demandas atuais e a expectativa de novas demandas, tanto de segurança da informação quanto de proteção de dados (também para o Estado), talvez haja necessidade de aumento de recursos humanos.

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. Governo + Digital

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Governo Moderno e Eficiente
Base legal	Lei nº 16.005, de 20 de outubro de 2023, que instituiu o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2024–2027
Unidade responsável	PROCERGS
Órgãos e entidades parceiras	Demais órgãos do estado.
Objetivo	Modernizar a administração pública estadual por meio do uso de tecnologias para gerar valor público, desburocratizar processos e aproximar o Estado do cidadão gaúcho.
Justificativa	Justifica-se este programa pela modernização da gestão pública, simplificando a vida do cidadão e gerando eficiência ao Estado.
Principais instrumentos	Soluções de governo digital para os órgãos da administração pública estadual
Público-alvo e abrangência	Órgãos de governo e sociedade.
Beneficiários diretos	Estado e cidadãos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Área	Entregas Externas	Resumo
Agricultura	- Produtor Online - Rastreabilidade Animal - entregas etapa 1 e 2	Produtor Online: plataforma digital que centraliza serviços e obrigações dos produtores rurais em um único ambiente eletrônico. Rastreabilidade Animal: solução que acompanha a identificação e movimentação dos animais, fortalecendo o controle sanitário, a segurança alimentar e a gestão do agronegócio.
Calamidade - Enchentes 2024	- Volta por Cima; Aproxima RS; Portal SOS Enchentes; Porta de Entrada; ICMS Linha Branca; Site da Nova Secretaria de Reconstrução; Painel Plano Rio Grande; Sistema do Programa Refaz Reconstrução	Soluções tecnológicas emergenciais e de apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul, oferecendo serviços, benefícios, informações e monitoramento das ações governamentais, com mais agilidade, transparência e eficiência no atendimento à população.

Educação	- Evoluções no Escola RS: Evasão Escolar, Novas aplicações de IA, integração com o ISE, emissão de documentos on-line (certificados, histórico ou comprovantes de frequência) - Vídeo Monitoramento das Escolas	Escola RS: ecossistema digital da educação gaúcha que integra serviços, dados e soluções para apoiar a gestão escolar, a aprendizagem e o acompanhamento da trajetória dos estudantes. Vídeo Monitoramento das Escolas: solução que amplia a segurança por meio do monitoramento em tempo real e do apoio à gestão de incidentes.
Finanças Públicas	- Reforma Tributária - Piloto - RHE eSocial Estado RS	Reforma Tributária – Piloto: iniciativa que prepara e valida a adaptação dos sistemas da administração pública às novas regras da Reforma Tributária, garantindo conformidade e transição segura para o novo modelo fiscal. RHE eSocial Estado RS: solução que integra e automatiza a gestão de recursos humanos do Estado, garantindo o envio padronizado das informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais ao eSocial.
Governança e Gestão	- RS+Digital - RS.GOV.BR | Plataforma de Serviços - GurIA - Assistente de IA do Estado - Mensageria Cidadão - SEI – Sistema Eletrônico de Informações - RS Cyber Shield - Infovia 3.0	Soluções que promovem a ampliação dos serviços de governo digital e do acesso da população a estes serviços.
IPE Saúde	- APP IPE Saúde - Autoatendimento dos segurados	Aplicativo que oferece acesso a informações e serviços do plano de saúde por dispositivos móveis.
Meio Ambiente	- Clima RS	Plataforma para monitoramento climático e hidrológico em tempo real.
Proteção à Mulher	- Sistema de Proteção à Mulher (SDM)	Solução voltada ao fortalecimento das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher, apoiando o registro, acompanhamento e gestão das medidas de proteção e atendimentos realizados pelos órgãos responsáveis.
Saúde	- SIGAH – Sistema de Gestão da Atenção Ambulatorial e Hospitalar	Solução que apoia a gestão dos atendimentos ambulatoriais e hospitalares do SUS.
Segurança Pública	- Nova CIN - Carteira de Identidade Nacional - Identidade Fácil RS - Evolução do GESeg – Gestão Estatística de Segurança Pública (novas funcionalidades e novo módulo EmFrente, Mulher) - Evoluções da Delegacia Online (serviço dedanos causados por fenômenos meteorológicos	Nova CIN: solução que moderniza a identificação civil dos cidadãos por meio da emissão da nova carteira de identidade com padrão nacional. Identidade Fácil RS: solução digital que simplifica o acesso do cidadão aos serviços de emissão da nova Carteira de Identidade Nacional. GESeg: sistema de gestão estatística da segurança pública que apoia o

	intensos, Delegacia da Mulher, Delegacia do Agro, Delegacia Amiga dos Animais, funcionalidade para solicitação de Medida Protetiva, FONAR Eletrônico)	monitoramento de indicadores e a tomada de decisão para ações de segurança no Rio Grande do Sul. Delegacia Online: plataforma digital que permite o registro de ocorrências policiais diversas pela internet, ampliando o acesso do cidadão aos serviços de segurança pública com mais agilidade e conveniência.
Trânsito	- Evolução do DDI – Detran Digital: Central de Serviços 2.0 do Detran, Renave - Registro Nacional de Veículos em Estoque, Prova Eletrônica com o uso de IA. - CNH Social, CNH Nacional	DDI – Detran Digital: plataforma digital que reúne e moderniza os serviços do Detran-RS, oferecendo mais praticidade, agilidade e autonomia aos cidadãos. CNH Social e CNH Nacional: A CNH Social é um programa que oferece gratuidade na obtenção, adição ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para pessoas de baixa renda.

Área	Entregas Internas	Resumo
Continuidade de Negócios	- Programa de Continuidade de Negócios (PGCN): Aporte via FUNRIGS Solução de Disaster/Recovery Nova Subestação de Energia Estrutural e Facilities Telecom - POP - Plano Operacional Padrão Integrado Emergência Climática	O Programa de Gestão da Continuidade de Negócios (PGCN) fortalece a resiliência e a capacidade de resposta da PROCERGS por meio de investimentos estratégicos, incluindo aporte do FUNRIGS, implantação de uma solução de Disaster Recovery, modernização da infraestrutura com a Nova Subestação de Energia Estrutural e Facilities Telecom e a criação do Plano Operacional Padrão (POP) Integrado para Emergências Climáticas.
Inteligência Artificial	- Plataforma PIA – PROCERGS IA	A Plataforma PIA é um ecossistema de inteligência artificial generativa da PROCERGS que integra, de forma segura e governada, múltiplos serviços e modelos de IA para ampliar a produtividade, a inovação e a transformação digital no setor público gaúcho.
Gestão Corporativa	- Reestruturação organizacional PROCERGS	Modernização da estrutura e dos processos para ampliar a eficiência, fortalecer a governança e aumentar a capacidade de entrega de soluções digitais ao Estado e à sociedade.
Segurança Cibernética	- Ferramentas de Segurança Cibernética e da Informação	Criação de Comitê de Segurança da Informação Organização de equipe técnica especializada no tratamento de incidentes críticos de segurança da informação. Elaboração do PRISIC - Protocolo de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação e Cibernética.

		Capacitação constante junto aos empregados sobre o tema. Divulgação de normativas com as diretrizes de segurança a serem seguidas por toda a força de trabalho.
Gestão da Inovação	- Germinar - Programa Estratégico de Inovação PROCERGS	Programa estratégico de inovação que estimula a geração, o desenvolvimento e a implementação de ideias inovadoras, fortalecendo a cultura de inovação, a colaboração entre equipes e a criação de soluções que agregam valor à organização e aos seus clientes.
Marca	- Conquistas em eventos e premiações de TIC e Governo Digital (SECOP, CONIP e Gartner)	As conquistas da PROCERGS em eventos e premiações de TIC e Governo Digital evidenciam o reconhecimento nacional e internacional das soluções desenvolvidas para o Governo do Estado: - 100+ Inovadoras: 10º lugar no Ranking 2025 - Índice ABEP-TIC: Selo Ouro de Oferta de Serviços Digitais (2026) e 1º lugar no ranking nacional de serviços digitais (2025) - Prêmio ABEP-TIC de excelência em Governo Digital: 1º lugar em 2026 (ClimaRS) e 2025 (Ecossitema Digital para enfrentamento da calamidade) - CONIP: Prêmio de Excelência 2023
Gestão de Pessoas	- Concursos e contratações - PDV PROCERGS - Programa de Desenvolvimento de Lideranças	Realização de concursos e contratações alinhadas às demandas estratégicas da organização. Implementação do Programa de Desligamento Voluntário, promovendo a renovação do quadro funcional e a sustentabilidade da gestão de pessoas. Capacitação de gestores para fortalecer competências de liderança, engajamento e condução da transformação organizacional.

Seção III – IPE Saúde

Contextualização

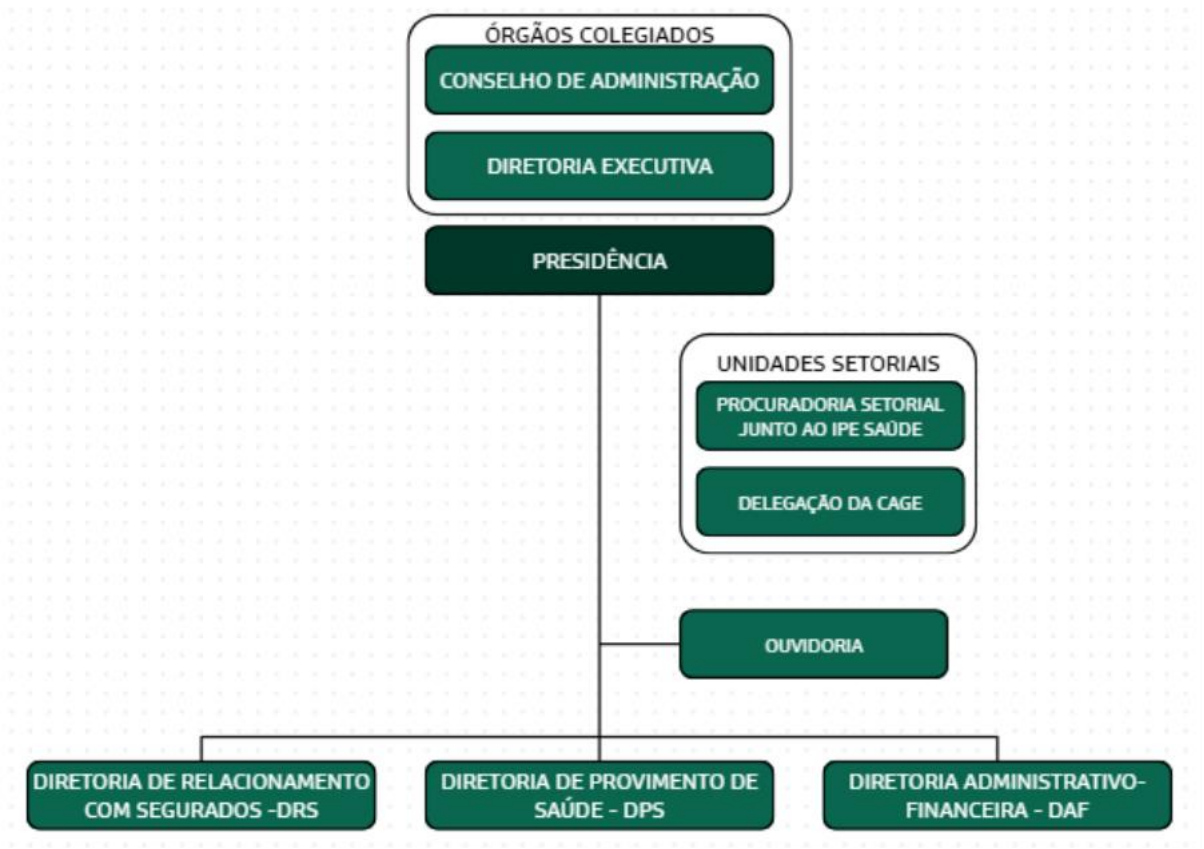
IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (IPE Saúde)
Site	https://www.ipesaude.rs.gov.br
Endereço	Av. Borges de Medeiros, 1945 - Praia de Belas, Porto Alegre – RS.
Base legal	A constituição do IPE Saúde decorre do processo de especialização das atividades do antigo IPERGS, formalizado pela Lei nº 15.143/2018, que promoveu a segregação das áreas de previdência e assistência à saúde. O marco legal da autarquia e do Sistema IPE Saúde foi estabelecido pelas Leis nº 15.144/2018 e Complementar nº 15.145/2018, posteriormente atualizadas, que definem sua estrutura, competências e diretrizes de atuação.
Competências legais	Ao Instituto, como gestor do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul, compete: I - assegurar os princípios fundamentais da promoção à saúde, fortalecendo os mecanismos de gestão do Instituto; II - promover a excelência na assistência à saúde; III - executar, coordenar e supervisionar a prestação de serviços nas áreas de saúde aos segurados do Instituto; IV - promover ações e campanhas de prevenção de doenças que beneficiem diretamente os servidores públicos estaduais, pensionistas e, facultativamente, a população em geral; V - proporcionar a valorização dos colaboradores e ampliar suas competências; VI - zelar pela boa relação com os prestadores de serviços e fornecedores visando a benefícios mútuos; VII - disponibilizar inovações tecnológicas na assistência à saúde com sustentabilidade; e VIII - realizar a gestão do Fundo de Assistência à Saúde – FAS/RS – de que trata a Lei Complementar n.º 12.066, de 29 de março de 2004.
Mapa Estratégico 2025-2030	**Missão**: Gerir o sistema de assistência à saúde e promover ações de prevenção e promoção em saúde, com transparência, agilidade e inovação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos usuários no Rio Grande do Sul. **Visão:** Ser uma referência de qualidade na assistência à saúde para nossos usuários até 2030. **Valores:** Transparência, ética, agilidade, sustentabilidade, inovação, eficiência e foco no usuário. **Objetivos Estratégicos:** 1. Proporcionar assistência à saúde de qualidade aos usuários do IPE Saúde; 2. Adequar a rede credenciada de forma regionalizada; 3. Melhorar a imagem do Instituto; 4. Fortalecer os relacionamentos institucionais; 5. Garantir um atendimento humanizado e eficiente, priorizando as necessidades e expectativas dos usuários; 6. Desenvolver programas de saúde preventiva;

	7. Fomentar a inovação; 8. Tornar a gestão de pessoas mais estratégica; 9. Otimizar os processos finalísticos e de suporte; 10. Fortalecer o sistema de auditoria e seus componentes; 11. Garantir disponibilidade e suficiência de recursos; 12. Modernizar e integrar a gestão da informação; 13. Consolidar a cultura de planejamento como prática integrada à gestão institucional; 14. Capacitar os recursos humanos do Instituto; 15. Promover um clima de cooperação, respeito mútuo e o bem-estar dos servidores.
Número de servidores	**Total (em 31/08/2026): 194** **• Efetivos: 101** **• Temporários: 33** **• Cedidos para outros órgãos: 0** **• Adidos de outros órgãos: 9** **• Comissionados: 51**
Concursos próprios em andamento	**Cargo/carreira:** Analista em Gestão de Saúde e Assistente em Gestão de Saúde **Edital:** Edital de Abertura Nº 01/2021, de 26 de outubro de 2021 (https://www.ipesaude.rs.gov.br/upload/arquivos/202110/26144450-edital-de-abertura-01-2021-concurso-publico-ipe-saude.pdf) **Número de vagas previstas:** 95 (previstas no edital) **Número de vagas autorizadas:** 95 (edital) + 11 = 106 **Próximas etapas (cronograma relevante para os 100 dias):** aguardando nomeação (PROA em tramitação) **Ponto crítico:** A validade encerra-se em 08/10/2026 Além do concurso público, está em andamento o Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital Nº 01/2025 (https://admin.ipesaude.rs.gov.br/upload/arquivos/202507/17191517-2025-01-edital-de-abertura-das-inscricoes-compilado.pdf) e destinado ao provimento das seguintes funções públicas: Analista em Gestão de Saúde – Administração (6 vagas), Analista em Gestão de Saúde – Ciências Jurídicas e Sociais (5 vagas), Analista em Gestão de Saúde – Farmácia/Biomedicina/Bioquímica (4 vagas), Analista em Gestão de Saúde – Jornalismo (1 vaga), Analista em Gestão de Saúde – Nutrição (2 vagas), Analista em Gestão de Saúde – Psicologia (2 vagas), Analista em Gestão de Saúde – Serviço Social (6 vagas), Especialista em Gestão de Saúde – Analista de Sistemas (3 vagas), Especialista em Gestão de Saúde – Engenharia Civil (1 vaga), Perito e Auditor Médico (10 vagas) e Assistente em Gestão de Saúde (5 vagas). Embora ainda haja vagas a serem preenchidas, as contratações estão suspensas devido às vedações do período eleitoral. Além do certame regido pelo Edital nº 01/2021 e do Processo Seletivo Simplificado (Edital nº 01/2025), o panorama de recomposição da força de trabalho do Instituto conta com a seguinte iniciativa em tramitação: **Solicitação do 2º Concurso Público do IPE Saúde:** Encontra-se em tramitação o Processo Administrativo nº 25/2441-0009565-9. **Objetivo do Expediente:** O processo objetiva a obtenção de autorização governamental para a abertura do 2º Concurso Público do IPE Saúde. **Vagas e Cargos Previstos:** O novo certame visa ao provimento de 93 cargos de provimento efetivo.

	Distribuição das Vagas: As vagas solicitadas estão distribuídas em 35 para Analistas em Gestão de Saúde, 07 para Especialistas em Gestão de Saúde, 31 para Peritos e Auditores Médicos e 20 para Assistentes em Gestão de Saúde. **Status Atual**: O processo já conta com manifestações técnicas e jurídicas favoráveis (incluindo ateste de viabilidade orçamentária e financeira) e encontra-se sob análise do Grupo de Assessoramento Estadual para Política de Pessoal (GAE/SEFAZ) para deliberação final.

Organograma

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



Áreas de assessoramento e apoio à gestão

Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul - IPE Saúde	
Principais atribuições	**Gabinete da Presidência:** Compete ao Gabinete da Presidência assessorar diretamente o Diretor-Presidente em seus atos de gestão interna e institucional. **Assessoria de Comunicação:** Compete à Assessoria de Comunicação a gestão dos processos de comunicação social do

	Instituto com o objetivo de estimular e fortalecer as relações com o público externo e interno. **Assessoria de Governança:** Compete à Assessoria de Governança coordenar ações de controle interno, conformidade e gestão de riscos, monitorar a implementação de recomendações de auditoria e do programa de integridade, apoiar o atendimento aos órgãos de controle, bem como sistematizar os atos normativos e organizar o acervo legal do Instituto. **Assessoria de Inteligência de Mercado:** Compete à Assessoria de Inteligência de Mercado analisar tendências, dados e indicadores do setor de saúde, subsidiando decisões estratégicas, desenvolvimento de produtos, posicionamento institucional e expansão da base de usuários. **Assessoria Jurídica:** Compete à Assessoria Jurídica, exercida por órgão setorial da Procuradoria-Geral do Estado, prestar assessoramento jurídico ao Instituto, garantindo a conformidade dos atos administrativos, a defesa judicial e a orientação legal às unidades organizacionais. **Assessoria de Orçamento:** Compete à Assessoria de Orçamento coordenar a elaboração, execução e monitoramento do orçamento, a programação de pagamentos da assistência à saúde e conduzir estudos, avaliações e modelagens atuariais de riscos e precificação para garantir o equilíbrio econômico-financeiro e a sustentabilidade de longo prazo do Sistema IPE Saúde. **Assessoria de Planejamento:** Compete à Assessoria de Planejamento coordenar o PPA e o Acordo de Resultados, integrar o planejamento à LOA e conduzir o planejamento estratégico do IPE Saúde, abrangendo a formulação, monitoramento e avaliação de programas, projetos, políticas, indicadores e metas estratégicas, atuando na integração entre estratégia, orçamento e execução, bem como na análise do desempenho institucional. **Ouvidoria:** Compete à Ouvidoria atuar como canal de relacionamento com o cidadão, recebendo, analisando e encaminhando manifestações, bem como promovendo a transparência, o controle social e o aprimoramento dos serviços prestados.
Destaques da gestão	Fortalecimento da comunicação institucional, com os públicos interno e externo, apoio à divulgação das ações institucionais, qualificação dos canais de comunicação e ampliação da presença do IPE Saúde em espaços de relacionamento com seus públicos. Fortalecimento dos mecanismos de governança, controle interno, conformidade e gestão de riscos, com acompanhamento das recomendações dos órgãos de controle, aprimoramento do marco normativo e apoio à implementação do Programa de Integridade; Ampliação do assessoramento técnico à alta gestão, por meio de análises de mercado, estudos comparativos, benchmarking e prospecção de soluções para subsidiar decisões estratégicas; Fortalecimento do assessoramento jurídico às áreas do Instituto, com atuação na análise e elaboração de instrumentos jurídicos e normativos, orientação quanto à legalidade dos atos administrativos e suporte às demandas judiciais e extrajudiciais; Fortalecimento do monitoramento orçamentário, financeiro e atuarial, com produção de informações gerenciais para subsidiar a

	tomada de decisão e acompanhamento sistemático da execução dos recursos, com destaque para a elaboração de estudos de sustentabilidade e de impacto financeiro dos planos; Coordenação da elaboração e implementação do Planejamento Estratégico 2025–2030, com estruturação de objetivos, indicadores, metas e plano de ações, além do monitoramento do desempenho institucional; Atuação da Ouvidoria como instrumento de escuta e aprimoramento institucional, com tratamento das manifestações de usuários e prestadores e geração de subsídios para a melhoria dos serviços.
Pontos de atenção para a transição	Uma questão que merece atenção no processo de transição é a composição da força de trabalho do IPE Saúde, especialmente a proporção de servidores ocupantes de cargos em comissão. Em 31/08/2026, o Instituto contava com **194 servidores**, sendo **101 efetivos, 33 temporários, 9 adidos de outros órgãos e 51 comissionados**. Os servidores comissionados correspondiam a **26,29% da força de trabalho**, representando aproximadamente **um quarto do quadro total do Instituto**.

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. Programa Mais Assistência

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Programa Mais Assistência.
Base legal	Lei Federal nº 14.133/2021; Lei nº 15.144/2018; Lei Complementar nº 15.145/2018; Decreto nº 57.915/2024; IN IPE Saúde nº 24/2024; IN IPE Saúde nº 12/2025.
Unidade responsável	IPE Saúde.
Objetivo	Ampliar o acesso e qualificar os serviços de saúde; reestruturar e qualificar a rede credenciada; promover regionalização, eficiência na gestão e conformidade regulatória.
Justificativa	Necessidade de reestruturar e qualificar a rede credenciada, ampliar o acesso, melhorar a eficiência da gestão, adequar o credenciamento à legislação e fortalecer regiões com maior demanda.
Principais instrumentos	Política de Credenciamento; Política de Avaliação e Gestão da Rede Credenciada; critérios técnicos de suficiência da rede; editais de credenciamento escalonados; nova plataforma de gestão; dashboard institucional; Plano de Comunicação e campanhas e criação da Comissão Permanente de Credenciamento.
Público-alvo e abrangência	Médicos como público-alvo dos processos/campanhas de credenciamento e segurados do IPE Saúde como destinatários dos resultados. Abrangência estadual.
Beneficiários diretos	Cerca de 830 mil segurados e dependentes do IPE Saúde.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Programa Mais Assistência consolidou um **novo modelo de planejamento, expansão e gestão da rede assistencial do IPE Saúde**, estruturado a partir de evidências sobre demanda, oferta e distribuição territorial dos serviços. Entre os principais resultados e entregas alcançados até o momento, destacam-se:

- **Redimensionamento da rede médica**, com metodologia baseada tecnicamente em dados assistenciais, demográficos e territoriais e participação dos segurados na identificação das necessidades de atendimento, permitindo mapear vazios assistenciais e definir quantitativos de vagas por especialidade, município e Região Funcional. O planejamento resultou na previsão de **10.460 vagas, em mais de 40 especialidades e 356 municípios**;
- Estruturação da **Política de Credenciamento Médico**, definição dos critérios técnicos, criação da Comissão Permanente de Credenciamento, contratação de banca especializada e publicação do **Edital Estadual de Credenciamento Médico**, lançado oficialmente pelo **Governador**, em **Uruguaiana**, marcando o início da expansão planejada da rede;
- Execução do **1º Ciclo de Credenciamento Médico**, que recebeu **6.891 inscrições**, com habilitação, classificação e início da contratação gradual dos profissionais. A **RF06 foi a primeira Região Funcional a avançar para contratação**, com estruturação de fluxo próprio de validação, saneamento, integração sistêmica e formalização contratual, enquanto prossegue a preparação das demais regiões;
- **Valorização da rede credenciada**, com **recomposição dos honorários de consultas médicas e outros atendimentos médicos**, fortalecendo a atratividade do IPE Saúde e criando instrumento adicional para enfrentamento da insuficiência de oferta em determinadas especialidades;
- Licitação e implantação do **novo Sistema de Gestão da Rede Credenciada – TOTVS**, modernizando os processos de cadastro, contratação e gestão dos prestadores, com integração das informações oriundas do credenciamento e suporte à assinatura eletrônica dos novos contratos;
- Desenvolvimento, junto à **PROCERGS, do novo Guia Médico**, com novas funcionalidades e estrutura adequada à expansão e qualificação da rede;
- Construção do **Dashboard do Programa Mais Assistência** para acompanhamento da distribuição e evolução da rede;
- Criação da **Nova Pesquisa de Satisfação dos segurados** e avanço da **Política de Gestão e Avaliação da Rede**, ampliando os instrumentos permanentes de avaliação da disponibilidade, utilização, distribuição e desempenho da rede assistencial;
- Estruturação da Jornada de Ingresso dos novos credenciados;
- **Disseminação e reconhecimento institucional da iniciativa**, com apresentação do modelo de gestão orientada por dados e da experiência do Programa em eventos de inovação e gestão, como **South Summit Brazil e Gramado Summit**, além de agendas estratégicas junto ao Governo do Estado e à SPGG;
- Início da preparação das etapas subsequentes de expansão, incluindo a avaliação dos resultados para o **2º Ciclo de Credenciamento Médico** e a estruturação do **credenciamento hospitalar**, ampliando o alcance do modelo desenvolvido pelo Programa.

Como resultado, o Programa ultrapassou a realização de um novo credenciamento e estruturou instrumentos permanentes para que o IPE Saúde passe a planejar, expandir, contratar, monitorar e avaliar sua rede de forma regionalizada e orientada por dados, buscando ampliar a suficiência da rede e o acesso dos segurados à assistência em saúde.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O Programa encontra-se na fase de conclusão do 1º Ciclo de Credenciamento Médico, com validação das Regiões Funcionais, contratação e ingresso gradual dos novos profissionais na rede. Após a conclusão dessa etapa, está prevista ainda em 2026 a avaliação dos resultados do primeiro ciclo e a realização do 2º Ciclo de Credenciamento Médico, direcionado às vagas, especialidades e localidades em que permanecerem necessidades de ampliação da rede. Paralelamente, avançará a estruturação da Política de Gestão e Avaliação da Rede, e o credenciamento hospitalar. Assim, na mudança de gestão, em janeiro de 2027, a expectativa é que a expansão da rede médica já esteja em estágio mais avançado de implantação, com o 2º Ciclo em andamento. **Por sua natureza contínua, as atividades de dimensionamento, expansão, monitoramento e avaliação da rede deverão ser incorporadas à rotina permanente de gestão do IPE Saúde**.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Lançamento progressivo de novos editais de credenciamento: o IPE Saúde adotará providências administrativas para a publicação sucessiva de editais de chamamento público, promovendo a recontratualização formal de toda a rede credenciada, ajustadas às diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 57.915/2024 e da Política de Credenciamento do IPE Saúde (IN nº 24/2024 e IN nº 12/2025)
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$105.597.816,00 **Orçamento LOA 2027:** R$105.597.816,00 **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.
Pontos críticos e riscos	A legislação obriga que a manutenção da rede credenciada ocorra mediante a publicação progressiva de editais de chamamento público alinhados à Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), ao Decreto Estadual nº 57.915/2024 e à Regulamentação Geral do Credenciamento (IN IPE Saúde nº 24/2024). Se a nova gestão não deflagrar os processos administrativos de credenciamento em tempo hábil nos primeiros 100 dias, há risco de responsabilização pelo TCE/RS, vacância contratual e descontinuidade na prestação de serviços.
Recomendações	1) A próxima gestão deve dar continuidade à publicação sucessiva de editais de chamamento público para a recontratualização formal de toda a rede credenciada; 2) As novas contratações e renovações devem estar estritamente alinhadas à Nova Lei de Licitações (Lei Federal nº 14.133/2021), ao Decreto Estadual nº 57.915/2024 e às diretrizes da Regulamentação Geral e da Política de Credenciamento (IN nº 24/2024 e IN nº 12/2025); 3) A gestão precisará conduzir tempestivamente as prorrogações contratuais ou a adesão dos prestadores aos novos chamamentos públicos para evitar vacância contratual.
Mais informações	https://www.ipesaude.rs.gov.br/conheca-o-programa

	https://www.ipesaude.rs.gov.br/eixo-medicos https://www.ipesaude.rs.gov.br/eixo-conformidade https://www.ipesaude.rs.gov.br/eixo-modernizacao https://www.ipesaude.rs.gov.br/perguntas-frequentes-6931f122b7489

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
Contrato nº 13/2025	Serviços especializados para inscrição, análise, avaliação de documentos, habilitação e classificação de médicos para credenciamento	Legalle Concursos e Soluções Integradas (CNPJ nº 20.951.635/0001-8)	R$ 80.812,50 (após 1º TA publicado em 03/12/2025)	12 meses, a contar da Ordem de Início dos Serviços	Em execução
Contrato nº 17/2025	Serviços de implantação, suporte, sustentação e treinamento de solução tecnológica	TOTVS S.A (CNPJ nº 53.113.791/0001-22)	R$ 247.250,00	12 meses, a contar da ordem de início dos serviços	Em execução

2. Acordo histórico com a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Acordo histórico com a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.
Base legal	Lei Federal nº 14.133/2021; Lei nº 15.144/2018; Lei Complementar nº 15.145/2018; Decreto nº 57.915/2024; IN IPE Saúde nº 01/2024; IN IPE Saúde nº 02/2024; IN IPE Saúde nº 03/2024; IN IPE Saúde nº 04/2024; IN IPE Saúde nº 06/2024; IN IPE Saúde nº 24/2024; IN IPE Saúde nº 12/2025.
Unidade responsável	IPE Saúde.
Objetivo	Fortalecer a sustentabilidade da rede hospitalar de alta complexidade e assegurar a continuidade da assistência aos segurados por meio de modelo de remuneração mais adequado e previsível, encerrando a judicialização e pacificando o setor.
Justificativa	Necessidade de fortalecer a sustentabilidade da rede hospitalar de alta complexidade e assegurar a continuidade da assistência, diante da necessidade de um modelo de remuneração mais adequado e previsível. Garantia da assistência em alta complexidade no âmbito estadual. Resolução de litígio judicial e pacificação institucional. Reconhecimento da excelência técnica (categoria hospital de referência estadual A1+). Proteção ao usuário e vedação de cobranças adicionais. Conformidade contratual com o novo regramento legal da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Principais instrumentos	Novo modelo de contratualização e remuneração; criação da categoria Hospital de Referência Estadual A1+; remuneração diferenciada e progressiva entre 2025 e 2027; tabela própria do IPE Saúde; remuneração de serviços hospitalares combinados de alta complexidade; acordo formalizado em mediação judicial e

	homologado pelo Poder Judiciário; Instrução Normativa IPE Saúde nº 19/2025; Instrução Normativa IPE Saúde nº 15/2025.
Público-alvo e abrangência	Hospitais de referência estadual de alta complexidade, com destaque para a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e usuários/segurados do IPE Saúde em todo o Estado.
Beneficiários diretos	Cerca de 830 mil segurados e dependentes do IPE Saúde, que terão assegurada a continuidade de acesso à assistência de alta complexidade; Rede hospitalar credenciada (Santa Casa de Porto Alegre e demais hospitais), em razão da repactuação e ajustes financeiros de diárias e taxas hospitalares com impacto estimado em R$ 100 milhões/ano, quitação de passivos em auditoria há mais de 60 dias e valorização da excelência; IPE Saúde, em face da estabilidade jurídica conferida pelo reconhecimento da legalidade das INs que alteraram o modelo de remuneração dos serviços hospitalares e implantaram novas exigências de controle de gastos e auditoria, como o controle do tempo de permanência por CID.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Os acordos firmados entre o IPE Saúde, a Santa Casa de Misericórdia e a rede hospitalar encontram-se na fase de execução contratual, cumprimento de condicionantes operacionais e aplicação dos reajustes programados. Manutenção do diálogo com os prestadores no âmbito do CEJUSC Empresarial/TJRS para tratar dos temas remanescentes pactuados, como a transparência de glosas, o convênio global e o reajustamento periódico dos valores das tabelas de serviços.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Conforme o cronograma estabelecido no acordo, está prevista a aplicação de um reajuste de 5% na tabela A1+ em janeiro de 2027 (IN nº 19/2025); o IPE Saúde e os representantes dos hospitais prosseguem com sessões de mediação no CEJUSC Empresarial do TJRS para deliberação dos temas pendentes: transparência e regras para o processamento de glosas de auditoria; regulamentação do Convênio Global e definição de critérios e parâmetros contratuais para reajustes periódicos de valores das tabelas.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 25,2 milhões. **Orçamento empenhado até ago/2026:** +/- R$ 16,80 milhões. **Orçamento liquidado até ago/2026:** +/- R$ 16,80 milhões. **Orçamento LOA 2027:** R$ 31,1 milhões. **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.
Pontos críticos e riscos	Os contratos e termos aditivos de credenciamento (como o firmado com a Santa Casa para a categoria A1+) foram estabelecidos com vigência determinada de 24 meses. Como os contratos foram formalizados no final de 2025, o período de transição em 2027 coincide com a fase final de vigência e necessidade de prorrogação ou recontratualização; Governança da mediação no CEJUSC/TJRS: o acordo judicial determinou a manutenção do diálogo institucional no CEJUSC

	Empresarial do TJRS para deliberação de pautas abertas de mediação. A nova administração precisará definir diretrizes claras nos primeiros 100 dias para os temas pendentes de regulamentação, em especial o reajustamento de valores das tabelas. O descumprimento dos compromissos de mediação ou alteração unilateral da base contratual autoriza os prestadores a reativar disputas judiciais ou solicitar descredenciamento; A nova gestão herdará a fiscalização de regras operacionais de controle impostas à rede credenciada, como a obrigatoriedade do registro eletrônico de internação e alta via PINPAD ou cartão digital, o cumprimento do prazo máximo de 90 dias para entrega das contas médicas; a observância das tabelas de tempo de permanência hospitalar por CID (IN nº 15/2025); o respeito às regras que mitigam os riscos de cobranças particulares "por fora do plano" dos segurados. Insuficiência de recursos humanos, falhas na auditoria técnica ou atrasos do IPE Saúde na análise de pedidos de autorização, prorrogação de internação e auditoria de contas representam riscos operacionais para desperdício de recursos, pagamentos indevidos ou contestação de glosas pelos hospitais.
Recomendações	Recomenda-se manter ativa a pauta de negociação no âmbito do CEJUSC Empresarial do TJRS com os hospitais; Avançar no detalhamento e normatização das pautas remanescentes do acordo judicial, especificamente: elaboração do manual de auditoria para ampliar a transparência e a padronização dos critérios de processamento de glosas, modelar e consolidar o Convênio Global e pactuar critérios objetivos e periodicidade para reajustes de valores; Fortalecer e aperfeiçoar os mecanismos de auditoria médica e controle operacional; Fiscalizar a rede credenciada e o corpo clínico para cumprir a proibição expressa de cobrança de qualquer valor adicional, taxa complementar ou diferença "por fora" dos beneficiários do IPE Saúde.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status
3000010	Contrato de credenciamento	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CNPJ nº 92.815.000/0001-68)	R$ 21.369,09	31/10/2027	Em execução
3000011	Aditivo regime de referenciamento estadual A1+	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (CNPJ nº 92.815.000/0001-68)	R$ 26.518,60	31/10/2027	Em execução

3. IPE Odonto

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	IPE Odonto
Base legal	O projeto em questão encontra respaldo jurídico, conforme previsto na LC 10.098/94 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul) em seu artigo 255, estabelece que o Estado deverá manter órgão ou entidade de previdência e assistência médica, odontológica e hospitalar para seus servidores e dependentes, evidenciando que a saúde não deve ser tratada de forma segmentada, mas de maneira integral
Unidade responsável	IPE Saúde
Órgãos e entidades parceiras	A solução foi desenvolvida em parceria com a PROCERGS.
Objetivo	Qualificar a assistência à saúde oferecida pelo IPE Saúde, complementando os serviços com atendimento odontológico e garantindo acesso a serviços de prevenção, diagnóstico e tratamento em saúde bucal, fortalecendo a integralidade da assistência e alinhando-se aos objetivos estratégicos do Instituto.
Justificativa	Necessidade de ofertar assistência odontológica aos segurados do IPE Saúde. A saúde bucal é fator determinante para a manutenção da saúde integral, refletindo diretamente no bem-estar físico, psicológico e social dos usuários. A inexistência de serviços odontológicos no portfólio configura lacuna na cobertura assistencial. A falta de acompanhamento preventivo gera risco de agravamento de problemas bucais que, quando não tratados oportunamente, demandam procedimentos de maior complexidade e custo, tanto para os usuários quanto para o sistema de saúde. Nesse sentido, a inclusão da assistência odontológica no âmbito do IPE Saúde contribui para a redução da necessidade de tratamentos emergenciais e para a racionalização de recursos, promovendo uma abordagem preventiva e sustentável a longo prazo.
Principais instrumentos	Disponibilização de acesso dos segurados do IPE Saúde a uma rede abrangente de profissionais e clínicas, cadastradas pelas operadoras odontológicas, promovendo cobertura adequada em diversas localidades do Estado.
Público-alvo e abrangência	Segurados do IPE Saúde são o público-alvo. O projeto prevê cobertura em diversas localidades do Estado.
Beneficiários diretos	Os segurados do IPE Saúde que aderirem ao IPE Odonto.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

O Projeto IPE Odonto alcançou a conclusão das etapas de estruturação normativa, jurídica, financeira e tecnológica necessárias à sua implementação. Entre os principais resultados já obtidos destacam-se: **a aprovação do modelo de negócio pela Diretoria Executiva do IPE Saúde; a elaboração e aprovação das regras operacionais, financeiras e atuariais do plano; a formalização do instrumento contratual com a PROCERGS para desenvolvimento da solução tecnológica; a conclusão da integração sistêmica e homologação dos sistemas; a validação dos requisitos relacionados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); a publicação da Instrução Normativa IPE Saúde nº 08/2026, que instituiu o Plano IPE Odonto;**

e a publicação do Edital de Credenciamento de Operadoras Odontológicas, dando início à fase de credenciamento das empresas interessadas. Até agosto de 2026, o projeto atingiu 58,38% de execução física, encontrando-se em fase de credenciamento das operadoras e preparação para o início da operação assistencial do plano aos usuários do Sistema IPE Saúde.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O projeto está na fase de credenciamento das operadoras odontológicas, conforme Edital de Credenciamento publicado, e seguirá, nos meses subsequentes, para análise da documentação, habilitação das empresas credenciadas, capacitação das equipes internas, operação assistida e preparação para o início da oferta dos planos aos usuários do IPE Saúde.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** A próxima etapa consistirá na implantação operacional do plano, compreendendo o cadastramento das operadoras nos sistemas corporativos, capacitação das equipes internas, disponibilização dos manuais operacionais, ativação dos canais de atendimento aos usuários e execução da fase de Operação Assistida (Pós-Lançamento). Nos primeiros 100 dias da nova gestão, o foco estará no acompanhamento da entrada em operação do plano, monitoramento dos processos de adesão dos usuários, avaliação do desempenho das operadoras credenciadas, acompanhamento dos indicadores operacionais e adoção de eventuais ajustes necessários para garantir a estabilidade da operação e a adequada prestação dos serviços odontológicos aos usuários do Sistema IPE Saúde.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 60.000,00 **Orçamento LOA 2027:** R$ 2.227.588,00 **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.
Pontos críticos e riscos	Referente a pontos críticos e riscos, destacam-se o acompanhamento da adesão dos usuários ao plano, a manutenção da cobertura assistencial pelas operadoras credenciadas em todas as regiões previstas contratualmente, o monitoramento dos indicadores de atendimento e satisfação dos usuários, bem como a adequada execução dos processos de arrecadação, repasse financeiro e integração sistêmica. Também será necessário acompanhar a estabilidade da solução tecnológica desenvolvida para o projeto, realizando eventuais ajustes operacionais identificados durante a fase de Operação Assistida.
Recomendações	Recomenda-se que seja assegurada a continuidade das atividades de implantação e consolidação da operação do plano. Sugere-se especial atenção ao monitoramento dos indicadores de adesão dos usuários, desempenho das operadoras credenciadas, qualidade da rede assistencial e sustentabilidade econômico-financeira do modelo adotado. Também é recomendável a atualização periódica dos instrumentos normativos, operacionais e contratuais, incorporando melhorias identificadas durante a fase de Operação Assistida, bem como a realização de avaliações periódicas de satisfação dos usuários e das operadoras. Por fim, recomenda-se fortalecer as ações de comunicação

	institucional e educação dos usuários, visando ampliar a adesão ao plano e garantir o pleno aproveitamento dos benefícios disponibilizados pelo IPE Odonto.
Mais informações	Página institucional do IPE Odonto (Edital, esclarecimentos, cronograma e informações do credenciamento): https://www.ipesaude.rs.gov.br/ipe-odonto Instrução Normativa IPE Saúde nº 08/2026, que institui o Plano IPE Odonto e estabelece suas regras de funcionamento. Edital de Credenciamento de Operadoras Odontológicas do IPE Saúde, contendo as regras de habilitação, contratação, operação e fiscalização das operadoras credenciadas. PROA nº 23/2441-0010336-7, que reúne os estudos técnicos, pareceres jurídicos, documentos de governança, monitoramentos, cronogramas, atas de deliberação, documentos de contratação da PROCERGS e demais registros do Projeto IPE Odonto. Canal institucional do Projeto IPE Odonto: E-mail: ipeodonto@ipesaude.rs.gov.br

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
DL nº 9005/2025 – Contrato DRC-71/2025	**Serviço de Desenvolvimento e Implantação do Sistema para Modernização dos Sistemas do IPE Saúde – MIS (SIIS)**	**PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A (CNPJ nº 87.124.582/0001-04)**	**R$ 6.412.448,40 (após 1º TA publicado em 30/03/2026)**	**18 meses, a contar da ordem de início dos serviços**	**Em execução Processo Administrativo: 25/2441-0003207-0.**
Número	Objeto	Contratado	Valor	Vigência	Status

LICITAÇÕES EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO			
Processo	**Objeto**	**Fase atual**	**Próximas etapas**
PROA nº 23/2441-0010336-7	Credenciamento de operadoras odontológicas para prestação de assistência odontológica aos usuários do Plano IPE Odonto, nas modalidades Básico, Superior e Executivo, conforme Edital de Credenciamento publicado pelo IPE Saúde.	Recebimento de inscrições e documentação para habilitação das operadoras interessadas.	Encerramento do período de inscrições; Análise da documentação apresentada pela Comissão Permanente de Credenciamento; Julgamento da habilitação das empresas participantes; Homologação das operadoras credenciadas; Assinatura dos contratos de credenciamento; Cadastramento das operadoras nos sistemas corporativos; Início da fase de Operação Assistida (Pós-Lançamento); Disponibilização do Plano IPE Odonto aos usuários do Sistema IPE Saúde.

4. PAMERP

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	PAMERP
Base legal	O plano PAMERP foi inicialmente regulamentado por meio da Resolução nº 02/2021. Em 2024 a regulamentação foi atualizada conforme a legislação vigente do IPE Saúde culminando na publicação da nova Resolução nº 01/2025, em maio de 2025.
Unidade responsável	IPE Saúde.
Órgãos e entidades parceiras	A solução foi desenvolvida em parceria com a PROCERGS.
Objetivo	Expandir o número de usuários vinculados ao IPE Saúde, por meio da celebração de contratos com entidades de registro e fiscalização profissional e os organismos paraestatais.
Justificativa	Necessidade de manter e ampliar a base de usuários do Sistema IPE Saúde, promovendo maior sustentabilidade e equilíbrio financeiro da instituição. A iniciativa contribui diretamente para o aumento da receita do Fundo de Assistência à Saúde, assegurando condições mais sólidas para a manutenção e expansão dos serviços oferecidos à população. Além de fortalecer a sustentabilidade do plano, o PAMERP amplia a atratividade do Sistema para prestadores de serviços de saúde, incentivando maior adesão e qualificação da rede credenciada. Paralelamente, o projeto contribui para o fortalecimento da imagem institucional do IPE Saúde, reforçando sua credibilidade junto a usuários, prestadores e à sociedade gaúcha como um todo.
Principais instrumentos	Possibilidade de realização de contratos com entidades de registro e fiscalização profissional e os organismos paraestatais permitindo que seus filiados e dependentes possam integrar o Sistema IPE Saúde.
Público-alvo e abrangência	Servidores e profissionais filiados a conselhos de classe, autarquias *sui generis* e organismos paraestatais, além de seus dependentes. Entidades de registro e fiscalização profissional e os organismos paraestatais do Rio Grande do Sul podem ser considerados a possível abrangência.
Beneficiários diretos	Em 31/08/2026, o IPE Saúde possuía contrato na modalidade PAMERP com a OAB/RS, que permite a adesão de advogados associados e seus dependentes ao IPE Saúde. Do universo de aproximadamente 93 mil advogados associados e seus dependentes, 209 encontravam-se ativos no PAMERP, sendo 125 titulares e 84 dependentes.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Implantação do PAMERP com formalização do primeiro contrato junto à OAB/RS e CAARS, início da operação em janeiro de 2026 e estruturação dos processos operacionais, assistenciais e financeiros do plano.

Principais resultados até agosto de 2026:

- 209 usuários ativos (125 titulares e 84 dependentes);

- 1 entidade contratante em operação (OAB/RS/CAARS);
- Sinistralidade acumulada de 7,01%, indicando equilíbrio atuarial e financeiro nos primeiros meses de vigência;
- Implementação de ações de divulgação em parceria com a CAARS;
- Aprovação de novo contrato com o CORE/RS, em fase de formalização.

O plano encontra-se em fase de consolidação e expansão, com foco na ampliação da base de usuários e de entidades contratantes.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [x] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** O PAMERP encontra-se em fase de execução e operação assistencial. O primeiro contrato foi formalizado com a OAB/RS, por intermédio da CAARS, tendo sido assinado em 16/12/2025 e iniciado sua vigência em 01/01/2026. Desde fevereiro de 2026 o plano está em operação, com ingresso gradativo de usuários e acompanhamento mensal dos indicadores assistenciais, financeiros e atuariais.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Expandir a base de usuários e de entidades contratantes do PAMERP, mantendo o monitoramento dos indicadores assistenciais, financeiros e atuariais. Nos próximos meses, o IPE Saúde dará continuidade às ações de divulgação em parceria com a OAB/RS e a CAARS e de ampliação de entidades Contratantes, com foco na formalização de novos contratos. Entre as atividades prioritárias estão o acompanhamento da adesão de usuários, o monitoramento da sinistralidade, a realização das análises atuariais periódicas e a conclusão das negociações com potenciais novos contratantes. Trata-se de uma etapa contínua de consolidação e expansão do plano.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 60.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 14.805,84 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 14.805,84 **Orçamento LOA 2027:** R$ 250.000,00 **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.
Pontos críticos e riscos	Crescimento da base de usuários ainda abaixo do potencial estimado para a categoria profissional, exigindo a continuidade das ações de divulgação e engajamento junto à OAB/RS e à CAARS. Necessidade de ampliação do número de entidades contratantes para reduzir a dependência de um único contrato e fortalecer a sustentabilidade do PAMERP. Evolução da sinistralidade em decorrência do término gradual das carências contratuais, especialmente para procedimentos de maior custo, exigindo acompanhamento atuarial permanente.
Recomendações	Dar continuidade às ações de divulgação do PAMERP em parceria com a OAB/RS, visando ampliar a adesão de usuários. Prosseguir com as ações de ampliação de Contratantes, buscando formalizar contratos com novas entidades.

	Manter o monitoramento da sinistralidade e do equilíbrio atuarial do plano, especialmente com o avanço do cumprimento das carências. Fortalecer o acompanhamento dos resultados e o relacionamento institucional com contratantes atuais e potenciais, garantindo a sustentabilidade e a expansão gradual do PAMERP.
Mais informações	Processo PROA nº 25/2441-0008870-9 – Monitoramento da Implantação do PAMERP Processo PROA nº 25/2441-0006227-0 – Contratação da OAB/RS e CAARS Resolução nº 01/2025 – Regulamento do PAMERP Portal do Contratante – PAMERP (https://smh.rs.gov.br/relacionamento/contratantes) Página do PAMERP no site institucional do IPE Saúde (https://www.ipesaude.rs.gov.br/pamerp) Página do IPE Saúde no portal da CAARS (https://caars.org.br/servicos?idPage=102)

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
Termo de Contrato de Prestação de Serviços s/nº - PAMERP (PROA nº 25/2441-0006227-0)	Contrato de execução dos serviços de atendimento médico-hospitalar, laboratorial, diagnóstico e tratamento, bem como programas e ações específicos, na proporção dos recursos do FAS/RS.	IPE Saúde (CNPJ nº 30.483.455/0001-76)	Tabela de Valores de Contribuição do PAMERP – Anexo I da Resolução IPE Saúde nº 01/2025 (Variável conforme nº de usuários)	De 01/01/2026 a 31/12/2027	Em execução.
DL 9003/2022	Serviços de desenvolvimento, operação, manutenção e armazenamento de dados do Sistema PAMERP	PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A (CNPJ nº 87.124.582/0001-04)	Valor Total para desenvolvimento: R$ 361.500,33 + Valor mensal para manutenção, operação e armazenamento: R$ 66.273,42 (após 3º TA)	18 meses. 3º TA prorrogou vigência até 21/12/2026	Em execução.

5. Reestruturação do Modelo de Custeio Assistencial

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Reestruturação do Modelo de Custeio Assistencial.
Base legal	Instruções Normativas IPE Saúde nº 01 a 06/2024, INs nº 14/2025, 15/2025 e 19/2025 e IN nº 26/2025.
Unidade responsável	IPE Saúde.
Objetivo	Reestruturar o modelo de custeio assistencial do IPE Saúde com a categorização dos Hospitais, adoção de tabelas próprias de medicamentos, farmaconutrientes, materiais indenizáveis, diárias e taxas, estabelecendo critérios mais eficientes, transparentes e sustentáveis para remuneração e financiamento dos serviços de

	saúde, com foco na qualificação da assistência prestada aos beneficiários, no equilíbrio econômico-financeiro da instituição, na otimização da alocação dos recursos e no fortalecimento da rede credenciada, garantindo a perenidade do sistema e a ampliação da entrega de valor em saúde
Justificativa	A reestruturação do modelo de custeio assistencial do IPE Saúde justifica-se pela necessidade de promover maior eficiência na gestão dos recursos assistenciais, diante do aumento contínuo dos custos em saúde e da crescente demanda por serviços de qualidade. A iniciativa busca assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da instituição, aprimorar os mecanismos de remuneração da rede credenciada, reduzir distorções e desperdícios, ampliar a transparência e a capacidade de monitoramento dos gastos, bem como alinhar o sistema às melhores práticas de gestão em saúde. Além disso, pretende incentivar a qualificação da assistência prestada aos beneficiários, por meio de modelos que valorizem a qualidade, a resolutividade e os resultados obtidos, contribuindo para a perenidade e o fortalecimento do IPE Saúde.
Principais instrumentos	Novo marco regulatório de remuneração; categorização hospitalar; tabelas próprias; LPM atualizada semestralmente; princípio ativo e fracionamento de medicamentos; compactação de diárias; INs nº 01 a 06/2024, 14/2025, 15/2025, 19/2025 e 26/2025; acordos judiciais; condicionantes de faturamento e permanência hospitalar; controle de OPMEs; notas fiscais e rastreabilidade.
Público-alvo e abrangência	Rede hospitalar credenciada, hospitais de alta complexidade e demais prestadores abrangidos pelas novas regras. A assistência aos segurados do IPE Saúde.
Beneficiários diretos	Os segurados do IPE Saúde são expressamente beneficiados pela continuidade e qualificação da assistência e pelo acesso à rede de alta complexidade.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

- Implantação de novo modelo de remuneração hospitalar, baseado na categorização técnica da rede credenciada;
- Classificação dos hospitais em categorias de complexidade e capacidade assistencial, permitindo remuneração mais compatível com os serviços prestados;
- Instituição de tabelas próprias para medicamentos, materiais, farmaconutrientes, diárias e taxas hospitalares, ampliando a previsibilidade dos gastos assistenciais;
- Redução de divergências e litígios relacionados ao custeio por meio da formalização de acordos judiciais e definição de critérios padronizados de cobrança e faturamento;
- Fortalecimento dos mecanismos de controle, auditoria e rastreabilidade de despesas assistenciais, especialmente em medicamentos e OPMEs;
- Maior segurança jurídica, transparência e sustentabilidade financeira do sistema, com preservação da assistência prestada aos usuários.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Os acordos judiciais foram formalizados e homologados em 2025; as INs nº 14, 15, 19 e 26/2025 foram

	publicadas; as novas tabelas e condicionantes estão em pleno funcionamento; a IN nº 26/2025 está em vigor para atendimentos realizados a partir de 02/01/2026.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Prevista a abertura dos processos de credenciamento hospitalar mediante chamamento público. Também está prevista a continuidade da mediação pré-processual em 2026 para temas não concluídos, como convênio global, transparência nas glosas e reajustamento periódico de diárias e taxas.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 3.673.191.934,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 2.360.928.459,85 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 2.360.928.459,85 **Orçamento LOA 2027:** R$ 3.608.002.521,00 **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.
Mais informações	A metodologia de categorização hospitalar do IPE Saúde foi implantada com o objetivo de estabelecer uma remuneração mais equilibrada, transparente e compatível com a complexidade assistencial de cada prestador. Os hospitais passaram a ser enquadrados em categorias (A1, A2, A3, A4, B1 e B2), definidas a partir de critérios técnicos relacionados à estrutura física, capacidade instalada, perfil assistencial, serviços especializados, recursos tecnológicos e grau de complexidade dos atendimentos realizados. Paralelamente, o IPE Saúde adotou tabelas próprias de medicamentos, dietas e materiais indenizáveis, substituindo modelos de precificação anteriormente vinculados a referências de mercado específicas. No caso dos medicamentos e dietas, a precificação passou a considerar o valor de mercado do princípio ativo, independentemente do fabricante, enquanto os materiais indenizáveis passaram a seguir tabela própria do instituto

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
DL 9002/2022 – Contrato nº 34/2022 (PROA nº 22/2441-0004897-2)	Licença de uso da lista de preços de materiais, medicamentos e dietas de uso médico hospitalar (LPM)	Central de Cooperativas Unimed do Rio Grande do Sul Ltda (CNPJ nº 02.494.715/0001-73)	R$ 2.374.304,50 (após assinatura do 5º TA)	12 meses, contados a partir de 30/09/2026	Em execução

6. Fortalecimento da Auditoria em Saúde

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Fortalecimento da Auditoria em Saúde.
Base legal	Lei Estadual nº 15.473/2020; Lei Federal nº 12.842/2013; Lei Federal nº 14.133/2021; e demais normativos profissionais aplicáveis à Auditoria em Saúde.
Unidade responsável	IPE Saúde
Objetivo	Fortalecer a capacidade institucional da Auditoria em Saúde do IPE Saúde, ampliando e qualificando sua capacidade operacional, técnico-científica, tecnológica, informacional e de governança, de forma a sustentar a atuação integrada das Auditorias Prévia, Concorrente e Retrospectiva, ampliar a cobertura e a tempestividade das análises, fortalecer os mecanismos de

	controle e promover a incorporação permanente de conhecimento e capacidades ao Instituto.
Justificativa	O diagnóstico institucional identificou restrições na capacidade da Auditoria em Saúde frente ao volume, à diversidade e à complexidade das demandas do IPE Saúde, envolvendo limitações de pessoal e cobertura operacional, necessidade de acesso estruturado a conhecimento técnico especializado, fragilidades tecnológicas e informacionais e oportunidades de aprimoramento da organização e da governança. O fortalecimento dessas capacidades é necessário para ampliar a cobertura e a tempestividade das auditorias, qualificar os controles e assegurar maior integração entre as Auditorias Prévia, Concorrente e Retrospectiva.
Principais instrumentos	Auditoria retrospectiva, concorrente, prévia e Home Care; emissão de pareceres técnicos; sistema de auditoria integrado; Lista de Preços de Mercado (LPM); protocolos assistenciais; diretrizes de utilização; indicadores gerenciais; capacitação; transferência de conhecimento; auditoria eletrônica e integração com o SMH.
Público-alvo e abrangência	Áreas e equipes envolvidas nos processos de regulação, auditoria e controle assistencial do IPE Saúde, com abrangência sobre as Auditorias Prévia, Concorrente e Retrospectiva e seus processos relacionados.
Beneficiários diretos	Usuários do IPE Saúde.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Em 2026, foi concluído o diagnóstico institucional da Auditoria em Saúde e estruturado o modelo de fortalecimento a ser implementado, abrangendo de forma integrada as Auditorias Prévia, Concorrente e Retrospectiva e as capacidades operacional, técnico-científica, tecnológica, informacional e de governança.

O projeto avançou da etapa de diagnóstico para a definição e formalização da solução, deixando estruturados o escopo, os requisitos e as condições necessárias à sua implementação, bem como a instrução técnica da contratação. Entre as entregas concluídas estão o Relatório de Fundamentação e Estruturação, o Termo de Abertura do Projeto, o Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [X] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Em fase de estruturação e instrução da contratação. Concluídos o diagnóstico e a fundamentação da Ação Estratégica, o Termo de Abertura do Projeto, o Documento de Formalização da Demanda e a elaboração dos principais documentos técnicos da contratação, incluindo Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Conclusão da instrução processual e prosseguimento do procedimento de contratação.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 20.000.000,00

	Orçamento empenhado até ago/2026: R$ 1.901.914,32 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 1.704.292,56 **Orçamento LOA 2027:** R$ 24.000.000,00 **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.
Pontos críticos e riscos	Compatibilização das soluções com os sistemas e projetos de modernização tecnológica do Instituto; capacidade institucional de implementação e absorção das mudanças; adequada delimitação de responsabilidades e competências; transferência e retenção do conhecimento; integração entre as modalidades de auditoria; e cumprimento das etapas administrativas, técnicas e jurídicas necessárias à implementação.
Recomendações	Assegurar a internalização do conhecimento técnico; fortalecer a governança da auditoria; acompanhar indicadores de desempenho; priorizar a eliminação do passivo de contas; manter integração entre auditorias prévia, concorrente e retrospectiva; desenvolver protocolos e diretrizes próprias.
Mais informações	SEI da contratação: 26/2441-9001154-4 onde consta: Relatório de Fundamentação e Estruturação; TAP – Termo de Abertura do Projeto 05SE; DFD – Documento de Formalização da Demanda; ETP - Estudo Técnico Preliminar; Relatório de aderência do escopo aos riscos e TR - Termo de Referência.

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
DL 9002/2022 – Contrato nº 34/2022 (PROA nº 22/2441-0004897-2)	Licença de uso da lista de preços de materiais, medicamentos e dietas de uso médico hospitalar (LPM)	Central de Cooperativas Unimed do Rio Grande do Sul Ltda (CNPJ nº 02.494.715/0001-73)	R$ 2.374.304,50 (após assinatura do 5º TA)	12 meses, contados a partir de 30/09/2026	Em execução

7. Substituição do Sistema SMH - Solução de Mercado

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Solução de mercado - Substituição SMH
Unidade responsável	IPE Saúde
Órgãos e entidades parceiras	SPGG
Objetivo	A presente contratação tem por objetivo a disponibilização de uma solução integrada para apoiar a gestão dos principais processos assistenciais, operacionais, financeiros e gerenciais do IPE Saúde. O sistema deverá contemplar funcionalidades para registro eletrônico de atendimentos, autorização e requisição de exames, com integração ao Cartão Digital e aos mecanismos de autenticação do beneficiário. Além disso, deverá permitir a gestão e parametrização dos serviços médico-hospitalares, incluindo tabelas de remuneração, regras de consistência, autorizações e integração com os sistemas corporativos e financeiros da instituição. A solução também deverá oferecer recursos avançados de auditoria e regulação de contas, com identificação automática de inconsistências, aplicação de regras de glosa e apoio aos processos de pagamento, incluindo processamento em lote e retenções fiscais. Por fim, deverá disponibilizar ferramentas de Business Intelligence (BI), com dashboards e relatórios gerenciais que possibilitem o acompanhamento de indicadores assistenciais,

	operacionais e financeiros, apoiando a tomada de decisão e o controle dos gastos em saúde.
Justificativa	Atualmente, o IPE Saúde mantém contrato com a PROCERGS para a sustentação de sistemas corporativos desenvolvidos há várias décadas em tecnologias Adabas/Natural e ambiente Mainframe. Embora esses sistemas continuem desempenhando funções essenciais para a operação da autarquia, apresentam elevado grau de obsolescência tecnológica, caracterizado por interfaces baseadas em terminal de linha de comando, baixa usabilidade, reduzida inteligência de negócio embarcada e limitações significativas quanto à automação de processos.
Principais instrumentos	Licitação de solução de Mercado.
Público-alvo e abrangência	IPE Saúde, prestadores credenciados, beneficiários empresa de software e PROCERGS
Beneficiários diretos	Prestadores Credenciados: aproximadamente 7 mil; beneficiários do IPE Saúde: aproximadamente 830 mil.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** Documentos de Licitação em fazer de finalização e orçamentação
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Encaminhar para contratação junto à CELIC
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 3.000.000,00 **Orçamento LOA 2027:** R$ 4.000.000,00 **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.
Pontos críticos e riscos	A empresa contratada não atender ao escopo da contratação; Falta de pessoas com conhecimento da regra de negócio no IPE saúde para definições de implantação.
Recomendações	A sugestão é seguir com a contratação de uma solução de mercado pronta, de empresa que possua expertise no atendimento de sistema para planos de saúde.
Mais informações	Soluções de mercado: a) Sistema de Gestão de Operadoras de Saúde da Benner: (https://benner.com.br/saude); b) Sistema TOTVS Linha Protheus (https://www.totvs.com/) ; c) Tasy EMR – Philips (https://www.philips.com.br/healthcare/resources/landing/tasy-para-operadoras); d) Fácil Informática (https://facilinformatica.com.br/Solu%C3%A7%C3%B5es/fac-plan.aspx)

CONTRATOS EM ANDAMENTO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO					
Número	**Objeto**	**Contratado**	**Valor**	**Vigência**	**Status**
DL nº 9005/2025 – Contrato DRC-71/2025	Serviço de Desenvolvimento e Implantação do Sistema para Modernização dos Sistemas do IPE Saúde – MIS (SIIS)	PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A (CNPJ nº 87.124.582/0001-04)	R$ 6.412.448,40 (após 1º TA publicado em 30/03/2026)	18 meses, a contar da ordem de início dos serviços	Em execução

8. Reestruturação dos Planos do IPE Saúde (Novo modelo de financiamento)

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Reestruturação dos Planos do IPE Saúde (Novo modelo de financiamento).
Base legal	Lei Complementar nº 15.970/2023 e Resolução nº 02/2023.
Unidade responsável	IPE Saúde.
Objetivo	Revisar/reestruturar o modelo de financiamento dos planos para assegurar maior equilíbrio entre sustentabilidade financeira, capacidade contributiva dos segurados e manutenção da cobertura assistencial.
Justificativa	O modelo anterior apresentava alíquota insuficiente (3,1%), inexistência de receita por dependentes no Plano Principal e desequilíbrio no modelo dos Optantes, sendo apresentada a necessidade de corrigir essas distorções e garantir sustentabilidade atuarial.
Principais instrumentos	Elevação da alíquota dos titulares de 3,1% para 3,6%; preservação da paridade entre Estado e servidor; cobrança de dependentes por faixas etárias; tabelas dos Optantes baseadas em risco atuarial por faixa etária; individualização das contribuições dos dependentes; implementação do novo regime a partir de outubro de 2023.
Público-alvo e abrangência	O projeto abrange os titulares ativos, inativos e pensionistas, dependentes e optantes dos planos do IPE Saúde.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

A reestruturação do IPE Saúde promoveu a recomposição das receitas e o fortalecimento do financiamento dos planos, com efeitos consolidados entre 2023 e 2025. Entre os principais resultados, destacam-se:

- **Ampliação da receita do Plano Principal**, que passou de R$ 1,76 bilhão em 2023 para R$ 2,35 bilhões em 2025, crescimento de **33,6%**;
- **Instituição da contribuição dos dependentes no Plano Principal**, gerando aproximadamente **R$ 404,8 milhões de receita em 2025**;
- **Ampliação da receita do Plano Optantes**, de R$ 159,3 milhões em 2023 para R$ 274,1 milhões em 2025, crescimento de **72,1%**;

- **Reestruturação do custeio dos Optantes**, com atualização das contribuições segundo faixas etárias e risco atuarial;
- **Recomposição das contribuições de servidores e do Estado**, decorrente da alteração da alíquota de 3,1% para 3,6%, preservada a paridade contributiva;
- **Reestruturação do PAMES**, com atualização das tabelas de contribuição a partir de junho de 2025, resultando em aumento de **30,51%** na arrecadação entre maio e junho de 2025;
- **Aumento da receita global**, que alcançou **R$ 2,62 bilhões em 2025**, 36,8% acima do registrado em 2023.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerramento **Descrição da etapa:** Encerrado - O novo modelo está em vigor desde outubro de 2023
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 4.069.621.168,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 2.471.334.729,58 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 2.471.334.729,58 **Orçamento LOA 2027:** R$ 4.016.557.747,00 **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.
Pontos críticos e riscos	O IPE Saúde encontra-se em um momento decisivo em que precisa conceder reajustes em diárias e taxas hospitalares, considerando o lapso de 2 anos desde o último reajuste pactuado com os prestadores, ocorrido em fevereiro de 2025 (item 2). Há também a necessidade iminente de prosseguir na recomposição dos valores de sua tabela de honorários médicos, em especial dos portes anestésicos, para garantir a manutenção e atratividade da rede credenciada (item 9). Esta necessidade de atualização alinha-se ao art. 46 da Lei Complementar nº 15.145/2018, que determina a revisão dos valores da tabela de procedimentos médicos em período não superior a 2 (dois) anos. Todavia, a execução desses reajustes esbarra no atual desequilíbrio financeiro: a sinistralidade do plano já excede 93%, índice que é superior à meta de 85% estabelecida para o equilíbrio do sistema. Esse cenário de alta sinistralidade é agravado por um momento de acentuada judicialização contra o Instituto, o que eleva substancialmente as despesas. Para enfrentar cenários como este e buscar a regularidade das contas, o art. 25 da mesma Lei Complementar prevê a realização de estudos técnicos e atuariais, no mínimo a cada 2 (dois) anos, para subsidiar revisões da estrutura e do rol de cobertura assistencial, bem como de índices ou percentuais vigentes, visando a manutenção da autonomia e do equilíbrio financeiro do Sistema IPE Saúde. Ademais, no contexto da estruturação do custeio e equilíbrio do plano, o art. 30 da legislação estabelece a previsão de pagamento de coparticipação pelo usuário em um percentual de até 50% sobre os valores das tabelas de procedimentos.

Recomendações	Recomenda-se à Nova Gestão (Agenda de Continuidade e Sustentabilidade): 1. 1. Estudos Técnicos para Ajuste de Alíquota: Diante do atual desequilíbrio financeiro e da alta sinistralidade, recomenda-se que a gestão proceda à realização de estudos técnicos e atuariais atualizados, conforme previsto no art. 25 da Lei Complementar nº 15.145/2018, e promova o encaminhamento de suas conclusões para deliberação das instâncias competentes visando avaliar a necessidade de ajustes na alíquota de contribuição do plano principal. 2. Revisão da Coparticipação: Promover a adequação da regra de coparticipação dos usuários nos honorários médicos e demais procedimentos, aplicando a previsão legal que autoriza a cobrança em percentual de até 50%, a depender da respectiva faixa salarial do segurado. Essa medida visa mitigar o impacto do aumento da utilização do plano e compartilhar os custos de forma proporcional, auxiliando no enfrentamento do atual cenário de superação da meta de equilíbrio.

9. Aplicativo do IPE Saúde

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Aplicativo do IPE Saúde.
Unidade responsável	IPE Saúde.
Órgãos e entidades parceiras	A solução foi desenvolvida em parceria com a PROCERGS.
Objetivo	Disponibilizar um aplicativo institucional que centralize os principais serviços digitais do IPE Saúde, ampliando a acessibilidade e a experiência dos segurados.
Justificativa	Os serviços e informações estavam distribuídos em diferentes canais, dificultando o acesso rápido e integrado. A ausência de uma plataforma móvel unificada limitava a autonomia dos segurados e a oferta de serviços digitais.
Principais instrumentos	O principal instrumento identificado é o aplicativo institucional, com funcionalidades como Guia Médico, Consulta de Cobertura, emissão de boletos, atualização cadastral, acompanhamento de solicitações e autoatendimento.
Público-alvo e abrangência	Segurados do IPE Saúde.
Beneficiários diretos	Os segurados do IPE Saúde são diretamente beneficiados pelas funcionalidades e pela maior autonomia no acesso aos serviços.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Principais dados de utilização do aplicativo: o aplicativo do IPE Saúde constitui importante canal de autoatendimento aos usuários, tendo registrado **714.560 autoatendimentos entre janeiro e junho de 2026**, frente a **373.635 no mesmo período de 2025**. Desde seu lançamento, em agosto de 2023, até agosto de 2026, foram realizados **2.120.435 autoatendimentos** por meio do APP. Entre os serviços mais utilizados, destacam-se o **Cartão Digital**, a **Emissão de Boletos** e a **Consulta de Autorizações (GA)**, evidenciando a utilização do canal digital para acesso aos principais serviços disponibilizados pelo Instituto.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerrado **Descrição da etapa:** Encerrado – Em etapa de manutenção e acompanhamento.
Orçamento	**Orçamento dotação com alteração 2026:** R$ 720.000,00 **Orçamento empenhado até ago/2026:** R$ 480.000,00 **Orçamento liquidado até ago/2026:** R$ 623.048,55 **Orçamento LOA 2027:** R$ 922.523,20 **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.
Recomendações	Reestruturação dos fluxos internos do aplicativo para encurtar caminhos. Adaptação da interface para garantir inclusão digital real, com atenção especial às necessidades de idosos e superidosos. Isso envolve elementos visuais mais claros, ícones autoexplicativos e uma disposição de informações que não sobrecarregue a tela. Aprimoramento técnico contínuo da plataforma para evitar falhas, telas de carregamento longas ou travamentos, garantindo que o aplicativo responda de maneira ágil aos comandos.

10. Cartão Digital

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Cartão Digital.
Unidade responsável	IPE Saúde.
Órgãos e entidades parceiras	A solução foi desenvolvida em parceria com a PROCERGS.
Objetivo	O cartão digital permite que os usuários realizem atendimentos médicos e hospitalares sem o cartão físico, buscando mais segurança, agilidade e conveniência e modernizando o acesso aos serviços.
Justificativa	A justificativa está relacionada à modernização dos serviços, simplificação do acesso, maior segurança, agilidade e conveniência para segurados e prestadores.
Principais instrumentos	Aplicativo do IPE Saúde; Cartão Digital; geração de código de atendimento único pelo aplicativo; utilização do código pelo prestador para autorização do atendimento; recursos de geolocalização.
Público-alvo e abrangência	Segurados e prestadores de serviços credenciados
Beneficiários diretos	O Cartão Digital foi lançado oficialmente e está disponível desde novembro de 2024.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Implantado em outubro de 2024, o Cartão Digital do IPE Saúde constitui solução para identificação do usuário e acesso aos serviços de saúde por meio de token digital. Entre janeiro e junho de 2026, foram registrados **75.291 tokens utilizados**, frente a **11.529 no mesmo período de 2025**, representando crescimento de aproximadamente **553%**. Desde o lançamento, até agosto de 2026, foram contabilizados **166.399 tokens utilizados**. Entre janeiro e agosto de 2026, os

principais tipos de utilização foram **Consulta de Situação (53.770)** e **Autorização de Consulta (54.108)**, seguidos por **Registro de Internação (3.551)** e **Autorização de Exames em Consultório (2.816)**, demonstrando a utilização do recurso digital para diferentes etapas do atendimento aos beneficiários. Abaixo o detalhamento das utilizações por tipo de atendimento nos anos de 2025 e 2026:

2026:

Cartão Digital - Tipos de Atendimento - Tokens Utilizados									
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Total
Autorização de Consulta	4195	3864	5801	6185	7438	7816	9321	9488	54108
Autorização de Exames em Consultório	283	220	313	301	384	358	464	493	2816
Consulta Situação	4745	3970	6205	6460	6947	7431	8804	9208	53770
Registro de Internação	324	278	367	443	433	530	549	627	3551

2025:

Cartão Digital - Tipos de Atendimento - Tokens Utilizados													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Autorização de Consulta	258	282	544	903	1161	1454	1929	2176	2748	3308	3075	3297	21135
Autorização de Exames em Consultório	15	16	42	46	46	50	106	125	162	185	178	174	1145
Consulta Situação	513	600	932	1224	1345	1742	2414	2496	3144	4206	3669	3952	26237
Registro de Internação	31	33	69	61	74	88	125	190	216	257	269	323	1736

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerrado **Descrição da etapa:** Encerrado – Em etapa de manutenção e acompanhamento.
Orçamento	Informação em conjunto com o projeto do Aplicativo do IPE Saúde - implantado em 2024/2025 - no presente momento apenas manutenção. **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.
Recomendações	Melhoria no mecanismo de transição entre o cartão do titular e os cartões dos dependentes. Garantia de que qualquer alteração administrativa no sistema (como o término de uma carência, regularização de status ou bloqueio) seja refletida imediatamente no cartão digital, evitando divergências de informação entre o que o segurado vê no aplicativo e o que o prestador acessa no balcão.

11. Recomposição de honorários médicos 2023 e 2026

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Recomposição de honorários médicos.
Base legal	Lei Complementar nº 15.970, de 07/07/2023; Portaria IPE Saúde nº 18/2023; Instrução Normativa IPE Saúde nº 18/2023, Portaria IPE Saúde nº 44/2026 e Portaria IPE Saúde nº 60/2026

Unidade responsável	IPE Saúde.
Objetivo	A iniciativa estabelece a implementação da recomposição dos honorários médicos, contemplando consultas, exames, procedimentos estratégicos, visitas e consultorias hospitalares, com priorização de especialidades críticas.
Justificativa	A justificativa está relacionada à defasagem da remuneração de procedimentos e consultas, que compromete a atratividade da rede credenciada, especialmente em especialidades críticas, e dificulta a ampliação do acesso dos segurados.
Principais instrumentos	Critérios de reajuste para consultas médicas, terapias, diagnose, cirurgias e obstetrícia; definição de teto de valor; levantamento das remunerações mais defasadas pelas entidades médicas; pareamento com a listagem da DPS; Portaria nº 18/2023 e IN nº 18/2023.
Público-alvo e abrangência	Rede credenciada.
Beneficiários diretos	Prestadores de serviços do IPE Saúde.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Realização da recomposição dos honorários médicos em consultas, exames, terapias, procedimentos, visitas e consultorias hospitalares.

Correção de defasagens históricas de remuneração em especialidades estratégicas e de maior demanda assistencial.

Melhoria da atratividade da rede credenciada para médicos e prestadores de serviços de saúde.

Ampliação das condições para manutenção e fortalecimento da oferta assistencial aos beneficiários do IPE Saúde.

Estabelecimento de critérios formais e transparentes para reajustes remuneratórios futuros.

Contribuição para a qualificação da assistência e para a redução do risco de descredenciamento em especialidades com maior dificuldade de provimento.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerramento **Descrição da etapa:** Os reajustes foram realizados e os atos normativos correspondentes foram publicados.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Acompanhamento da despesa assistencial, nos honorários reajustados
Orçamento	O valor previsto para recomposição de Honorários Médicos que ocorreu em 2023 foi de R$ 140 milhões. Quanto a informações referentes a recomposição de honorários de 2026 - não houve recomposição até 31/08/2026 (mas a previsão de recomposição está no projeto Programa Mais Assistência). **Fonte do recurso:** 8000 – Recursos Próprios – Autarquias.

Mais informações	A metodologia de reajuste dos honorários médicos do IPE Saúde é baseada em avaliações técnicas e negociações institucionais com entidades representativas da classe médica, buscando corrigir defasagens históricas e alinhar a remuneração à complexidade e relevância dos procedimentos realizados.

Seção IV - Escritório de Desenvolvimento de Projetos - EDP

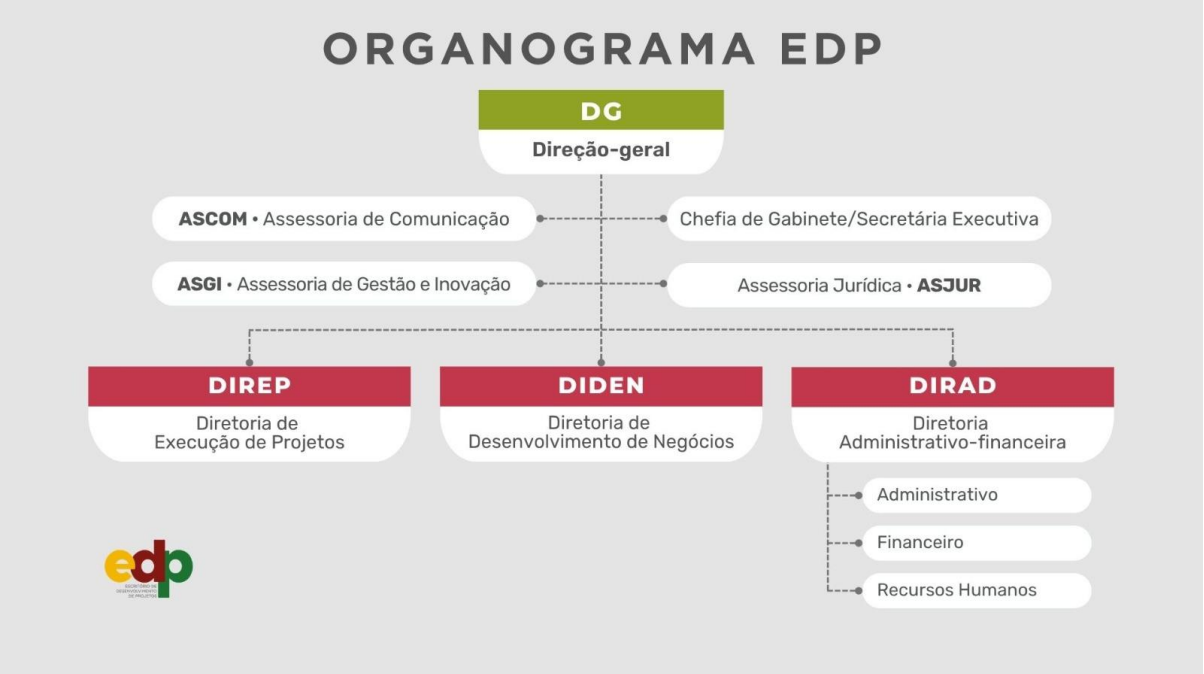
Contextualização

IDENTIFICAÇÃO	
Nome e sigla	Escritório de Desenvolvimento de Projetos - EDP
Site	https://www.edp.rs.gov.br/
Endereço	Avenida Dolores Alcaraz Caldas, 90 - Praia de Belas 11º andar Porto Alegre - RS - CEP 90110-180 Fone: **(51) 3288-9185**
Base legal	LEI Nº 14.981, DE 16 DE JANEIRO DE 2017
Competências legais	O EDP tem por finalidade contribuir para a modernização e para a melhoria da eficiência do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da concepção e da execução de projetos, competindo-lhe, especialmente: I - propor métodos e medidas objetivando a inovação, a formulação e a execução de projetos de desenvolvimento e de infraestrutura para o Estado do Rio Grande do Sul; II - apoiar e promover atos vinculados a projetos estratégicos, inclusive em parceria com outras instituições, com o setor privado e órgãos governamentais, objetivando a otimização da gestão pública estadual; III - auxiliar a elaboração e a implementação das políticas públicas de eficiência do Estado; IV - propor sugestões à Administração Pública Direta e Indireta na formulação, na gestão e na execução de projetos visando à modernização e à desburocratização da Administração Pública Estadual; V - apoiar a captação de recursos financeiros de instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, com o objetivo de viabilizar projetos de interesse do Estado do Rio Grande do Sul; e VI - atuar de forma intersetorial nos diversos órgãos da Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei nº 14.981 de 2017.
Número de servidores	Número de servidores Total: 45 Efetivos: 10 Adidos: 5 Temporários: 7 Cedidos para outros órgãos: 10 Terceirizados: 1 Comissionados: 12

Número de estações de trabalho	33
Concursos próprios em andamento	PROCESSO SELETIVO Nº 001/2025 Cargo/carreira: Especialista em Portfólio, Programas e Projetos Edital nº 01/2025 - https://www.edp.rs.gov.br/processo-seletivo-simplificado Número de vagas previstas: 13 Número de vagas autorizadas: 13 Próximas etapas: Previsão para novembro de 2026 Publicação no DOE da nomeação de 06 vagas remanescentes Ponto crítico: Não há.

Organograma

ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO



Áreas de assessoramento e apoio à gestão

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO (ASCOM)	
Principais atribuições	Responsável pelo planejamento, coordenação e execução da comunicação institucional do EDP, assegurando o alinhamento das ações de comunicação aos objetivos estratégicos da instituição e às diretrizes de comunicação do Governo do Estado.
Atuação	Atua na gestão dos canais institucionais de comunicação, relacionamento com a imprensa, produção de conteúdo jornalístico e institucional, cobertura de agendas, divulgação de projetos estratégicos, apoio à comunicação interna e fortalecimento da imagem institucional do EDP. Sua atuação

	contribui para ampliar a transparência das ações, qualificar a prestação de informações e aproximar o órgão da sociedade e de seus públicos de interesse.
Destaques da gestão	Atuou de forma estratégica e transversal em todas as etapas dos projetos conduzidos pelo Escritório de Desenvolvimento de Projetos - EDP, desde a estruturação das iniciativas, planejamento e alinhamento institucional até a divulgação de entregas e resultados. A participação da Assessoria de Comunicação contribuiu para qualificar a gestão dos projetos, ampliar a integração entre equipes e parceiros, fortalecer a articulação institucional e assegurar transparência na comunicação com a sociedade. No período, a área consolidou sua atuação como suporte permanente às diretorias e equipes técnicas, apoiando projetos estratégicos do Governo do Estado e promovendo a valorização das entregas institucionais do EDP.
Pontos de atenção para a transição	A manutenção da equipe e da estrutura de comunicação constitui fator crítico para a continuidade dos projetos estratégicos do EDP, uma vez que a ASCOM atua de forma integrada aos processos de planejamento, execução, monitoramento e entrega das iniciativas. A preservação dessa capacidade institucional é essencial para garantir alinhamento estratégico, transparência, gestão do conhecimento e efetividade na comunicação dos resultados à sociedade.
ASSESSORIA DE GESTÃO E INOVAÇÃO (ASGI)	
Principais atribuições	Atua como escritório interno de projetos do EDP, responsável por apoiar a gestão estratégica e a governança das iniciativas institucionais, promovendo a integração, o acompanhamento e a padronização das práticas de gerenciamento de projetos.
Atuação	Presta apoio à alta gestão na governança institucional, no monitoramento e consolidação do portfólio de projetos, no aprimoramento contínuo de processos e na disseminação de metodologias, ferramentas e boas práticas de gestão, inovação e geração de valor público. Atua também na elaboração de relatórios gerenciais, acompanhamento de indicadores e suporte à tomada de decisão.
Destaques da gestão	• Gerenciamento do portfólio institucional, garantindo o acompanhamento sistemático das iniciativas estratégicas; • Monitoramento da execução dos projetos, com atualização de cronogramas, indicadores, riscos e status das entregas; • Apoio às áreas responsáveis na estruturação, planejamento e gestão das iniciativas; • Promoção de ações voltadas à melhoria de processos e fortalecimento da cultura de gerenciamento de projetos; • Suporte à governança das iniciativas, contribuindo para o alinhamento estratégico e a geração de resultados institucionais.

Pontos de atenção para a transição	• Manter a atualização periódica do portfólio de projetos e dos respectivos indicadores; • Acompanhar os projetos com maior criticidade, observando prazos, riscos e dependências; • Garantir a continuidade das rotinas de governança, reuniões de monitoramento e reporte à alta gestão; • Preservar o fluxo de comunicação com gestores e pontos focais das iniciativas; • Verificar prazos de entregas, marcos relevantes e demandas pendentes junto às áreas envolvidas. **Informações relevantes para a continuidade das atividades:** • Os registros, relatórios, cronogramas e demais documentos do portfólio encontram-se armazenados nos repositórios institucionais compartilhados; • Os painéis de acompanhamento e indicadores devem ser atualizados conforme a periodicidade estabelecida; • É recomendável manter alinhamento contínuo com as áreas responsáveis pelos projetos para assegurar a qualidade das informações reportadas; • As metodologias, modelos e procedimentos utilizados pelo EDP devem ser observados para garantir a padronização e a continuidade das atividades.
ASSESSORIA JURÍDICA (ASJUR)	
Principais atribuições	Responsável pelo assessoramento e suporte jurídico às atividades do EDP.
Atuação	Sua atuação contribui para a segurança jurídica dos processos e para a tomada de decisões institucionais. Presta assessoramento jurídico às diretorias do EDP em questões relacionadas às atividades-fim (projetos), bem como em matérias administrativas internas. Examina a legalidade dos instrumentos jurídicos a serem firmados pela instituição e emite pareceres, manifestações e orientações quando demandada.
Destaques da gestão	Prestou apoio jurídico a projetos estratégicos, como o rs.gov, participando da elaboração de minutas de projetos de lei e decretos voltados à modernização e à digitalização dos serviços públicos. Também atuou no assessoramento jurídico de todas as etapas do Processo Seletivo Simplificado do EDP.
Pontos de atenção para a transição	Recomenda-se a manutenção da atual composição da equipe, formada por três advogados, considerando o volume e a complexidade das demandas jurídicas vinculadas às atividades finalísticas e administrativas do EDP.
CHEFIA DE GABINETE/ SECRETARIA-EXECUTIVA	
Principais atribuições	Presta apoio à gestão estratégica e administrativa do EDP, assessorando a Direção-Geral na coordenação institucional, no acompanhamento das demandas organizacionais e na articulação entre diretorias, assessorias e órgãos parceiros.

	Atua na organização dos fluxos decisórios, no suporte à governança institucional e na condução dos processos administrativos necessários ao funcionamento da instituição.
Atuação	Coordena fluxos internos de trabalho, agendas institucionais, processos de governança e atividades de suporte à Direção-Geral e às diretorias. Atua como ponto de integração entre as áreas do EDP, promovendo o alinhamento das ações institucionais, o acompanhamento de demandas estratégicas e a articulação com órgãos e entidades da Administração Pública, contribuindo para a efetividade da gestão e para a execução dos projetos prioritários.
Destaques da gestão	Desempenhou papel central na articulação institucional do EDP com secretarias, órgãos estaduais, entidades parceiras, municípios e demais atores envolvidos nos projetos estratégicos conduzidos pela instituição. Atuou na coordenação de agendas e demandas intersetoriais, apoiando a tomada de decisão da alta gestão, o monitoramento de prioridades e a integração entre equipes técnicas e administrativas.
Pontos de atenção para a transição	Recomenda-se a manutenção da capacidade de coordenação e integração da Secretaria-Executiva junto às diretorias e órgãos parceiros, de forma a assegurar a continuidade dos projetos estratégicos e das agendas institucionais em andamento. Destaca-se, ainda, a importância de preservar a memória institucional, os registros de processos decisórios e os mecanismos de acompanhamento das prioridades estratégicas, garantindo estabilidade, alinhamento e eficiência das ações institucionais.
DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA (DIRAD)	
Principais atribuições	Responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades administrativas, financeiras, orçamentárias e de gestão de pessoas do EDP, assegurando o suporte necessário ao funcionamento institucional e à execução dos projetos estratégicos. Atua também na gestão patrimonial, logística, tecnológica, documental e de controle interno, garantindo a conformidade dos processos com a legislação e as normas da Administração Pública.
Atuação	Atua de forma transversal junto a todas as diretorias e unidades do EDP, prestando suporte às atividades de orçamento, finanças, contratações, gestão de pessoas, tecnologia da informação, patrimônio, logística e serviços administrativos. Sua atuação contribui para a adequada alocação de recursos, a conformidade dos processos administrativos e financeiros e o atendimento das demandas operacionais e estratégicas da autarquia.
Destaques da gestão	Autonomia administrativa e financeira: o EDP opera como autarquia de categoria especial, o que lhe confere autonomia administrativa e financeira para a gestão de suas atividades. Agilidade na gestão administrativa: a autonomia administrativa e financeira permite maior celeridade na gestão de recursos, contratos e convênios, observados os requisitos legais e os controles aplicáveis à Administração Pública.

	Controle de gastos e transparência: as informações orçamentárias, financeiras e contratuais do EDP são disponibilizadas nos instrumentos de transparência pública e estão sujeitas aos mecanismos de controle interno e externo. Fortalecimento do capital humano e seleção técnica: a utilização de processos seletivos simplificados permite atender necessidades específicas de pessoal, assegurando qualificação técnica e maior aderência às demandas da autarquia. Atração de especialistas: os processos são desenhados para contratar profissionais focados em áreas de apoio crítico, exigindo formação e experiência em áreas como administração, ciências contábeis, direito, design e gestão de projetos. Criação de projetos internos: Projeto EDP+, responsável pela promoção de ações voltadas ao bem-estar e à qualidade de vida dos servidores da autarquia, incluindo atividades de integração e ginástica laboral. Realização de processo seletivo simplificado para reforçar a equipe técnica do EDP. Ações de qualificação e parcerias por meio do programa Ampliando Horizontes: as oficinas práticas utilizadas nas capacitações voltadas a métodos modernos de gestão, o uso de abordagens ágeis e ferramentas de planejamento. Guias de referência, como, manuais normativos e documentos colaborativos criados para padronizar rotinas e orientar a execução de entregas com eficiência. Ações integradas, esforços conjuntos entre equipes técnicas e diretorias setoriais para disseminar boas práticas e alinhamento institucional para elevar fortalecer as competências dos servidores.
Pontos de atenção para a transição	Manter a conformidade dos processos administrativos, financeiros, orçamentários e de gestão de pessoas, observando a legislação e as normas aplicáveis. Acompanhar o quadro de pessoal, incluindo servidores, colaboradores temporários e processos seletivos simplificados em andamento. Monitorar contratos, convênios, licitações e prazos de prestação de contas, garantindo a continuidade das atividades e o atendimento aos órgãos de controle. Assegurar a atualização das informações nos portais de transparência e o atendimento às demandas de auditoria. Manter alinhamento contínuo com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), órgão ao qual o EDP está vinculado.

	Recomenda-se dar continuidade nos projetos internos EDP+ e processo seletivo simplificado, com atenção especial para as nomeações que estão aguardando andamento.

Programas, resultados e agenda de continuidade

1. SOS Estiagem

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	SOS ESTIAGEM
Base legal	Decreto nº 56.654/2022 para apoiar produtores rurais e famílias afetadas
Unidade responsável	Escritório de Desenvolvimento de Projetos, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação - SEAPDR (atual Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação - SEAPI)
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG
Objetivo	Socorrer agricultores familiares com renda de até R$ 100 mil e famílias de povos e comunidades tradicionais em municípios atingidos pela estiagem
Justificativa	Os sucessivos períodos de estiagem enfrentados pelo Estado do Rio Grande do Sul impactaram diretamente a redução das colheitas e da receita dos produtores rurais gaúchos. O SOS Estiagem foi criado para instituir uma política de crédito emergencial e levar auxílio à população de 416 municípios atingidos pela estiagem. Os beneficiários foram divididos em 2 grupos: Grupo 1 - Povos e comunidades tradicionais e assentados de reforma agrária (Extrato CAD Único) Grupo 2 - Beneficiários da agricultura familiar com renda de até R$ 100 mil e com Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) registrada até 1º/2/2022
Principais instrumentos	Beneficiários registrados em municípios em estado de emergência pela estiagem homologado até 31/3/2022 (416 municípios) Beneficiários da agricultura familiar com renda até R$ 100 mil e com Declaração de ao PRONAF (DAP) registrada até 1/2/2022 (aprox. 50,8 mil famílias) Beneficiários de recorte específico de povos e comunidades tradicionais com registro no CAD Único (excluídos pescadores tradicionais) no extrato de 29/3/2022 (aprox. 14,3 mil famílias) Pagamento de R$ 1.000,00 por família
Público-alvo e abrangência	Agricultores familiares e famílias de povos e comunidades tradicionais
Beneficiários diretos	416 municípios com decreto de emergência homologado 50.847 famílias atendidas Famílias de povos e comunidades tradicionais (PCTs) constantes no extrato do CadÚnico (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e assentados da reforma agrária): 14.300 famílias atendidas.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Pagamento concluído para o Grupo 1 (povos e comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária).
12.978 famílias X R$ 1.000,00 cada (via Ordem Pagamento)

- **R$ 12.978.000,00**

Ordens de pagamento efetivamente sacadas: 11.493.000,00

Pagamento concluído para o Grupo 2 (agricultores familiares com DAP ativa em 1º de fevereiro de 2022 e renda bruta anual de até R$ 100 mil).
67.455 famílias X R$ 1.000,00 cada (via Ordem Pagamento)

- **R$ 67.455.000,00**

Ordens de pagamento efetivamente sacadas: 49.427.000,00

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	Status: [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerramento Projeto finalizado
Próxima etapa	Projeto já executado na sua totalidade
Orçamento	SRO emitida no valor de R$ 80.433.000,00 Executado: 60.920.000,00
Pontos críticos e riscos	Projeto já executado na sua totalidade.
Recomendações	Em iniciativas de concessão de auxílio emergencial, verificar previamente a disponibilidade e a governança dos dados necessários para identificação e validação dos beneficiários. Garantir a formalização e a segurança jurídica do programa por meio dos instrumentos normativos
Mais informações	Portal SOS Estiagem: https://www.rs.gov.br/sosestiagem

2. Programa Supera Estiagem

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Programa de Mitigação e Superação da Estiagem no RS (Supera Estiagem)
Base legal	O Programa Supera Estiagem está vinculado à estratégia estadual de enfrentamento à estiagem e às ações coordenadas pelo Fórum Permanente de Combate à Estiagem no Estado, instituído pelo Decreto nº 56.390, de 21 de fevereiro de 2022, posteriormente alterado pelo Decreto nº 57.057, de 8 de junho de 2023.
Unidade responsável	Coordenação compartilhada entre: Escritório de Desenvolvimento de Projetos; SEAPI – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação; SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural. Participam diretamente também:

	SEMA – Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura; Defesa Civil Estadual; SOP – Secretaria de Obras Públicas
Órgãos e entidades parceiras	Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM); Procuradoria-Geral do Estado (PGE); Comitês de Bacias Hidrográficas; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-Ascar); Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Municípios gaúchos.
Objetivo	Mitigar os efeitos da estiagem por meio de ações estruturantes voltadas ao desenvolvimento socioeconômico, à segurança hídrica e à melhoria da qualidade de vida da população gaúcha.
Justificativa	A estiagem é um dos principais desafios econômicos e sociais do Rio Grande do Sul. Nos últimos 20 anos, o Estado enfrentou diversas estiagens severas, impactando a agropecuária, o abastecimento de água e a segurança alimentar. Em 2023, os prejuízos estimados em R$ 13 bilhões. A agropecuária representa parcela relevante da economia gaúcha e influencia diretamente a indústria e o comércio. Por isso, reduzir a vulnerabilidade hídrica é fundamental para o desenvolvimento econômico, a geração de renda, a produção agropecuária e a qualidade de vida da população.
Principais instrumentos	Disponibilidade e acesso à água Perfuração de poços artesianos; Programa Poço Legal; Construção de microaçudes; Implantação de sistemas de irrigação; Construção de cisternas comunitárias; Distribuição de caixas d'água e reservatórios; Locação de caminhões-pipa; Obras das Barragens Jaguari e Taquarembó; Construção de canais de distribuição das barragens; Recuperação e revitalização de bacias hidrográficas; Cessão de máquinas para manutenção rural. Comunicação e monitoramento Monitor Estiagem; Boletins hidrometeorológicos; Estações meteorológicas; Monitoramento dos rios; Sistemas de alerta e previsão climática. Governança e gestão Convênios com municípios; Reconhecimento de situação de emergência; Repasses diretos a municípios; Força-tarefa para outorgas de uso da água; Plano Estadual de Recursos Hídricos; Plano de Segurança Hídrica.
Público-alvo e abrangência	Agricultores familiares; Produtores rurais; Assentados da reforma agrária; Povos e comunidades tradicionais; Municípios afetados pela estiagem; Famílias rurais de baixa renda; População em situação de insegurança hídrica e alimentar.
Beneficiários diretos	Em 2023: 284 municípios em emergência pela decorrência da estiagem. 5,8 milhões de pessoas afetadas direta e indiretamente.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Resultados de apoio à população e à produção rural:

- 228 municípios beneficiados com recursos para construção de macroaçudes;
- 359 poços artesianos perfurados;
- 651 poços regularizados por meio do Programa Poço Legal;
- Mais de 580 máquinas cedidas para manutenção da infraestrutura rural;
- 550 caixas d'água distribuídas;
- 50 reservatórios de distribuição de água adquiridos;
- 48 mil agricultores familiares beneficiados pela anistia do Programa Troca-Troca de Sementes;
- 11 mil agricultores familiares beneficiados com a distribuição de sementes;
- Distribuição de 27,5 mil cestas básicas, beneficiando aproximadamente 110 mil pessoas

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [ ] em execução [X] encerramento **Descrição da etapa:** Projeto finalizado
Próxima etapa	Projeto finalizado
Orçamento	Valor estimado do Programa: R$ 1,47 bilhão. **Fonte do recurso:** Tesouro do Estado (fonte principal), transferências da União, convênios federais, financiamentos e parcerias institucionais.
Pontos críticos e riscos	Projeto já executado na sua totalidade
Recomendações	Para reduzir riscos de atrasos, recomenda-se o fortalecimento dos mecanismos de gestão, monitoramento e acompanhamento dos convênios e contratos relacionados às obras de infraestrutura hídrica. Da mesma forma, é essencial assegurar a manutenção e atualização constante dos sistemas de monitoramento hidrometeorológico e de previsão climática, ampliando a capacidade de antecipação e resposta aos períodos de estiagem.
Mais informações	https://www.agricultura.rs.gov.br/supera-estiagem-editais

3. Escritório de Projetos de Restabelecimento e Reconstrução - EP2R Programa

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Escritório de Projetos de Restabelecimento e Reconstrução - EP2R
Base legal	DECRETO Nº 57.198, DE 15 DE SETEMBRO DE 2023.
Unidade responsável	Escritório de Desenvolvimento de Projetos (EDP), com colegiado presidido pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão

	(SPGG) e supervisionado pelo Gabinete do Vice-Governador (GVG).
Órgãos e entidades parceiras	Colegiado composto por 14 órgãos: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão; Gabinete do Vice-Governador do Estado, Gabinete do Governador do Estado, por intermédio da Assessoria Técnica; Secretaria da Casa Civil; Procuradoria-Geral do Estado; Secretaria de Comunicação; Casa Militar, por intermédio da Defesa Civil; Secretaria de Logística e Transportes; Secretaria de Obras Públicas; Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano e Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária.
Objetivo	Coordenar e prestar orientação técnica aos municípios atingidos por eventos climáticos adversos, facilitando o acesso a recursos federais destinados ao restabelecimento e à reconstrução das áreas afetadas. O escritório atua no levantamento e na consolidação de dados, bem como na organização das informações para elaboração e cadastramento de planos de trabalho no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID), promovendo uma resposta coordenada, eficiente e qualificada.
Justificativa	A recorrência de eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul demonstrou a necessidade de uma estrutura permanente de coordenação para apoio aos municípios e captação de recursos federais. A atuação do EP2R foi especialmente relevante durante a resposta aos eventos climáticos ocorridos em 2024, contribuindo para a viabilização de mais de R$ 1 bilhão em recursos da Defesa Civil Nacional destinados ao Estado.
Principais instrumentos	• Criação do Escritório de Projetos de Restabelecimento e Reconstrução (EP2R); • Integração operacional ao Comando Conjunto da Operação Taquari 2 e às ações das Defesas Civis estadual e nacional, contribuindo para a simplificação dos processos de submissão de projetos de reconstrução de pontes e rodovias; • Apoio à elaboração e submissão de planos de trabalho para captação de recursos federais, realizando reuniões técnicas virtuais semanais com municípios para orientação dos processos de reconstrução e restabelecimento; • Criação de estratégia de otimização dos planos de trabalho, como a criação de parâmetros para agilizar estimativas, padrões de projeto para intervenções de baixo custo para evitar reocupação de áreas de risco e reuniões periódicas para orientação dos municípios; • Trabalho integrado de identificação e mapeamento das áreas atingidas, em parceria com a Defesa Civil Estadual, o Departamento de Economia e Estatística (DEE) e o Departamento de Planejamento Governamental (DPG); • Parcerias com o Ibama para utilização de drones no mapeamento das áreas afetadas e com a Receita Federal, o Censipam e as Defesas Civis estadual e municipais para apoio ao planejamento habitacional; • Elaboração e apoio técnico a projetos de recuperação de equipamentos públicos estaduais, como o MARGS e campi da UERGS.
Público-alvo e abrangência	Municípios gaúchos afetados por eventos climáticos adversos.

Beneficiários diretos	População dos municípios atingidos.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Na resposta às enchentes de maio/2024, o EP2R:

- Simplificou o processo de submissão de pontes e rodovias destruídas, acelerando a submissão das pontes do DAER;
- Elaborou planos de trabalho para combustíveis (aproximadamente R$ 12 milhões para aeronaves e R$ 1,6 milhão para veículos terrestres e embarcações);
- Viabilizou, em parceria com outros órgãos, operação de mapeamento aéreo com drones: **52 cidades mapeadas, 210 conjuntos mapeados, 71 dias de trabalho e mais de 55 mil hectares**;
- Entregou laudos habitacionais aos municípios e apoiou a elaboração de planos de trabalho e o pleito de recursos federais, contribuindo para a destinação de **mais de R$ 1 bilhão** da Defesa Civil Nacional ao RS;
- Implantação de uma estratégia de otimização dos planos de trabalho, com parâmetros para agilização de estimativas, padrões de projeto para intervenções de baixo custo em áreas de risco e rotina de orientação técnica aos municípios, resultando em maior eficiência, padronização e apoio à execução das ações locais.
- Equipamento de mapeamento aéreo (drone de grande porte) disponível para uso, com pilotos treinados e prontos para atuação na estrutura do EDP.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** o escritório permanece ativo como estrutura de coordenação e apoio técnico aos municípios, pronto para ser acionado em novos eventos climáticos.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Consolidar o EP2R como referência estadual de coordenação e assistência técnica aos municípios, mantendo sua estrutura operacional ativa e preparada para ser mobilizada em novos eventos climáticos, fortalecendo a resiliência territorial e a capacidade de resposta às emergências.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	A desmobilização do EP2R poderá resultar na perda da capacidade de coordenação, apoio técnico e resposta rápida aos municípios em possíveis futuros eventos climáticos, reduzindo a efetividade das ações de prevenção, preparação e recuperação de desastres.
Recomendações	Manter sempre ativa a estrutura, com possibilidade de ser acionada a qualquer tempo, com rápida mobilização de seus membros.

Mais informações	Site do Projeto: https://www.rs.gov.br/ep2r

4. Estratégia Integrada de Habitação

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Estratégia Integrada de Habitação
Base legal	Política Estadual de Habitação de Interesse Social - lei estadual n° 16.138 de 7 de junho de 2024 Lei nº 16.134/24, que institui o Plano Rio Grande Lei nº 12.144/04, que cria o Fundo Estadual de Gestão Patrimonial – FEGEP Decreto Estadual nº 57.778/2024, Programa de Gestão de Imóveis Públicos para Habitação e Interesse Social – PGIPEHIS.
Unidade responsável	EDP em atuação direta com a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG; Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária – SEHAB; Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES; Gabinete do Vice-Governador – GVG.
Órgãos e entidades parceiras	Prefeituras municipais
Objetivo	Promoção e gestão de iniciativas voltadas ao acolhimento e ao provimento de moradia a famílias impactadas pela calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul em 2024, tendo como foco no plano das moradias a construção de habitações de interesse social.
Justificativa	Os eventos climáticos adversos que levaram à calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul em 2024 tiraram de casa, como se sabe, uma grande massa de cidadãos, tornando necessário ofertar a essas pessoas, de maneira imediata, opções de acolhimento e/ou abrigamento. Além disso, dado o fato de que muitas residências foram destruídas ou condenadas em função dos efeitos dos eventos climáticos, tornou-se também mandatório atuar no provimento de novas moradias aos enquadrados nessas situações. A coexistência dessas duas realidades, além do fato de que ambas afetavam os mesmos grupos de cidadãos, tornou evidente os benefícios de uma gestão integrada desses temas. Iniciativas dos dois eixos foram articuladas, inclusive na gestão de prazos, de forma a garantir continuidade de condições de habitação para as famílias atingidas.
Principais instrumentos	No eixo de acolhimento/abrigamento, estiveram sob alcance dessa gestão integrada os projetos: Abrigos no Estado, Auxílio Abrigamento, Centros Humanitários de Acolhimento (CHAs), Aluguel Social e Estadia Solidária. No eixo das moradias, incluíram a iniciativa os projetos: A Casa é Sua – Moradias Temporárias, A Casa é Sua – Calamidade, A Casa é Sua – Município, Doações de Casas, Minha Casa, Minha Vida – Entidades, Minha Casa, Minha Vida – Rural, Gestão de Ativos Imobiliários para Moradia Social (permuta social e retrofit), Porta de Entrada – Cidadão, Porta de Entrada – Rural e Residencial 60+. Além disso, ao gerenciamento foram integradas ainda ações urbanísticas, como qualificação de espaços públicos, valorização de áreas verdes, implantação de parques urbanos e estruturação de mobilidade ativa. Esse conjunto de projetos lança mão de distintos instrumentos e formatos, incluindo execução direta, repasse a municípios via convênio e parcerias com entes externos.
Público-alvo e	Cidadãos atingidos pelas enchentes de 2024 em todo o território do Rio Grande do Sul, incluindo-se tanto pessoas que tiveram que sair de casa temporariamente (para

abrangência	abrigos públicos ou alojamento familiar) quanto aquelas cuja residência foi destruída ou condenada de forma permanente.
Beneficiários diretos	Ficaram desabrigadas na ocasião 581.638 pessoas em 96% dos municípios gaúchos, de um total de população afetada de 2.398.255 cidadãos. Segundo o Censo dos Abrigos Emergenciais RS (disponível por meio de painel de acompanhamento em https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWQ3MDFlNGQtMDJiZS00NDU2LWFjMTYtNTBiNjhkODlkNTY0IiwidCI6IjE1ZGNkOTA5LThkYzAtNDBlOS1hMWU1LWNlY2IwNTNjZGQxYSJ9), no período 10/05-10/06/2024 o total de abrigados foi de 69.415 pessoas. No eixo das moradias, a Estratégia Integrada de Habitação atuou no gerenciamento de iniciativas que somam 9 mil moradias, em um total de R$ 500 milhões oriundos do Funrigs.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

Enfrentar as diferentes implicações de um Estado ter, de uma só vez, uma massa superior a 500.000 pessoas desabrigadas – muitas dessas impossibilitadas de voltar para casa de maneira permanente – exige capacidade de gerenciamento da complexidade da situação. A alternativa encontrada pelo Executivo do Rio Grande do Sul em 2024 foi a estruturação de uma Estratégia Integrada de Habitação.

Por meio dessa decisão estratégica, foi possível garantir e qualificar espaços de acolhimento/abrigamento dessas famílias de forma imediata, enquanto a calamidade ainda evoluía e causava impactos crescentes. No plano da habitação, a disponibilização de 625 unidades habitacionais temporárias permitiu a uma parcela das famílias, em cidades onde havia demanda e oferta de área, migrar de abrigos para módulos individuais, avançando em termos de conforto, dentro de uma política que deu as mãos aos cidadãos com residências atingidas desde os momentos iniciais do desalojamento/desabrigamento até a entrega de uma nova moradia. Por fim, a viabilização de 9 mil moradias tem beneficiado a sociedade gaúcha e contribuído para o combate ao déficit habitacional.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** a construção e a entrega à sociedade das moradias definitivas encontram-se em andamento, classificando-se em diferentes estágios de evolução em cada instrumento e município. A gestão da oferta de abrigos públicos qualificados e com vagas disponíveis, bem como das iniciativas relativas a Aluguel Social/Estadia Solidária encontra-se finalizada no âmbito da Estratégia Integrada.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** a continuidade das obras em andamento é condição primordial para a conclusão das iniciativas relacionadas ao eixo de moradias definitivas, encontrando-se os cronogramas atualizados em execução pela Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária (Sehab).
Orçamento	A Estratégia Integrada não conta com orçamento próprio, uma vez que os recursos se encontram alocados em cada um dos instrumentos vigentes e são executados nas secretarias finalísticas, notadamente a Sehab.
Pontos críticos e riscos	Não há riscos ou pontos críticos no que diz respeito à Estratégia Integrada de Habitação propriamente dita. Eventuais apontamentos específicos em função das atividades por ela acompanhadas devem estar registrados nos seus respectivos espaços.
Recomendações	Uma visão integrada das temáticas acolhimento/abrigamento e moradias é vital para eventuais futuras situações correlatas à calamidade de 2024. Atenção

	especial deve ser colocada em processos de parceirização/conveniamento com municípios, de forma a rapidamente ser possível prover as municipalidades afetadas com recursos para que contribuam ativamente em ações de acolhimento e moradias temporárias e definitivas.
Mais informações	Material de acompanhamento das iniciativas de Cruzeiro do Sul e Eldorado do Sul: https://www.canva.com/design/DAGx248ttiE/xw2VOib1II2KzumHWL12Wg/edit Apresentação de maio de 2026 sobre o tema das moradias, focada em Cruzeiro do Sul: https://rsgovbr.sharepoint.com/:p:/s/ASTEC2/IQDZHxo30kAAQbucibMBM2ecAbMs_aMD9kh1OXfiODWYzB4?e=Xdi7kf

5. Mapeamento de Processos

IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Nome	Mapeamento de Processos
Unidade responsável	Escritório de Desenvolvimento de Projetos -EDP
Órgãos e entidades parceiras	Secretaria da Reconstrução Gaúcha, IPE Saúde, Secretaria do Desenvolvimento Social, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Secretaria de Educação e Secretaria de Obras Públicas, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Contadoria e Auditoria-Geral do Estado, Casa Civil, Departamento Estadual de Trânsito, Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, Fundação Teatro São Pedro, Fundação de Atendimento Socioeducativo, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação.
Objetivo	Proporcionar uma visão estruturada e integrada dos processos de trabalho das Secretarias e entidades do Governo do Estado, contemplando fluxos de atividades, responsabilidades, documentações e sistemas envolvidos, a partir do mapeamento e da documentação dos processos, realizados por meio de metodologia própria baseada em melhores práticas (BPM). Essa visão busca constituir uma base para a padronização, análise, melhoria e gestão dos processos organizacionais.
Justificativa	O mapeamento e a documentação de processos contribuem para a modernização dos serviços públicos prestados e qualificação da gestão pública, ao proporcionar maior clareza sobre os fluxos de trabalho, responsabilidades e sistemas envolvidos, assim como melhor interação e comunicação entre as equipes técnicas. Processos bem definidos e qualificados favorecem a eficiência operacional, a redução de retrabalhos e maior agilidade na tomada de decisão e execução das atividades, evitam a variedade de interpretações de legislações, refletindo diretamente na melhoria da prestação dos serviços ao cidadão e na prestação de contas para o controle institucional. A continuidade do trabalho justifica-se pela sua contribuição para a qualificação das atividades e entregas desenvolvidas pelas Secretarias e entidades, oferecendo suporte técnico à compreensão, organização e nivelamento de informações sobre seus processos de trabalho. Sua manutenção fortalece a

	capacidade de identificar oportunidades de racionalização, clareza de competências e aprimoramento das atividades, contribuindo para uma Administração Pública mais eficiente e para a melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.
Principais instrumentos	O trabalho é realizado a partir de metodologia desenvolvida pelo EDP, fundamentada nas melhores práticas preconizadas pela ABPMP, orientada pelo Ciclo BPM e alinhada a metodologias desenvolvidas pela administração pública nas suas diferentes esferas, como o Método de Hierarquização dos Objetos de Auditoria DCI/CAGE, Metodologia de Gestão de Processos de Negócios da CGU v.1 (2020) e Metodologia de Governança de Processos de Trabalho da Presidência da República. O escopo é variado, dependendo do interesse do demandante.
Público-alvo e abrangência	Administração direta e indireta
Beneficiários diretos	Secretaria da Reconstrução Gaúcha/SERGS, IPE Saúde, Secretaria do Desenvolvimento Social/SEDES, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão/SPGG, Secretaria de Educação/SEDUC e Secretaria de Obras Públicas/SOP, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem/DAER, Contadoria e Auditoria-Geral do Estado/CAGE, Casa Civil/CC, Departamento Estadual de Trânsito/DETRAN (demanda CAGE), Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre/FOSPA (demanda CAGE), Fundação Teatro São Pedro/FTSP (demanda CAGE), Fundação de Atendimento Socioeducativo/FASE (demanda CAGE), Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação/SEAPI Estima-se que mais de 83 mil servidores ativos, segundo o sistema Qlik Sense, sejam impactados pelas ações realizadas junto aos órgãos e entidades mencionados, além de todos os cidadãos que são beneficiários dos serviços disponibilizados.

RESULTADOS E ENTREGAS DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO

- Secretaria da Reconstrução Gaúcha/SERG: 3 processos e 2 subprocessos mapeados (entrega: relatório com processos atuais, processos com proposição de melhorias, plano de ação e indicadores);
- IPE Saúde: 41 processos mapeados (entrega: conforme demanda, relatório com processos atuais e processos com proposição de melhorias) e mapeamento de sistemas (entrega: relatório com painel com sistemas identificados, trânsito de informações e níveis de acessos);
- Secretaria do Desenvolvimento Social/SEDES: 4 processos mapeados (entrega: relatório com processos atuais, processos com proposição de melhorias, plano de ação, indicadores, checklist para formalizar os novos desenhos dos processos);
- Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Subsecretaria de Patrimônio do Estado) /SPGG-SPE: 8 processos mapeados (entrega: relatório com processos atuais, processos com proposição de melhorias, lista de processos com necessidades de mapeamentos, plano de ação e indicadores);
- Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Departamento de Transportes do Estado) /SPGG - DTERS: 10 processos mapeados (entrega: relatório contendo demanda do TCE, diagnóstico, processos atuais e processos futuros, quickwins - ações de curto prazo, treinamento para sistema de abastecimento e manutenção, sistema de

monitoramento dos veículos por indicadores e governança dos indicadores, oportunidade de melhorias);

- Secretaria da Educação/SEDUC e Secretaria de Obras Públicas/SOP: 1 processo mapeado (entrega: relatório com mapa, análise e documentação do processo atual, destaque dos problemas, oportunidade de melhorias, remodelagem de fluxo, melhorias no sistema, alteração normativa);
- Casa Civil/CC: 2 processos mapeados (entrega: relatório com esclarecimento dos artigos 25 - Afastamento com diárias para missão oficial do executivo do RS e 95 Afastamento Nacional e Internacional, nas atribuições, com transporte, diária, alimentação e estadia, processos futuros);
- Contadoria e Auditoria-Geral do Estado/CAGE: 85 macroprocessos e 444 processos finalísticos da Administração Indireta identificados, com objetivos definidos (entrega: relatórios com os estudos que levaram à definição dos macroprocessos, processos e objetivos);
- Departamento Estadual de Trânsito/DETRAN (demanda CAGE): 1 processo mapeado;
- Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem/DAER-SMT - Departamento Estadual de Trânsito/DETRAN: 1 processo mapeado (entrega: entendimento da interação do fluxo de autuação eletrônica, entre DAER / SMT – DETRAN – SOCIEDADE);
- Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre/FOSPA (demanda CAGE): 1 processo mapeado;
- Fundação Teatro São Pedro/FTSP (demanda CAGE): 1 processo mapeado;
- Fundação de Atendimento Socioeducativo/FASE (demanda CAGE): 1 processo mapeado;
- Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação/SEAPI: 1 processo mapeado.

AGENDA DE CONTINUIDADE DO PROGRAMA, PROJETO OU AÇÃO	
Etapa atual	**Status:** [ ] em planejamento [ ] em contratação [X] em execução [ ] encerramento **Descrição da etapa:** a equipe de mapeamento de processos está pronta para ser acionada quando demandada.
Próxima etapa	**Descrição da próxima etapa:** Conforme demanda dos órgãos a equipe poderá iniciar novos mapeamentos de processos.
Orçamento	Atividade não orçamentária.
Pontos críticos e riscos	A falta de mapeamento dos processos limita a eficiência operacional, aumenta o risco de desperdício de recursos e reduz a capacidade de simplificação e automatização das atividades, especialmente no contexto de transformação digital da Administração Pública.
Recomendações	É importante a continuidade do trabalho de mapeamento de processos para manter atualizadas as informações sobre os fluxos de trabalho, as responsabilidades, os procedimentos e os instrumentos utilizados na execução das atividades. Esse trabalho permite acompanhar mudanças organizacionais e normativas, identificar oportunidades de melhoria e aprimorar a execução dos processos, contribuindo para maior eficiência administrativa, segurança na realização das atividades e qualidade na prestação dos serviços ao cidadão.
Mais informações	Planejar RS-Revista Semestral da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do RS, 2ed, Janeiro/2026, pág. 40.

Projetos executados conjuntamente com outros órgãos

1. Iconicidades

Nome	Iconicidades
Órgão executor (Onde encontrar mais informações sobre o projeto)	DIRGE/SPGG
Atuação do EDP	Concepção e estruturação do projeto, elaboração e desenvolvimento dos editais, termo de referência dos editais, e acompanhamento da execução dos editais. Coordenação e acompanhamento técnico do Grupo de Trabalho responsável pela avaliação dos projetos. Acompanhamento técnico dos convênios.

2. RS.GOV.BR e GurIA

Nome	RS.GOV.BR e GurIA
Órgão executor (Onde encontrar mais informações sobre o projeto)	STI/SPGG
Atuação do EDP	Concepção e estruturação do projeto, participação nas decisões estratégicas e definição de diretrizes, acompanhamento tático-operacional do andamento da iniciativa, interação com os órgãos e entidades responsáveis pelos serviços, homologação de todas as implementações, elaboração das jornadas do cidadão e definição dos serviços que as compõem, adequação das cartas de serviço aos preceitos da Linguagem Simples, proposição da documentação técnica das trilhas que compõem a Estratégia de Relacionamento e Interação (fraseologia, recorrência etc.).

Encerramento

Este **Livro** encerra o registro do ciclo de gestão 2023–2026 e reúne informações destinadas a preservar a memória institucional e contribuir para a continuidade administrativa do Estado.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul | Gestão 2023–2026

Governador | Eduardo Leite **– Vice–governador** | Gabriel Souza

1. **Casa Civil** | Ranolfo Vieira Júnior
2. **Casa Militar** | Cel. Luciano Chaves Boeira
3. **Procuradoria-Geral do Estado** | Eduardo Cunha da Costa
4. **Sec. da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação** | Márcio Madalena
5. **Secretaria de Comunicação** | Caio Tomazeli
6. **Secretaria da Cultura** | André José Kryszczun
7. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico** | Leandro Evaldt
8. **Secretaria de Desenvolvimento Rural** | Gustavo Paim
9. **Secretaria de Desenvolvimento Social** | Gustavo Segabinazzi Saldanha
10. **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano** | Davi Severgnini
11. **Secretaria da Educação** | Stefanie Eskereski
12. **Secretaria do Esporte e Lazer** | Joel Maraschin
13. **Secretaria da Fazenda** | Pricilla Maria Santana
14. **Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária** | Bruno Silveira
15. **Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia** | Lisiane Lemos
16. **Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos** | Fabricio Guazzelli Peruchin
17. **Secretaria de Logística e Transportes** | Clóvis Garcez Magalhães
18. **Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura** | Isa Carla Osterkamp
19. **Secretaria da Mulher** | Ana Costa
20. **Secretaria de Obras Públicas** | Izabel Matte
21. **Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão** | Danielle Calazans
22. **Secretaria da Reconstrução Gaúcha** | Pedro Capeluppi
23. **Secretaria da Saúde** | Arita Bergmann
24. **Secretaria da Segurança Pública** | Mário Yukio Ikeda
25. **Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo** | Cesar Rossato
26. **Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Profissional** | José Scorsatto
27. **Secretaria de Turismo** | Raphael Ayub
28. **Secretaria Extraordinária Geral de Governo** | Artur Lemos
29. **Secretaria Executiva Particular do Governador** | Ester Rodrigues
30. **Chefia de Gabinete do Governador** | Euclides Maria da Silva Neto

Coordenação do material
Subsecretaria de Planejamento – SUPLAN
Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG

subsecretariadeplanejamento@spgg.rs.gov.br

- **Projeto gráfico e diagramação**
  Assessoria de Comunicação – ASCOM
  Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG